

ANAIS



II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas

A educação corporativa no
contexto do Controle Externo:
desafios e perspectivas



APOIO



Ministério do
Planejamento



REALIZAÇÃO



ANAIS



II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas

A educação corporativa no
contexto do Controle Externo:
desafios e perspectivas

10 a 12 de agosto de 2011

Local: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
- Auditório do Espaço Cultural Humberto Braga
Praça da República, 54/56 - Centro - Rio de Janeiro
- Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ
Av. Jansen de Melo, 3 - 2º andar - Centro - Niterói - RJ

Organizador: Paulo Cesar Bessa Neves

APÓIO



Ministério do
Planejamento



REALIZAÇÃO



Organização: Paulo Cesar Bessa Neves

Coordenação editorial: Paula Alexandra Nazareth e Rosa Maria Chaise

Revisão: Gustavo Alvim de Góes Bezerra e Regina Abrantes

Preparação de originais: Maria Alice Paes Barretto

Tradução: Gustavo Alvim de Góes Bezerra

**Coordenadora-Geral de Comunicação Social,
Imprensa e Editoração:**

Fernanda Pedrosa

Projeto Gráfico e diagramação:

Inês Blanchart

Revisão:

CCS e ECG



Publicação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, coordenada pela Escola de Contas e Gestão

E56a Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas – (2: 2011: Rio de Janeiro)

ECG TCE–RJ, 2013.
255 p.

Anais do II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas - EDUCORP, Rio de Janeiro, 10 a 12 de agosto de 2011. Rio de Janeiro.

1. Educação Corporativa – Tribunal de Contas. I. Título.

CDD 352.669



COMPOSIÇÃO/2011

Presidente

Jonas Lopes de Carvalho Junior

Vice-Presidente

Aluisio Gama de Souza

Conselheiros

José Gomes Graciosa
Marco Antonio Barbosa de Alencar
José Maurício de Lima Nolasco
Julio Lambertson Rabello
Aloysio Neves Guedes

Ministério Público

Horácio Machado Medeiros

Secretária-Geral de Controle Externo

Elaine Faria de Melo

Secretário-Geral de Planejamento

José Roberto Pereira Monteiro

Secretário-Geral de Administração

Marcos André Riscado de Brito

Secretária-Geral das Sessões

Gárdenia de Andrade Costa

Procurador Geral

Sérgio Cavalieri Filho

Chefe de Gabinete da Presidência

Ana Helena Bogado Serrão

Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão

Paula Alexandra Nazareth

Coordenadoria Acadêmica

Sergio Bahiense Colão

Coordenadoria de Capacitação

João Paulo Menezes Lourenço

Coordenadoria de Estudos e Pesquisas

Rosa Maria Chaise

Coordenadoria de Documentação

Paulo Cesar Peçanha

Assessoria Pedagógica

Sandra Cordeiro de Melo

Secretaria

Claudia Gomes Corrêa Barbosa





COMPOSIÇÃO/2011

Presidente

Cons. Salomão Antônio Ribas Júnior (TCE-SC)

1º Vice-Presidente

Cons. Thiers Montebello (TCM-RJ)

2º Vice-Presidente

Cons. Antônio Joaquim Rodrigues Neto (TCE-MT)

Diretor Suplente

Cons. Paulo Ernani Miranda Ortegai (TCM-GO)

Diretor Suplente

Cons. Getúlio Alves da Nóbrega (TCE-RN)

Diretor Suplente

Aud. Jaylson F. Lopes Campello (TCE-PI)

Diretora Suplente

Cons. Maria de Lourdes Lima de Oliveira (TCE-PA)

Vice-Presidente Região Sul

Cons. Fernando A. Mello Guimarães (TCE-PR)

Vice-Presidente Região Sudeste

Cons. Maurício Faria (TCM-SP)

Vice-Presidente Região Centro-Oeste

Cons. Waldir Neves Barbosa (TCE-MS)

Vice-Presidente Região Nordeste

Cons. Otávio Lessa G. dos Santos (TCE-AL)

Vice-Presidente Região Norte

Cons. Reinaldo Neves Filho (TCE-RR)

Conselho Fiscal

Consª. Anilcélia Luiza Machado (TC-DF)

Cons. Isnaldo Bulhões Barros (TCE-AL)

Cons. Wanderley Geraldo de Ávila (TCE-MG)





COMPOSIÇÃO/2011

Presidente

Cons. Severiano José Costandrade de Aguiar (TCE-TO)

1º Vice-Presidente de Relações Internacionais

Cons. Manoel Figueiredo Castro (TCE-BA)

2º Vice-Presidente de Relações Institucionais

Cons. Luiz Sergio Gadelha Vieira (TCM-CE)

3º Vice-Presidente de Pesquisa e Ensino

Cons. Valdecir Fernandes Pascoal (TCE-PE)

4º Vice-Presidente de Tecnologia e Informática

Cons. Julio de Assis Correa Pinheiro (TCE-AM)

5º Vice-Presidente de Divulgação e Publicação

Cons. Renato Martins Costa (TCE-SP)

1º Secretário

Consª. Marli Vinhadeli (TC-DF)

2º Secretário

Cons. Antonio Carlos Andrada (TCE-MG)

Tesoureiro

Auditor Rafael Sousa Fonseca (TCE-SE)

Suplentes

Cons. Valter Albano da Silva (TCE-MT)

Cons. Yêdo Flamarion Lobão (TCE-MA)

Cons. Manoel Dantas Dias (TCE-RR)

Consª. Maria Adélia de Arruda Sales de Sousa (TCE-RN)

Conselho Fiscal

Cons. Hélio Saul Mileski (TCE-RS)

Consª. Soraia Thomaz Dias Victor (TCE-CE)

Cons. Eurípedes Salles (TCM-SP)

Cons. Heinz Georg Herwing (TCE-PR)

Suplentes de Conselho Fiscal

Cons. Walter José Rodrigues (TCM-GO)

Cons. Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES)

Cons. Luiz Eustáquio Toledo (TCE-AL)

Cons. Manoel Pires dos Santos (TCE-TO)



Grupo de Educação
Corporativa/Programa de
Modernização do Sistema
de Controle Externo dos
Estados e Municípios
Brasileiros - Promoex

COMPOSIÇÃO/2011

Coordenação Nacional

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Centro-Oeste

Adriano Cesar Ferreira Amorim (TCU)

Sebastiana Tânia de Toledo Moreira (TCM-GO)

Nordeste

Gustavo Pimentel da Costa Pereira (TCE-PE)

Laura Kummer Falcão (TCE-SE)

Sandra Valéria de Moraes Santos (TCM-CE)

Norte

Dagmar Albertina Gemelli (TCE-TO)

Davi Dantas da Silva (TCE-RO)

Sudeste

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Sul

Joseane Aparecida Corrêa (TCE-SC)

Representante do Instituto Rui Barbosa

Márcia Izabel Barbosa Soares



**II Encontro
Técnico de
Educação
Corporativa
dos Tribunais
de Contas**

OBJETIVO DO ENCONTRO

O II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas tem por objetivo promover a integração e o intercâmbio de informações e procedimentos entre as unidades de educação corporativa das Cortes de Contas, no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Brasileiros (Promoex) fortalecendo assim as atividades direcionadas ao desenvolvimento permanente da administração pública.

SUMÁRIO

Palavras do Presidente

Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior (Presidente do TCE-RJ) 13

Apresentação

Grupo de Educação Corporativa - GEC 14

Editorial /ECG

Paula Alexandra Nazareth (Diretora-Geral da ECG/TCE-RJ) 15

Dia 10 de agosto de 2011

MANHÃ 18

Cerimônia de Abertura

Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Jr. (Presidente do TCE-RJ) 19

Heloisa Garcia Pinto (Diretora Nacional do Promoex) 21

Carlos Santiso (Chefe da Divisão de Modernização do BID) 22

Conselheiro Thiers Montebello (Presidente do TCM-RJ) 24

Conselheiro Manoel Figueiredo Castro (Vice-Presidente do IRB) 26

Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira (Coordenador da ATRICON/IRB junto ao Promoex) 30

Painel: A Educação Corporativa e as Escolas de Governo 34

Educação Corporativa e Geração de Conhecimento 34
(Sylvia Vergara)



O Papel das Escolas de Magistratura na Formação e no Aperfeiçoamento dos Magistrados (Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano)	42
O Papel das Escolas de Governo na Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) (Paulo Sérgio de Carvalho)	49
Debate	56
TARDE	
Painel: A Educação Corporativa e os Tribunais de Contas	59
Educação Corporativa: em busca da efetividade social e relevância do humano (Valderez Ferreira Fraga)	60
A Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União (Adriano Ferreira Amorim)	67
A Experiência do Grupo de Educação Corporativa (GEC) (Willams Brandão de Farias)	76
Debate	84
Dia 11 de agosto de 2011	
MANHÃ	
Oficina: A importância da avaliação institucional nas unidades de educação corporativa dos Tribunais de Contas	92
Construção do Instrumento de Avaliação: apresentação da metodologia (Thereza Penna Firme)	94
Construção do Instrumento de Avaliação: apresentação da metodologia (Thereza Penna Firme)	99
TARDE	
Construção do Instrumento da Avaliação: trabalhos em grupo (Thereza Penna Firme)	123
Plenária de Consolidação dos Trabalhos	123
	126

Dia 12 de agosto de 2011

MANHÃ	148
Apresentação de Experiências dos Tribunais de Contas	150
Programa Agente de Controle Formando Cidadãos para o Controle Social: a experiência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (Maria Hilária de Sá Barreto e Sr. Pedro Henrique Alves Camelo - TCE-CE)	153
Programa de Incentivo à Educação Superior (José Luiz Galvão - TCE-BA)	158
Múltiplos Olhares: perspectivas para a construção do controle externo do século XXI (Evandro Teixeira Homercher - TCE-RS)	162
MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo (Juliana da Silva de Abreu Moreira e Sr ^a . Adriana Alzenir Alves Mendes - TCE-AC)	165
Programa Tribunal com os Jurisdicionados (Marília Souza Diniz Alves - TCE-MG)	169
Programa de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> (especialização) em Gestão de Políticas Públicas (Silvana de Rose - TCE-SP)	171
Programa de Pós-Graduação: a experiência da ECG/TCE-RJ (Rosa Maria Chaise e Sr. Sérgio Bahiense Colão (TCE-RJ)	176
Definição de diretrizes - GEC	180
Encerramento	185
Desembargador Sérgio Cavalieri Filho (Procurador Geral do TCE-RJ)	186
Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira (TCE-CE)	187

Conselheiro Olavo Rebelo de Carvalho Filho (TCE-PI)	188
Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior (Presidente do TCE-RJ)	189
ANEXOS	192
ANEXO I	194
Lista de Presença dos Servidores dos Tribunais de Contas	
ANEXO II	197
Material Gráfico do Evento	
ANEXO III	202
Apresentações em Power Point	
Apresentação da Prof ^a . Sylvia Vergara	202
Apresentação do Prof. Paulo Sérgio de Carvalho	204
Apresentação da Prof ^a . Valderez Fraga	208
Apresentação do Prof. Adriano César Amorim	211
Apresentação do Prof. Willams de Farias	215
ANEXO IV	218
Experiências dos Tribunais de Contas	
Programa Agente de Controle Formando Cidadãos para o Controle Social: a experiência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará	219
Múltiplos Olhares: perspectivas para a construção do controle externo do século XXI (TCE-RS)	226
MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo (TCE-AC)	231
Programa Tribunal com os Jurisdicionados (TCE-MG)	236
Programa de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> especialização em Gestão de Políticas Públicas (TCE-SP)	241
Programa de Pós-Graduação: a experiência da ECG/TCE-RJ	246
A educação corporativa no contexto do controle externo: desafios e perspectivas - Relatório final do II Educorp	251



Presidente Jonas Lopes de Carvalho Junior (ao centro) com a equipe da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, organizadora do II Educorp. Da esquerda para direita: João Paulo Menezes Lourenço, Guilherme Pinto de Albuquerque, Rosa Maria Chaise, Paula Alexandra Nazareth, Regina Abrantes, Sergio Bahiense Colão, Michela Ribeiro Costa e Flavia Wanderley

PALAVRAS DO PRESIDENTE



É com grande honra que publicamos os Anais do II Educorp - Encontro de Educação Corporativa, o primeiro evento nacional desta administração, sediado nesta Casa, que representou um marco da nova visão que buscamos implantar, aprofundando parcerias relevantes e colaborando para o desenvolvimento das Cortes de Contas.

Tenho defendido a importância da atuação orientadora dos Tribunais de Contas. O trabalho desenvolvido pelas unidades de educação corporativa é um dos grandes instrumentos dessa atuação e de superação dos desafios enfrentados no exercício da missão do controle externo.

As Escolas de Contas exercem o papel disseminador do conhecimento das diversas ciências que norteiam a gestão pública e incentivam a transparência e as boas práticas. O conhecimento técnico e a expertise investidos e alcançados em seus próprios recursos humanos transbordam das instituições de controle e, representando a própria evolução destas, são transmitidos aos demais agentes e contribuem para diminuir a distância entre a discussão científica e concretização das propostas técnicas, em busca da eficácia e efetividade que a sociedade demanda.

O II Encontro de Educação Corporativa foi um momento especial, em que as Escolas de Contas e as instituições de controle externo compartilharam suas experiências e, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, o Instituto Rui Barbosa - IRB e o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros - Promoex, consolidaram uma maior integração e promoveram o fortalecimento do sistema Tribunal de Contas.

Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior
Presidente do Tribunal de Contas do
Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ



APRESENTAÇÃO Grupo de Educação Corporativa - GEC

A publicação dos Anais representa um marco para a Rede de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, pois registra a metodologia, a programação e as atividades da segunda edição do evento presencial mais importante para o trabalho colaborativo realizado pelas Unidades de Educação Corporativa.

Durante os três dias do II Educorp tivemos a oportunidade de aprender com especialistas em Educação Corporativa, de compartilhar boas práticas e de organizar ações futuras, que contribuirão para a melhoria do serviço prestado pelos Tribunais de Contas.

O Educorp tem o papel – fundamental – de aproximar os representantes das UEC ao fortalecer os laços profissionais e o engajamento dos participantes nas atividades promovidas pelo Grupo e nos seus Tribunais de origem. Cada representante retorna para o seu Tribunal com mais energia para construir processos melhores e para colaborar com o atingimento de resultados ainda mais significativos para a sociedade brasileira.

Muito do trabalho realizado na rede é voluntário e motivado pela beleza do exemplo. Cada representante de Escola de Contas, Instituto de Contas ou área de capacitação que participou do II Educorp voltou para a sua rotina com muitos exemplos graças à excelência do trabalho realizado pela Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ (ECG/TCE-RJ) durante todo o evento.

A ECG agora nos presenteia com mais um exemplo de apreço à disseminação do conhecimento através da publicação desses Anais. Em nome do GEC agradeço ao Presidente do TCE-RJ, Jonas Lopes de Carvalho Jr., e à toda equipe da ECG, dirigida pela Dra. Paula Alexandra Nazareth, por essa contribuição para o Grupo. A vocês o nosso muito obrigada!

Joseane Aparecida Corrêa
Coordenadora Nacional do GEC- Promoex 2012-2013

EDITORIAL ECG



Pensar a importância de um evento como o II Educorp é pensar a experiência democrática. O fortalecimento pelo qual passam as instituições brasileiras nas últimas décadas tornou possível que fôssemos capazes de expandir a atuação dos órgãos de controle externo e encontrar, na formação de redes e grupos, mecanismos de dinamização de suas atividades. A troca de experiências como aquelas do evento de 2011, agora acessíveis a todos, é ponto importante na construção dessa história.

A democracia é feita pela livre circulação de ideias, e esse foi o espírito que guiou os três dias do Encontro. Palestras sobre educação corporativa e reflexões sobre as unidades de educação dos Tribunais de Contas somados à troca de experiências entre os participantes e à exposição de práticas bem sucedidas – das mais diversas – exemplificaram o projeto democrático deste encontro que foi capaz de abranger as particularidades e o empenho das 32 instituições de controle representadas.

Para nós, da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, o encontro foi um grande desafio. Expectativas elevadas de um número significativo de Cortes de Contas impulsionaram a ECG a buscar a excelência que, hoje, ficamos muito orgulhosos de poder oferecer a todos os interessados por meio das transcrições das palestras e das práticas que naqueles dias serviram para fortalecer as Unidades de Educação dos Tribunais de Contas.

Mais do que as práticas, a convivência dos participantes naqueles três dias foi de grande proveito para todos. Foi a certeza de que aquela vivência foi marcante e fundamental para a história da nossa rede e para a consolidação de cada unidade que levou a Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ a empenhar-se na organização e publicação destes anais.

Por tudo isso, agradeço ao Presidente do TCE-RJ, Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Jr., e ao corpo deliberativo do Tribunal, pelo apoio irrestrito à nossa Escola, e ao professor Paulo Cesar Bessa Neves, dedicado parceiro da ECG, que aceitou assumir o desafio de organizar esta publicação. É na figura do querido professor Bessa que agradeço o trabalho eficiente da equipe que ele coordenou neste processo.

Acredito que a presente publicação ficará na história do Grupo de Educação Corporativa como um exemplo dos resultados que podemos esperar da nossa democracia, cujos avanços não estão restritos à melhora das instituições, mas também estão visíveis na construção e recuperação da memória do nosso país.

Paula Alexandra Nazareth
Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão (TCE-RJ)

1º DIA



Presidente do TCE-RJ, Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior discursa na abertura do evento. Na mesa, da esquerda para a direita: Conselheiro do TCE-RJ, Julio Lambertson Rabello; Diretora nacional do Promoex, Heloisa Gracia Pinto; Conselheiro do TCE-RJ, José Gomes Graciosa; Vice-presidente do IRB, Conselheiro Manoel Figueiredo Castro; Coordenador da Atricon/IRB, Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira; Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, Paula Alexandra Nazareth; Presidente do TCM-RJ, Conselheiro Thiers Montebello; Chefe da Divisão de Modernização do BID, Carlos Santiso; representante do BID, Francisco Javier Urria; e Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano



**II Encontro
Técnico de
Educação
Corporativa
dos Tribunais
de Contas**



10 DE AGOSTO DE 2011

Abertura
Palestras
Debates

MANHÃ



CERIMÔNIA DE ABERTURA

Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ)



Exm^o. Sr. Conselheiro Manoel Figueiredo Castro, Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia, neste ato representando o Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, Presidente do TCE-TO e do IRB.

Meu querido amigo Conselheiro Thiers Montebello, Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, neste ato representando o Presidente da nossa ATRICON, Conselheiro Salomão Ribas Júnior.

Meu querido amigo, Exm^o Sr. Conselheiro José Gomes Graciosa, Conselheiro deste Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, seu ex-presidente.

Sra. Heloisa Garcia Pinto, Diretora Nacional do Promoex.

Sr. Carlos Santiso, Chefe da Divisão de Modernização do Estado do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Sr. Francisco Javier Urra, especialista setorial pelo Promoex no Brasil, do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Meu querido amigo, eminente Conselheiro Júlio Rabello, Conselheiro deste Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Eminente Desembargadora Leila Maria Mariano, Diretora-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, a EMERJ.

Senhoras e senhores, senhores participantes, queridos funcionários. Em primeiro lugar, gostaria de deixar registrado meu profundo agradecimento, do TCE-RJ, à ATRICON, ao IRB e ao Promoex pela honra e pela possibilidade de poder sediar este Encontro. Nosso Tribunal, que andava meio afastado dessas tão importantes atividades, desses tão importantes organismos representativos, tem a honra, repito, e o privilégio de receber tão ilustres figuras e sediar este Encontro, que para nós vai ficar marcado, porque é o primeiro desta administração, desta nova visão que estamos dando ao TCE-RJ. Em segundo lugar, queria deixar registrado que daquele púlpito eu disse, graças a Deus, àqueles milhares de presentes na minha posse, que um dos meus objetivos era fortalecer dia a dia a Escola de Contas e Gestão. Afirmei também que teria como objetivo capacitar a nossa mola mestra, que são os nossos funcionários, e este Encontro vem corroborar, vem ao encontro daquilo que daquele púlpito tracei como um dos maiores objetivos da nova administração.

O exercício da missão constitucional do controle externo da administração pública tem significado nos últimos tempos a superação de diversos desafios para atender ao que a sociedade espera de nós. O trabalho desen-

volvido pelas unidades de educação corporativa dos Tribunais de Contas é um dos grandes instrumentos para alcançar essa superação. O conceito de gestão pública vem sofrendo mudanças sucessivas ao longo das últimas décadas e ainda sofre um processo de mutação e aperfeiçoamento contínuo. Concretizar as propostas técnicas e científicas e reproduzir esta evolução na máquina administrativa é uma necessidade constante da administração pública, contudo os limites financeiros, tecnológicos, culturais, sociológicos e educacionais dificultam essa concretização. Entre a discussão acadêmica e as práticas na execução administrativa e contábil de uma prefeitura em um município pequeno no interior do estado, há uma enorme distância. Os Tribunais de Contas precisam não somente lidar com essa realidade, mas principalmente colaborar para que essa distância seja reduzida e a gestão pública possa ter a eficácia e a efetividade que a sociedade demanda.

O novo papel das Cortes de Contas inclui incentivar a maior transparência e as boas práticas da governança pública, fortalecendo os diversos mecanismos de controle e o combate à malversação e ao desperdício dos recursos públicos. Assim, a vertente pedagógica através da dialética da construção e consolidação do conhecimento acadêmico, teórico e prático, das diversas ciências que norteiam a gestão pública, traduz o papel de disseminador do conhecimento que é exercido pelas Cortes de Contas por meio de suas Escolas.

Realmente, o potencial identificador do erro, de suas causas e efeitos, bem como o conhecimento técnico investido em seus próprios recursos humanos, torna os Tribunais de Contas um elemento essencial para o desenvolvimento da administração pública. Justamente por esses motivos se destaca a importância deste Segundo Encontro de Educação Corporativa e deste grupo temático do Promoex. Compartilhando experiências e promovendo a integração entre instituições, caminharemos para o fortalecimento do sistema Tribunal de Contas.

Heloisa Garcia Pinto
Diretora Nacional do Promoex



Sr. Presidente, Conselheiro Jonas; Conselheiro Gadelha, Coordenador do Promoex; Conselheiro Manoel Figueiredo Castro; demais conselheiros do TCE-RJ; Dr. Carlos Santiso; Dr. Javier Urra, especialista setorial no BID; Paula, Sra. Desembargadora. O que eu posso dizer a vocês é que todos são bem-vindos, especialmente o TCE-RJ. Eu diria que a entrada agora deste Tribunal no circuito de eventos do Promoex está acontecendo em grande estilo e num tema que é básico, porque a capacitação é realmente a mola propulsora, o que vai permitir que todos os servidores dos Tribunais de Contas façam o trabalho que a sociedade espera dos Tribunais de Contas, e que todas as suas ações e que todos os seus procedimentos de fiscalização sejam mostrados e apresentados à sociedade de uma maneira bonita, porque é um trabalho bem feito. A Escola de Contas tem a responsabilidade de capacitar os seus servidores, e mais: o que conheci ontem na Escola de Contas do TCE-RJ me fez acreditar que o Tribunal de Contas realmente é e vai ser sempre – acredito porque esse trabalho do grupo de educação corporativa também leva a isso – o motor que vai dinamizar a capacitação dos servidores públicos não só dos Tribunais de Contas, mas também dos municípios e dos estados.

É bonito saber, Sr. Presidente, que o TCE-RJ capacita em torno de seis mil servidores públicos ao ano, entre estaduais e municipais. Fazendo uma conta dessa, multiplicando pelos trinta e três, trinta e quatro, com o Tribunal de Contas da União (TCU), acho que temos aí uma gama de servidores públicos bem treinados. Sabemos no governo federal quanto é importante o status de uma capacitação fornecida por um Tribunal de Contas. Acho que todo mundo um dia já deve ter-me ouvido falar o quanto eles entendem ser importante essa convocação do TC. Muitas vezes um órgão federal convoca servidores para treinamento e com certeza não obtém nem a metade do resultado alcançado pelas pessoas que correm aos treinamentos quando há convocação a partir de um TC.

Então, realmente, visitando a Escola ontem, conversando com a equipe que a Paula colocou para conversar comigo, vi que são pessoas capacitadas, são pessoas disciplinadas. Gosto de usar essa palavra, no esforço e no escopo de contribuir para que o servidor público possa exercer melhor as suas funções com mais eficiência, para que a sociedade seja beneficiada no final com a eficácia das políticas públicas e dos serviços públicos.

Então, mais uma vez obrigada, obrigada à equipe organizadora do Encontro, obrigada especialmente a esse grupo maravilhoso de Escolas de Contas, que tem o Willams como coordenador, que conta com tantas outras pessoas. Obrigada aos seus servidores que vieram de outros estados para essas discussões e harmonizações, com vistas ao fortalecimento das nossas Escolas de Contas.



Carlos Santiso

Chefe da Divisão de Modernização do BID

Bom dia.

○ meu “brasileiro” não é suficientemente bom para eu me atrever a falar “portunhol”, por isso, se me permitem, vou consultar meus apontamentos, para fazer meus comentários, em espanhol.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer muitíssimo à Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ) pelo convite estendido ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para estar com vocês hoje. É realmente um prazer e uma honra para nós compartilharmos esta mesa e, sobretudo, ser parte com vocês nessa aventura, nesse projeto, através do Promoex, no qual está inserido este evento de capacitação, que é de suma importância.

Como vocês sabem, através do Promoex, o BID apoia o fortalecimento institucional do controle externo no Brasil. Estamos muito orgulhosos de que este projeto contribua para criar espaços de diálogo como este, espaços de capacitação que são sumamente importantes. Isto porque, para o BID, o controle externo, e de maneira geral o controle e a fiscalização das finanças públicas e da gestão pública, é um eixo central do nosso apoio para a modernização do Estado. Tendo em conta que o controle e o trabalho que vocês fazem em todos os estados do Brasil e no nível da Federação também é chave para melhorar a gestão pública, quero saudar os esforços que o Brasil vem fazendo para fortalecer seu controle externo. Isso se deve a toda a gente que está nesta sala e, portanto, é um prazer para nós.

Trabalhamos em vários países como Colômbia, Chile, Peru nesta dinâmica e realmente é, para nós, uma área de trabalho muito, muito importante para o fortalecimento da integridade na gestão pública.

As Escolas de Contas do Brasil são um modelo muito interessante que também, creio, criam espaços de capacitação como este, mas que também podem servir para outros países criarem espaços de capacitação e de formação contínua da profissão de auditoria. Poucos países têm estas facilidades, então este é um exemplo muito interessante de formação que melhora a qualidade e a capacitação das pessoas nos Tribunais de Contas, mas realmente também cria um espírito de corpo profissional muito importante no nível dos auditores no Brasil, que é um corpo do Estado estabelecido, forte e ainda fortalecendo-se a cada dia.

○ segundo ponto que é importante destacar é que o projeto também permite o intercâmbio de experiências entre vocês. E realmente no Banco esta-

mos apoiando muitos espaços de intercâmbio de experiências, de boas práticas, de como funcionam as coisas nos diferentes lugares, para que se aprenda não só por meio de professores, mas também pela contribuição de cada um, das experiências de cada um. Então, claramente essas redes, formais ou informais, são chave para a modernização dos TCs dos estados, além de proporcionar intercâmbios de boas práticas.

Eu queria ainda ressaltar neste contexto da capacitação quatro pontos que, para nós, parecem importantes em termos da modernização da função de auditoria e de controle que vemos e que no Brasil também avança a passos largos. Estes desafios, creio que não são só técnicos, mas também auxiliam na mudança cultural da questão pública. Para além da luta contra a corrupção existe uma demanda muito forte dos cidadãos por mais transparência, mais prestação de contas e por mais integridade na gestão pública, não só pelo controle e fiscalização das finanças públicas, mas uma prestação de contas e uma transparência que os cidadãos estão pedindo que seja feita cada vez com maior atenção. Assim, criar espaços de confiança com os cidadãos é muito importante para os TCs e isto tem a ver com o acesso à informação fiscal/financeira e à gestão pública. Através dos TCs se provê a cidadania e a publicidade, por exemplo, o informe de auditoria e o acesso à informação. É sumamente importante, e espaços de diálogo como este são importantes para criar confiança na cidadania.

O segundo ponto que assinalo é que mudanças culturais têm a ver com o objetivo do controle hoje em dia, no século XXI. Em diferentes países, inclusive no Brasil, há uma mudança, uma transição para um enfoque sobre o controle/fiscalização. É um enfoque para o apoio à gestão e à melhoria da gestão. Creio que espaços como a escola, onde não só auditores falam entre si, como também responsáveis pela gestão pública a nível municipal, estadual, federal, e outros colegas do setor público permitem contribuir para as mudanças culturais. Auditores e responsáveis não são só fiscalizadores, também são psicólogos da questão pública, e acredito que a experiência do Brasil é muito interessante, por exemplo, em programas como o Bolsa Família e no papel que tiveram os TCs na melhoria desse programa.

O terceiro ponto que se destaca é o tema da transição de uma gestão pública, digamos, tradicional, para o enfoque mais direcionado a resultados. A cidadania demanda mais transparência, mais resultados, mais provas e comprovações desses resultados. De novo, aqui, os TCs têm um papel importante não só em fiscalizar, mas em demonstrar às pessoas que a gestão pública dá resultados concretos, através de auditorias de gestão, elaboração de políticas públicas, e vocês estão realmente inovando muito nesse sentido. Por exemplo, estávamos nesses dois últimos dias em um seminário importante sobre a segurança pública. Trata-se de um tema muito importante, a população em muitos países está pedindo mais e melhores resultados, e também mais eficiência nos gastos do setor. É exemplo de um setor em que a auditoria e o controle fiscal e financeiro podem dar uma contribuição ao medir, e ajudar a medir, resultados



em políticas públicas chave para os cidadãos.

Para concluir, o último ponto para discussão e compartilhamento é o tema, de novo, da importância de espaços como este para criar cooperação e coordenação interinstitucional. É muito importante que haja diálogo entre os TCs nos níveis federal, estadual e municipal, mas também entre o controle interno e o controle externo, assim como entre outros entes de controle, o controle parlamentar e o poder judicial, para além de ilhas de controle. É preciso que espaços como esse estabeleçam diálogos e um espírito de corpo para além de cada ilha, permitindo fortalecer o sistema de controle.

Por isso, realmente é um prazer, pessoal e institucional, estar aqui com vocês neste dia. Então, de novo, gostaria de agradecer ao TCE-RJ e à ECG e, da próxima vez, falarei em “brasileiro”. Obrigado.



Conselheiro Thiers Montebello

Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ)

Muito bom dia a todos. Meu caro Presidente Jonas Lopes, peço permissão a V. Exa. para começar a saudação pelas damas que compõem a mesa. Cumprimento a Desembargadora Leila Mariano, que consegue conciliar sua vocação de magistrada, que exerce no estado do Rio de Janeiro, com a de educadora, pessoa preocupada com a qualificação, com o treinamento. Cumprimento a nossa estimada Dra. Heloisa Garcia Pinto, Diretora Nacional do Promoex, esse programa que teve o condão de nos aproximar a todos, de promover o nosso encontro, de fazer o Brasil se conhecer em termos de controle externo. Cumprimento também nossa Dra. Paula Alexandra Nazareth, Diretora da Escola de Contas, escola cujo nascimento, cuja formação se deu na administração do Conselheiro Graciosa, por quem tenho especial afeição, a quem cumprimento também nesse momento. Digo com orgulho que tive uma participação no destino desse processo, V. Exa. se lembra bem disso. E realmente ver a porta do Tribunal, deste Tribunal que tem uma história enorme, aberta a partir da sua Escola de Contas é um regozijo para todos nós.

Eu falo aqui em nome do Presidente da ATRICON, Conselheiro Salomão Ribas. Cumprimento o nosso colega Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira; o Conselheiro Manoel Ferreira de Castro; o Conselheiro Júlio Rabello; o Sr. Francisco Javier Urrea, especialista no setor Promoex; o Sr. Carlos Santiso.

Quero dizer que a minha participação é muito rápida, muito singela, mas além de saudar a todos que estão presentes aqui, queria desejar a todos, durante esses dois dias, um trabalho bastante fecundo, bastante produtivo. Meu regozijo maior é por ver este Tribunal voltar a se abrir para o Brasil e mostrar que não esqueceu a sua história. Este Tribunal tem uma história belíssima, Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior. Por aqui passaram notáveis brasileiros, ex-presidente da República, ex-ministro de Estado, ex-secretário de Estado, ex-parlamentares, pessoas que deram muito de si a esta Casa. Devotamento absoluto. Esta Casa tem uma história, uma história de construção do controle externo muito qualificado. Sempre ousou dizer, com a certeza, a segurança e a convicção do que falo, que os Tribunais de Contas do Brasil têm a melhor burocracia nacional. Nós temos os melhores técnicos do Brasil inteiro, as pessoas mais qualificadas para prestar um grande serviço à nação estão nos Tribunais de Contas, assim como em outros lugares, naturalmente.

Então, venho aqui, Presidente Jonas, com muita alegria e muito prazer, participar desta mesa e poder, nesse primeiro momento, quando o Tribunal se abre de novo para o controle externo do Brasil inteiro, sentar ao seu lado e cumprimentá-lo. Desejar muito sucesso, muita sorte – se bem que é inevitável o sucesso para V. Exa. – para que tenhamos dois anos, talvez mais dois anos de profícua gestão, de convivência. É muito importante essa convivência do Brasil inteiro, cada um oferecendo o seu conhecimento, a sua experiência, e isso nos qualifica a todos, nos aprimora a todos. Se o Promoex não tivesse o condão de fazer o que fez, teria, sobretudo, o nosso reconhecimento por ter-nos permitido aproximar a todos, fazendo com que nós todos nos conhecêssemos, conselheiros, procuradores, auditores, técnicos do Brasil inteiro. Isso foi muito importante. Crescemos e crescemos muito com isso, e acho que a partir desse momento, com o II Encontro Técnico de Educação Corporativa, cada Tribunal tem e terá muito a oferecer. Cada Tribunal nesse país enorme tem a sua peculiaridade, tem a sua experiência. A cidade do Rio de Janeiro conta com mil cento e cinquenta escolas públicas, num universo de setecentos e cinquenta mil alunos. Isso naturalmente é um grande campo de aprendizado, um celeiro de conhecimento, então é muito importante que possamos dividir esses conhecimentos: do Tocantins, do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, enfim, é muito importante e eu cumprimento V. Exa., cumprimento a mesa, e vou ousar pedir permissão a V. Exa. para me retirar porque tenho sessão às 11h, mas não podia deixar de estar aqui e com muita alegria, muito prazer, muita satisfação, cumprimentar todos. Espero que tenham dois dias de fecunda produção, de interligação, de distribuição de conhecimento de suas respectivas áreas.

Parabéns ao Presidente Jonas Lopes, parabéns à Diretora da Escola de Contas, parabéns aos Conselheiros do Tribunal de Contas, aos técnicos dos Tribunais de Contas, aos procuradores, aos auditores. E que tenhamos muito sucesso, e hoje mais ainda, com a abertura do seu Tribunal para o Brasil todo. Muito obrigado.





Conselheiro Manoel Figueiredo Castro
Vice-Presidente do IRB

Bom dia a todos. Estou muito feliz por estar aqui. Minha presença não estava prevista, deve-se à impossibilidade de o Presidente Severiano comparecer em função de compromissos no Tocantins. Ele esteve dois dias na Bahia na semana passada, num outro evento também muito importante, um trabalho que começamos a fazer de fortalecimento, de capacitação dos Tribunais de Contas subnacionais. Temos também uma reunião com a coordenação do Promoex e os representantes do BID aqui presentes e isso me dá muita alegria. Cumprimento a mesa, saudando o Presidente Jonas Lopes Carvalho, a Sr^a Heloísa, a ilustre Desembargadora e Diretora da Escola de Magistratura, e todos os colegas aqui presentes.

Devo dizer inicialmente que a rigor eu não precisaria estar aqui, mesmo na ausência do Conselheiro Severiano, porque o Conselheiro Luiz Sérgio é um homem de muitos instrumentos, de muitas competências. Além de coordenador em nome da ATRICON, do IRB, do Promoex, ele também é Vice-Presidente como eu, nós temos o mesmo staff no IRB. Quero deixá-lo à vontade no tratamento das questões. Ele deve estar preocupado porque entre os meus defeitos está o de falar muito e às vezes até ser inconveniente, pela mania de abordar alguns assuntos polêmicos. Quero entrar inicialmente na linha dos elogios, do reconhecimento. Meu caro Jonas, estive aqui no Rio num momento de transição, que é uma sistemática usual dos nossos Tribunais. Defendo a participação do TCE-RJ no Promoex, não só a do Rio como a dos outros. Para os que não me conhecem, prefiro ser tratado como militante do controle externo no Brasil. Lutei muito pelo Promoex, tive a possibilidade inclusive de ir aos EUA na fase inicial da negociação junto, na época, com o atual Presidente da ATRICON, que naquele tempo era Presidente do IRB, o Salomão Ribas, e o colega Zé de Melo de Alagoas.

No início houve muita dificuldade de se entender a importância do Promoex. Se fosse feita uma eleição numa fase inicial da discussão do Promoex, ele não teria sido criado, porque muitos não acreditavam, mas nós acreditamos e o Promoex está aí. Quero expressar aos ilustres representantes do BID que compõem essa mesa, o Dr. Carlos Santiso, o Sr. Francisco Javier Urra, o nosso reconhecimento. À nossa querida Heloísa também o nosso reconhecimento porque o Promoex já é um ponto de referência. Eu diria que cheguei ao Tribunal em 2000 num momento muito auspicioso, porque tinha participado em nome do povo baiano da Assembleia Nacional Constituinte, e em 2000, pouco antes

de ir para o Tribunal, presidi a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal, quando aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique em maio daquele ano. A partir daí, entendeu-se muito claramente que não teríamos Lei de Responsabilidade Fiscal se não tivéssemos os Tribunais trabalhando de forma competente no cumprimento da sua missão constitucional. Essa possibilidade e esse trabalho nos permitiram que discutíssemos os gastos com saúde, educação, despesa de pessoal, mas, em que pesem os esforços do IRB, a importância do Promoex foi decisiva. Dr. Carlos Santiso, Chefe da Divisão de Modernização do BID, eu diria que a modernização de fato veio a partir do Promoex porque possibilitou essa integração que existia na cúpula, de pessoas abnegadas e de pessoas militantes. Minha militância não decorre apenas da área de controle, mas da minha história de vida pessoal e política, o que possibilitou um entrosamento, um diálogo. Temos que assegurar a participação do que há de melhor e mais importante nos Tribunais de Contas, que é a qualidade do seu pessoal técnico em todo o Brasil. Tive participação na administração pública estadual, na administração pública municipal, como também na empresa privada. Fui bancário em dois bancos internacionais, durante nove anos no Citibank e em um banco holandês, fui diretor da Odebrecht durante quatro anos, uma das principais organizações empresariais brasileiras. Em termos relativos, o índice de participação de técnicos de extrema qualidade dificilmente se poderia comparar com os do Tribunal. Era preciso esse entrosamento entre os Tribunais, entre o corpo técnico e os conselheiros.

Não vou falar aqui sobre problemas de capacitação, porque há quem saiba muito mais do que eu sobre o assunto, mas alertar para alguma coisa que a minha experiência pretérita possibilita falar nesse instante. É muito importante a qualificação de cada funcionário, é muito importante esse trabalho que já foi aqui referido com relação à formação de funcionários públicos nos planos municipal e estadual. É muito importante a atualização porque mudaram os sistemas, a tecnologia da informação, e o Tribunal de Contas da Bahia, embora não conte exatamente com uma Escola de Contas, talvez tenha sido o primeiro Tribunal brasileiro a ter um equipamento de informática, um computador, um notebook para cada técnico. Qual a importância desses avanços na questão da gestão pública? A gestão pública tem avançado e nós temos procurado no Tribunal o trabalho de tradução das normas auditoriais do GAL, um trabalho permanente em relação a isso.

Nós tivemos, eu e o Conselheiro Thiers, a felicidade de participar agora, no final do mês de maio e início de junho, do Congresso dos Tribunais de Contas Europeus, na cidade de Lisboa, e vimos que eles estavam discutindo coisas semelhantes às que estamos discutindo. Presidente Jonas, V. Exa. falava hoje desse evento, mas me falava do de Comunicação. O primeiro grande evento de Comunicação foi em 2004 em Teresina, no Piauí, depois fizemos vários outros e parecia que era um modismo, que era coisa de político, não de Tribunal.



Não podemos viver sem a comunicação, é fundamental, e nós temos evoluído, mas ainda estamos distantes da sua plena utilização, precisamos utilizá-la muito mais intensamente. É preciso enfatizar que não é apenas atuar no campo das relações públicas ou aparecer na mídia que vai nos qualificar, mas a qualidade dos nossos trabalhos. O TCU está na mídia com o resultado do que ele faz, assegurando o efetivo controle dos recursos públicos em benefício da sociedade brasileira. Nessa linha, não quero deixar de falar de um aspecto que considero fundamental no que diz respeito às Escolas de Contas.

A capacitação necessita de modelo diferente em cada estado. Precisamos continuar, por meio da comunicação, a trabalhar a autoestima do nosso corpo técnico, do nosso corpo administrativo, do nosso corpo funcional. As coisas estão acontecendo e é preciso acreditar, porque leva anos para acreditar na nova Constituição, leva anos para acreditar na Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos uma lei de transparência que tem tido muito menos repercussão do que a Lei de Responsabilidade Fiscal e é tão importante quanto. Lamentavelmente os próprios Tribunais de Contas, permitam-me a sinceridade, não têm a convicção que tiveram com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Precisamos ser transparentes para a sociedade porque essa transparência é que vai nos qualificar. Isso é mais importante do que qualquer publicidade inventada. É o resultado do nosso trabalho que vai assegurar nossa importância perante a sociedade. Ainda nessa linha, também quero estimular a ideia de que precisamos ter transparência e isso estou defendendo para o nosso próximo Congresso dos Tribunais de Contas, a ser realizado no mês de novembro, de 21 a 23, na cidade de Belém. Ao contrário daquelas teses antigas que elegemos, para os que estão militando em sistemas como o Promoex, alguns temas são fundamentais. Exemplifico: nós estamos discutindo, e está sendo encaminhado a passos largos, o problema da nova contabilidade pública, com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

Estou voltando a Salvador esta noite, mas amanhã à noite estaremos em Brasília, junto com o Presidente Severiano, junto com o Subsecretário de Contabilidade das Finanças da Secretaria do Tesouro Nacional, Dr. Paulo Henrique Feijó, e também com a participação de outros técnicos, discutindo a participação dos Tribunais de Contas em relação à nova contabilidade pública. Para ser implementada, como foi no caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, ela precisa do conhecimento e do convencimento nosso. E nesse esquema nada vai ser mais importante do que o trabalho educacional, o trabalho de capacitação. Precisamos das Escolas de Contas para transmitir, para produzir o efeito multiplicador em toda a administração pública brasileira quanto ao significado da nova contabilidade pública. Quando falei da transparência e o Dr. Carlos fez uma referência também ao problema do próprio controle financeiro, a nossa contabilidade precisa ser reformulada porque ela está incompatível com os objetivos da nossa lei de transparência. Precisamos, para a própria ação do Tribunal, dessa transparência, mas não é só isso. Estamos convivendo, no nosso Tribunal,



é possível que outros não tenham esse problema, mas devo dizer que estamos empilhados de processos, de estoques. Participo da Segunda Câmara, que trata de contrato. Não temos ainda uma legislação no estado da Bahia adequada para dizer como é que queremos as questões nos contratos de terceirização. Podem ver vários Tribunais, se cada um for se manifestar sobre isso aqui nós vamos ter procedimentos diferentes. Como é que nós estamos trabalhando, porque de repente aparece um termo de acordo e compromisso. Como é que funciona esse termo de acordo e compromisso? Isso porque algumas questões do termo de acordo e compromisso no nosso entendimento devem já estar no contrato. Estamos tratando a questão da parceria público-privada. Estamos com um debate muito grande na Bahia quanto ao controle e aí vejo todo mundo, até Procuradores do Estado, dizendo: Que maluquice o Tribunal está tendo com isso! Não tem nenhuma competência. Como não tem competência? É a Constituição que determina. O uso do dinheiro público é competência nossa. E cabe a nós conferir. Nós não queremos atrapalhar. Eu mesmo sou entusiasta da Copa do Mundo. Sei que há muitas críticas, é uma questão polêmica, mas não é questão de discutir agora. A questão é discutir a forma de parceria público-privada e a parceria pública que está acontecendo em relação à Copa do Mundo e provavelmente acontecerá na Olimpíada tem um excesso de financiamento público que merece ser discutido.

Além disso, a parceria público-privada não é só uma. Uma coisa é a parceria público-privada com relação ao estádio de futebol. Outra coisa é a parceria público-privada do hospital que lá na Bahia chamamos "o subúrbio", de uma zona de periferia da cidade. Outra coisa é a parceria pública, uma das empresas do estado ligada ao saneamento para o emissário, outra coisa é com a Secretaria de Transporte numa intervenção no sistema rodoviário de Salvador e na área metropolitana que envolve o polo petroquímico de Camaçari onde está a fábrica da Ford, onde está a metalurgia do cobre. Como é que nós tratamos disso?

Então, hoje, quando discutimos a nova contabilidade pública, temos discutido internamente. Há pouca bibliografia, inclusive falo aqui para os procuradores, para o pessoal da área jurídica, os auditores da área jurídica, há pouca bibliografia em relação a esses aspectos. Fala-se muito pouco sobre Direito Financeiro. Hoje se fala muito, se discute muito isso em números, seminários sobre a questão do Direito Administrativo. Temos no Tribunal apenas um Conselheiro de destaque na área. Ele tem livros publicados sobre Direito Financeiro. É o Conselheiro Carlos Furtado do Maranhão. Precisamos tratar de questões como estas. Se estou cometendo alguma injustiça, perdoem-me, mas com a experiência que estamos tendo na Bahia, percebemos que em algum momento o pessoal não está animado ou não está acreditando que precisamos dessa contribuição também na discussão conceitual, doutrinária de questões tão relevantes. Precisamos estar envolvidos com a modernização da gestão pública. Desculpem-me pelo excesso. Temos poucas oportunidades de falar para uma

plateia tão diversificada, tão seleta e tão comprometida com os objetivos dos sistemas de controle.

Portanto, agradeço a todos e quero terminar parabenizando todos vocês, membros das Escolas de Contas e de órgãos equivalentes do sistema de controle externo brasileiro. Continuem assim, reforçando a importância de todos nós. Tenho lutado muito, tenho até interesse próprio. Acho que com esses setenta anos [referência a aposentadoria compulsória] a gente perde muitos colaboradores. Professores universitários, cientistas. O Edwaldo Brito, um especialista em Direito Tributário Brasileiro, pode ensinar para todo mundo, mas não pode ser da Universidade Federal, coisas desse tipo. Eu diria que temos perdido quadros excelentes, mas entre esses quadros excelentes, temos uma das pessoas que mais contribuíram com o Promoex, foi o coordenador, com seu trabalho de relacionamento com os técnicos, reconhecido por todos. Estou falando dele [Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira] e sei que vocês reconhecem isso, porque conviveram com ele e sabem que o que estou dizendo é verdade. Não é só isso não, mas vai fazer muita falta. Senhor do Bonfim, eu confio nos orixás baianos, estão todos lá batucando para tentar fazer você passar desses setenta anos e continuar lá. Muito obrigado a todos e desculpem ter-me estendido.



Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha Vieira
Coordenador da ATRICON/IRB junto ao Promoex

Meu cordial bom dia a todos. Gostaria de pedir permissão para saudar as autoridades presentes, conselheiros, procuradores, auditores e diretores. Cito, com muita honra para nós, a presença da Desembargadora Leila Maria Mariano, da EMERJ, e também os representantes do BID, do Ministério do Planejamento, enfim, todos cujos nomes já foram devidamente apresentados pelo nosso presidente do TCE-RJ, Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Júnior.

As primeiras palavras são de agradecimento ao TCE-RJ e a seu presidente, Conselheiro Jonas, por apoiar o Promoex, realizando este Encontro, que se prenuncia dos mais proveitosos, inclusive pela participação, com o auditório repleto. Agradeço e reafirmo aquilo que os conselheiros que me antecederam já ressaltaram: a participação efetiva do TCE-RJ no Promoex, visando o fortalecimento da integração entre os Tribunais de Contas, é fundamental, pela importância deste Tribunal e pelo peso político do estado do Rio de Janeiro no contexto da Federação. Assim, falando em nome da coordenação do Promoex,

sou muito grato ao Presidente Jonas, por seu apoio à realização deste evento. A importância do Promoex já foi aqui realçada pelo Conselheiro Manoel Castro, este destacado companheiro, cujas palavras elogiosas a meu respeito agradeço.

O Promoex, em seus cinco anos de existência, significa um marco na história dos Tribunais de Contas. A partir de seu início, tivemos uma crescente integração entre as Cortes de Contas brasileiras, registrando-se um grande esforço de modernização. A integração, com uma expressiva união entre os Tribunais, vai evidenciando o que cada um conquista em termos de inovações, aquilo em que ele avança, e a partir daí, há todo um efeito de multiplicação que alcança as demais Cortes de Contas. Hoje, temos catorze grupos temáticos envolvendo os Tribunais de Contas, com o Promoex trabalhando nos seguintes principais assuntos: Controle da Lei de Responsabilidade Fiscal; Tecnologia da Informação; Controle Fiscal; Comunicação Institucional; Auditoria Operacional; Educação Corporativa; Gestão de Pessoas; Planejamento; Procedimentos Contábeis; Padronização de Relatórios; Sistematização de Informações; Atos de Pessoal; Normas de Auditoria Governamental e Contas de Governo.

O Promoex compreende componentes nacionais e locais; os primeiros são realizados através dos grupos acima relacionados. Na parte local dos Tribunais de Contas, as Unidades de Execução Local (UEL) desenvolvem projetos específicos, de acordo com as prioridades de cada órgão. Há uma avaliação de trabalho dessas unidades. Para dar um exemplo, no meu Tribunal, o TCM do Ceará, estamos absolutamente em dia; recebemos a última parcela que vamos aplicar em vários softwares de informática; já fomos fiscalizados pela Controladoria Geral da União - CGU, tudo em perfeita ordem. Assim como nós, a maioria dos Tribunais vem realizando com êxito seus projetos locais.

Gostaria, nesta oportunidade, de destacar o relevante trabalho do Grupo de Ensino Corporativo (GEC) – cada grupo é representado por uma sigla com três letras para facilitar a comunicação e o controle – coordenado pelo Willams Brandão de Farias, do TCE de Pernambuco, contando com a participação, dentre outros, da Dra. Paula Nazareth, Diretora da Escola de Contas do TCE-RJ. Esse Grupo, após o trabalho inicial de cadastramento das atividades de todas as Escolas de Contas brasileiras, passou, já neste ano, a realizar os módulos de ensino à distância, capacitando os próprios servidores dos Tribunais. Haverá, em breve, o lançamento do terceiro módulo de ensino à distância, contando já com a inscrição de cerca de setenta participantes.

O Promoex é um programa com resultados que nos surpreendem, até porque é baseado, fundamentalmente, na participação voluntária de nossos valiosos técnicos que, além de suas tarefas normais nos Tribunais, ainda se empenham num programa desta natureza e intensidade.

Gostaria também de chamar a atenção de todos para o nosso calendário de eventos. Ele está disponível no site: www.contrôlepublico.org.br, que é o site do Promoex. Para este mês de agosto, seria realizado o Seminário de



Comunicação, no Rio de Janeiro, nos dias 22 e 23. No entanto, em função da maratona que vai ser realizada nessa época, haveria um problema de logística no Rio de Janeiro. Por essa razão, o encontro teve de ser adiado para início de outubro, nos dias 3 e 4. E ainda em agosto está prevista uma reunião preparatória do grupo de Atos de Pessoal, que acontecerá em Brasília, na sede do TC-DF, nos dias 24 e 25. Temos, também, um grande encontro, com a participação de conselheiros e técnicos, sobre processos eletrônicos de contas e sobre Contas de Governo, no TCE da Paraíba, em João Pessoa, nos dias 29 e 30 de agosto, coordenado pelo grupo de Contas de Governo. Assim, o Promoex vem cumprindo todo o seu calendário de atividades.

Gostaríamos, ao finalizar, de reiterar agradecimentos a todos os Tribunais de Contas, em especial ao TCE-RJ, por organizar e realizar este evento que, como eu disse de início, se prenuncia exitoso. Muito obrigado a todos.



Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior
Presidente do TCE-RJ

Querido Conselhoiro Gadelha, ao contrário do que disse no início, o TCE-RJ é que tem que agradecer a possibilidade e a honra de sediar esse Encontro. Lembro que mais uma vez, para a nossa honra, vamos sediar nos dias 3 e 4 de outubro o Seminário de Comunicação, será um encontro importante do Promoex, do IRB e da ATRICON, cujo tema será a transparência nas divulgações das decisões plenárias, Conselhoiro Manuel Carlos. Estou, de antemão, convidando a todos para que compareçam. Uma informação importante: somos duzentas e trinta e quatro pessoas aqui presentes hoje neste encontro, o que nos deixa muito satisfeitos.

Para encerrar, agradeço a presença de todos, desejando um bom encontro, porque agora temos um encontro de trabalho com o BID e o Promoex.



PAINEL

A Educação Corporativa e as Escolas de Governo

Educação Corporativa e Geração de Conhecimento

Sylvia Vergara



Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - RJ e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora titular da Fundação Getúlio Vargas - RJ. Tem experiência na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento gerencial, desenvolvimento organizacional, ensino e pesquisa.

Resumo: breve retrospecto sobre a evolução das diferentes visões de mundo: a mecanicista ou taylorista, que tem como metáfora a máquina e é baseada em processos isolados; a sistêmica, análoga ao organismo humano e que tem como pressuposto um conjunto de processos articulados com objetivo comum e, por fim, a visão complexa, comparada à metáfora do tecido, em que o significado de complexo é aquilo que é tecido junto. O conhecimento exige um novo olhar sobre o que já existe e é interdisciplinar. A geração do conhecimento depende cada vez mais das redes e das parcerias estabelecidas. Na sociedade do conhecimento, as pessoas são consideradas como elementos essenciais do processo e não meramente recursos. Atividades de treinamento e desenvolvimento isoladas passam a se integrar no processo permanente de educação corporativa. O profissional da área educacional deve provocar a reflexão e ensinar a pensar, pois as organizações precisam de pessoas que criem novos conhecimentos, desenvolvam novas competências, revertam a obsolescência da informação, tomem decisões e encontrem novas soluções.

Bom dia para todos. Quando cheguei hoje aqui, encontrei vários alunos e ex-alunos, o que reforça o prazer enorme de estar aqui. Esse evento é extremamente importante, portanto, ele enche de alegria todos aqueles que dele podem participar. O tema que vou abordar é Educação Corporativa e Gestão de Conhecimento. É claro que tudo o que vou falar é apenas sinalizando, porque vocês todos praticam isso. Daí o meu orgulho, daí a satisfação muito grande de poder estar aqui compartilhando com vocês um pouco das minhas reflexões.

Todos nós temos visões de mundo. Sinteticamente, podemos dizer que há três grandes visões de mundo. A mecanicista, cuja metáfora é a máquina. A visão mecanicista teve origem lá atrás, há séculos, em filósofos como Platão, e foi trazida para a área de Administração no início dos anos 20, 30 por Taylor e Fayol, que todo mundo conhece. Então, a visão mecanicista é essa metáfora da máquina, em que tudo é separado. Temos também uma outra visão de mundo que é a visão de mundo sistêmica. Aí, a metáfora já não é a máquina, a metáfora é o organismo humano, porque a ideia aqui não é de coisas isoladas, mas é a ideia de processo, então vemos as organizações como um conjunto de processos, e esses processos são articulados, integrados, visando um objetivo comum. Uma outra visão que avança um pouco em relação à visão sistêmica é a visão da complexidade. Sem a visão sistêmica não se consegue ter a visão da complexidade, mas ela avança porque incorpora essa questão das articulações, das integrações, incorpora a admissão das contradições, dos paradoxos, da situação dialética. Aqui a metáfora é a do tecido, porque às vezes até podemos achar que complexo é aquilo que é complicado. Absolutamente dentro dessa visão, não. Complexo é aquilo que é tecido junto. Essa, portanto, é a visão da complexidade, é a visão de que as coisas na nossa vida, no nosso cotidiano, são tecidas juntas. Todos os que me antecederam chamaram bastante atenção para a necessidade de interação, de articulação.

Essas visões de mundo certamente nos levaram ao entendimento das ondas produtivas. Que ondas produtivas? As ondas produtivas no mundo. Foram várias. Poderíamos dizer que a primeira onda produtiva foi a sociedade agrícola. Quem aí aparecia era o homem, o ser humano, e os animais. Depois tivemos uma outra onda produtiva: a sociedade industrial. É a geração das máquinas, o desenvolvimento das tecnologias, e agora estamos numa outra onda produtiva que não elimina as anteriores, mas dá àquelas ondas um novo formato, um novo contexto. Que onda é essa? A sociedade da informação e do conhecimento. É disso que este Encontro está tratando: exatamente essa onda produtiva da sociedade da informação e do conhecimento.

Às vezes pode-se tender a pensar que informação é sinônimo de conhecimento, mas não é. Informação é um dado contextualizado e conhecimento é aquela informação que é refletida, que é pensada. O que significa dizer que o conhecimento implica informação, mas nem toda informação leva ao conhecimento. Se essa informação não for refletida, não for pensada, ela não

se transforma em conhecimento. Estamos vivendo essa era, da sociedade da informação e da sociedade do conhecimento. Se olharmos o mundo hoje, justamente essa era da sociedade da informação e do conhecimento, vamos ver que ele tem características diferenciadas.

Ao lembrar a questão das visões de mundo que temos, lembrei-me do Marcel Proust, grande filósofo francês, quando ele diz que o mérito não está em descobrir, encontrar novas terras, mas em descobrir ou ter novos olhares sobre aquelas terras já existentes. Ou seja, uma viagem de descobrimento não é encontrar novas terras, mas ter um novo olhar sobre as terras já existentes, e o conhecimento, a provocação do conhecimento gera esse novo olhar sobre as “terras” existentes. Uma das características do mundo que sentimos no cotidiano das nossas vidas é a velocidade das informações. É uma coisa surpreendente. Notadamente na área tecnológica, quando se fala em velocidade das informações, tendemos logo a pensar na tecnologia, mas não é só na tecnologia. A velocidade das informações hoje é uma coisa assustadora. Por quê? Porque elas existem, e a tecnologia ajuda muito a não só gerar informações, como também a divulgar essas informações. Então, elas são muito rápidas. A velocidade das informações hoje é algo assustador. Outra é o conhecimento interdisciplinar. Aqui também foi falado sobre isso. Hoje nós não podemos falar em Direito separado de Administração, separado de Sociologia, separado da Psicologia. Não. A vida não é assim. A vida é um tecido, então cada vez mais a gente tem a consciência da necessidade de fazer articulação entre as partes; o conhecimento é interdisciplinar. Precisamos compreender e admitir que somos seres objetivos, mas somos seres subjetivos também. Portanto, precisamos de diferentes disciplinas para entender as nossas técnicas, os nossos comportamentos, as nossas articulações. O conhecimento cada vez mais se torna interdisciplinar. Vamos buscar em diferentes áreas coisas que nos permitam fazer com que aquela informação se transforme em conhecimento. É isso que faz uma sociedade ter visão de complexidade. A outra é a alta tecnologia. Eu estava vendo um filme, um filmezinho que é uma coisa impressionante, um celular a que se pergunta alguma coisa relativa a séculos passados, aí a pessoa aperta lá um botãozinho do aparelho e aparece toda a informação na mesma hora. Isso significa que não se tem mais que pesquisar. Estamos vivendo um problema hoje, que é esse acesso rapidíssimo a toda informação que queremos. Estamos perdendo um pouco da memória. Conforme os cientistas estão nos revelando, antes a gente tinha que pensar. Hoje fazemos assim: apertamos um botãozinho no nosso computador e temos toda a informação rapidamente. O celular que eu estava mostrando para vocês era um celular no qual você dava apenas um toquezinho, rapidinho, e aquela informação já vinha toda.

Estamos vivendo algumas complicações da era tecnológica, mas isso é natural, porque não existe nada na vida que seja só bom ou só ruim. A vida é assim, ela é cheia de contradições. A alta tecnologia que estamos vivendo facilita muito as nossas vidas, mas ela está trazendo alguns problemas, a que



temos de estar atentos. Além da tecnologia, outra questão é a das redes, como a que foi revelada aqui na mesa que abriu esses trabalhos. As redes são importantes, e elas existem, independentemente das nossas vontades pessoais. São redes profissionais, são redes sociais, são redes entre empresas, são redes entre organizações; as redes hoje são uma realidade. Eu estava me lembrando do que ocorreu com a nossa orquestra sinfônica. Um problema, que era apenas um problema administrativo, foi colocado na rede, e aí todo mundo dava palpite sobre as decisões que deveriam ser tomadas com respeito aos músicos. É assim hoje. Hoje, a hierarquia dentro das organizações tem que estar atenta a isso, porque já não é aquela hierarquia rígida. As redes sociais estão entrando, estão apresentando seus pensamentos, suas reflexões, então as redes são uma realidade que não se pode olvidar, não se pode fazer de conta que não existe.

Outra questão é a crescente exigência de cidadãos, clientes e consumidores. Também foi dito isso aqui. As pessoas querem ter acesso à informação, as pessoas querem saber, ainda mais quando lhes diz respeito direto. Tudo o que diz respeito a serviços públicos diz respeito a cada cidadão. Então, cada vez mais as pessoas querem ter acesso a essas informações. É uma exigência crescente. Não se falou aqui das transparências? É o que o cidadão está esperando: transparência. É crescente esse desejo.

Outro aspecto que podemos observar, uma outra característica do mundo contemporâneo, é essa busca de sustentabilidade, não só sustentabilidade econômica, mas a sustentabilidade social e a sustentabilidade do meio ambiente. É impressionante, porque no princípio, por exemplo, as empresas não queriam nem saber disso, até que as empresas descobriram que essa busca de sustentabilidade do meio ambiente, para elas, trazia também uma vantagem econômica, uma vantagem financeira. Mas estamos vivendo essa característica. Outra é o desemprego. Sabemos que o desemprego é hoje uma realidade no mundo. Desemprego nos Estados Unidos, desemprego na Europa, estamos vendo o que está acontecendo. Gosto de conversar com taxista. Entro num táxi, começo a conversar com os taxistas porque eles nos informam as visões deles de mundo, eles nos informam o que eles pensam. Um desses taxistas comentava: "Puxa, na Inglaterra está acontecendo isso, acontecendo aquilo, está acontecendo briga". É, na Inglaterra está acontecendo. Está havendo desemprego nos países europeus. Então isso tem gerado uma série de reações. É interessante ouvirmos isso. Mas a visão de complexidade nos permite perceber que, ao mesmo tempo em que há desemprego, há oferta de emprego para pessoas que são detentoras de certas competências e essas vagas não são preenchidas. Disso, o Brasil lamentavelmente é um bom exemplo. Temos que importar pessoas porque não temos no Brasil pessoas qualificadas para determinadas tarefas, muitas vezes não temos pessoas capazes de resolver aquilo que aquela função, aquela atividade requer. O Brasil, vocês sabem muito bem, todos nós sabemos, foi um país que desde a sua descoberta não investiu ou investiu muito pouco em educação e o resultado está aí, estamos procurando diminuir esse prejuízo.



Temos que investir nisso.

Lembrei-me também do Peter Drucker. Provavelmente vocês conhecem o Peter Drucker, ele foi o maior guru da Administração. Já faleceu, mas foi e continua sendo citado sempre. Peter Drucker falava das sociedades da informação e do conhecimento muitos e muitos anos atrás; ele era realmente um visionário. Esse homem dizia que há necessidade de educação formal continuada mesmo para adultos que já dominam grande bagagem de conhecimento, e, pasmem, vocês devem saber disso: aos sessenta anos, sessenta e poucos anos, o Peter Drucker explicou que ele estava defasado em relação à Estatística. E com sessenta e tantos anos ele se matriculou em uma escola para reestudar Estatística.

Essas visões todas, essas mudanças todas da sociedade do conhecimento nos dizem o seguinte: nós saímos da Administração de Recursos Humanos para a Gestão de Pessoas e essa expressão é muito importante. Recurso humano quer dizer que a pessoa é um recurso, como é o dinheiro, como é a informática, como são as finanças. Mas não é não, porque as organizações podem ser tudo, mas elas não existirão se não houver pessoas. Pessoas é que criam, pessoas é que pensam, então saímos dessa ideia de Administração de Recursos Humanos para a de Gestão de Pessoas. O que nos leva também ao conceito de treinamento e desenvolvimento, próprio da visão de Recursos Humanos, mudando para o conceito de Educação Corporativa. Há bastante diferença nisso. O que é a educação? Lembrei-me do Rubem Alves, que está aí, que também é um grande educador. Diz ele que educar é ensinar a pensar. Ensinar a pensar é ensinar a gerar conhecimento. Educar é ensinar. Lembrei-me também do Sócrates, a quem muito admiro. Sócrates viveu no século IV antes de Cristo. A filosofia era toda voltada para o exterior e Sócrates trouxe a filosofia para o ser humano. Sócrates, no século IV antes de Cristo, já achava que se tinha que ensinar os jovens a pensar. Aliás, foi por conta disso que foi obrigado a tomar cicuta. Ele se suicidou, entenderam? Ele se suicidou. Há uma passagem de Sócrates com o seu discípulo Menon que é fantástica. Menon era jovem e indagou a Sócrates: a virtude pode ser ensinada ou ela é uma prática? Aí diz o Sócrates: eu não posso responder porque eu não sei o que é virtude. O que é virtude, Menon? Então Menon respondeu: bem, existe a virtude dos homens, que é ser amigo dos seus amigos, inimigo dos seus inimigos, preservar-se a si mesmo; a virtude das mulheres é serem obedientes, obedientes ao marido, serem boas donas de casa. Existe ainda a virtude dos homens livres e a virtude dos escravos. A virtude dos velhos, dos jovens, das crianças do sexo masculino, das crianças do sexo feminino. E Sócrates falou: Menon, eu lhe perguntei o que é virtude e você me fala de um enxame de virtudes. Vou aproveitar esse conceito de enxames: se eu lhe perguntasse o que é uma abelha, como você me responderia? Elas são abelhas porque uma é mais bonita do que a outra, uma é grande e a outra é pequena, porque uma canta mais, a outra canta menos, ou existe alguma coisa entre essas diferentes abelhas que me faz reconhecer entre os insetos e entre os animais algum inseto como uma abelha? Então Menon



disse: existe. Existe algo que é a essência, e que caracteriza aquele inseto como sendo uma abelha. E Sócrates insiste: então Menon, diga-me o que é a virtude. Sócrates não deu a resposta, Sócrates provocou o seu aluno, o seu jovem a dar a resposta, a pensar.

A Educação Corporativa, portanto, vê a educação como um processo. Um processo permanente; o ser humano tem essa capacidade extraordinária de estar num constante vir a ser. Nós morremos e não sabemos tudo. Então educação é um processo contínuo, é um processo permanente. A Educação Corporativa vê a necessidade de alinhar o desenvolvimento das pessoas e os propósitos organizacionais. Desenvolvimento entendido como capacidade de pensar, de gerar informação, de gerar conhecimento, competência, desenvolvimento no sentido de competências.

Competência é alinhar um propósito organizacional, a missão daquela organização com os seus objetivos, o que ela espera alcançar, a visão da organização. É preciso alinhar cada pessoa com as coisas que faz, com a sua função, com a sua atividade, com o seu cargo, o que ela faz. Isso tudo tem que ser numa Educação Corporativa, alinhada aos propósitos da organização, aos propósitos organizacionais. Portanto, a Educação Corporativa tem caráter estratégico. Estratégico é um caráter que nos dá uma direção, que faz com que olhemos para fora; tem-se que olhar para dentro, mas também olhar para fora, para termos essa coisa fantástica a nos dar uma direção.

A Educação Corporativa tem caráter estratégico, o que já revela sua importância, a sua relevância no mundo atual. E ela pode incluir *stakeholders* também. A Educação Corporativa pode incluir, por exemplo, os funcionários, os servidores civis, mas pode incluir membros da sociedade, pode incluir pessoas de fora, de outras organizações, pode incluir a comunidade. Então, a Educação Corporativa ainda tem esse sentido de se abrir, mas de se abrir sempre com foco nos propósitos daquela organização, com o caráter estratégico daquela organização.

As organizações precisam de pessoas capazes de, primeiro, reverter a obsolescência da informação. Ela não se torna obsoleta rapidamente. Qualquer organização precisa gerar conhecimento. Fala-se muito sobre gestão do conhecimento, mas às vezes nos esquecemos de que a gestão do conhecimento inclui a geração do conhecimento. Precisamos gerar conhecimento, qualquer organização precisa gerar conhecimento. As organizações precisam de pessoas capazes de desenvolver novas competências. O mundo caminha, é um processo, então há necessidade de que se desenvolvam novas competências. Toda organização precisa disso, de pessoas capazes de gerar conhecimento, de ter habilidade, porque competência inclui habilidade, e que sejam capazes de fazer porque não basta ter ideias. Tem-se que agir, tem-se que fazer. Toda organização necessita disso, toda. Todas as organizações precisam de pessoas capazes de usar tecnologias para conectar-se. Precisamos cada vez mais usar tecnologias para nos conectarmos. Por exemplo, uma experiência: participo de

grupos de pesquisa internacionais. Faço pesquisas com um professor que está no Canadá, já fiz várias pesquisas com ele. Ele lá e eu cá. Hoje a tecnologia permite isso, permite-nos trocar informações a todo instante.

As organizações precisam de pessoas capazes de tomar decisões e agir em processos descentralizados. Isso é muito importante: tomar decisões. Está acontecendo alguma coisa e eu digo: “Ah não, um instantinho”. Está saindo fumaça daquela sala e eu digo para esperar um instantinho que eu vou perguntar o que se tem que fazer. Naquele momento tem que agir. Precisamos de pessoas capacitadas para esse agir, precisamos de pessoas que ajam nesses processos descentralizados. As organizações precisam de pessoas capazes de resolver problemas. Precisamos disso, não podemos ficar esperando, vivemos numa era de velocidade, então precisamos ser capazes de resolver problemas.

As organizações precisam de pessoas capazes de criar. Todos temos potencial criativo, todos nós. É um equívoco imaginar “ah, fulano é criativo, eu não sou”. Isso é um equívoco. Todos nós temos potencial criativo, precisamos, é claro, de estímulos, de coisas que nos facilitem, e isso começa na família. Quando somos pequenininhos, tudo que vamos fazer a família diz: “Não pode, não.” Ela cerceia muito o potencial criativo da criança. Mas todos nós somos capazes de criar.

As organizações precisam de pessoas capazes de trabalhar em equipe. Quero fazer uma distinção entre grupo e equipe. Não são sinônimos esses conceitos. O grupo é um conjunto de pessoas que estão juntas, a equipe não, é um grupo que está junto porque tem um objetivo comum, tem uma identidade comum, tem um propósito que é comum. Em muitas revistas de negócios se fala em equipes de alto desempenho, que é um termo que eu não emprego de jeito nenhum porque, se não houver o alto desempenho, não é equipe, é grupo. Precisamos aprender a trabalhar em equipe, o que envolve muita complicação, por causa das diferenças individuais.

Não existe uma pessoa igual à outra. Se um macaquinho chegasse aqui, entrasse aqui na sala, aqui neste auditório, ele seria capaz de pensar: “Aqui estão seres humanos”. Por quê? Porque nós todos temos cabeça, tronco, membros. Nós todos temos dois olhos, um nariz, a boca, as orelhas. Então ele seria capaz de identificar pelas nossas características externas: aqui estão seres humanos. Por que somos iguais? Não, não existe uma única pessoa igual à outra. Nem mesmo os gêmeos univitelinos. Somos todos diferentes, então trabalhar em equipe não é fácil. Aí é que entra a questão da liderança; a liderança é vital num trabalho em equipe. Precisamos de pessoas capazes de compreender como as organizações operam. Também se falou aqui de teoria e prática. Unir teoria e prática de forma rápida e contínua. Cada um de nós deve permanentemente buscar autoconhecer-se e autodesenvolver-se. Precisamos buscar nos conhecer. Ficamos a vida inteira buscando isso. Cada pessoa deve permanentemente buscar ser competente. Por outro lado, cada organização deve permanentemente incentivar, facilitar a Educação Corporativa, gerar

e disseminar o conhecimento. Então vocês reparem que cada um de nós, cada indivíduo tem o seu papel, e há o papel da organização.

Vou terminar com uma parábola bíblica que diz o seguinte: Jesus falou que jogaria sementes e se essas sementes caíssem em terreno árido, elas sequer germinariam. Se essas sementes caíssem em terreno semiárido, elas germinariam, mas logo morreriam. Se essas sementes caíssem em terreno fértil, elas germinariam, cresceriam e dariam frutos. É isso que os Tribunais de Contas estão fazendo. Então, quero dar os parabéns a todas essas ações, e mais uma vez dizer que parabenizo a todos vocês por estarem nesse processo, por estarem buscando se aprimorar e melhorar todos nós. Dou os parabéns a vocês e mais uma vez reforço a minha alegria incontida e a minha honra por estar aqui. Obrigada.

O Papel das Escolas de Magistratura na Formação e no Aperfeiçoamento dos Magistrados

Desembargadora
Leila Maria Carrilo
Cavalcante Ribeiro
Mariano



Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá e Doutoranda em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Coordenadora do Mestrado Profissional em Poder Judiciário da FGV Direito-Rio. Membro do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro – IDAERJ e do Conselho Consultivo do Fórum Nacional sobre Magistrados Profissionais. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Membro Efetivo do Órgão Especial. Presidente da 2ª Câmara Cível. Diretora-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo: o grande desafio das Escolas de Magistratura diante da complexidade do contexto atual. O perfil do juiz contemporâneo e o papel fundamental da Escola de Magistratura na formação e no desenvolvimento do magistrado, já que o concurso público exige do candidato apenas o conhecimento teórico e nenhuma experiência prática. A escola precisa discutir assuntos organizacionais e propor soluções. Nesse sentido, o curso de formação e desenvolvimento de magistrados é composto de dois momentos, teórico e prático, e tem como objetivo desenvolver uma postura interdisciplinar com conhecimentos humanísticos, filosóficos, sociológicos e econômicos.

Bom dia a todos. Primeiramente, quero agradecer a esta Casa, na pessoa da Paula Nazareth, pelo convite. A nossa parceria é antiga e transcende muito até a assinatura de um convênio formal. Quero cumprimentar a mesa, a professora Sylvia Vergara, que é um ícone em Educação nesse estado e mesmo fora do nosso estado, e o professor Paulo Sérgio de Carvalho. Parece, professora, que havíamos combinado. Eu gostaria de iniciar fazendo um breve histórico. Em 1979, iniciei minha carreira na Magistratura estadual, mas desde 69 estou no Poder Judiciário. Fui funcionária técnica judiciária, hoje seria analista judiciária e a primeira Diretora-Geral do antigo Tribunal de Alçada Cível. Falei funcionária e não servidora porque esse termo trazido com a Constituição é bastante significativo e naquela época se falava funcionário. Ser servidor é realmente ter essa postura de servir ao Estado, de servir ao poder público e de servir, sobretudo, ao interesse público. E é nessa condição que me sinto até hoje, depois de quarenta e dois anos e a cinco de deixar o Tribunal. O nosso trauma no Judiciário termina depois da primeira publicação da lista de antiguidades porque este é um dos itens de desempate. Já não temos mais esse trauma. Continuo cheia de esperança na Justiça e nas grandes possibilidades que se abrem ao Poder Judiciário, na contemporaneidade. Logicamente que não deixando de estar ciente das grandes dificuldades que este Poder enfrenta para ampliar o seu grau de confiabilidade perante os jurisdicionados.

Sou de um tempo em que era fácil ser juiz. Não se tinha metas, a morosidade existia, mas não se falava nela. A sociedade não tinha voz, nem vez. Tudo era muito tranquilo, não se pensava em tempo razoável do processo. Não existiam controles, nem internos nem externos, o único controle era do Tribunal de Contas quanto aos contratos e aos gastos, mas quem tinha que responder era o Presidente e nós não nos preocupávamos. Isso tudo era antes ou no engatinhar da Lei 8666. Não se falava em responsabilidade fiscal e muito menos em probidade administrativa. Antes da internet só se tomava conhecimento das decisões do Supremo Tribunal seis meses depois, publicadas no Diário Oficial, que quase não se conseguia muitas vezes ler. Os consumidores não tinham acesso à Justiça, não tinham nenhuma proteção. Nos contratos, valia o que estava escrito, não se pensava em discutir as cláusulas contratuais nem o que se poderia extrair dessa discussão. Os bancos só concediam empréstimos se houvesse uma hipoteca. Não se podia pensar sequer que enfrentaríamos questões relativas ao superendividamento, justamente porque estes mesmos bancos passam a oferecer créditos muito facilitados e quase que impostos subliminarmente. Muitas vezes há pessoas idosas e de poucas luzes que, ante aquelas facilidades conseguidas com um simples clicar da internet, contraí inúmeros empréstimos que não vão nunca poder pagar. Não se pensava em que se buscariam remédios, leitões, tratamentos no Poder Judiciário, e que seria o Poder Judiciário a pleitear a mudança de sexo, e muito menos que se tinha que decidir se uma criança teria ou não dois pais e duas mães. A discricionariedade administrativa tinha uma força absoluta e o Judiciário então podia se eximir, era muito mais tranquilo para

os juízes. Encontrava-se na lei a solução de quase todos os problemas. Eram muito simples as questões e o legislador corria para discipliná-las. Se isso não acontecesse, podia-se usar a analogia, embora eu não me lembre de ter usado uma vez sequer. Os códigos eram duradouros, a gente não pensava. Fazia-se uma faculdade inteira e muitas vezes com um único Código de Processo Civil. Hoje, a complexidade das relações interpessoais, das relações intersociais, envolvendo o mercado e o poder público, é muito grande. Além disso, o juiz deve ter o cuidado de medir as consequências de suas decisões, que, tomadas em multiplicidade, podem gerar o desequilíbrio de algum setor da sociedade.

O juiz da contemporaneidade deve dar conta, em tempo razoável e com qualidade, da quantidade de demanda que lhe é afeta. Deve ter uma visão social e econômica para o que precisa estar inserido em seu meio, tem que administrar o seu juízo, dar complemento ao planejamento estratégico do Judiciário, dar conta das metas que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) impõe, estar em dia com a legislação, com a jurisprudência, entender de juros, de tabela Price, ou seja, tem que se aperfeiçoar constantemente. Eu mesma voltei à faculdade. Já fiz um segundo mestrado e estou tentando terminar um Doutorado porque ser juiz hoje é muito difícil. Note-se que a formação que nos é exigida para prestar concurso é simplesmente a universitária e as universidades continuam a ser as mesmas da minha época. O que se oferece ao aluno numa faculdade de Direito é uma visão meramente positivista. Não houve nenhuma mudança sequer do programa e muito menos da questão metodológica. Da mesma forma, os concursos para ingresso na Magistratura ainda mantêm essa visão positivista. Pela primeira vez aqui no Rio de Janeiro, vamos fazer um concurso em que conhecimentos rudimentares de carreiras humanísticas serão solicitados, isso por força da resolução 75 do CNJ. Só que isso tudo que se vai cobrar é feito sem que tenha sido precedido de uma grande discussão sobre o perfil do juiz para a contemporaneidade e me parece que esse é o ponto nodal em que a gente precisa focar. Que juiz é este de que a sociedade precisa? Quais devem ser suas competências? Quais são as habilidades de que este juiz precisa? Esta é uma questão ainda em aberto. O juiz que tem essa formação em Direito e que presta este concurso, tão logo ele vai atuar, lhe é cobrada uma postura humanística. Ele tem que interpretar as leis de acordo com os princípios constitucionais. Ele precisa ter um conhecimento filosófico, um conhecimento sociológico, um conhecimento econômico, que lhe possibilite dar conta da sua jurisdição, e mais, esse juiz que muitas vezes só estudou, vai ter pela primeira vez o contato com a miséria real, e a miséria real tem cor, tem cheiro, tem dificuldades com que ele não está acostumado. E isso constitui um golpe, talvez um dos maiores golpes que se tenha é a dificuldade de lidar com coisas que você não tinha a menor vivência. É dividir um salário mínimo para a manutenção dos pais e de cinco filhos. São coisas bastante difíceis.

Para tentar superar essa problemática é que existem as Escolas da Magistratura hoje, em todos os estados, algumas ligadas aos Tribunais de Justiça,



“Fato é que tão logo passe no concurso, esse juiz precisa de um curso de formação.”

outras ligadas às associações. Essas Escolas possuem um colégio permanente, formado por todos os diretores, que procura dar uma unidade, uma uniformização de pensamento e avançar também fazendo muitas vezes frente a algumas colocações do próprio CNJ ou da Escola Nacional da Magistratura, de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), que estariam muitas vezes necessitando de uma maior visão da nossa realidade prática. Fato é que tão logo passe no concurso, esse juiz precisa de um curso de formação. Esse curso dura normalmente quatro meses e possui as mesmas cadeiras humanísticas que foram exigidas no concurso, mas com maior profundidade. Também haverá discussão sobre legislações que ele irá usar sobre matéria técnico-jurídica, além de ter contato com outras realidades, como

os presídios, os Institutos Médicos Legais (IMLs), a visitação de todas aquelas instituições que fazem parte do sistema de Justiça. Temos aqui uma visão do CNJ e da ENFAM. A ENFAM é a escola que foi criada com a emenda 45 de 2004, justamente com essa visão corporativa, mas só agora é que ela está buscando exercer sua finalidade.

Eu estava falando da dualidade de pensamento entre a Escola Nacional e o Conselho porque para o Conselho este curso de formação deve fazer parte do concurso e deve contemplar não só o número de vagas, como 20% devem ser oferecidos pelo Tribunal, uma bolsa no mesmo valor que seria recebido caso eles passassem no concurso e tomassem posse. Isso traz uma grande preocupação na medida em que há necessidade de uma lei específica que permita até o próprio pagamento, senão o Tribunal de Contas vai glosar isto. E mais, como é que ficam os seus cargos, os seus empregos, os empregos dessas pessoas que estão fazendo concurso, principalmente destes 20% que não serão aproveitados desde logo? Seu empregador deve manter essa vaga. O poder público deve manter essa vaga. Então, ainda não se usou aqui no Rio de Janeiro essa possibilidade que por enquanto está apenas como opção. A ENFAM entende que esse curso de formação deve ser a posteriori, depois da posse. Realmente, depois da posse, o curso tem quatro meses em horário integral e, além de toda a parte teórica, esse juiz vai começar a ter a prática, sendo designado um juiz mais antigo que vai acompanhá-lo e vai relatar para o Conselho de Vitaliciamento como é o seu desenvolvimento. Além da formação, somos obrigados a ter um aperfeiçoamento contínuo. O artigo 93, inciso II, alínea c da Constituição, redação também dada pela reforma do Judiciário,



pela emenda 45, para fins de promoção por merecimento e de remoção, exige que o magistrado comprove a sua produtividade e presteza no exercício da jurisdição, mas leva em conta também a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais reconhecidos pela ENFAM. Então, as escolas estão se preparando, estão organizando programas para possibilitar que todos os juízes, pelo menos duas vezes por ano, com exigência de vinte horas por semestre, possam voltar à escola e fazer cursos. Nós ainda não conseguimos fazer a adequação para as competências; o juiz criminal, por exemplo, teria que fazer tais cursos. Isso ainda está em processo.

“Então, as escolas estão se preparando, estão organizando programas para possibilitar que todos os juízes, pelo menos duas vezes por ano, com exigência de vinte horas por semestre, possam voltar à escola e fazer cursos.”

Uma questão que se precisaria colocar é que, hoje, o juiz, além de todo aquele complexo que eu assinalei no início, além da necessidade de se aperfeiçoar constantemente, tem de escrever um trabalho final que vai ser corrigido. Se não estiver de acordo, ele não vai ter as vinte horas, ou seja, não vai poder ser promovido se não tiver aquele período que é exigido, com aproveitamento. Além disso, tem-se que cumprir metas. Por exemplo, uma meta estabeleceu que todos os processos até 2005 fossem julgados até 31 de dezembro do ano passado. Neste ano, a meta é se julgar todos até 2006 e todos os que entrarem até 2011. Estamos falando só em primeira instância. Tenho dados aqui de 2010: em 1.957.754 processos, só aqui no Rio de Janeiro, foram julgados 1.778.966 processos em primeiro grau. O acervo em 2010 era de 8.069.262 processos. Por quê? Porque não se dá conta. Por mais que se esforce, por mais que se adote tecnologia. Hoje o Tribunal é autosustentável, mantemos o Tribunal, exceto a parte de pessoal, com o que é arrecadado em taxa judiciária, custas judiciais e de uma taxa de 20% que é cobrada para fiscalização dos cartórios extrajudiciais, os cartórios notariais e registrais. Essa verba que nos foi concedida por volta do ano 2000 era insignificante. Durante catorze anos fiquei à frente do Cartório da Dívida Ativa do Estado e só tivemos quatro processos em que havia irregularidade da taxa judiciária. É porque

não havia a efetiva fiscalização. O governador, vendo então que a arrecadação era irrisória, passou a cobrança para o Poder Judiciário, e foi através da Educação Corporativa que formamos os funcionários e juizes como agentes arrecadadores. Foi muito difícil, mas hoje o fundo é superavitário. Tenho dados de ontem que informam que 75% das ações no Rio de Janeiro são gratuitas, o que significa que apenas 25% são pagas para que se movimente esta máquina. Então, foi um passo muito importante, um passo de autossuficiência e hoje temos instalações condignas, temos um setor tecnológico, temos duas escolas, uma só para os servidores, onde são exigidas trinta horas anuais porque senão não são promovidos. Também os magistrados precisam fazer este mínimo. Fora isso, nós fazemos seminários, fazemos encontros e outros, quando o Presidente convoca. Fizemos agora uma convocação de todos os juizes criminais para discutirem a lei que trata da medida cautelar, que praticamente dá uma nova visão à prisão, tentando diminuir aquela prisão provisória. Além disso, usamos também as redes para discutir as leis. Conseguimos ter hoje em dia uma boa condição material de trabalho, mas o que preocupa é o ajuizamento em massa. O Governo é o nosso principal demandado. Não que o Estado nem o Município sejam demandantes, eles são demandados. Eles só demandam em execução fiscal. Particpei de um Encontro na segunda-feira que dava conta de uma pesquisa que está sendo feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Fundação a pedido do CNJ. O custo de uma execução fiscal é de R\$4.400,00. Então, aí vem um grande trabalho que pode ser feito pelos Tribunais de Contas. A Escola não funciona só nesse aspecto acadêmico propriamente dito, somos um centro de discussão. Reunimos todos os prefeitos dos municípios para discutir o ajuizamento em massa de execuções fiscais prescritas ou em vias de serem prescritas. Isso como um expediente para que eles fujam da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que eles não tenham contra eles nenhuma ação de improbidade e para que venham a adquirir um novo registro e possam concorrer a uma segunda eleição. Só junto com o Tribunal de Contas é que a gente vai conseguir melhorar este panorama. Outros clientes são as concessionárias de serviço público. Elas fecharam as suas agências e hoje quem é gerente das concessionárias são os magistrados e quem atua como trabalhadores dessas agências são os nossos cartórios. E olhem que quase tudo é gratuito. O que volta em termos de custas é insignificante, não paga o trabalho do magistrado, o trabalho de servidores, o que é realmente investido. Então, acho que essa questão da economicidade precisa ser muito bem colocada. A Escola também está reunindo os presidentes de concessionárias. Vamos começar com a Light. Há uma pesquisa em curso pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no sentido de demonstrar que essas questões precisam ser resolvidas extrajudicialmente. O Judiciário está muito caro porque hoje tudo se resolve dentro dele. Quando se consegue dar uma sentença, confirmar em grau de apelação, embora vá ter muitas vezes três ou quatro Embargos de Declaração, Agravos Internos, isso vai para o Superior Tribunal de Justiça. Quando

volta, como é que se executa? Uma nova via crucis para a execução. Acho que a escola também tem que ter esse papel de discutir as questões institucionais e de tentar propor alguma solução.

Para finalizar, quero dizer aos senhores que propusemos à Casa, está em análise, um curso de Mestrado profissional com área de concentração em Poder Judiciário e dinâmica social, e duas áreas de pesquisa: políticas públicas e relações interpessoais. Temos cinco cursos de Pós-Graduação *latu senso* aprovados pelo Conselho Estadual de Educação e vamos iniciar um agora sobre Direito do Consumidor. A escola tem a certificação ISO e periodicamente passa por auditorias internas e externas. Acho que esse sistema é um grande sistema de controle também. Temos um fundo próprio que é usado com a finalidade acadêmica, principalmente. E agora, depois de passarmos um pequeno período em Santo Cristo, ocupando um prédio cedido pela Prefeitura, a escola está voltando ao complexo do Poder Judiciário. Tivemos algumas perdas de alunos e professores e aí fizemos, com aquiescência do Prefeito, a transferência daquele prédio para a Secretaria de Educação e estamos voltando para o complexo do Judiciário, uma vez que nos foi cedido o prédio antes ocupado pela Procuradoria-Geral do Estado. Hoje, ainda estamos usando salas emprestadas, até 27 de fevereiro [de 2012]. Nessa data, nós estaremos, se Deus quiser, inaugurando o novo prédio e começando uma nova fase na história da Escola da Magistratura. Em linhas gerais, era o que eu tinha que expor para os senhores e me encontro à disposição. Muito obrigada.



Formado em Psicologia pela Universidade de Brasília e Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi bancário, dirigente sindical, educador sindical e professor universitário. Na gestão pública, atuou nos âmbitos municipal e federal. Trabalha com educação não formal de adultos desde a década de 1980. Atualmente é Presidente da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, desde maio de 2011.

O Papel das Escolas de Governo na Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP)

Paulo Sérgio de Carvalho

Resumo: a gestão por competências e o reconhecimento das Escolas de Governo, instituição prevista no art. 39 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), nos âmbitos federal e estadual. A rede de escolas (http://www2.ena.gov.br/rede_escolas/) permite ações integradas, construção coletiva, racionalização e otimização de recursos. Dessa forma, foi criado o Mapeamento da Oferta de Capacitações nas Escolas de Governo – Sistema MAPA. O sistema MAPA tem por objetivo coletar dados da oferta de eventos de capacitação em escolas de governo, em nível municipal, estadual e federal, visando produzir e disponibilizar informações gerenciais informatizadas. Dentre os principais desafios para a consolidação da PNDP, destaca-se o alto nível de complexidade, ou seja, os diferentes níveis de conhecimento e estrutura organizacional entre as escolas, o engajamento dos dirigentes e a capacitação gerencial.

Meus agradecimentos muito especiais ao convite para estar aqui com vocês. Já fizeram muitos agradecimentos por eu estar, mas para mim realmente é uma oportunidade ímpar de aprendizado. Assumi a presidência da Escola Nacional de Administração Pública no início de maio e já estava na escola desde 2005, mas devo confessar que a participação num fórum como este é um momento extremamente privilegiado para ampliarmos os horizontes, sobretudo pela participação das pessoas que me precederam, que foram extremamente ricas nas suas abordagens. A mesa de abertura para mim foi bastante rica e eu só fico um pouco constrangido porque tenho o hábito de falar escutando e de escutar falando. O nosso tempo aqui é curto e a minha incumbência é a transmissão de algumas informações. Fiquei incomodando a Rosa Chaise, que é a querida colega que articulou a minha vinda aqui. Perguntei-me quem é esse povo que vai estar ali na minha frente. Então, tentei adaptar uma fala que eu vou seguir. Fiz questão de manter certos textos escritos na suposição, talvez equivocada, de que vocês não tenham essas informações, e por isso estão aí escritas para ficarem para vocês lerem depois.

Seguindo o roteiro, vou falar inicialmente sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, caracterizá-la de forma breve. Vou falar sobre as Escolas de Governo, o papel delas dentro dessa política e também da Escola Nacional de Administração Pública, porque eu não iria me deslocar até aqui e não fazer, ainda que muito pequena, uma propaganda de nosso trabalho.

É importante dizer que estamos falando no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Quer dizer, do ponto de vista da institucionalidade, da legislação, estamos falando de uma política que foi instituída por um decreto de 2006 para a Administração Federal, que tinha por objetivo organizar e ampliar a capacidade de oferta e realização da capacitação dos servidores públicos federais, com base na ideia de gestão de competências, procurando introduzir algumas inovações.

É importante dizer o que essa política trouxe de novidade em relação à situação anterior. Essa visão da gestão por competência reconhece explicitamente o papel das Escolas de Governo, dando a elas uma certa prioridade na questão da organização da oferta, da capacitação dos servidores públicos e também um incentivo àquelas instituições governamentais para que sejam mais pró-ativas nas suas realizações. Aqui estou falando para um público diferenciado, que não é exatamente o público com que mais se convive. Na Administração Pública Direta, tem-se um público completamente diversificado. Há organizações que funcionam com modelos administrativos próximos da Idade Média ou do período da descoberta do Brasil, assim como outras que estão no pós-século XXI. Então, é com um grau de complexidade muito grande que nós convivemos.

Já se passaram quatro anos ou quase cinco que essa política foi decretada. Um decreto não faz uma política, mas é um elemento importante da institucionalidade. Para superar os desafios para a consolidação dessa política, acho muito importante o engajamento dos dirigentes, conforme ouvi nas falas que me precederam. A Desembargadora, que é uma dirigente pública e cuidadora de uma escola, afirmou que se os dirigentes não compreenderem a função de formação,

a função de capacitação como estratégica, e retomando também a apresentação da professora Sylvia, realmente ficaremos diante de uma questão sem saída. Vamos ficar sempre nos lamentando, fazendo uns cursinhos e vendo o que acontece. Então, o desafio principal é este. A questão de construção de novas metodologias inovadoras próprias para os tempos atuais. Acrescentei no trabalho, como estudo de caso, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação meramente a título exemplificativo. Temos o entendimento de que a formação do trabalhador adulto, contemporâneo, exige um investimento contínuo e a disseminação permanente dessas novas possibilidades. A estruturação das áreas de gestão de pessoas, dos órgãos, dos ministérios, é uma das situações bastante fragilizadas. Temos que ter como foco, dentre outros, a formação, a capacitação dos dirigentes públicos. Também fazendo referência ao Peter Drucker, citado pela professora, as pessoas que a gente acha que estão formadas são às vezes as que mais estão precisando de informação. Sem considerar também a grande massa dos trabalhadores que precisam de sistemas formativos articulados. Há ainda outros aspectos relevantes.

As Escolas de Governo aparecem na Constituição de 1988, inseridas em 1998 por meio da Emenda Constitucional 19. Elas estão previstas no artigo 39, nos âmbitos federal e estadual. Quando a gente olha para o tamanho do nosso país, com cerca de dez milhões de servidores públicos na administração direta, no âmbito das três esferas de governo, cerca de seiscentos mil só na esfera federal, podemos perceber que é um desafio muito grande a capacitação articulada dessa gente. A resposta ao desafio da formação é exigir articulação das três esferas de governo por meio de redes de capacitação.

No decreto da política há dois momentos que tratam da priorização às Escolas de Governo e também da construção de um sistema de Escolas de Governo da União a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Por definição, as Escolas de Governo são órgãos, instituições que estão incluídas na estrutura da administração pública federal direta autárquica e fundacional. Evidentemente, a nossa discussão aqui é política, não é jurídica, estamos falando de delimitações sobre determinados aspectos porque formar servidores públicos não é só através dos instrumentos internos de governo. Assim como não são Escolas de Governo só aquelas que são da estrutura administrativa, porque tratar de governo, tratar de gestão não é tarefa exclusiva do governo; ao contrário, determinadas capacitações deverão ser feitas de fora.

A Escola Nacional de Administração Pública foi criada como escola em 1986. Ela está engajada na questão das redes desde, pelo menos, 2003, quando se fomentou a criação da rede nacional de Escolas de Governo. Também trabalhamos com algo que julgo parecido com rede. A palavra rede contém um conjunto de conceituações e nós a usamos num sentido muito amplo, então há um programa de parcerias que achamos que tem o sentido de rede, mas não é algo desierarquizado e solto como a rede nacional.

Temos o sistema de Escolas de Governo da União, em constituição, citado no decreto e a ENAP participa de várias redes internacionais. Há a proposta



de criação da rede de Escolas de Governo de UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). Isso foi agora há poucos meses, então, ainda não está constituída. Acabei de ver no folder da Escola de Contas uma rede vinculada ao Centro Latinoamericano de Administração para el Desarrollo - CLAD e cuja existência eu nem sabia, porque é uma profusão de articulações interinstitucionais que às vezes acho que o nome mais adequado para usar é “articulações interinstitucionais”, porque algumas delas possuem contratos que estabelecem determinadas regras que vão reduzindo o papel de rede naquele sentido de uma mera articulação de “nós” todos igualmente. Às vezes há alguns graus de hierarquização que não são muito compatíveis com o conceito mais geral de rede.

A rede foi criada em 2003 essencialmente para o compartilhamento de experiências, conhecimentos, visando criar sinergia entre as áreas governamentais. Vemos nela potencial muito grande para formulação, difusão e participação na implementação da política de capacitação, na racionalização e otimização de recursos principalmente humanos. Mas além do aprimoramento do capital humano, também o uso de um equipamento público como uma sala como essa, que podemos compartilhar, criando sinergia, com a ampliação da inteligência coletiva. Há vários aspectos relacionados ao compartilhamento que estão profundamente articulados, como já bem fundamentou a exposição anterior, da professora Sylvia Vergara.

É importante assinalar que dessa rede nacional as instituições participam por livre adesão. Pede-se apenas que sejam instituições públicas, ligadas a governos, essa é a única exigência para a adesão. Ela praticamente se viabiliza por meio de encontros anuais. Não estamos certos de realizar algum ainda este ano. Estamos preparando a sugestão de um encontro para o primeiro semestre do ano que vem, mas num patamar que a gente espera diferenciado em relação aos anteriores. Estamos querendo avançar nas discussões e a minha participação aqui muito me anima, exatamente para avançar certas preparações prévias para que as discussões naquele fórum já sejam em outro patamar. Precisa-se de uma preparação prévia. No momento, temos cento e oitenta e cinco instituições ligadas a essa rede, sendo quarenta e seis federais, noventa e seis estaduais e quarenta e três municipais. Digo instituições e não escolas porque aí também temos às vezes uma Secretaria de Administração municipal ou estadual. Há algumas instâncias que não estão dentro do conceito de escola e as escolas nem todas são escolas, são no sentido físico de escola, mas são articulações de projetos educacionais que é um modo de ser escola também. A maioria dessas escolas são vinculadas ao Poder Executivo, mas temos também algumas vinculadas aos demais poderes. Então é realmente uma rede aberta de conversação e de troca de experiência.

Pelo que fiquei sabendo, trinta e duas das trinta e quatro Escolas de Contas estão representadas neste encontro. Por essa razão, quero aproveitar para parabenizar a todos por esse engajamento. É isso que faz rede, rede potente, porque existem muitas redes burocráticas que não servem para nada. Rede potente significa ação prática. Já contamos com quinze escolas cadastradas na rede nacional.



Se temos trinta e quatro, existe a possibilidade de entrarem mais dezessete. Dessa forma, há uma intenção de propaganda na minha participação aqui. As escolas que participaram dos últimos encontros nacionais tiveram uma participação significativa na luta que empreendemos para a manutenção do credenciamento dos nossos cursos de especialização. Acho que esse é um momento significativo. As Escolas de Governo estão legitimamente protegidas em relação a uma legislação do MEC que entende não ser possível manter os cursos de Pós-Graduação para instituições não educacionais, e aí relacionou como instituições de ensino, ainda que não sejamos, algumas das nossas escolas que não são da rede formal de ensino vinculada ao MEC, mas são instituições que ofertam formação no governo. Na rede das Escolas de Contas temos cento e cinquenta e três cursos que são ofertados por essas escolas cadastradas num mapa da oferta de capacitação. Isso considerando as oito escolas que responderam, ainda há sete dentre quinze escolas que ainda estão nos devendo o preenchimento de um cadastro de detalhamento. Dos cento e cinquenta e três cursos, a quantidade maior é oferecida pela Escola de Contas do Rio de Janeiro, que é uma grande parceira.

Então fazemos parceria com outras escolas regionais para oferta de cursos presenciais de desenvolvimento gerencial, em que uma parcela do atendimento deve ser garantida aos servidores federais.

A ENAP tem um programa de parcerias bastante expressivo. A ENAP só tem sede em Brasília, os seiscentos mil servidores públicos federais estão distribuídos no território nacional, uma minoria deles está em Brasília. Então fazemos parceria com outras escolas regionais para oferta de cursos presenciais de desenvolvimento gerencial, em que uma parcela do atendimento deve ser garantida aos servidores federais. O Sistema de Escolas de Governo da União é algo que está em constituição, previsto no decreto 5707. Há um decreto governamental de 2005 que fala da responsabilidade de essas Escolas de Governo ofertarem capacitação para os dirigentes públicos ocupantes de cargo de direção e assessoramento superior como mecanismo de profissionalização crescente da função pública dos dirigentes. Então cabe à ENAP fazer a coordenação das demais escolas federais do Executivo nessa evolução, além da realização de uma série de outras atividades. São onze escolas federais com diferentes épocas de criação, várias delas setoriais.



A ENAP, muito singelamente falando, tem a missão de desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas. É uma formulação que fizemos em 2003, que ainda estamos mantendo. No entanto, houve recentemente uma mudança governamental na ENAP. A Dr^a Helena do Amaral ficou na presidência durante oito anos e eu já era o Presidente-substituto. Quando assumi, dei continuidade a algumas mudanças que já se encontravam em andamento. Uma coisa que a gente vai tentar mudar é a nossa visão de futuro. Temos que criar institucionalidade, estamos falando do desenvolvimento de agentes públicos de alto desempenho. Estamos falando em agentes públicos e não servidores públicos porque queremos criar capacidade tanto do ponto de vista de musculatura e cérebro, como também de legalidade, para formarmos cidadãos que estejam atuando na gestão das políticas públicas, como, em primeiro lugar, os conselheiros participantes dos diversos conselhos de participação tripartite, bipartite com o governo. Estamos sendo fortemente pressionados pela Secretaria-Geral da Presidência da República para iniciarmos esse trabalho, que é importante para diminuir os insulamentos que existem dos servidores públicos, que muitas vezes ficam perdidos dentro dessa grande máquina, afastados da visão do externo.

Sem pedantismo, a ENAP, que eu chamo de a Escola Genérica da Administração Pública Federal, por tratar dos grandes temas de gestão e planejamento, tem uma responsabilidade que não está no seu estatuto, que não está na sua legislação, que é de promover encontros, de promover a disseminação de conhecimentos, de incentivar um sistema forte de capacitação de servidores e agentes públicos no país inteiro nos três níveis da federação. Fazemos há tempos muita prospecção de metodologia, de tecnologias de ensino, utilizando possibilidades da cooperação internacional e nacional, pesquisas, e tudo isso colocando o máximo possível à disposição das demais escolas. Destaco que o sistema MAPA da oferta de capacitação foi uma proposta dentro do Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para vermos o que temos e como podemos potencializar os usos da oferta dentro de uma rede nacional de capacitação de servidores. Muito aberta essa rede, a gente sabe onde ela começa, não sabe onde ela acaba. Então o sistema MAPA tem o objetivo de coletar dados de ofertas de eventos de capacitação nas Escolas de Governo nos vários níveis visando a produzir, disponibilizar informações gerenciais por meio de um sistema virtual informatizado.

Já está criado, embora ainda se encontre numa fase um pouco rudimentar de uso e de reverberação. Acho que estamos no limiar de uma potencialização grandiosa. Quem é o público-alvo? Todos os que trabalham com capacitação de servidores públicos, e então incluímos a Rede Nacional de Escolas de Governo, naquele sentido superamplo, das três esferas de governo. Penso que futuramente nem vai estar fechado, mas isso vai depender da evolução e é uma pactuação dentro da rede, não terá que necessariamente estar fechado, mas isso por enquanto é suposição. Que outras instituições, mesmo que pri-



vadas, mas a serviço do público, estejam participando. Mas isso é daqui a um tempo ainda, porque ainda não conseguimos nem sedimentar essa primeira fase. Ele (o sistema MAPA) pode ser utilizado como escola, para troca e compartilhamento de informações sobre cursos e formação de parcerias.

Das cento e oitenta e seis escolas ou instituições hoje presentes, oitenta e cinco inseriram informações de sua oferta. Há ali beirando quatro mil cursos que tratam de quarenta e três diferentes assuntos ou áreas temáticas, com destaque predominante para Administração e Gestão Pública. A maior parte desses cursos são presenciais, e hoje temos seiscentas e setenta e cinco usuários com acesso. São pessoas credenciadas pelas Escolas de Governo participantes da rede que têm acesso, além de cento e trinta e nove gestores públicos que não são diretamente de dentro da rede, mas que supostamente vão organizar processos, planos de capacitação. Esses números são pequenos, pelo estágio ainda inicial de funcionamento da rede. É importante dizer que houve um trabalho, faz três anos que está sendo criado, muito forte de construção de um vocabulário controlado, de forma que essa diversidade imensa desse nosso Brasil, quando falasse a palavra gestão, quando falasse controle, que todo mundo falasse a mesma coisa, com o mesmo significado.

Eu ainda teria muitas coisas para falar para vocês, sobretudo para perguntar. Eu quis fazer essa fala e acabei conseguindo. Acho que já se passaram trinta minutos. Agradeço muito a vocês que estão aqui. Espero que entendam essa minha fala como uma contribuição à reflexão sobre a importância de se fortalecer a sinergia entre todos os cidadãos e cidadãs que estão construindo um estado democrático no Brasil. Trata-se de uma proposta muito ampla, e acho que na sua fala a Dr^a Sylvia já pontuou muito bem o tempo que estamos vivendo, que é o da gestão e geração do conhecimento. Temos desafios a enfrentar. Não é fácil porque somos assoberbados por tarefas cotidianas que nos prendem. Para eu estar aqui hoje, deixei de fazer várias coisas. São opções que precisamos fazer para poder construir essa nossa rede. Mais uma vez, Paula, agradeço muito pelo convite. Desejo muito sucesso para esse Encontro de vocês. Não vou poder participar, lamento, porque o tema é interessantíssimo e eu peço encarecidamente que socializem conosco o produto do trabalho de vocês. Muito obrigado.

DEBATE

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Obrigada a todos os presentes a esse evento, o qual não faria sentido sem que vocês aqui estivessem. Agradeço muito aos nossos palestrantes. A Desembargadora Leila Mariano já precisou se ausentar porque tinha que ir para o Tribunal assumir suas funções e a professora Sylvia também tem urgência de sair. Então, nós vamos proceder da seguinte maneira: vou ler uma pergunta para a professora Sylvia, depois uma pergunta para o professor Paulo. As outras perguntas serão enviadas aos palestrantes por e-mail. Fiquei encarregada pela Desembargadora de passar para ela as perguntas que lhe fossem destinadas. Todas serão respondidas.

○ Antônio Maia, que é Analista de Controle Externo do TCE-RJ, pergunta à professora Sylvia Vergara: Se a Educação Corporativa no âmbito da administração pública for dirigida e controlada pelos gestores das instituições, existe a possibilidade de o rumo da instituição seguir interesses pessoais? Qual o modelo adequado para a administração pública?

Professora Sylvia Vergara (FGV-RJ)

A Desembargadora Leila falou do positivismo pautando o ensino, a elaboração de questões relativas ao Direito. O positivismo só vê um modo, uma maneira de fazer as coisas. Então não podemos nos ater a isso porque o positivismo é uma epistemologia, é uma forma de se ter acesso ao conhecimento, de acreditar nesse conhecimento e nos faz deixar de lado outras questões, por exemplo, deixamos de considerar os interesses particulares. A visão de complexidade nos mostra isso. Os interesses particulares sempre vão acontecer. Ao mesmo tempo que se considera tudo isso, há também um controle da sociedade, há uma maior transparência, portanto, não há um único caminho para se chegar a um fim. Não há. Será que há um único caminho para irmos daqui a Niterói? Não há. Podemos ir de barca, de carro, de ônibus. Há vários caminhos. Portanto, temos que escolher o caminho mais adequado. Se um gestor não estiver fazendo aquilo que é interessante, que é importante em termos de uma Educação Corporativa, cabe aos seus pares, a outras pessoas, chamarem

a atenção dele para isso. Chamar atenção para ele pensar sobre o que ele está fazendo. Mas interesses pessoais sempre existirão. Temos que tentar neutralizar isso da melhor forma possível e, nesse sentido, a transparência ajuda muito.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Obrigada, professora. Agora vou ler uma outra pergunta, por ordem da chegada. Mas antes uma breve consideração. Falou-se tanto aqui hoje em equipe. Quero destacar que nada disso estaria acontecendo aqui hoje se não fosse a equipe da Escola de Contas e Gestão do Tribunal. Então, agradeço a todas as pessoas que trabalham na Escola de Contas, algumas estão aqui, outra estão lá em Niterói, preparando a casa para amanhã recebê-los. Agradeço muito a todos pelo empenho e dedicação.

Agora vou ler a pergunta do Pedro Henrique, que é Assessor do IPC do TCE do Ceará, dirigida ao professor Paulo Sérgio: Como a ENAP está lidando com a necessidade de capacitar terceirizados na administração pública, levando em conta que esse setor é uma realidade nas esferas de governo?

Professor Paulo Sérgio de Carvalho (ENAP)

Pergunta cruel. A ENAP tem o problema de não dar conta da sua demanda direta. Então, esse problema é muito forte, ele é real. Ainda não o abordamos realmente. Existem alguns órgãos que nos contratam – os terceirizados e outras formas de contratação. Como sabem, temos um arsenal bastante confuso de contratos de trabalho na administração pública. Isso vem mudando, em razão de uma política de fortalecimento dos quadros próprios de governos, com a realização de concursos. No entanto, há ainda uma profusão de modos de inserção de trabalhadores no serviço público que ainda não encaramos e não enfrentamos adequadamente. A ENAP não pode fazer a capacitação dos terceirizados. Já não atendemos ao conjunto da nossa demanda, então ainda não enfrentamos esse assunto. À medida que chega de uma Escola de Contas uma pergunta dessa, fica demonstrado quão candentes elas são. Vivemos às voltas com os Tribunais de Contas, com as controladorias, com o que podemos e o que não podemos fazer. Várias das coisas que abordei na minha apresentação são desejos políticos. Alguns, para serem viabilizados, ainda carecem de acertos institucionais e jurídicos para que possam ter legalidade plena para a sua realização e os órgãos de controle cumprem corretamente o seu papel de monitorar isso. Faz parte da política nacional de desenvolvimento de pessoal. Apesar de o decreto já estar em vigor há quatro anos, ainda há pouco encaminhamento dessas questões. Temos que ter uma noção exata do tamanho dos desafios a serem enfrentados. O avanço é positivo, porém precisamos avançar muito mais. Uma das questões centrais está aí. Como é que vamos cuidar

para homogeneizar os nossos servidores? Todos que estão aí são de diferentes grupos, todos têm seus graus diferenciados de inserção e legitimidade. O que não tiver legalidade tem que ser resolvido, mas quem está no serviço público precisa estar dentro da regra que a professora Sylvia citou. Exige-se formação permanente. Então, não faz sentido, ou então você tem que garantir nos contratos terceirizados que a capacitação exista, mas isso é evidentemente muito difícil de ser viabilizado em relação aos terceirizados. Não se está contratando uma pessoa, mas um posto, um cargo. Assim, precisamos criar competências em determinadas ações concretas. É um assunto para nós todos nos envolvermos e buscarmos solução. Acho que cabe à política nacional de desenvolvimento de pessoal começar a enfrentar essas questões, mas não tenho nenhuma resposta conclusiva para vocês nesse instante. Agradeço muito a atenção de vocês. Caso haja outras perguntas para mim, vou ter todo o cuidado em responder. Minha sugestão é que o conjunto das respostas seja socializado, tornando-as uma coisa pública. Eu mesmo fiquei muito curioso para saber do conjunto. Muito obrigado.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Agradeço à professora Sylvia e ao professor Paulo Sérgio pelas elucidativas respostas.

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Agradecemos aos palestrantes que abrilhantaram o evento. A partir de agora, teremos o intervalo de uma hora para o almoço. Retornaremos ao trabalho às 14h30min. Bom almoço a todos.



PAINEL

A Educação Corporativa e os Tribunais de Contas

Educação Corporativa: em busca da efetividade social e relevância do humano

Valderez Ferreira Fraga



Mestre em Education and Human Development pela George Washington University e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora na Fundação Getúlio Vargas - RJ e na Pós-Graduação em Comércio Exterior ECEX-IE UFRJ. Tem publicações sobre Cultura, Filosofia Fenomenológica e Ética.

Resumo: discussão sobre o significado da expressão “verdade polissêmica” – o direito de cada um ser diferente, ter suas próprias ideias contribuindo para a realidade, intersubjetivamente. O aspecto social das relações, a construção coletiva, a singularidade de cada pessoa e a efetividade. A nobreza do serviço público, a importância da orientação ética e do conhecimento, em especial, no contexto de um TCE.

Em primeiro lugar, boa tarde a todos. É uma alegria tão grande que eu não encontro uma palavra muito adequada para descrever o que eu sinto por estar aqui. Depois que se tem sessenta anos, o privilégio de se ter quase sessenta alunos pertencentes ao Tribunal de Contas, nos leva a compreender um pouco mais a grandiosidade da responsabilidade, do fazer, do sentir, do dever ser desta Casa. Pela segunda vez estou aqui, e sinto-me muito honrada por isso. Tenho pouco a dizer, mas certamente, quando sair daqui terei muito a refletir, e talvez melhore a minha fala em outros momentos, em outras circunstâncias.

O tema de que vou tratar é aquele já esperado, diretamente relacionado com o tema do Evento que está sendo organizado, hoje, por sinal eximamente organizado, um exemplo de Educação Corporativa.

Escolhi abordar a busca da efetividade porque fiquei sensibilizada em cada momento que li documentos do Tribunal de Contas, dando conta dessa palavra tão simples, porém um conceito tão complexo que é efetividade. A sociedade, o humano, cada um individualmente e o povo, o povo brasileiro, tem uma expectativa muito forte de justiça e de dignidade. A relevância do humano está justamente aí, nessa priorização das pessoas.

Escolhi essa paisagem [referência à apresentação de Power Point anexo à publicação] que estou mostrando por razões óbvias. O sentimento grande de estarem todas as escolas aqui, não digo representadas, digo as escolas de verdade. São as pessoas que compõem as escolas “de verdade” e que estão aqui, não são meras representações, olhando esse horizonte fantástico. Essa beleza natural do Rio, caída do céu por descuido, como dizem os gaúchos. O Rio Grande do Sul é a minha terra, como a da professora Rosa Maria Chaise.

Vimos para cá justamente em busca dessa beleza toda de povo e de natureza, para encontrar aquilo que é a minha expectativa, o que a fenomenologia chama de “verdade polissêmica”. Essa expressão é um pouco incômoda, não é? Espero que ela não tenha o som de uma empolgação, porque, pelo contrário, ela traz um conceito complexo que nos é muito caro, que é o direito de cada um ser diferente, ser singular, ter as próprias ideias e, assim mesmo, saber que vai ajudar a construir a verdade. Quanto maiores as diferenças, as estudadas, analisadas, no sentido da ética, maior a possibilidade de resolver problemas. A única coisa que não podemos esperar no mundo de hoje, nas organizações humanas, nas escolas, em especial em Escolas de Contas com a responsabilidade que lhes é inerente, é que o mundo se simplifique.

O mundo será cada vez mais complexo, mais desafiador segundo muitos como DeMasi, Morin, Maffesoli, Jameson. Então, a “verdade polissêmica”, com a contribuição de cada um de nós, por mais singela que seja, é minha expectativa neste evento e acredito que seja para cada um dos presentes.

Este encontro nos traz algo bem interessante em termos de conceito de fenomenologia. O que é que a fenomenologia chama de fenômeno? Não é o mesmo que o cientista chama em seu laboratório, embora ele use o termo de uma maneira própria e extremamente adequada. A fenomenologia chama



de fenômeno aquilo que está acontecendo aqui, que é algo que fala por si próprio, porque o fenômeno aqui hoje, é ter todas as escolas presentes, todas as escolas reunidas, essas escolas com essa imensa responsabilidade de serem, na verdade, para a esperança de dignidade do povo brasileiro, com toda a responsabilidade que é a missão do Tribunal de Contas. Acho que as palavras de Husserl neste momento são propícias, são adequadas porque, na verdade, pretendemos nos lembrar do povo brasileiro, pretendemos nos lembrar do nosso dever em relação ao povo brasileiro e essa escolha das Escolas de Contas é uma escolha, além de generosa e desafiadora, apropriada para que se dê conta do que se chama efetividade. A partir daqui, novamente volto a Husserl, porque estamos no mundo, Husserl nos diz que fomos lançados ao mundo, talvez a um mundo como não gostaríamos muito que fosse, pois gostaríamos que o mundo fosse melhor e nos cabe fazê-lo melhor. ...E o papel das Escolas de Contas está inteiramente incluído na possibilidade deste mundo melhor.

No momento em que Husserl pensou na palavra horizonte, espero que consigamos escutar o som do convite que está aí nesse horizonte. É o convite do *Trenzinho Caipira* de Villa Lobos, que é a nossa essência. Somos caipiras sim, isso não é errado, isso é bom, isso é autêntico. O que Husserl dizia sobre o horizonte, que é algo da nossa esperança, da nossa expectativa, da nossa possibilidade. Quanto mais andarmos em busca do horizonte, mais poderemos alcançar, nunca conseguiremos alcançar tudo, mas nunca deixaremos de buscar. Assim, embarcando no trenzinho de Villa Lobos, acho que as pessoas vão gostar de fazer essa viagem.

Vamos em busca desse horizonte "husserliano", que nos vai fazer muito bem, porque vamos tratar da Educação Corporativa, conforme já falei, em busca da efetividade. A efetividade tem como essência o social, sem esquecer as pessoas singulares, individuais, nós todos, cidadãos aqui reunidos e fora daqui, com as nossas necessidades, expectativas, vulnerabilidades, sonhos, desejos de resolver problemas e de conseguir. Temos, também que pensar no nosso passado. Tivemos belos exemplos do passado, mesmo em situações tumultuadas, como foi o período dos irmãos Andrada. Quando Martim Francisco de Andrada, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva, nos lembra daqueles tempos tumultuados do Primeiro Império. O que se poderia esperar da questão da maioria? Ele dizia que era preciso lembrar a nobreza do próprio servir e que era necessário conquistar na comunidade essa respeitabilidade pelo nosso servir. Ele dizia que era uma tristeza para ele observar, na província de São Paulo, o quanto o servir público não era considerado e o servidor público não recebia o devido respeito. Vamos aguardar para que isso mude, mude fortemente, com a contribuição dessas Escolas de Contas, com o seu fazer, o seu dever, o seu contribuir. Então, este contribuir será no sentido de capacitar para fiscalizar e para orientar.

Essa palavra "orientar" me tocou muito quando os meus ex-alunos, oriundos do TCE, vieram com este conceito para mim, porque orientar é parte

de educar. Com certeza, um papel fundamental das Escolas de Contas, mas além desse orientar e educar há outro ponto fundamental que é um dos conceitos mais básicos da fenomenologia, mais fortes eu diria, que é sabermos para onde estamos orientados, porque a fenomenologia não é uma escola, ela é um movimento. Ela tem Sartre, Merleau-Ponty, Heidegger, Hannah Arendt..., tem “n” caminhos a serem seguidos e a única base que os mantém unidos é o engajamento ético. Portanto, a fenomenologia é uma filosofia engajada, não politicamente engajada, mas eticamente engajada, então, essa palavra “orientar” tem, aqui, um sentido múltiplo, o sentido didático, pedagógico, andragógico, o sentido filosófico de sabermos o nosso caminho, o nosso norte ético, independentemente de quando e onde.

Vejo nas Escolas de Contas um papel filosófico fundamental de contribuir para que os servidores desenvolvam esse auto e alto conhecimento do prazer de servir, da dignidade de servir, da seriedade de servir.

independentemente do seu porte. Se ela ainda é pequenina, se ela ainda se sente insignificante, saber que não o é, ela tem muita significância naquele cerne embrionário.

O Christian Jung trouxe mais uma imagem [outra referência à imagem projetada] que eu considere muito interessante para aqueles que gostam de ler sobre Gestão e Educação, que é um lembrete de Gareth Morgan. Ele dizia que “não nos iludamos, porque nós temos uma condição humana, a condição de termos sombras ainda no nosso autoconhecimento”. Temos regiões de som-

Esse talentoso fotógrafo jovem chamado Christian Jung (referência a uma projeção) mandou para mim, sensibilizado depois de uma palestra – nem sei se isso é uma palestra – uma fala que ele conheceu e se sensibilizou porque me referi à questão de que se precisamos de uma orientação ética, precisamos, primeiro, de autoconhecimento, de um conhecimento elevado. Vejo nas Escolas de Contas um papel filosófico fundamental de contribuir para que os servidores desenvolvam esse auto e alto conhecimento do prazer de servir, da dignidade de servir, da seriedade de servir, da fundamentalidade de servir. Por quê? Porque temos essa outra questão que o nosso jovem fotógrafo colocou ali para mim como um presente, a lembrança do outro. Tudo o que nós fazemos é para o outro, o nosso dever é para com o outro, o nosso outro, porque nós também somos o outro do outro e é assim que a Escola vai desenvolver-se e desenvolver pessoas, para cuidarem desse nosso imenso país, independentemente da origem da Escola,



bras, de desconhecimento de nós mesmos, então, vamos deixar a prepotência de lado no momento da sala de aula, de que: “eu conheço perfeitamente os meus alunos”, “eu já sei o que ele vai dizer”. Lembrando Rogers que dizia: “eu me sinto muito envergonhado quando me vejo pensando ou até dizendo: - espere aí, eu já sei o que você vai dizer”. Precisamos da humildade de que nunca sabemos o que o outro vai dizer, sequer sabemos, muitas vezes, como dizermos as coisas, precisamos do outro para nos lembrar: “Percebeu o que você disse naquela reunião? Viu como você respondeu ao seu aluno? Repensou como você falou com aquele conselheiro? Prestou atenção no que você disse ao Prefeito daquela cidadezinha, tão ávida por orientação?”. Esses lembretes talvez nos sejam úteis na Educação Corporativa, porque será uma conquista, uma conquista desafiadora.

Aqui [referência à projeção] andei por alguns caminhos, pelas pegadas de Tocqueville, por exemplo, que nos disse que as coisas só irão acontecer em uma nação, como a nossa, jovem, problemática e bela, com grandes esperanças, possibilidades, expectativas, se houver o que ele chamou da “Ciência da Associação”, essa associação que estamos vendo aqui agora, as pessoas virem de toda a parte do país para este ambiente. O professor Pedro Demo, tão conhecido de todos nós, acredito que apreciado pela maioria que o conhece, chamou isso, ao invés de a Ciência da Associação, de “o poder da associação”. É para isso que precisamos trabalhar, para que essas escolas vinguem, para que as prefeituras sejam orientadas, sejam fiscalizadas, sejam capacitadas. Em todos os órgãos públicos ou privados, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, as escolas terão que dar conta dessa tarefa.

Ainda considere interessante nos lembrarmos de John Dewey que também tratou da questão da associação humana. Ele chegou a dizer que “não há razão para perguntar por que os seres humanos estão associados” porque eles já nascem associados, apenas precisamos lembrar com ele, com Husserl, que ao nascer não nos é dada a humanidade, nos é dada a espécie, a nossa humanidade nós temos que conquistar. Portanto, além de todo o saber técnico-científico, uma Escola de Contas tem o dever de, também, lidar com essa questão do aprender a ser. Esse é o grande problema de cada um de nós seres humanos, diante de nós mesmos. Quando ninguém fica sabendo, quando estamos na nossa solidão, com as nossas sombras, mas também com as nossas esperanças.

Precisamos da humildade de que nunca sabemos o que o outro vai dizer, sequer sabemos, muitas vezes, como dizemos as coisas...



Tenho aqui algumas rápidas chamadas sobre alguns conceitos de fenomenologia que eu gostaria que passassem os olhos, porque a fenomenologia não é ainda tão conhecida, embora seja bastante reconhecida, talvez porque ela tenha uma linguagem incômoda. Ainda não tive talento para melhorar isso, em absoluto, mas tenho colegas que o farão, gostaria que passassem os olhos por um desses trezinhos caipiras [referência à projeção sonora] que depois farei chegar às mãos de todos com o auxílio de toda essa equipe tão fantástica que montou esse evento e com o carinho e a atenção da professora Rosa Maria Chaise, para chegarmos, depois, às perguntas a respeito dessas questões que estão aí à disposição dos senhores para uma reflexão.

Essa questão da ética encontra-se na fenomenologia, como uma questão inarredável, ela é, na verdade, a essência, a sua base. Esse critério da eficiência é fundamental ao Tribunal de Contas, da mesma forma que é o da eficácia, no qual ele já está diretamente envolvido. Em seguida, vem o da efetividade, que nos traz os aspectos sociais e depois vem a questão da relevância do humano. Afinal de contas, para que essa preocupação ética? Para que essa preocupação com uma formação técnico-científica nas mais diversas áreas na Escola de Contas, se não for para a relevância do humano? Por quê e para quê? E aqui vamos preenchendo esses elementos do nosso paradigma fenomenológico. Vamos lembrar, por exemplo, quando se fala da estratégia com a cidadania, que podemos focar algumas questões interessantes. Assim, a preocupação com a questão estratégica de vez em quando aparece.

A “teoria gerencial”, que é a nova teoria da administração, não vamos confundir-la com gerencialismo, mas não vamos esquecer que é fundamental o gerencial na gestão pública, porque é também uma questão ética. Também não vamos esquecer que a estratégia, na gestão pública, é fundamental, ela não é necessariamente manipulação, ela é uma forma de levar à cidadania a possibilidade da esperança de resolver os seus problemas. A questão fundamental da Escola de Contas não é única e exclusivamente o conhecer, o conhecimento intelectual, mas o saber, o saber ser. Além do saber, do aprendizado, temos ainda mais uma questão da preocupação ou da pré-ocupação nas escolas de campo de preparar-se nas Escolas de Contas para lidar, também, com as organizações privadas, uma vez que elas são de todos nós, estamos inevitavelmente envolvidos. Quando trazemos o coração desse paradigma, vemos que, na verdade, precisamos contribuir nas Escolas de Contas para que elas tragam na verdade, mais do que conhecimento, o saber para o mundo da vida. O mundo da vida não é algo sobrenatural, nem transcendental, é esse nosso mundo mesmo, da nossa luta, do dia a dia, desde o trânsito até os problemas mais graves sobre os quais refletimos.

Gostaria de deixar uma pequena anotação sobre uma questão que a fenomenologia considera fundamental. O ser humano na fenomenologia não é um recurso. Tive até um debate com um ex-professor meu, Leonard Nadler, que me levou para o campo de Recursos Humanos. Discutindo com ele, muito

cordialmente, disse que reconhecia que ele tinha o mérito de ter organizado a área de Recursos Humanos, mas que, lamentavelmente, eu não consideraria jamais o humano como recurso. Não somos recursos, somos agentes conscientes, responsáveis por aquilo que praticamos e não podemos abdicar disso. As formiguinhas são muito organizadas mas predadoras. As abelhas geram um produto único que não se deteriora com o tempo, mas elas são instintivas. Nós temos inteligência, então, temos responsabilidade e para isso, temos, por exemplo, o método fenomenológico que pode nos ajudar.

Disponibilizo um referencial bibliográfico [outra referência a uma projeção] que oportunamente poderei passar àqueles que tiverem interesse sobre de onde saíram essas ideias. E, agora, se tivermos o som, vou ficar muito feliz, porque aqui está chegando uma árvore frondosa, com raízes fortes, e que vem trazendo frutos de todas as partes do país, vem trazendo sonoramente a presença de todos que estão aqui, para a nossa telinha. Essa telinha bela, maravilhosa, articulada, produtiva, que de repente vai se tornar um pouquinho escura, mas não se assustem, porque pedimos ajuda a um poeta nordestino que todos certamente conhecem que é o João Cabral de Melo Neto. Ele dá um “receituário” para que todos nós acordemos tecendo os fios de luz de um amanhã que o desenhista gráfico André Vector coloriu de beleza e movimentou de harmonia [referência a mini filmes]. E é Hannah Arendt, quem vem completar João Cabral de Melo Neto com as suas sugestões fenomenológicas de pessoas agindo em concerto. As Escolas de Contas deverão ser sempre extremamente exigentes e, ao mesmo tempo, generosas para que o produto seja valioso.

Agradeço muito a compreensão de todos, a paciência de me ouvirem e desejo-lhes muitas felicidades. Muito obrigada.



Auditor Federal de Controle Externo. Especialista em Gestão Orçamentária e Financeira. Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa (ISC) – Tribunal de Contas da União.

A Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União

Adriano Ferreira Amorim

Resumo: o conceito de Educação Corporativa: processo institucional sistemático e contínuo para o desenvolvimento de competências humanas e profissionais. A estrutura do ISC e seus principais programas: Programa de Desenvolvimento de Competências Técnicas; Programa de Desenvolvimento de Competências de Liderança e Gestão; Programa de Capacitação dos Servidores Públicos; Programa de Auditorias e o Programa de Reinserção Profissional.

Boa tarde a todos. Gostaria inicialmente de parabenizar a Dr^a Valdez pela fala inspiradora, que nos faz refletir um pouco sobre o papel dos servidores públicos.

Tratarei da Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União (TCU). Tentarei ser bastante sucinto. Qualquer dúvida e aprofundamento ficará para as perguntas ou particularmente, colocando-me desde já à disposição de todos para conversar.

Gosto bastante dessa definição de Educação Corporativa [referência à projeção], uma vez que ela contempla bem qual é o nosso papel como Escola de Contas no âmbito do sistema de controle. Educação Corporativa é um processo institucional que tem como finalidade básica fomentar a instalação e o desenvolvimento de competências profissionais e humanas, atuais e futuras, consideradas críticas para a viabilização das estratégias de negócios de uma forma sistemática e contínua.

Vamos esmiuçar essa definição. Vocês verão que ela contempla quase todos os nossos desejos, nossos objetivos e nossas dificuldades dentro da área de Educação Corporativa. Ela tem que ser um processo institucional, não pode ser apenas a vontade de uma pessoa ou de uma unidade. Tem que ser adotada por toda a instituição, tem que fomentar a instalação e o desenvolvimento de competências. Portanto, não podemos nos preocupar apenas com competências já existentes, temos que pensar nas competências que ainda não estão instaladas dentro das nossas organizações, temos que pensar nas competências tanto profissionais como humanas. Às vezes cometemos o exagero de nos concentrar no desenvolvimento das competências profissionais e nos esquecemos um pouco de desenvolver competências humanas. Sei que é difícil desenvolver competências humanas, mas não nos podemos esquecer desse binômio: competência humana e competência profissional.

Competências atuais e futuras também, da mesma forma, nos preocupamos bastante em desenvolver aquelas competências que hoje achamos que são necessárias à consecução dos objetivos dos Tribunais de Contas das nossas unidades, das nossas organizações. E as competências futuras? Será que temos noção do que o auditor, o que o nosso analista precisa ter de competências para atender as demandas da sociedade no futuro? Temos noção de qual perfil profissional é exigido de um auditor daqui a dez, quinze anos? Temos que começar a nos preparar hoje para isso. Tanto no âmbito do concurso público, quanto no âmbito da formação inicial dos servidores e da formação complementar, temos que estar preparados para atender essa demanda futura, porque estamos sempre correndo atrás do próprio rabo, deixando de olhar para o futuro. Uma das nossas funções é preparar o nosso pessoal para atender as demandas da sociedade no futuro, que serão certamente diferentes das demandas que temos hoje na nossa unidade de Educação Corporativa.

Aí aflora a questão da viabilização das estratégias de negócios. Vou falar um pouco mais sobre isso adiante. A Educação Corporativa tem que ser

sistemática e contínua. Não pode ser feita de espasmos, de ações isoladas; ela tem que ter um norte, uma diretriz, tem que ser contínua. Acho que essa definição contempla bastante todos os nossos deveres como titulares e participantes desse processo de Educação Corporativa.

Então defino, reforçando um pouco mais a questão da estratégia, o que é o corporativo da educação. O que torna a educação de fato corporativa é a sua íntima ligação com a estratégia da organização. Isso tem que estar na nossa mente diariamente. A Educação Corporativa só funciona como Educação Corporativa a partir do momento em que ela está ajudando a organização a atingir seus objetivos estratégicos. Esse [referência a uma projeção] é o mapa estratégico do Tribunal. Destaquei alguns dos objetivos estratégicos do Tribunal. O Instituto Serzedello Corrêa tem atuado como um indutor ou como suporte para o seu alcance. Alguns estão relacionados ao desenvolvimento de competências gerenciais e competências de servidores, à contribuição para a melhoria da gestão pública – objetivo que sai das paredes do Instituto sai das paredes do Tribunal. Temos tantos objetivos estratégicos de cunho interno como objetivos estratégicos de cunho externo que se refletem em outros órgãos, em outras esferas de governo e o Instituto tem atuado nessas duas áreas.

O Instituto Serzedello Corrêa é responsável pelas ações de Educação Corporativa no TCU e promove a capacitação e desenvolvimento profissional de servidores públicos, servidores públicos *lato sensu*. Lembrando um pouco a fala dos nossos antecessores hoje pela manhã, expandimos esse conceito, porque não atuamos só na capacitação dos servidores públicos, mas estamos atuando também na capacitação dos cidadãos. Temos atuado na capacitação de conselheiros municipais, de cidadãos e temos que também, talvez, fugir um pouco dessa nossa definição de só treinar servidores públicos, porque é possível que estejamos no momento agora de ampliar esse horizonte para tentar melhorar o entendimento da sociedade como um todo.

O Instituto foi criado em 1992 pela Lei Orgânica do Tribunal e implantado apenas em 1994. A finalidade é propor políticas e diretrizes e coordenar as ações de seleção interna de servidores, de educação corporativa, de gestão do conhecimento organizacional e de gestão documental.

Hoje contamos com cerca de oitenta e três servidores, nem todos ligados exatamente à Educação Corporativa. Cuidamos também do Centro de Documentação do Tribunal, que envolve a Biblioteca e toda a gestão documental, o Arquivo. Contamos com quarenta estagiários e quarenta terceirizados. O Instituto atua tanto no âmbito interno como no âmbito externo. Internamente, no programa de desenvolvimento de competências técnicas, pessoais e gerenciais; e externamente de duas formas: com ações para capacitação de gestores e servidores públicos, de que falarei mais adiante, e com ações elaboradas a partir de parcerias que fazemos com outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal.

Funcionamos com uma estrutura que gostamos de chamar de semi-



matricial, porque ela não é uma estrutura matricial no seu conceito estrito. O Instituto hoje é dividido em quatro diretorias. Uma diretoria é o Centro de Documentação e as outras três diretorias são divididas por clientela. Assim, cada diretor do Instituto Serzedello Corrêa cuida de uma clientela do ISC. Um diretor cuida da área de controle externo, o outro diretor da área administrativa e um terceiro diretor dos parceiros, dos órgãos e entidades externas ao Tribunal. Essa última diretoria tem tido bastante trabalho, especialmente em relação aos nossos amigos dos Tribunais de Contas dos Estados. É uma diretoria hoje que tem atuado bastante, temos atualmente mais de cinquenta acordos de cooperação técnica e muitos deles estão bastante ativos.

Como somos um órgão que tem unidades em todos os estados da Federação, a educação a distância tem sido uma ferramenta muito importante para conseguirmos alcançar os nossos servidores.

O Instituto é dividido em serviços, cada um cuidando de uma área. Esses serviços entregam produtos para as diretorias de acordo com a clientela. Então temos um serviço de Educação a Distância, um de Educação Presencial, um de Pós-Graduação e Pesquisa, e assim por diante.

A seguir, o ciclo de treinamento. Atuamos na questão do diagnóstico, planejamento, execução e avaliação. É o ciclo clássico de desenvolvimento de ações educacionais.

Uma ideia da nossa produção em 2010 [referência à projeção]. Colocamos em ofertas de vagas. Cursos presenciais e a distância, público interno e externo. Oferecemos sete mil e quatrocentas vagas em eventos presenciais durante o ano passado para o público interno, para servidores do Tribunal de Contas da União, novecentos e setenta vagas para cursos a distância. Esse número, em 2011, vai ter uma diferença nessa proporção. Temos avançado bastante em educação à distância.

Como somos um órgão que tem unidades em todos os estados da Federação, a educação a distância tem sido uma ferramenta muito importante para conseguirmos alcançar os nossos servidores, ainda mais em um cenário de contingenciamento de diárias e passagens, cujo deslocamento dos servidores acaba sendo prejudicado por questões orçamentárias. Ao público externo foram oferecidas quatro mil e novecentas vagas para cursos presenciais e vinte e uma mil vagas para eventos à distância, principalmente o programa de capacitação de servidores públicos. Esse é um indicador que começamos a medir esse ano, mas com dados do ano passado.

No ano passado computamos quarenta horas de treinamento por servidor por ano. Nesse número foram considerados os cursos de Pós-Graduação, que têm a carga horária mais pesada. Até ficamos surpresos diante



desse número, porque é considerado bastante bom. É claro que toda média esconde algumas imperfeições, mas é um número bastante positivo da atuação do Instituto.

Vou tratar rapidamente dos programas educacionais. Hoje, eles são divididos dessa forma [referência à projeção]. Estamos repensando a divisão dos programas, mas no momento a conformação que temos é essa, são os programas que conduzimos dentro do Instituto Serzedello Corrêa. Desenvolvimento de competências técnicas, desenvolvimento de liderança e gestão, capacitação de servidores públicos, um programa de incentivo à educação continuada, um programa de Pós-Graduação e pesquisa e um programa de inserção profissional e de formação de futuros servidores.

Vou apresentar um resumo de cada um deles, para vocês terem uma noção. O programa de desenvolvimento de competências técnicas é dividido em competências técnicas de controle externo e competências técnicas em técnica administrativa, que é o da área meio do Tribunal. Todos os cursos, eventos que são voltados para o desenvolvimento de competências da área de controle externo e da área administrativa estão afetos a esse programa de desenvolvimento. Na verdade, desenvolvemos dentro desse programa um subprograma, que é o programa de aprimoramento profissional de auditoria que foi uma demanda do presidente do Tribunal de Contas esse ano. O Tribunal de Contas da União está passando por uma mudança de atuação, mudança de foco em virtude da redução do estoque de processos e que culminou com a mudança do nome de nosso cargo, que passou de analista de controle externo para auditor. Parece que não, mas a mudança do nome de analista para auditor tem um significado que às vezes as pessoas não percebem e essa mudança coincidiu com uma mudança de foco da atuação do Tribunal. Com a redução de estoques de processo, o Tribunal se viu obrigado a utilizar suas horas disponíveis, seus servidores disponíveis para fortalecer a fiscalização. Então, hoje temos menos processos para analisar, hoje temos menos analistas, estamos passando a ser mais auditores, fazendo mais fiscalização. Para vocês terem uma ideia, hoje essa proporção deve estar em 50% para cada uma dessas atividades, talvez mais de 50%, 55%, 60%. E era 30%, alguma coisa em torno de 30%, 35%. Com isso, ficamos com um pequeno problema nas mãos. Muitos servidores do Tribunal, muitos auditores, desaprenderam a fazer auditoria, já que há muito tempo não desempenhavam essa atividade. Alguns há mais de dez, quinze anos não faziam auditoria e a gente precisou, de uma hora para outra, desenvolver um grande programa de aprimoramento profissional, de atualização profissional desses auditores, que é o programa de aprimoramento profissional que se chamou Proaudi, destinado a essa capacitação.

Qual é a ideia desse programa na verdade? Ele capacitou cerca de seiscentos servidores, a ideia desse programa é tentar aliar o conhecimento teórico com a prática. A teoria que transmitimos aos auditores consiste em noções de auditoria, normas de auditoria, como fazer um planejamento de

auditoria, como executar auditoria, como elaborar um relatório. Ao final do curso, todos os auditores treinados vão fazer uma auditoria com as equipes, com os servidores que participaram do treinamento. Nesse momento estamos na fase de auditorias. Temos umas cem equipes em campo fazendo auditoria que serão objeto de avaliação de controle de qualidade por parte do Tribunal de Contas da União. É o que considero o treinamento quase perfeito. Fazemos o embasamento teórico, colocamos isso na prática e avaliamos a efetividade do treinamento. Dessa forma, vamos tendo condições de comparar, na média, a qualidade dessas auditorias em relação às auditorias que eram realizadas no passado.

São quatro os cursos que compõem esse programa de desenvolvimento em auditoria. Fazemos um curso de Inteligência de Controle que é a questão de identificação de riscos, mineração de dados para subsidiar a elaboração das auditorias; Supervisão de Auditorias voltadas para os diretores, que são os supervisores das equipes de auditoria; fizemos um curso de Coordenador de Auditoria, abordando alguns aspectos comportamentais em relação ao comportamento do auditor em campo, em relação à gestão de conflitos e isso foi uma novidade dentro do Instituto que deu bastante certo. Estamos procurando agora desenvolver um curso especificamente para questões comportamentais voltadas para a auditoria. O que precisa ser feito quando alguém da equipe está trabalhando menos ou quando se tem um conflito dentro da equipe, como se comporta numa reunião com o auditado? Esse tipo de coisa acaba sendo tratado muito tangencialmente dentro das nossas organizações e não percebemos que é uma demanda reprimida e bastante forte dentro da Casa, que agora estamos desenvolvendo num curso. Foi um módulo desse curso bastante pequeno e agora estamos desenvolvendo um curso voltado especificamente para isso.

Por último, o curso de Auditoria Governamental, que é o forte do curso, que é o forte do programa de um curso a distância, fizemos em quatro módulos. São setenta e sete horas de curso. Treinamos cerca de seiscentas pessoas este ano. Passando rapidamente também, temos um programa de desenvolvimento de liderança. Todos os líderes, todos os gestores da Casa passam por alguma espécie de treinamento, tanto gestor do nível estratégico quanto do tático e operacional. Estamos no quarto ciclo de treinamento, basicamente com parceiros externos. Contratamos alguma instituição externa própria para fazer esse treinamento e ele tem alcançado excelentes resultados. Este ano devemos completar o treinamento de todos os trezentos e cinquenta gestores do Tribunal.

Temos também o Programa de Incentivo à Educação Continuada que envolve várias ações. Por exemplo, são oferecidas bolsas de idiomas. Financiamos, custeamos parte das mensalidades de cursos de idiomas dentro do Tribunal. Temos atuado também de uma forma diferenciada na licença-capacitação. O Instituto passou a oferecer cursos à distância específicos para licença de capacitação, cursos de trinta dias que podem ser feitos à distância e cursos voltados para a área de interesse do Tribunal. Essa é uma diferenciação e alguns colegas

da Câmara e do Senado têm adotado também essa prática. Estamos permutando cursos mais ou menos padronizados com outras entidades, com bastante procura porque a licença-capacitação estava sendo usada, na maioria das vezes, para cursos de idiomas. Então optamos por tentar direcionar para outros interesses e é bom para todo mundo: é bom para o servidor e é bom para a Casa também porque treinamos as pessoas em outras competências que achamos importantes. Temos também o caso da redução de jornada de trabalho, em razão da participação em eventos externos, em cursos e treinamentos, congressos e seminários fora do Tribunal que custeamos. A redução da jornada de trabalho também ocorre para quem está fazendo cursos de pós-graduação ou estágio supervisionado. Há redução de até duas horas na jornada diária de trabalho. Nosso programa de Pós-Graduação é um programa bastante ativo. Hoje, está com três cursos de Pós-Graduação em andamento: Orçamento Público, Avaliação de Políticas Públicas e Segurança e Governança de Tecnologia da Informação. Dois desses cursos são feitos pelo próprio Tribunal e o curso de Governança de TI é contratado à Universidade de Brasília (UNB). Somos certificados para ministrar Pós-Graduação. Temos realizado três cursos em média por ano, abertos a parceiros, geralmente oferecemos algumas vagas para outros órgãos e tem havido bastante procura. Também oferecemos bolsas de estudo em Pós-Graduação.

Vamos falar sobre o Programa de Reinserção Profissional. Não sei se vocês passam por isso, mas de vez em quando somos surpreendidos por alguma terceirização que deixa cinquenta pessoas desempregadas de uma vez dentro do Tribunal. Terceiriza-se o setor de transporte e fica-se com vinte motoristas desempregados internamente. Terceiriza-se o protocolo e de repente fica-se com vinte pessoas desempregadas. Por isso, temos um programa de reinserção profissional. Muitas dessas pessoas não estão atualizadas nas competências, não têm as competências necessárias para desenvolver outras atividades. Então, são submetidos a um programa de reinserção profissional para readequação em outras lotações e geralmente tem dado bons resultados. Conseguimos realocar mais de 90% dos servidores que passaram por essa reinserção profissional. Outra atuação do Instituto diz respeito ao Programa de Formação de Futuros Servidores, que é o programa de formação que todo mundo conhece, correspondente à segunda etapa do concurso público.

O Programa de Capacitação dos Servidores Públicos é um programa à distância. A meta esse ano é treinar vinte e dois mil servidores públicos. As ofertas mensais desses quatro cursos são: Licitações de Contratos Administrativos, Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal, Prestação de Contas de Convênio e Planejamento do Orçamento Público. É um programa pelo qual temos bastante carinho porque reflete uma das funções do Tribunal que é a função orientadora de que a professora Valderez falou aqui, de orientar antes de punir. Temos percebido que grande parte dos processos que chegam ao Tribunal é decorrente de falta de preparo do gestor, de ignorância em algumas áreas do conhecimento, em legislações e em normas. Temos atuado para melhorar isso, mas não temos

condições de treinar todos os gestores públicos. Temos notado que outras Escolas de Governo também têm feito isso, por meio de parcerias. Os Tribunais de Contas dos Estados têm nos ajudado a capilarizar esse programa e outras Escolas de Governo também têm realizado ações semelhantes. Como o professor Paulo Sergio lembrou hoje cedo, dentro da rede de Escolas de Governo temos que tentar somar forças e otimizar esse trabalho e fazer um grande programa de capacitação de servidores públicos. Talvez a Administração Pública esteja precisando de um pouco mais de coordenação nessa área porque estamos percebendo que nossa atuação ainda está muito descoordenada e, às vezes, com esforço duplicado, atuando sobre o mesmo público alvo, com o mesmo curso. Já conversei com outras Escolas de Governo para tentarmos coordenar essas ações, no sentido de otimizar e fortalecer esse caráter orientador que as Escolas de Contas têm que assumir.

No momento, estamos desenvolvendo o Proaudi II. Fizemos o Proaudi I, que é o Programa de Aprimoramento em Auditoria para dar a base conceitual de auditoria, e agora estamos passando para a especialização. Por especialização entendemos cursos voltados para as áreas de atuação das unidades nas funções de governo, para os temas de auditoria e voltados também para a instrumentalização das equipes de auditoria. Estou falando de sistemas, de ferramentas de estatísticas, ferramentas de amostragem, de SIAFI gerencial, então é todo aquele aparato que ajuda o auditor a exercer melhor o seu trabalho. Essa é a fase do Proaudi II que estamos desenvolvendo agora com cursos voltados para o conhecimento da clientela, do negócio, do nosso jurisdicionado e também voltado para a instrumentalização das equipes de auditoria. Estamos trabalhando também com o que considero, hoje, a ação mais importante do Instituto, que são os planos de desenvolvimento das unidades. Hoje, não temos isso no Instituto, no Tribunal. Não temos plano de desenvolvimento para cada unidade do Tribunal. Somos cerca de noventa unidades e a ideia é que a partir das competências que mapeamos para as unidades, a partir do planejamento estratégico, ou seja, das iniciativas que aquela unidade tem a desenvolver no âmbito do planejamento estratégico e a partir de um histórico de treinamento daquelas unidades, vamos desenvolver e apresentar para todas as unidades até o final do ano uma proposta, uma carteira de cursos a serem implementadas no ano que vem. Isso vai resolver muitos problemas com que nos deparamos no Instituto, inclusive questões de previsões orçamentárias e

Já conversei com
outras Escolas
de Governo
para tentarmos
coordenar essas
ações, no sentido de
otimizar e fortalecer
esse caráter
orientador que as
Escolas de Contas
têm que assumir.



de cronograma, de ações, de quantificação de demanda para organizarmos os cursos. Hoje, fazemos isso de uma forma muito descoordenada e atuando sob demanda. Estamos desenvolvendo um pequeno sistema para ajudar. Tem que ser uma coisa simples. Não vai envolver diagnóstico, definição de lacunas de competências, vamos desenvolver um projeto muito pragmático, que funcione.

Estamos trabalhando também com cadastro de instrutores. Temos um problema sério de "instrutorias" dentro do Tribunal. Não conhecemos todas as potencialidades dentro da Casa, por isso agora vamos abrir um grande cadastro de instrutores. Abrir para todo mundo se manifestar quem quer ser instrutor, quem não quer. Antigamente era feito um processo seletivo para tal curso e o escolhido ficava sendo instrutor daquele curso durante cinco anos. Hoje, vamos fazer diferente. Vamos abrir um cadastro para todo mundo manifestar seu interesse na "instrutoria", indicando as áreas em que têm interesse. Para cada curso que for aberto, vamos selecionar essas pessoas do cadastro e fazer um processo seletivo específico para cada curso.

Essa melhoria de gestão das ações educacionais está passando atualmente por uma espécie de reavaliação da nossa atuação, inclusive em relação àqueles programas que mencionei. Queremos organizar os programas da forma como eles deveriam ser: como um conjunto de projetos e cada projeto sendo uma ação educacional. Estamos tentando implementar um pouco da cultura de gestão de projetos dentro do Instituto porque cada ação educacional é um projeto. Estamos capacitando os nossos coordenadores pedagógicos, os nossos coordenadores executivos em gestão de projetos e a seguir vamos criar uma carteira de projetos vinculados a programas. Com isso, espero que tenhamos mais informações gerenciais e melhor acompanhamento. Isso está demandando um certo esforço. Na verdade, todo mundo tem consciência disso, mas na hora em que você verbaliza isso para as pessoas parece que elas se assustam um pouco, mas estamos caminhando bem nessa direção. Acho que até o ano que vem vamos ter uma estrutura mais voltada para a gestão de projetos do que a estrutura mais burocrática que vimos adotando até hoje.

Gostaria de agradecer ao convite do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Foi uma apresentação muito rápida do que a gente tem. Não sei se era esse o objetivo que vocês tinham em mente quando me chamaram, mas nos colocamos à disposição. Há várias pessoas aqui que conversam muito comigo, algumas mais do que outras. Mas o Instituto está à disposição. O Instituto é um parceiro, os Tribunais de Contas dos Estados são parceiros preferenciais do Instituto, do Tribunal de Contas da União. Temos demandas, múltiplas demandas, acho que vocês podem imaginar, de órgãos federais e órgãos estaduais e municipais, mas sempre colocamos os Tribunais de Contas dos Estados como parceiros preferenciais. Estamos à disposição de vocês lá no Instituto para auxiliar no que for possível e dentro das nossas possibilidades, hoje ainda muito limitadas, mas boa vontade não falta.

Obrigado pela paciência e um abraço a todos.



A Experiência do Grupo de Educação Corporativa (GEC)

Willams Brandão de Farias



Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Inspetor de Obras Públicas, ocupando hoje a função de Assessor Técnico de Gabinete do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Tem experiência na área de Projetos de Engenharia, Controle Externo, Planejamento, Gestão e Políticas Ambientais, Gestão do Conhecimento e Educação Corporativa. Exerce atualmente a Coordenação do Grupo de Educação Corporativa do Promoex (GEC/Promoex).

Resumo: histórico do Grupo de Educação Corporativa. Principais objetivos e atividades. Criação do GEC em março de 2009, no Encontro Técnico do Promoex realizado em Tocantins. Tem como principais objetivos a criação de uma rede de Educação Corporativa dos TCs, projetos comuns de capacitação, compartilhamento de informações, parcerias e redução das assimetrias existentes. O foco original foi a área de educação a distância, expandindo-se posteriormente. A integração promovida pelo GEC potencializa a participação das Escolas de Contas nas atividades da rede de Escolas de Governo, promovida pela ENAP. Atualmente, o Grupo tem desenvolvido ações compartilhadas, como a troca de experiências entre as unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, um programa de formação em educação à distância, elaboração do projeto da Rede de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, diagnóstico do processo de Educação Corporativa dos Tribunais, novo modelo de representação dos Tribunais no Grupo e escolha das lideranças no formato democrático.

Boa tarde a todos.

Vamos falar um pouco sobre a experiência da rede, falar sobre a experiência do grupo. Sinto-me bem à vontade com o grupo. Conheço praticamente todo mundo, em razão de vários contatos realizados anteriormente. Muitos pelos nomes. Não sei se chego a ser inconveniente quando me relaciono com tanta frequência com as pessoas. Quem não me conhece pelo menos já leu um e-mail meu.

Vamos falar um pouco sobre o processo de operação do Grupo de Educação Corporativa (GEC). É um grupo jovem. Como já foi falado, existem catorze grupos temáticos e o GEC foi o penúltimo a ser criado. É uma experiência que começou só em 2009. Quem conhece o Promoex sabe que ele tem como foco de ação a questão de consultoria e de capacitação. Quem trabalhou com projeto, quem é de uma Unidade de Execução Local (UEL) do programa, quem já contactou com uma dessas unidades sabe disso. É curioso que, sendo um dos recursos fundamentais do programa, não houve, no início das atividades de capacitação promovidas pelo Promoex, a convocação das escolas para colaborar com esse processo. Também é curioso que só em 2009 o grupo tenha sido implantado no âmbito do Promoex, mas chegamos e esperamos que tenhamos chegado a tempo de fazer a diferença.

Ao invés de simplesmente congregarmos as Escolas de Contas dos Tribunais, o grupo passou a privilegiar uma atuação temática na área de educação corporativa. Por sorte conseguimos manter a mesma sigla, “GEC”, que é o nosso símbolo máximo. Criado em março de 2009, foi um dos resultados do terceiro encontro IRB e Promoex, realizado em Palmas. Isso só para mostrar a nossa gênese e está aí o bebê sendo trazido devidamente pela sua cegonha. Assim, nasceu em 2009 o Grupo de Educação Corporativa, naquela época como Grupo de Escolas de Contas.

O propósito naquele momento era constituir uma rede de Escolas de Contas. Embora já estejamos em 2011, percebemos que os objetivos são muito parecidos porque ainda hoje estamos apenas caminhando. Falamos muito em rede de Escolas de Contas, como naquela época também se falava. A proposta, então, era criar projetos comuns de capacitação, incentivar as parcerias, compartilhar soluções e promover a redução de assimetrias. É muito importante falarmos sobre isso porque é preciso compreender que, lembrando a complexidade que permeia nossa rede, estamos envolvidos num universo muito distinto, muito diferente, o que é uma coisa positiva, mas constatamos muitas diferenças. Há escolas que têm duas pessoas, outras têm quarenta.

A escola do Rio de Janeiro, que já cadastrou a maioria dos seus cursos no Sistema MAPA da ENAP, foi muito elogiada hoje de manhã. Há uma variedade grande de capacidades operacionais instaladas nas escolas. Quando se fala em redução de assimetria, é disso que se está falando. Então, o que queremos? As ações planejadas pelo grupo sempre buscam fazer um alinhamento e um nivelamento, ou seja, não vale a pena um tribunal ir muito à

frente e outros ficarem para trás. Por isso, a ideia da redução de assimetria é exatamente compartilhar encaminhamentos que façam com que todos andem de mãos dadas, caminhando mais ou menos juntos.

Falamos hoje de Educação a Distância e o GEC nasceu com esse foco. Creio que haja alguns precursores aqui. Quem estava presente naquele momento da fundação do grupo, de 2009, recorda-se de que foram feitas apresentações de projetos e processos de Educação a Distância em desenvolvimento pelo TCU, pelos TCEs do Tocantins, do Paraná, do Rio Grande do Sul e pelo TCM do Ceará. Então, já havia essa visão de Educação a Distância e isso não é por acaso. Na verdade, o Grupo surge com a ideia de compartilhar, ele vai buscar uma ferramenta de compartilhamento. Hoje, a Educação a Distância cresceu, munida de ferramentas informatizadas, mas não é estranho que essa preocupação com a Educação a Distância já se colocasse desde o início da gênese do Grupo.

Aí está a primeira formação do Grupo [referência a projeção]. Vamos conhecer algumas pessoas que são os sócios fundadores. Ricardo Martins, do TCE de Pernambuco, era o coordenador original. Substituí o Ricardo porque ele ocupou outra função no Tribunal de Pernambuco. Maria Luíza já não está com o Grupo. José Spindolla também não. Depois de José Spindolla veio Adriana, do TCE do Mato Grosso do Sul. Cléo é uma das precursoras. Está aqui na frente. Davi Dantas da Silva é outro precursor, de 2009. Renata não está com a gente, ela está em outras funções no Tribunal de Minas Gerais. Sandra Valéria é outra precursora. Luciano do TCU e Paulo Roberto Riccioni do TCE de Santa Catarina também não estão conosco. Esta foi a primeira formação. Está aí o timezinho nascendo naquele momento em 2009 e logo a seguir entrando em campo.

Então, o que já se construiu nesse Grupo? Repito que estamos falando de uma experiência, de vida real, então, o que se construiu?

Nos primeiros dois anos, estou falando de 2009 e 2010, o foco do Grupo que estava nascendo foi tentar promover ações de organização. Quem já viu essa questão das discussões de formação de capitalismo sabe que tem acumulação de capital e, depois, a expansão. A fase de acumulação foi dos dois primeiros anos de existência, 2009 e 2010. A ideia era exatamente a consolidação dos laços de integração. O Grupo nasceu para isso, para tentar integrar, então nesses dois primeiros anos orientou seus esforços para ações organizativas.

Que ações foram essas? Em 2009 houve a implantação da lista de contatos do Grupo. Algumas dessas ações podem parecer muito prosaicas, mas vocês têm que entender que estávamos nascendo e nascimento é esse processo assim, meio simplório. Primeiro engatinha-se, após esse estágio vai-se andar perfeitamente. Depois definimos os conteúdos básicos das home pages das Escolas que constituíram proposta específica para adoção pelas Escolas de Contas. É importante dizer que há uma participação rele-

vante de nossa colega Dione, do TCU, que foi uma pessoa que nos ajudou bastante. Ela não está mais no Grupo, mas deu uma colaboração muito importante e uma das ações com as quais se envolveu foi exatamente a definição dos conteúdos que queríamos estabelecer como um padrão mínimo para as escolas. Não queríamos interferir, pôr amarras, mas a ideia era colocar informações que pudessem ser mais ou menos comuns em todas as home pages. Nas home pages deveriam constar informações que estabelecemos como mínimas. Houve também a criação de links no portal dos Tribunais.

O Conselheiro Luís Sérgio falou hoje de manhã sobre o portal. Aliás, falou-se algumas vezes de manhã sobre o portal dos Tribunais. Também temos lá um link que aponta para as Escolas, com dados de organização do Grupo. Inicialmente, também estruturou-se um programa de Capacitação em Educação Corporativa. Foi feito um primeiro desenho do programa que tinha ações em termos de uma especialização mais consolidada e ações de capacitação continuada. Já se previa naquele momento, quando se concebeu o plano, que fizéssemos algum trabalho na área da NRB 10.015, que trata de treinamento e também se pensava em fazer uma ação voltada à questão de Educação à Distância. No próximo capítulo, vocês vão ver que isso já começou também a andar. Outro movimento importantíssimo, que pode parecer simples, foi a implantação de uma sala virtual, com a luxuosa contribuição do TCU, que ofereceu seu ambiente virtual, o AVEC do TCU. Hoje ele hospeda essa sala. Esse ambiente, em tese, é nosso canal de comunicação, é o espaço de interação que a gente propicia para discutir ideias, para colocar o nosso plano de ação e que está aberta a visitas. Todos estão convidados ou quem sabe até intimados a se inscrever na sala, porque é o espaço onde a gente tem todas as informações que estão sendo desenvolvidas e que, com certeza, podem ser aprimoradas com a participação de vocês. O espaço é livre para qualquer um opinar e participar do processo. Já divulgamos, mas peço que repliquem essa divulgação. Existe um passo a passo que Joseane construiu, com o apoio da equipe do TCU, para fazermos acesso a essa sala virtual e, assim, conhecer seu acervo e participar das discussões em andamento.

Em 2010, algumas sementes lançadas em 2009 brotaram. Outras começaram a ser também jogadas. Assim, certos de que poderíamos construir juntos, começamos a pensar que essas ações compartilhadas, que eram o foco do

**Outro movimento
importantíssimo,
que pode parecer
simples, foi a
implantação de
uma sala virtual.**



processo, poderiam ser promovidas com algumas ações, realizadas em 2010.

A sala montada em 2009 foi realmente consolidada em 2010. Hoje, temos cinquenta e nove participantes nessa sala virtual. Para vocês perceberem que é um espaço que cresceu em termos de representatividade, também em 2010 realizamos duas oficinas. Quando eu falava em 2009, e quando falo das sementes que brotaram, referia-me àquele programa de capacitação continuada. Uma das atividades previstas era exatamente a discussão da NBR 10.015. Em 2010 promovemos a discussão da NBR 10.015 durante um evento realizado no TCE do Mato Grosso do Sul, que foi o I Encontro de Educação Corporativa. Os resultados começaram a surgir com relação ao planejamento inicialmente lançado em 2009. Realizou-se então a oficina NBR 10.015 e também, mais uma vez com a ajuda do TCU, promovemos uma oficina relativa ao Projeto de Educação a Distância, que aconteceu em novembro de 2010. Também oferecemos elementos para fazer uma intensa programação de trabalho em 2011. Ainda em 2010, desenvolvemos um plano de trabalho para implementar o programa de Educação a Distância que está em andamento. Temos aqui vários alunos do programa. O programa é composto de quatro cursos. O primeiro foi um curso de iniciação à ferramenta de Educação a Distância, oferecido pela ENAP a partir de uma negociação feita com a ajuda, também luxuosa, do IRB. A Márcia, que está aqui presente, foi uma figura fundamental nesse processo de negociar com a ENAP e concretizar o lançamento dessa capacitação. Vocês não têm ideia de como as coisas não são simples. Gerir uma rede é um processo complexo. A cada tijolinho que montamos precisamos realmente comemorar e celebrar porque dá bastante trabalho, mas também está dando bastantes frutos.

O segundo curso foi feito com uma contratação também financiada pelo IRB, vale dizer sem custo para nenhum tribunal. O programa, é bom também lembrar, é extensivo a todos os trinta e quatro Tribunais. Ele foi pensado para abrigar dois servidores de cada Tribunal, portanto sessenta e oito servidores. Trata-se de um programa ousado, diferente porque é um programa que brotou de uma negociação, de uma parceria entre pessoas. Então é importante também comemorarmos esse alcance, esse objetivo de colocar em andamento o programa de Educação a Distância. Eu já tinha falado que realizamos o I Encontro de Educação Corporativa no TCE-MS. Lá estiveram sessenta e sete servidores de vinte e oito Tribunais, que participaram da oficina sobre a NBR 10.015 e compartilharam experiências e práticas.

A nossa sala virtual é a nossa menina dos olhos. Basta ir ao site do TCU e se cadastrar. De repente, entramos num espaço que é a nossa casa. Podemos compartilhar ideias e participar do que está sendo desenvolvido pelo Grupo. O Grupo, na verdade, está a serviço do conjunto dos Tribunais, como é uma entidade representativa das unidades de educação corporativa.

Já tinha falado, mas vamos lembrar mais uma vez, os créditos especiais que estamos dando aqui. Há pessoas que não estão no Grupo porque não

estavam na primeira relação de precursores. Eles não estavam na primeira formação da equipe, mas aderiram ao longo do processo e tiveram uma participação que merece todo o destaque. Nesse caso está a Adriana, do TCE-MS, a quem eu tinha me referido pelo conjunto da obra. Ela deu muitas contribuições importantes, então é o conjunto da obra que justifica essa lembrança, esse crédito para ela.

Uma função importante do GEC é potencializar, como agregador de ideias, as relações com outras organizações. No caso, as relações que conseguimos estabelecer com a ENAP se deveram, em boa parte, à existência do Grupo. Tivemos uma entidade que conseguiu dialogar com a ENAP e também fazer com que as pessoas dos Tribunais participassem de eventos da ENAP. Tivemos o cuidado de harmonizar a agenda dos Encontros do GEC com as atividades que a ENAP desenvolvia, para facilitar a participação dos membros do grupo nesses eventos. Dessa forma, conseguimos fazer com que houvesse a participação dos Tribunais de Contas, através das suas unidades de Educação Corporativa, nos encontros nacionais que a ENAP vinha realizando: o sétimo e o oitavo, em 2009 e em 2010, respectivamente. Fizemos um treinamento no Sistema MAPA de que vocês ouviram falar hoje. A partir daí a adesão aumentou. É certo que houve uma certa descontinuidade. Não estamos conseguindo fazer as atualizações necessárias. O Paulo Sérgio falou que são cento e cinquenta e três cursos já cadastrados. Considero esse número muito expressivo. E falou também que a rede congrega cento e oitenta e cinco escolas hoje em dia. Somos trinta e quatro Tribunais. Temos potencial para contar com a participação de todos. É importante lembrar esse aspecto e também como esse subgrupo de Escolas tem uma coordenação, ou seja, é um grupo que tem certos privilégios e facilidade de operação para ser mais ativo dentro da rede das Escolas de Governo. E também participou do III Encontro Nacional de Educação a Distância, outra promoção realizada pelo ENAP no Rio de Janeiro.

O que é o GEC hoje? Aí está a formação [referência a um slide]. O Adriano encabeçando. É a relação: Cléo, está ali também, precursora e mantenedora; Dagmar; Davi, também um dos precursores; Joseane; Laura, uma das novas aquisições muito promissora; Márcia Isabel, que já citamos; Paula Alexandra, nossa companheira organizadora deste brilhante evento; Sandra Valéria; Sebastiana Tânia que está ali relacionada como participante da composição e eu, esse que vos fala, coordenador do Grupo.

Temos aí algumas das ações em andamento e aquela "correntezinha" é para mostrar as uniões e os links que são tão importantes de considerar [referência a um slide]. Hoje em dia, o nosso objetivo oficial é o que está ali referido: promover a integração e a troca de experiência entre as unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas visando ao desenvolvimento de ações compartilhadas. Esse é o nosso mantra: desenvolver ações compartilhadas. Fazer as coisas juntos. Sendo assim, é importante que vivenciemos ações compatíveis com os objetivos. Cabe lembrar que quando estamos fazendo um

trabalho, é sempre bom revisitarmos o nosso objetivo para ver se os resultados estão alinhados com a formulação deles. Então, foi isso que tentamos fazer. Realizar ações que tenham relação com os objetivos que foram traçados. Eu ia falar do Elano que é um acadêmico que pode ajudar a pensar essa questão do objetivo e do resultado. Já falei sobre o Programa de Educação a Distância. São quatro cursos virtuais e uma oficina presencial. Além disso, serão desenvolvidos projetos-piloto regionais, a partir do ano que vem, para consolidar o aprendizado mediante a realização de atividades práticas. Também estamos elaborando um projeto de rede de Educação Corporativa visando à questão da sustentabilidade.

Outra questão que também está em andamento é aquela em que a professora Teresa está envolvida, que é o diagnóstico dos Tribunais. Nesse momento, estamos iniciando essa discussão de diagnóstico do processo de Educação Corporativa nos Tribunais de Contas.

A propósito, queria fazer duas menções breves. Por que Educação Corporativa? Adriano já deu uma pista. Por que houve a mudança na denominação do Grupo? Na verdade, com a mudança da denominação, pretendeu-se ser inclusivo. Alguns Tribunais não têm Escolas de Contas, mas quase todos têm ações de capacitação. Então, esse termo é mais abrangente. Como o Adriano muito bem ressaltou, a Educação Corporativa está relacionada ao negócio da organização, à estratégia da organização. Temos que estar ligados nisso. Não podemos perder de vista que o processo de Educação não se basta em si. Ele se volta a alcançar algum objetivo da organização. Ele pretende contribuir para que a organização melhore, que ela se aprimore. Então, é muito importante termos isso em mente.

O processo de Educação Corporativa é um processo envolvente. Como Adriano também mencionou, ele não se destina apenas aos servidores da própria instituição, mas tem em vista toda sua cadeia de valor. Como outros temas, a Educação Corporativa nasceu na iniciativa privada, que depois foi incorporada ao âmbito público. Na iniciativa privada fala-se que a Educação Corporativa deve contemplar os fornecedores, os clientes, ou seja, não é só a organização em si que é capacitada, mas também todos aqueles que interferem e podem favorecer seu negócio. Na hora que um órgão tem um controle interno mais forte, é melhor para o Tribunal. Então, vale a pena para o negócio do Tribunal investir na capacitação dos servidores públicos e dos gestores que são fiscalizados. Na hora que a sociedade faz o controle social, é bom para o Tribunal, porque a missão do órgão é contribuir para que a gestão melhore. Ninguém mais interessado na melhoria da gestão do que aquele que recebe o seu serviço, que é o cidadão. Se o controle social é fortalecido, ou seja, se você capacita o cidadão para o exercício do controle social, você também está, por consequência, favorecendo o controle externo com consequente melhoria da gestão. Como se vê, tudo está relacionado, nada está desconexo, tudo está envolvido, seus tecidos estão todos ligados. Começamos a usar agora essa

terminologia que estamos aprendendo, não é professora?

Uma notícia importante é que estamos tentando implementar um novo modelo de representação no âmbito do grupo. Inicialmente tivemos um modelo de representação que foi mais ou menos espontâneo, uma coisa meio de aclamação. Isso foi no evento inicial de Tocantins, em 2009. Foi uma coisa meio informal, mas evidentemente o processo foi tão bom que persiste até hoje. De qualquer maneira, estamos tentando estruturar uma forma mais fácil de coordenar as atividades do grupo. É muito complexa a coordenação de trinta e quatro Tribunais. É preciso relacionar-se, pedir informação, catalogar. Então, é muito importante o uso de ferramentas informatizadas. Todo esse trabalho é feito de forma reiterada, a fim de manter as informações atualizadas numa base comum e visível para todos. Para tornar mais fácil a coordenação, pensou-se que seria melhor dividirmos os Tribunais em células. Assim, fez-se o mapeamento do país e estabeleceram-se nove células que agrupam os Tribunais em determinadas regiões.

Todos já devem saber que os Tribunais têm suas células em desenvolvimento. Esperamos que cada uma dessas células se organize para indicar os seus líderes e respectivos suplentes. Foi um processo que já deflagramos. Quem está envolvido no processo deve estar sabendo que estamos esperando fechar essas definições de líder e de suplente ainda neste evento.

Esperamos que esse processo de escolha de lideranças, nesse formato democrático e participativo, possa ser um passo importante para tornar mais forte ainda a gestão do grupo. Seremos mais efetivos na medida em que conseguirmos colaborar para superar um dos grandes desafios que eu vejo no processo da consolidação de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, que é compartilhamento de projetos e ações entre seus líderes.

Seria fundamental que essas unidades fossem reconhecidas pelo desenvolvimento de produtos e serviços úteis para os Tribunais de Contas. Eu queria deixar essa ideia como reflexão.

Precisamos estar sempre alinhados com a estratégia da organização para que o processo de Educação Corporativa colabore com essa estratégia e sirva efetivamente para que os Tribunais nos valorizem. Às vezes sentimos que a função pedagógica não é tão valorizada pelos Tribunais de Contas. É importante que não fiquemos com a síndrome de que a rede não é reconhecida, mas que procuremos trabalhar no sentido de pensar na organização na hora em que formulamos os produtos e serviços que pretendemos desenvolver.

Obrigado.

DEBATE

Rosa Maria Chaise (TCE-RJ)

Boa tarde a todos.

Eu queria mais uma vez, em nome da Escola, agradecer a todos vocês aqui presentes e aos palestrantes. Professora Valderez, sombras e trovoadas existem sempre, mas amanhã a previsão é de sol, amanhã vamos nos reunir com os nossos colegas dos Tribunais, e certamente será um dia de sol.

Ao Adriano, queria dizer que lhe temos muito carinho. Quando se fala em Instituto Serzedello Corrêa, lembro que antes de nos tornarmos uma Escola de Contas e Gestão éramos um Instituto Serzedello Corrêa. Então é sempre muito honroso contarmos com a presença de um representante de uma Escola que para nós é um modelo.

Ao meu colega Willams, queria dizer que é na adversidade que reforçamos a nossa singularidade. Por isso, queria parabenizá-lo pela condução do Grupo. Acho que temos aprendido muito. Cheguei há pouco tempo, mas já pude observar claramente que o GEC está tecendo a teia, ou seja, estamos cada vez mais fazendo juntos. Já começamos hoje, mas amanhã vamos intensificar o exercício da queda de muros. Cada um de nós, aqui representando a sua escola, vai deixar cair a sua parede para que possamos finalmente começar uma construção e dar continuidade à construção de um objetivo maior.

Tenho aqui comigo três perguntas, todas dirigidas ao Adriano. Vou passá-las a ele, para que responda no seu tempo. Dispomos de quinze minutos para a resposta às perguntas.

Adriano Cesar Ferreira Amorim (ISC/TCU)

Não sei se fico feliz ou triste. Acho que não me fiz entender. Aqui está a primeira pergunta: Como acontece o processo de seleção de instrutores do Instituto?

Como comentei, queremos mexer nesse processo. Até o ano passado, publicávamos um edital; fazíamos um processo seletivo e indicávamos os cursos para os quais tínhamos interesse em selecionar instrutores. A seleção era feita com base em alguns critérios como o curriculum vitae e a experiência

profissional. Os candidatos passavam por uma oficina de capacitação de instrutores e ficavam aguardando a realização do curso. Eles eram classificados e convocávamos os instrutores por ordem de classificação. Acho que essa fórmula se mostrou muito eficaz. Na verdade é um processo muito dinâmico. Nós desenvolvemos cursos a todo o momento, mas os instrutores nem sempre estão disponíveis. O interessado que participou de um processo seletivo há dois, três anos pode não estar disponível hoje para uma ação educacional. Agora temos um banco de instrutores consolidado, mas a ideia é fazer um cadastro de instrutores e isso dentro do nosso banco de competência. As pessoas vão se manifestar. Haverá necessidade de fazer pequena modificação porque hoje não existe isso no banco de competências. A intenção é que para cada ação de educação, para cada curso, selecionemos no banco de competência aqueles que têm a experiência e a formação necessárias para o curso específico. Estamos discutindo agora como vai ser a questão da capacitação. Essa é uma questão delicada para quem está envolvido com seleção de instrutores, porque temos instrutores de todo tipo dentro da Casa. Há aqueles que, geralmente os mais novos, aceitam tranquilamente participar de uma oficina de capacitação de instrutores. Os mais antigos, que já têm uma experiência maior, às vezes não acham isso uma boa prática, costumam ser muito resistentes a fazer esse tipo de oficina. Às vezes falam: Vou dar uma aula de uma hora e preciso fazer uma oficina de uma semana? É complicado, mas a ideia é fazermos uma coisa mais flexível, porque também não se pode perder a experiência desses instrutores mais antigos que, geralmente, ocupam cargos de direção. Não resolvemos ainda o formato para esse ano, mas pretendemos que no próximo mês ou no mês seguinte já comecemos a fazer esse processo seletivo.

Outra pergunta é do Rosano, do TCM-SP. Qual a natureza jurídica do Instituto Serzedello Corrêa? Os servidores são próprios ou pertencem ao TCU?

Ele é uma unidade vinculada ao Tribunal, ele é uma UG – Unidade Gestora. Eu sou o ordenador de despesas, ele tem orçamento próprio, mas na verdade só administro o dinheiro reservado à capacitação, que é um programa de trabalho vinculado à capacitação de controle externo. As outras despesas (despesa administrativa, diárias e passagens) são todas custeadas pelo Tribunal.

É uma unidade dentro da hierarquia do Tribunal, da estrutura do Tribunal, a única diferença é que ela é uma UG separada do Tribunal. O TCU tem duas UG's, a UG do TCU e a UG-ISC, que foi criada por Lei Orgânica. Há uma menção à criação do Instituto na Lei Orgânica.

O que se conta dentro do Tribunal é que o Instituto foi criado com o intuito de ser alguma coisa muito parecida com o Instituto Rio Branco. A ideia do Ministro que criou o Instituto foi espelhar-se no Instituto Rio Branco. A criação, o formato inicial dos cursos de formação eram muito parecidos com os do Instituto Rio Branco. Depois os caminhos da vida nos levaram a ser um pouco diferentes, as necessidades são diferentes, não dá para comparar a carreira



diplomática com a carreira do Tribunal de Contas. Os servidores são servidores da Casa, aprovados em concurso público único. Temos alguns terceirizados, mas quando mencionei os terceirizados, cerca de quarenta, disse que a grande maioria trabalha no Arquivo com gestão documental. Temos alguns poucos terceirizados trabalhando na nossa área fim.

Como são denominados os instrutores do Instituto? Recebem por hora/aula? Há instrutores e tutores: instrutores para educação presencial e tutores para a educação à distância. Temos uma portaria que regulamenta o pagamento de gratificação por encargo de curso ou concurso. Recebem por confecção de material didático, por instrutoria, por tutoria, de acordo com a formação — Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado. O valor varia, mas todos recebem com compensação de horário e isso no Tribunal é feito de uma forma muito criteriosa. Temos um banco de horas registrado eletronicamente. Se o servidor deu aula num mês, no mês seguinte vai uma lista para a folha de pagamento para a área que cuida da frequência informando quantas horas ele deu de aula, quanto ele vai receber e automaticamente isso é creditado do banco de horas dele. Trata-se de um processo muito tranquilo dentro do Tribunal.

A última pergunta é de Darcicleide Cunha, do TCE-AP. Como é feita a remuneração dos instrutores/tutores pelo Instituto, especialmente se esses forem servidores do Tribunal? Como já mencionei, existe um decreto que regulamenta isso e estabelece os limites que devem ser pagos como gratificação, por encargo de curso ou concurso. Respeitamos esse decreto. Temos também uma portaria interna que regulamenta a matéria. Se vocês quiserem, depois posso disponibilizar essa portaria, ela é pública, está no site do Tribunal. Essa portaria estabelece bem os critérios, quais são as obrigações do instrutor e do tutor, quais são os valores a serem pagos, em quais casos o valor é devido ou não. Ela detalha completamente o assunto.

Rosa Maria Chaise (TCE-RJ)

Alguém mais gostaria de fazer uma pergunta?

Participante

Como é feito o pagamento aos instrutores externos?

Adriano Cesar Ferreira Amorim (ISC/TCU)

Usamos bastante instrutoria externa. Nesse caso, o pagamento é feito como base também na nossa portaria. Quando contratamos pessoa física, pa-

gamos o valor estabelecido na portaria. Se for o caso de contratar uma instituição para organização de cursos ou eventos, uma universidade, por exemplo, a contratação de instrutoria é feita diretamente pela contratada. Pagamos o valor do contrato e a contratação dos professores, dos instrutores é feita pela universidade, pela instituição de ensino. Temos, portanto, esses dois formatos. Na verdade, muitas vezes conseguimos instrutoria gratuita. As pessoas têm interesse em ser instrutores do Tribunal. É uma certificação, uma espécie de certificação no currículo. É uma honra, não são palavras minhas aqui, mas muitas vezes conseguimos fazer um curso gratuitamente, tanto em relação aos instrutores como em relação aos participantes. Então, frequentemente recebemos gratuitamente e oferecemos também gratuitamente.

Rosa Maria Chaise (TCE-RJ)

Mais alguém?

Participante

Tribunal concede licença-capacitação para cursos a distância?

Adriano Cesar Ferreira Amorim (ISC/TCU)

Todos têm direito à licença-capacitação. No Tribunal aceitamos cursos a distância para a licença-capacitação desde que estejam dentro de nosso critério mínimo, que estabelece o período de doze horas.

Participante

servidor que sai de licença pode fazer um curso a distância em casa?

Adriano Cesar Ferreira Amorim (ISC/TCU)

É isso mesmo. Você sai de licença e faz o curso em casa. Já aceitávamos o curso a distância para licença-capacitação. O que estamos fazendo agora é: nós mesmos fornecermos os cursos à distância. Hoje já temos cursos, acho que de Licitações e Contratos. Estamos conseguindo um curso de Direito Administrativo, e um curso de Redação voltado para o Controle Externo. Temos alguns cursos de trinta dias, mas há uma carga horária mínima. Há uma série de critérios a serem observados, mas aceitamos que a pessoa se afaste pela licença-capacitação para fazer curso a distância.

Participante

Qual é a natureza, qual a dotação usada para pagar a gratificação por encargo de curso ou concurso?

Adriano Cesar Ferreira Amorim (ISC/TCU)

Existe uma rubrica que está prevista na [lei] 8.112 que é a gratificação por encargo de curso ou concurso. Existe essa gratificação e temos a dotação orçamentária prevista para isso. Acho que tanto para pessoa física, como para pessoa jurídica. Os detalhes orçamentários eu não sei bem, mas essa gratificação é prevista, tem a rubrica específica na folha de pagamento, ela é prevista na lei 8.112. Todo servidor tem direito. Na verdade, só regulamentamos.

Uma outra pergunta aqui do José Mota, do TCE-RJ: O programa de reinserção profissional acarreta desvio de função?

Em tese não. O programa de reinserção profissional é esporádico. Já há uns dois anos, por exemplo, que não se realiza nenhuma ação dentro desse programa. A ideia, claro, é não acarretar desvio de função. O programa de Reinserção Profissional contém vários graus de atuação. Promovemos cursos para formação fundamental, uma vez que temos servidores semianalfabetos, oriundos de uma época pré-concurso público. São cursos de inclusão digital, às vezes, de formação fundamental de Redação, de Português. Temos também cursos de formação para execução de determinado serviço. Por exemplo, há pessoas que vão sair da área de transporte e vão trabalhar no protocolo. São dois exemplos hipotéticos. Em casos como esses, tentamos treinar as pessoas no sistema do protocolo, nas atividades inerentes às novas atribuições do cargo que a pessoa passará a exercer. A questão do motorista é muito específica porque o cargo dele foi extinto. Então não há desvio de função e nem poderíamos fazer isso.

Rosa Maria Chaise (TCE-RJ)

Nós teríamos ainda muitas perguntas, mas em função do tempo vou passar a palavra a cada palestrante para que em um minuto deixe uma mensagem final.

Professora Valderez Ferreira Fraga (FGV-RJ)

As minhas palavras são de agradecimento. A gratificação de estar aqui faz parte daquele elenco de conceitos que a professora Rosa Maria Chaise acabou de enunciar. O orgulho e a honra de pertencer a um momento como este,

Desejo felicidades a todos e a expectativa que vislumbro é de uma Universidade Corporativa muito em breve, unindo naquela árvore frondosa que acabei de apresentar todas as Escolas de Contas dos Tribunais de Contas trabalhando articuladas no sentido da ética, e trabalhando de uma maneira congruente em relação às estratégias da instituição. Meus parabéns a todos, felicidades na continuidade do Evento. Obrigada.

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Eu queria agradecer a atenção de todos e a paciência que tiveram com minha abordagem meio informal. Parabenizo a organização do evento. Paula, Rosa, Sandra, as chamadas “meninas do Rio”, e toda a equipe que eu conheci de perto. Fiquei muito encantado com todo o empenho do grupo. A gente se sentiu tratado com muito carinho, com muito cuidado. É muito bom a gente ver e sentir essa união de equipe de que se falou de manhã também. O grupo e a equipe.

Eu queria só fazer duas menções. Vou ser meio pragmático agora, aliás, como sou sempre. Queria lembrar duas coisas com as quais temos obrigação. A primeira delas é a questão de definição dos líderes e suplentes de célula que eu mencionei. Como todos devem saber, temos uma definição de nove. Devo dizer que nesse momento, se não me engano, apenas três tiveram definições com relação a essas lideranças. Queria lembrar que o líder de célula vai ser aquele que ocupará assento no GEC. O Grupo contará com nove participantes e cada titular de uma dessas células é membro do GEC. Essa é a primeira questão. É importante que as pessoas se encontrem, as células se encontrem para tentarmos tirar desse evento, no último dia, na sexta-feira, uma leitura homologatória dessa nova organização que construímos a partir desses dias.

Outra questão também bastante prática é a seguinte: não sei se fiz uma comunicação que causou alguma dúvida, mas algumas pessoas ainda não realizaram a matrícula no último curso de Design Instrucional, último do programa de capacitação em educação a distância, que começa na próxima segunda-feira, dia quinze. Falei que quem tinha aprovação no curso estaria automaticamente participando. Mas o que eu quis dizer é que estava automaticamente selecionado, habilitado a continuar o curso, mas era preciso fazer uma inscrição que também é realizada no site do TCU. No entanto, as pessoas não tinham feito isso, inclusive algumas pessoas do Rio de Janeiro. Soube de outras pessoas que não fizeram. Então, queria lembrar que é necessário que as pessoas que foram selecionadas, as sessenta e oito que estão no curso de Design Instrucional, têm até hoje para adotar essa providência. Podemos tentar ver se encontramos alguém que tenha 3G para fazer uma conexão que permita o acesso ao site do TCU para poder realizar a inscrição. Obrigado por tudo.



Adriano Ferreira Amorim (ISC/TCU)

Também só vou agradecer. Parabenizar o evento, a organização do evento, agradecer a presença de todos, agradecer o convite e dizer que estamos sempre à disposição. Acho que até hoje nunca neguei nenhum convite de vocês. Estamos sempre à disposição para compartilhar. Acho que esses momentos são muito importantes para trocarmos experiências. Apesar das nossas aparentes realidades distintas, temos muita coisa em comum. Os objetivos são os mesmos, o caminho que queremos são lugares muito parecidos aqueles aonde desejamos chegar. Acho que temos muita experiência para trocar, erros a compartilhar para que esses erros sejam evitados e fóruns como esse são muito importantes. Gosto de dizer que o Instituto está sempre à disposição para trocar experiências. Ficamos brincando que o Instituto é um exemplo a ser seguido. Todavia, temos muita coisa também que, como todo órgão público, é preciso melhorar. Temos muita dificuldade, há muita coisa que gostaríamos que fosse diferente. Percebo isso quando converso com o pessoal das Escolas de Contas. Muitas iniciativas também podem ajudar o Instituto. Vocês funcionam como um espelho e como uma fonte de ideias e de soluções, que às vezes não conseguimos enxergar. Então, esses momentos de troca, de experiência são muito importantes e toda vez que precisarem do Instituto para participar desse tipo de evento estaremos sempre à disposição. Obrigado e boa tarde a todos.



2º DIA

Sede da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, em Niterói



ANAIS II ED. 000



**II Encontro
Técnico de
Educação
Corporativa
dos Tribunais
de Contas**



11 DE AGOSTO DE 2011

Palestra
Oficinas



OFICINA

A Importância da Avaliação Institucional nas Unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Bom dia a todos.

Depois dessa visita que vocês fizeram com os nossos doublês de guias, queria reiterar a todos que tenhamos um ótimo dia. Tenho certeza de que teremos um dia maravilhoso de trabalho. Para nós é um prazer, uma alegria enorme receber todos vocês aqui. Estamos superorgulhosos e estou certa de que a professora Thereza e a professora Dinah nos proporcionarão um trabalho espetacular hoje durante o dia, que vai nos ajudar muito nos nossos objetivos, nos objetivos do nosso Encontro.

Ainda antes de começar, queria dizer algumas coisas. Vocês tiveram a oportunidade de conhecer o nosso prédio, esse prédio que, como os nossos doublês de guias turísticos explicaram, é um prédio tombado. Este prédio já foi cedido a outros órgãos públicos, entre os quais o Arquivo Público, e o Tribunal o retomou há alguns anos. Aqui funcionaram Inspetorias de Controle na época em que tivemos uma experiência com interiorização de inspetorias, descontinuada há uns quatro ou cinco anos. O Tribunal acabou com as inspetorias interiorizadas e o pessoal retornou. Com isso, veio um grupo grande para cá, que depois se deslocou para o Rio.

A Escola foi criada em 2005. Veio para cá porque funcionava uma parte no Tribunal do Rio, outra parte na Candelária, num prédio que é da Fundação Getulio Vargas, mas nós, por meio de um convênio, também usávamos. A Escola ficava fragmentada. Então, em 2009 aproveitou-se esse prédio. Ele foi todo reformado, como vocês puderam ver. As nossas instalações são novas, estão bem adaptadas. Ganhamos equipamentos, todas as salas têm projetor e computador. Temos um laboratório de informática que, como vocês viram, recebeu o nome de Elza Magarão Vellasco, em homenagem à nossa funcionária que é a primeira-dama do TCE, a nossa querida dona Elza.

Elza, por favor, apresente-se aos nossos colegas.

Elza Vellasco (TCE-RJ)

Sou remanescente do Tribunal de Contas do antigo Estado do Rio de Janeiro. Com a fusão, fomos para o Rio. Estou aqui no Tribunal desde 1958, sendo que entrei no Estado em 1945, com vinte e seis anos, era uma jovem ainda. Hoje estou com noventa e dois anos, graças a Deus, completados dentro desta Casa. Sinto-me dona disso aqui porque esse carinho que vocês estão vendo hoje é cotidiano. O carinho, esses cuidados que o pessoal tem comigo é uma coisa, tratam-me como se eu fosse uma joia, uma coisa quebrável. Todos têm um carinho muito grande por mim. A nossa diretora, eu não preciso nem falar.



Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Dona Elza é motivo de grande orgulho para nós. Termos uma colega como a dona Elza, com a dedicação que ela demonstra, com seriedade, com lucidez, com disposição para o trabalho, tudo isso nos deixa muito felizes. Então, Elza está aqui diariamente nos alegrando. Todo mundo aqui cuida dela e a considera como uma avó ou mãe. Não podemos chamá-la de “dona” porque ela não gosta, tem que ser Elza, caso contrário ela se sente velha.

Elza Vellasco (TCE-RJ)

Não gosto que me chamem de dona. Sinto-me velha. Não sou velha. Então, ficam “dona Elza” e dona Elza não me cai bem, não me sinto feliz. Eu gosto de Elza, Elzinha, vovó. Chamam-me até de vovó e eu adoro. Tenho muitos netos aqui.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Peço uma salva de palmas para a Elza. Em homenagem a esse exemplo de seriedade, de dedicação, de profissional com elevado espírito público, a Presidência do Tribunal batizou o Laboratório de Informática da nossa Escola com o nome da Elza.

A Elza trabalha na Coordenadoria de Documentação fazendo a parte da legislação, ela faz a indexação do Diário Oficial com muita lucidez, com muita dedicação e é realmente um exemplo de que o trabalho também nos ajuda, nos mantém vivos.

Claro que isso é uma coisa pessoal. Temos vários colegas que contam os dias para se aposentar. Mas a dona Elza gosta, ela tem um amor muito grande pela Instituição e isso para nós é muito bom. Vou repetir um pouco. Queria apresentar a nossa equipe. Peço mais cinco minutos à professora Thereza para começarmos os nossos trabalhos.

A sala onde nos encontramos tem o nome Espaço Cultural Conselheiro Paschoal Cittadino, que foi um conselheiro aqui do Tribunal. Essa sala já foi um espaço de referência no calendário cultural de Niterói. Tínhamos sempre shows, exposições de pintura e fotografia. Infelizmente, desde a reforma, não demos continuidade ao uso que já se fez deste espaço. Em compensação, temos usado o espaço como grande sala de reuniões, quando é necessário atender a um grupo maior, como está ocorrendo hoje. Todo processo seletivo da pós-graduação também acontece aqui. Temos o registro de toda a obra realizada no prédio nas paredes dessa nossa sala.

Vou chamar, para ficar aqui ao meu lado, a Sandra, nossa assessora pedagógica, que muitos de vocês já conhecem. Ela é que nos dá essa luz,

esse conteúdo importantíssimo para uma Escola. A Rosa Maria, que é a Coordenadora de Estudos e Pesquisas, todos já conhecem, estava na mesa ontem à tarde. A Rosa é a substituta eventual da Diretora-Geral da Escola. Temos o Paulo Peçanha, nosso Coordenador de Documentação. Aqui está o João Paulo Lourenço, que muitos já conhecem. Ele foi o guia da turma que chegou mais cedo. O João é o Coordenador de Capacitação da Escola. Ele é o homem dos cursos, é ele que cuida de toda a parte dos cursos da Escola: cursos regulares e cursos itinerantes. A equipe da área de Capacitação trabalha mais que todo mundo – embora todo mundo aqui na Escola trabalhe muito –, mas a equipe dele parece um *call center*, é o dia inteiro no telefone tentando acomodar a demanda. Todos aqui trabalham em Escolas e sabem que é como montar um quebra-cabeça, conseguir conjugar todos esses recursos.

A Claudinha é a nossa Coordenadora da Secretaria. Ela cuida de toda a parte de documentação e cuidou de toda a parte material do nosso evento: emissão de certificados, correspondência com alunos, declarações. Ela tem uma equipe maravilhosa sob a sua coordenação. Aqui estão a Tânia, a Ana Maria, a Jaqueline, o Celso, o Geraldo, a Nilma, o Osmar, e o Alexandre. Eles não podem ficar muito tempo aqui porque temos cursos acontecendo hoje. O Sigberto é o nosso astro, ele vai nos acompanhar, vai dar todo o apoio à professora no computador. Ele é um homem multimídia e nos ajuda bastante, assim como todos. Gostaria de pedir uma salva de palmas para a nossa equipe da Secretaria.

O João também tem uma equipe grande. É a segunda maior equipe da Escola, a equipe da Capacitação, que trabalha no quinto andar. Temos aqui a Vera, representando a equipe da Capacitação.

Apresento agora o Colão, que é o nosso Coordenador Acadêmico. Veio com alguns de vocês no ônibus. O Colão é responsável pela pós-graduação, é o nosso Coordenador Acadêmico. Era Assessor Jurídico da Escola até assumir a Coordenação. A Bernadette trabalha com a Rosa. A Rosa Maria, a Michella, a Flávia, a Regina. A Michella e a Regina muitos de vocês já conhecem por telefone. Já falaram com elas quando fizeram suas inscrições. São Assessoras para todos os assuntos da Escola. A Flávia é a nossa Assessora Jurídica. A Rosa todo mundo já conhece, já foi apresentada.

Essas pessoas são uma parte da nossa equipe, que se desdobra para atender, para fazer o melhor. Mas não trabalhamos sozinhos, temos o Robert, que é o nosso recurso compartilhado, o homem da Informática. Ele cuida do nosso sistema, nos dá todo o apoio no nosso site e ajuda o Paulo Peçanha, que é o Coordenador de Documentação. O Paulo é o chefe da Elza. O Paulo Peçanha é o responsável pela Biblioteca, inclusive aquele posto avançado que temos aqui.

Além da Escola, funcionam outras atividades no prédio. Temos lá embaixo a gráfica do Tribunal e um núcleo de engenharia aqui em cima, que é o pessoal que nos ajuda a cuidar do prédio. Temos também a equipe que nos dá

toda a força, o Welt e o Paulo, que são da equipe de segurança. O Paulo e sua equipe são os nossos anjos da guarda. O Marins é o Coordenador da Portaria. A Regina é a nossa supercuidadora, mantém esse prédio lindo, maravilhoso, coordena uma equipe eficientíssima, cheia de boa vontade. Estão sempre cuidando da casa para a gente. Casa limpa é tudo de bom, não é? A equipe está toda à disposição de vocês. Espero não ter me esquecido de ninguém. A casa é de vocês. Todo mundo está superfeliz em recebê-los. Então, agora, para não atrasar mais, vou passar a palavra para a professora Thereza Penna Firme, que vai conduzir os nossos trabalhos no dia de hoje. Espero que todos tenham um dia maravilhoso.

Sandra Cordeiro de Melo (TCE-RJ)

Vamos então começar os nossos trabalhos de hoje.

O dia será coordenado pela professora Doutora Thereza Penna Firme. Ela é PhD em Educação e Psicologia pela Universidade de Stanford (EUA). Tem quarenta anos de trabalho em avaliação, foi diretora da Faculdade de Educação da UFRJ, é também da Fundação CESGRANRIO e veio aqui fazer o trabalho de diagnóstico, a construção de um instrumento de diagnóstico para todas as Escolas.

Passo então a palavra para a professora, com a certeza de que será um dia maravilhoso.



Manhã Construção do Instrumento da Avaliação: apresentação da metodologia

Thereza Penna Firme



Doutora em Educação e Psicologia. Atualmente é Professora Adjunta IV (aposentada em 1997) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenadora do Centro de Avaliação da Fundação Cesgranrio; Consultora Nacional e Internacional em Avaliação. Foi professora e diretora do Departamento de Educação da PUC-Rio, professora adjunta da UFRGS e diretora de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.

Eu não tenho o brilhantismo de Sandra para falar tão rápido e em síntese, meu colegas professores. Acho que aqui somos docentes todos, podemos nos comunicar no campo da Educação, Educação Corporativa, eu diria corporativa, participativa, cooperativa, enfim, tudo o que nos faz unidos, agora, em uma missão importante.

Nós estamos fazendo um trabalho, de fato, cooperativo, ou seja, como, juntos, podemos construir um diagnóstico.

Entro aqui pisando de leve e rápido para não me exceder no tempo e fazendo uma homenagem aos professores e coordenadores aqui presentes, gestores e servidores dos Tribunais de Contas e dizer, como [Isaac] Newton falou sobre nós, educadores: “Enxerguei tão longe porque me apoiei em ombros de gigantes.” Portanto, não importa o que estejamos fazendo, com falhas ou limitações, porque sempre seremos gigantes e sempre poderemos apoiar aqueles que darão continuidade a todo trabalho magistral que vocês estão fazendo nesse país.

Por último, fiquem tranquilos que nada é pesado quando se tem asas, e este é um Tribunal que voa. E vocês voaram de todos os cantos do Brasil para cá, por uma missão que tem que ser rápida, para o preparo de uma conclusão que tem que ser rápida e ágil.

A minha preocupação não é de fazermos algo que seja concreto, mas algo que seja ágil. Ágil, a tempo, e tudo mais, e para isso vale lembrar o que aconteceu nessa manhã: vocês deram uma volta por todo o local, por toda a Escola. Por que vocês fizeram isso? Para terem conhecimento geral, desse local.

O que é isso? Uma análise situacional. Primeiro, com a palavra líder de Paula, que aqui chamou um por um da equipe, sua primeira preocupação: antes de mostrar o prédio ela mostrou as pessoas. Parabéns, Paula.

Eu já falei com ela, já a parabeneizei pela liderança: ela chamou um por um, não esqueceu, e se alguém ficou esquecido é um por um problema humano, mas está incluído na preocupação em trazer todos aqui. Não se pode começar qualquer trabalho sem se conhecer as pessoas que estão nele.

Hoje quando se fala de meio ambiente, se fala primeiro em pessoas, depois as coisas e tudo mais. Eu acho isso tudo muito bonito, por tornar o encontro mais familiar. Oxalá nós tivéssemos tido mais tempo para apresentar um por um dos que estão aqui, porque todos são muito importantes, mas haverá oportunidade de um conhecimento maior até o final do dia, vamos ter, todos, oportunidade de nos conhecermos melhor.

Exemplos são muito bonitos no campo da educação e professores e educadores que descobriram o segredo da vida: primeiro conheça as pessoas, ame as pessoas, depois trabalhe com elas. Tudo mais é consequência, desse primeiro gesto, de acolhimento.

Eu falo sempre, como a minha colega Elza, eu tenho essa alegria de estar no lugar. Nós somos da mesma geração, viu Elza? Vai ver estudamos na mesma escola. De repente a gente descobre.

As pessoas me perguntam: “porque você continua?” Eu respondo: “pela paixão.” É a paixão que nos move e nos impulsiona, e eu aqui estou com um grupo de apaixonados pela causa, porque senão não estaríamos aqui e tudo isso em função de fazer um algo novo para o nosso país. Cada grupo de profissionais nesse país deveria ser uma seleção, seleção de profissionais que levantam esse país.

Nós sabemos que o caminho da Educação é um caminho sagrado, que levanta potências e traz imensas compensações, quando os alunos nos encontram e se lembram que passaram por nós em algum momento. Esse encontro é imensamente gratificante. Eu também não me incomodo, Elza, quando eu falo para uma criança: “Que bonito o seu desenho!” e ela me responde: “Gostou, bisa?”.

Isso é muito bonito, e por isso eu continuo bisando, e continuo “bisando” as coisas porque acho melhor do que parar de educar.

Por que nós estamos aqui? Para construir alguma técnica, procedimento para podermos fazer uma análise situacional. De quê falamos primeiro? Da importância da avaliação: disso falarei rapidamente, e para ter uma avaliação importante, porque avaliação? Para podermos crescer. Nós não fazemos avaliação senão para o aperfeiçoamento. A avaliação individual, de grupo, é para o nosso aperfeiçoamento. O aperfeiçoamento contínuo, porque a avaliação é um processo contínuo.

Mas, não podemos ousar começar uma avaliação sem conhecer as pessoas, o que fazem, onde estão, e daí, então, nós continuaremos a construir um

processo de avaliação, a partir de uma visita, a visita que o TC quer fazer e que a Escola aqui do Rio de Janeiro está propondo: essa visita a todas as unidades para conhecer cada unidade e, a partir do conhecimento das unidades, construir alguma coisa. Tudo é participativo, e o primeiro passo é hoje, um momento oportuno de juntar todas as vozes, fazer um coral, e esse coral é bonito.

Eu me lembro que cantava em um pequeno coral de família. E meu irmão percebeu que alguém estava desafinando, e com toda a delicadeza de um irmão levantou-se e viu que eu estava com um algodão em cada orelha. Ele me perguntou: “Porque você está com esses algodões na orelha?” Eu respondi: “Porque eu sou a terceira voz, e não quero escutar nem a primeira, nem a segunda nem a quarta, senão não canto direito.” “Por isso está desafinando”, ele disse, “porque você só escuta, você não escuta nem a própria voz. Quem canta em um coral e não escuta nem a própria voz desafina por completo. Tire o algodão, escute as outras vozes e veja que a sua voz tem um lugar dentro do acorde. Tem um acorde de cinco notas, e a sua voz é uma delas, e sua voz só tem sentido comparada com as outras vozes.”

É como a gente aqui: cada um tem a sua voz, cada um tem o seu lugar, mas o conjunto é valioso e faz o coral que não desafina. Foi assim que aprendi, para sempre, que é assim que se canta em coro, assim que se trabalha em equipe: cada um com a sua voz, sua autenticidade, a sua posição, mas dentro do conjunto, se afina com os outros, e não canta somente no seu acorde, no acorde. Era isso só que eu queria dizer para começar.

A palestra é rápida, a introdução é longa, é que nem uma gestação: a gestação é longa, mas o parto é rápido. E vamos rapidamente às coisas que caracterizarão esse encontro. Não se preocupem com aquilo que vai resultar do nosso trabalho: faremos o melhor possível, e o melhor possível é o primeiro passo. É o momento inicial, o delineamento inicial. Vou falar mais detidamente sobre isso depois do intervalo. Eu não participo mais de reunião que não tenha intervalo: é preciso que haja intervalo para que as pessoas possam trocar ideias.

Eu não estou ensinando coisas novas, estou apenas dando uma nova maneira de caminhar, então aqui está uma rápida visão de porque a avaliação está falando de participação, de integração, que não é um gabinete, ou uma pessoa, que decide e manda. Vocês ontem tiveram grandes palestras e viram que hoje a questão é corporativa mesmo. Hoje em dia se fala até em inteligência coletiva, criação coletiva.

Antigamente eram grandes nomes que se destacavam, hoje em dia são grupos que se destacam, e viram? A Paula apresentou o grupo, nós somos o grupo. Ninguém tem potencialidade plena para conduzir, sozinho, algum projeto, nós fazemos tudo em conjunto.

Aqui estão os avanços da avaliação no século XX [referência aos slides] a avaliação teve várias fazes. Eu vou dizer nos últimos cinco minutos o que aconteceu nos últimos mais de cem anos. No início do século as pessoas mediam apenas o número de acertos.

A primeira geração de estudiosos media em números de respostas e acertos. Nos anos trinta, quarenta e cinquenta ela passou a ser a descrição de uma situação, e ao descrever alguma coisa, as pessoas se sentiam mais avançadas em avaliação, ou seja: alcançou ou não alcançou o objetivo? Era uma maneira de descrever o desempenho, uma instituição, um aluno. Uma maneira simples, mas correta de verificar alguma coisa que tinha acontecido, mas estava ainda incompleta.

Nos anos 60 percebeu-se que a avaliação só teria sentido quando se julga, quando se diz o valor. Então o professor, educador, avaliador era também um juiz. Não apenas um medidor, um juiz. E o aluno só fica satisfeito quando o professor diz: “você vai bem” ou então quando diz: “você vai bem, mas precisa melhorar aqui ou ali.” Uma escola para dizer isso não pode ser apenas uma escola de avaliação de papel e lápis, muitas outras coisas estão envolvidas.

Juízo de valor: você julga a partir de critérios. Quais são os critérios para dizer que uma Escola de Contas é boa? Precisamos organizar, construir, negociar, em conjunto, critérios para julgar alguém.

Essa descrição foi feita por estudiosos norte-americanos, pois nos EUA o processo de avaliação corre aceleradamente. Coisas que estão sendo feitas, debatidas, construídas agora, mas que chegam aos poucos para nós, porque dependem de tradução, de pessoas que vão e voltam para lá, enfim de mil variáveis. Nós temos que aproveitar o fato de sermos de uma cultura reconhecida pela capacidade de assimilação de inovações produzidas em outros lugares.

O perigo que surge nesse momento das etapas da avaliação é: julgar sem critérios. Veja que perigo. Antes, pelo menos, a gente tinha os números, tínhamos os dados, agora não mais, só o julgamento. E quando eu tenho que julgar, o perigo é julgar sem critérios, ou critérios distorcidos, e os meus critérios, que estão baseados no meu sistema de valores, servem para avaliar uma pessoa que tem um sistema de valores próprio, com critérios próprios.

Aí então chegamos nos anos 90, quando os critérios são negociados: “com que critérios eu vou julgar você?” ou “com que critérios você quer que eu o julgue?”. Entramos no século XXI, portanto, com a avaliação servindo para medir, para descrever e julgar, mas julgar com critérios negociados. É tudo aquilo reunido em um só ato de negociação.

Se eu quiser ver se a Escola está boa, é preciso ver dois quesitos: o primeiro é o mérito, e por mérito entenda-se toda a qualidade interna – prédio, infraestrutura, os equipamentos funcionando, a qualidade das pessoas – tudo o que se faz para se chegar ao resultado de impacto, que é a relevância.

Para que a Escola tenha impacto e você forme pessoas que enxergam longe (naquela frase de Newton), é preciso gigantes. É preciso ter pessoas gigantes na qualidade. O impacto tem que ser visto. A gente vê duas coisas na avaliação: a sua qualidade interna (quem estava lá? O que está funcionando? O que está falhando?).

A qualidade interna e o impacto são, portanto, os dois quesitos no pro-

cesso avaliativo. E nós podemos hoje, em 2011, acrescentar, a importância, o significado. É importante avaliar a Escola? É. Então a primeira coisa que nós temos que fazer, o quanto antes, a avaliação da instituição, e logo a avaliação interna, das pessoas e logo, o impacto. Qual o resultado disso? Onde estão os egressos dessa Escola? Que posição estão ocupando?

Os americanos são muito espertos nisso. Fizeram um estudo de egressos e foram entrevistar uma aluna que estava dentro de uma nave espacial. Outro estava em uma grande instituição, um terceiro era Vice-Presidente de um país. Então eles procuram os ex-alunos. Isso faz parte do sucesso de uma instituição. Isso anima, porque de repente vocês descobrem maravilhas de pessoas que estão na ativa. Pessoas que estão com noventa e dois anos e ainda estão na ativa. Isso é uma glória.

A relevância, portanto, está nisso: no aprendizado que está acontecendo agora e futuramente, como estão sendo aplicados.

“Meu Deus, tudo isso? Para avaliar?” É, mas não é preciso complicar nada, nós podemos fazer de uma maneira simples, para encontrar a resposta. Deixe a coisa correr. Você vai dizer: “Que pena, eu era feliz e não sabia. Eu tinha nas minhas mãos pessoas de grande potencial, e não fiz nada.” É como aquela escola da Rússia que tinha um menino que só pulava, e não sabiam mais o que fazer com ele. O menino era o Rudolf Nureyev, um dos maiores bailarinos do século XX, e a escola nem sabia que estava com um bailarino em potencial. Nas escolas de vocês, com certeza, existem também pessoas com potencial semelhante, além de vocês, que precisam dizer “Nós somos importantes”. E é preciso que vocês sejam vistos e reconhecidos por isso.

É importante não ter medo, nenhum medo, da avaliação.

Os interessados na negociação dos critérios de avaliação são todos aqueles que participam do processo de avaliação: alunos, professores gestores, são todos.

A avaliação não é um evento, é um processo; não é medo, é coragem; não é boletim de notas, é um registro de anotações; não é imposição, é negociação; não é autoritarismo, é participação; não é secreta, é transparente; não é arbitrária, é criteriosa; e não é classificatória, é promocional.

A avaliação deve ser útil para guiar decisões, tem que ser prática na condução, tem que ser clara, simples, para que o avaliado não tenha dúvida e para que a resposta seja compreensível para o avaliador. E a avaliação deve ser ética na sua condução, mesmo porque o avaliador também é avaliado no processo de avaliação, pois é um processo compartilhado. Ninguém é avaliado sozinho. Por último, a avaliação deve ser tecnicamente confiável.

Uma avaliação que não sirva para nada é um perigo, pois põe em dúvida o processo, esse que é um processo tão sério, que, se conduzido de maneira errada, pode resultar, como é o caso na China, em suicídio. Tem pessoas na China que se suicidam por causa de avaliação, ou que matam

por causa da avaliação, ou se vingam por causa da avaliação, choram, adoecem, abandonam.

Eu conheço muitas pessoas, centenas de pessoas que abandonaram a Pós-Graduação porque não tiveram professores com ética para orientar seu trabalho, crianças que abandonaram a escola pela ameaça de uma reprovação, jovens que largaram a escola e caíram nas drogas porque a avaliação foi perversa com relação a eles: “Você não tem jeito mesmo, você não dá para isso. Você é de uma família que está perdida. Você vem de um lugar que já está perdido.” Que barbaridade. Isso acontece, eles dizem por aí, em nome da avaliação.

Isso é muito grave, e a pessoa usa esse poder. É como um juiz, um supervisor, um professor, um avaliador que não tem capacidade, sensibilidade ética para julgar, então não tem respeito, e não há quem resista, e não há quem possa aguentar uma avaliação que seja descabida.

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Queria só lembrar a questão da honestidade. Uma coisa é você ter cuidado em se manifestar sobre alguém, o que é um julgamento muito perigoso, que pode levar a medidas extremas, como você relata. Mas também, a questão da honestidade: você incentivar habilidades reais.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

A sua colocação foi perfeita. Você como que intuiu a próxima transparência que eu vou mostrar para vocês, mas essa honestidade é fundamental. O juízo tem que ter critérios, critérios muito claros, e mostrar para as pessoas, como todo o respeito, quais são as habilidades que valem a pena conservar, e quais as que parecem não ter; então, muda a disciplina, muda o caminho, muda a profissão. É preciso porque orienta.

Por isso, para ser juiz é preciso duas coisas fundamentais: uma é saber julgar e a outra é saber se avaliar também, para saber se a falha não está no nosso instrumento, na nossa observação, se não está em nós, ou se não está na própria pessoa. Se não conseguimos ver, às vezes pode ser falha nossa mesmo, e isso é importante ver também. Isso é abarcado pela ética.

E a precisão o que é? É revelar e transmitir tecnicamente informações adequadas para permitir juízo de mérito e relevância. O instrumento tem de ser de boa qualidade, para poder verificar um fato real, e não uma distorção.

Aqui eu dou um exemplo rápido. Eu fiz um exame de audição e escutei os três primeiros sinais emitidos de uma cabine para a minha cabine. A partir do quarto sinal eu não escutei mais e me assustei. Devia estar com uma deficiência

grave que eu imaginava que não tinha. Pedi para sair da cabine, estava muito aflita. Ela disse: “É muito grave, mas eu vou sair daqui e vou falar baixinho com você fora da cabine porque o médico é que vai dar a palavra final, mas a sua situação é gravíssima.” E falou fora da cabine. Eu disse: “Minha querida, como é que eu estou escutando fora da cabine falando baixinho, e como não escuto você de uma cabine para a outra?” Ela disse: “Não é possível, o exame está correto.” Pedi para ela trocar comigo, ela trocou, e eu apliquei nela o exame.

Ela não escutou nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira batida, eu chamei e falei: “Não fique preocupada não, quem está falhando não é você nem eu, é o seu microfone.” Faltou precisão, e quando falta precisão, nós passamos a medida errada. Então, eu recomendo que tomem cuidado com a precisão.

Para não dizer que foi culpa da moça, uma vez eu fui por um termômetro numa velhinha, muito mais velha que nós, Elza, e ela estava com 41°C de febre. E eu falei para o médico: “Ela vai morrer na minha mão! Pelo amor de Deus, que remédio eu dou para ela?” Ele falou: “Saia do telefone que eu já estou indo para aí”. “Mas doutor, ela já está com 42°C.” “Saia do telefone.” Ele correu lá, botou o meu termômetro no lixo, pegou o dele e constatou que a velhinha estava com 36,5°C. Eu ia matar a velhinha de avaliação.

Naquele final de manhã ela já estava preparada, porque eu já havia falado: “A situação está grave.” E ela ia morrer do meu anúncio, do termômetro e do remédio errado que eu ia dar. Bendito o médico que não acreditou na minha palavra.

É natural que a gente veja errado.

Avaliação é bom senso, sensibilidade e técnica. Não tire uma das três coisas.

O que é a qualidade de um avaliador? Aquilo que você, professor Willams, disse: avaliação sistemática, a capacidade técnica de indagar, sistematicamente, a competência da avaliação: siga estudando. Veja tudo o que puder ver, e seja honesto.

Respeito pelas pessoas. Primeiro se diz o que vai bem, depois o que precisa melhorar. As pessoas fazem o contrário, primeiro dizem o erro, quando vai dizer o que está bem a pessoa já desmaiou, já se atirou, já fugiu. Diga primeiro o que está bom que você segura a pessoa. Respeito pela pessoa e responsabilidade pelo bem-estar geral. Ou seja, uma pessoa que eu avalie, uma unidade do Brasil, eu estou me responsabilizando pelo Brasil todo, é muito sério, e aquilo que eu faço com uma unidade, tenho que me responsabilizar pelo bem-estar mais amplo de todos.

Agora eu só menciono as cinco inteligências, que eu não tenho tempo de falar agora, que só menciono as cinco inteligências que o professor Howard Gardner apontou quando elaborou a teoria das múltiplas inteligências: a lógico-matemática, a linguístico-verbal, a espacial, a musical, a sinestésico-corporal (que é o movimento), a interpessoal (que é a que eu falei de liderança), e



a intrapessoal (que é a capacidade de autoavaliação) e tem a naturalística (que é a capacidade de perceber o meio ambiente).

Falei disso rápido, eu sei, mas é para introduzir o que o mesmo rapaz apresenta para nós sobre as cinco mentes para o futuro: aquelas das quais a humanidade vai necessitar para sobreviver nas eras que virão. De acordo com o retorno que a Dinah me deu sobre as palestras de ontem, eu percebo que elas têm a ver com isso daí, e me senti animada a mostrar.

A começar pela professora Sylvia Vergara, aquilo que ela disse da totalidade do grupo: em cada área em que você estiver atuando, pense que você pode oferecer para o grupo o seu tipo de inteligência predominante. Podemos e geralmente desenvolvemos desenvolver mais de um tipo de inteligência, pode-se mesmo desenvolver todos, mas geralmente tem um que é predominante.

Temos então, estas cinco mentes. A primeira é a mente disciplinada que mostra o domínio do modo de pensar, a seguinte é a mente sintetizadora: você capta de outros tipos de inteligência, outros tipos de capacidades e potencialidades, aquilo que pode enriquecer a sua. Não fique sozinho, trabalhe em grupo, pois faz sentido das informações a partir da interação com todos.

A seguinte é a mente criativa: invente novas questões para a sua área de conhecimento; crie novas respostas; crie novas perguntas, novos questionamentos. Isso é a capacidade criativa, com novos modos de pensar, que nos leva a respostas inesperadas.

Depois, temos a mente respeitadora. Perceber e reconhecer diferenças individuais, procure entender o outro e busque trabalhar, efetivamente com ele. É o exemplo do coral de que eu falava.

Finalmente, a última mente: a mente ética, que sobe aos ideias da unidade, aos ideais todos os Tribunais de Contas, aos ideais da sociedade, aos ideais da consciência, que só Deus dá. Então, nós temos que subir a nossa ética o mais alto possível. Quando você não souber para onde ir, quando os caminhos estiverem difíceis, suba o mais alto possível nos caminhos da ética e você vai funcionar com beleza e capacidade.

Eu fecho aqui com uma história de um autor que eu conheço que pilotava um avião monomotor sobrevoando a Índia após a Primeira Guerra Mundial, ele era nascido aqui. Ele ficou assustado quando ouviu um barulho inesperado a bordo. Ele descobriu então que tinha um rato a bordo. Um rato que estava prejudicando o seu voo. Ele não tinha como fazer um pouso forçado e o rato poderia roer a lona do seu avião e pôr em risco o seu voo.

Foi então que lembrou-se que os ratos morrem com a altura e passou, portanto, a voar cada vez mais alto, cada vez subia mais e mais. De repente o barulho acabou: o rato havia morrido. Qual é a lição? Se a fofoca tentar prejudicar o seu trabalho de educação, de gestão, de ascensão; voe mais alto, suba mais alto. Se a maledicência, a injustiça, tentarem prejudicar a sua ascensão, suba mais alto. Se a incompatibilidade, as distorções e tudo aquilo que pode

ferir e transtornar o seu caminho tentar te afetar, suba mais alto. E lembre-se: os ratos não resistem às alturas.

Agradeço a vocês a atenção, vamos agora para um intervalo.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Vou falar um minuto para vocês sobre o trabalho que estamos realizando com a professora Thereza. Essa aula maravilhosa, essas palavras iniciais maravilhosas de sensibilização que ela nos trouxe, o trabalho dela não se esgota aí. Ela hoje vai trabalhar com a gente com o apoio da professora Dinah para construir o instrumento do diagnóstico. Todos viram isso lá no programa.

Embora eu adore os elogios de vocês, é maravilhoso todo mundo dizendo que o evento está super bem organizado, este não é um trabalho de uma pessoa sozinha. Isso é um trabalho do grupo. Isso é uma ação do Grupo de Educação Corporativa, do GEC. Desde o ano passado nos defrontamos, no I Encontro, com a necessidade de fazer esse exercício do autoconhecimento. Como é que vamos avançar? Como é que vamos fazer propostas comuns se não nos conhecemos, não sabemos quem somos, onde estamos. Por isso, precisamos fazer um diagnóstico.

Saímos tão animados daquela reunião que nos dividimos em grupos, estabelecendo o que caberia a cada um fazer. Vamos fazer o diagnóstico. Como? Inicialmente achamos fácil, mas depois vimos que não era assim. Não ficou pronto. Com o diagnóstico começamos a nos defrontar com a dificuldade de fazer esse diagnóstico. Envolve metodologia, trabalho muito maior. Então, sentimos que o trabalho precisava ganhar muito em profundidade, em conteúdo. Podíamos até propor uma solução, mas seria uma solução caseira, e não é disso que estamos precisando. Precisávamos de algo que nos fizesse alçar voos maiores.

Então, conversamos com o nosso coordenador Willams e decidimos, na reunião que tivemos em Brasília, contratar uma pessoa, um especialista que nos ajudasse a executar a tarefa.

Está aqui a Márcia, do IRB, que trabalhou conosco para pensarmos como iríamos fazer isso e resolvemos contratar um especialista para fazer o diagnóstico. E esse é um trabalho que não se esgota hoje. Vamos sair daqui com um questionário para todos responderem em casa. A professora depois vai explicar melhor. Esse trabalho não vai andar se não respondermos ao questionário. É interesse nosso, de todos nós. Temos que ir para casa com o compromisso de preencher e de responder a esse questionário para que o nosso trabalho possa avançar.

As professoras foram contratadas como consultoras, a Thereza e a Dinah. Depois elas vão falar mais sobre isso. E quem nos ajudou, quem fez essa contratação foi o Instituto Rui Barbosa, que está apoiando as iniciativas do Gru-



po de Educação Corporativa. Aqui uma salva de palmas para a nossa querida Márcia. A Márcia cuidou de tudo, ajudou-nos desde a primeira hora, ela nos deu a solução: “Vamos fazer isso através do Instituto, vamos contratar”. Então, Márcia, peço que fale um pouquinho sobre como vai ser o resultado, o tempo, os relatórios.

Márcia Izabel Soares (IRB)

Bom dia. Vou apenas esclarecer o papel do IRB neste processo de construção de um instrumento de avaliação. Na verdade, ao longo desses trinta anos de carreira defendo a contratação de consultoria. Defendo porque cada um se especializa numa área, defendo a contratação da consultoria exatamente dessa forma como vem sendo desenvolvida com a empresa Grifo, aqui representada pelas professoras Thereza e Dinah. Então, o que o IRB fez? O Instituto Rui Barbosa está apoiando o Grupo de Educação Corporativa, assim como apoia os demais treze grupos formados pelo Promoex, como foi citado ontem na cerimônia de abertura.

São quatorze grupos e além desses grupos, o IRB também apoia outros grupos, outros projetos fora do Promoex, a exemplo do PROFORT, que é um projeto maravilhoso de fortalecimento de auditoria governamental, uma parceria com o BIRD, o IRB e o TCE da Bahia.

O viés do IRB não é só com o Promoex, é com outras frentes também. O trabalho, especificamente do IRB com o GEC, por meio de todos esses contatos que temos desenvolvido, teve início, como a Paula já mencionou, em março, nessa reunião de Brasília. Após esse momento, a Paula, juntamente com sua equipe, identificou a empresa Grifo e aí entramos no processo com as duas professoras. Temos nos falado ao longo desses quase dois meses até mais de uma vez por dia, não é professora? Mas esse é o nosso papel.

É com grande alegria que estamos envolvidos nesse processo, com a garantia de que o resultado vai atender prontamente o que foi combinado, traçado entre nós. Desde o primeiro momento, percebemos que a Escola de Contas do Rio, na pessoa da Paula, escolheu muito bem a empresa. Como já temos uma experiência muito longa, percebemos que realmente se tratava de uma empresa séria, comprometida. Por isso, tenho certeza de que o trabalho vai obter excelente resultado. E o que todos nós queremos é trabalhar em cima desses resultados.

Esse trabalho que está sendo iniciado hoje pelas duas professoras, especialmente pela professora Thereza Penna, é a construção de um instrumento de avaliação. Então, como vai acontecer? Ele vai iniciar conosco, o que achei muito interessante, porque o instrumento está sendo construído de dentro para fora. Elas vão formatar no final do dia um instrumento único e vão nos remeter via e-mail. Nós teremos o dever de casa de responder, trabalharmos nesta ta-

refa e devolvermos à empresa Grifo, dentro do prazo que elas vão estabelecer.

Em nome do IRB, que trabalha com todos os Tribunais do país, peço a vocês muita determinação, muita seriedade com essa tarefa de casa. Como elas trabalhariam na tabulação desses instrumentos sem que os instrumentos estejam nas mãos delas? Por isso, peço que enviem de volta esse documento dentro do prazo. É imprescindível para que elas possam concluir até o final de novembro este trabalho que é o resultado da pesquisa diagnóstica. Teremos em mãos, se Deus quiser até final de novembro, um raio X das Escolas de Contas de todo o país. Isso, sem dúvida alguma, vai subsidiar o nosso plano de ação para 2012. Sugiro, diante da Paula, do nosso coordenador Willams, que possamos financiar a ida de vocês ou da senhora, professora, a Florianópolis, onde está prevista uma reunião do GEC no final de novembro ou início de dezembro. Particularmente, acho que a própria consultoria que desenvolveu o trabalho deve apresentar o resultado da pesquisa diagnóstica. Então, lanço aqui para vocês a ideia de que o próprio IRB estude a possibilidade de financiar a ida da professora a Florianópolis para que possa apresentar para todos nós o resultado desse maravilhoso trabalho que hoje se inicia.

O Willams o tempo todo acompanhou o desenrolar desse processo de elaboração de diagnóstico. Foi uma grande colaboração conjunta. Desde o começo também afirmamos que o nosso trabalho é feito no âmbito da rede, no âmbito do grupo, porque é o que nos fortalece e é o que faz sentido. Como uma resposta ao IRB, que confiou na gente, que pagou, nos ajudou a conseguir fazer essa contratação e desenvolver esse processo, acho que temos a obrigação de preencher esses questionários porque senão vai ser dinheiro jogado fora. A professora vai fazer esse trabalho, nós vamos enviar o documento. O compromisso com as consultoras é que elas vão fazer um relatório preliminar, nós vamos validar, analisar, antes de ser finalizado, como a Márcia falou, até o final de novembro. Willams, você quer falar sobre isso?

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Quero, até para confirmar o compartilhamento dessa ideia e também entendo que não haveria tempo suficiente para desenvolver todo o conteúdo nesse momento que a estamos vivendo. É claro que isso merece uma reflexão e um trabalho. Como falou a Márcia, é um dever de casa que vamos ter que nos esmerar, porque na medida em que nos conheçamos, teremos mais capacidade de saber para onde a gente vai. Já falamos ontem sobre a questão das assimetrias. Sabemos qualitativamente o que é assimetria, mas há uma diferença que é salutar. Não há um levantamento, uma estruturação da situação atual. Não me refiro apenas às Escolas de Contas, prefiro sempre usar a visão do processo Educação Corporativa que é desenvolvido pelos Tribunais.

Acho que a titularidade do processo de Educação é dos Tribunais de

Contas, não é da Escola. Quando existe, a Escola é um ator importantíssimo, mas acho que a titularidade do processo de Educação Corporativa é uma decisão política, um caminho político do Tribunal. O negócio Tribunal demanda uma preparação pedagógica dos seus servidores, dos órgãos que ele fiscaliza e da sociedade. Então, a titularidade do processo é do Tribunal.

É importante saber como esse processo se dá em cada uma das nossas unidades de Tribunal, das trinta e quatro unidades com as quais contamos. Paula está lembrando que, dos trinta e quatro Tribunais, temos trinta e dois representados aqui nesse evento. Essa condução tem legitimidade por essa expressiva participação que estamos tendo. Vale lembrar mais uma vez o apelo da Márcia. Houve um investimento, houve uma confiança em que a gente conseguisse usar bem esse recurso para tirar um proveito, um resultado objetivo que nos forneça a diretriz. Márcia lembrou muito bem que precisamos planejar as ações do ano que vem a partir dessa radiografia que nesse momento começaremos a construir. Precisamos da ajuda de todos.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Para finalizar, quero apresentar a Naná, que faz parte da equipe da Pós-Graduação, trabalha com o nosso querido Colão. A Naná agora está aqui. Não estava aqui naquela hora em que fiz as apresentações. Apresento também o Guilherme. É nosso professor, trabalha conosco aqui na Escola, cuida da parte de Execução Orçamentária. Talvez alguns de vocês já o conheçam. É nosso palestrante. Grande amigo. Economista. Pessoa maravilhosa. Quem tiver alguma dúvida sobre orçamento público é só falar com ele. Agora passo a palavra à professora Thereza.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

A responsabilidade de todos nós é muito grande. Sinto o peso da responsabilidade. As palavras estão sendo colocadas com propriedade e eu estou só enxugando para ficar mais fácil. Ao invés de falar pesquisa, estou falando avaliação; ao invés de falar diagnóstico, estou falando análise situacional. Estou falando que diagnóstico e análise situacional são a mesma coisa, apenas com uma pequena diferença que quero logo apresentar aqui. Pesquisa é avaliação também. Não digo pesquisa porque uma pesquisa tem suas características próprias de produção do conhecimento. Avaliação não é produção do conhecimento, é produção de juízo de valor. Há uma diferença. A avaliação produz juízo de valor e a pesquisa leva a um conhecimento. A pesquisa vai pela escada e a avaliação vai pelo elevador, mais moderno que o nosso aqui, mais rápido, porque tem que resolver situações que precisam ser mudadas com urgência. Outras não, podem estar como estão.

E por último, o pesquisador é um indivíduo ocupado, o avaliador é o indivíduo preocupado. Preocupado porque precisa tomar decisões, preocupado porque precisa levar à transformação. Foi o que hoje falamos de avaliação. Hoje no intervalo alguém me disse: "Avaliar é difícil". Minha resposta foi lembrar o tempo em que estamos da Pedagogia, e da Educação. Falei sobre os cinco níveis que Bloom e seus colaboradores davam para o desenvolvimento cognitivo. Ele dizia que o primeiro ato é conhecer, o segundo é compreender, entender, o terceiro é pôr em prática. O outro é analisar, é ser capaz de analisar os seus componentes para então, num quinto passo, chegar à síntese, que é a construção de uma coisa nova. O sexto passo é a avaliação. Vocês estão vendo, vai aprofundando.

Avaliação é o passo mais profundo, porque vai julgar a obra que você fez, tudo aquilo que você conheceu, compreendeu, aplicou, analisou, sintetizou. Agora você avalia. Por isso a avaliação parece e realmente é uma questão mais profunda, complicada, mas nós estamos tornando-a simples. Ao invés de chamarmos de diagnóstico, estamos chamando de análise situacional. A visão da situação é para saber algumas coisas para podermos dar prosseguimento a toda essa trajetória linda de avaliação em que vocês vão entrar depois. Por enquanto, estamos naquela área de visita, de situação.

Então, dessa compreensão vamos em busca da análise situacional. Só um pouquinho mais sobre ela. O maravilhoso Machado de Assis estava no ponto do bonde, esqueceu os óculos em casa e perguntou a um mendigo que estava perto: "Oh meu filho, me vê que bonde é aquele que eu não estou vendo." O mendigo diz: "Eu também não sei ler." E não é que o Machado de Assis concordou! Tão humilde que não disse nada. Ficou com aquilo. Essa humildade do Machado de Assis nos comove. Por que pedantismo numa avaliação?

Aí está o que é análise situacional. Vou lendo não é porque não se sabe ler, é por causa dos óculos que nem sempre são suficientes ou esquecemos em casa como Machado de Assis.

A etapa inicial é importantíssima para possibilitar os encaminhamentos necessários para o plano geral do trabalho, estudo, pesquisa ou avaliação. Isso tudo é a imersão, é a visita que vocês fizeram. Visita primeiro e depois vamos começar a atuar. Ela abrange três dimensões. Primeiro, descreve uma situação, como é que ela é. Depois interpretamos como as coisas estão relacionadas, apresentadas e o terceiro ponto dela é muito bonito, que é a identificação das necessidades. É a isso que a análise situacional chega. Se tivermos depois dessa análise situacional uma descrição de cada unidade, a possibilidade de interpretar o que está acontecendo ali, não estou julgando, quero interpretar como as coisas estão relacionadas, aí poderei identificar quais as necessidades que aquela unidade está apresentando e cada um é que sabe de cada um.

Ninguém vai saber por vocês, cada qual vai identificar as suas próprias necessidades. A Dinah sugeriu que eu lembrasse esse aspecto, que é um trabalho que vocês vão fazer com seus técnicos, com o seu pessoal, não vão fazer sozinhos.



Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) fizemos um trabalho de análise situacional numa Instituição com quarenta mil alunos, oito mil professores, cinco mil funcionários e todos atuaram. Como? Porque no momento em que você responde a uma análise situacional, no momento em que você descreve a sua situação, todos participam, e a avaliação foi até o fim participativa. Todos participando do processo avaliativo e foi tão bom, tão rico que produziu não apenas relatórios, mas muito mais do que simples relatórios, e esse é o ideal da avaliação, como disse o Patton – um estudioso em avaliação – ele deixou pessoas transformadas. Melhor do que relatório é deixar pessoas transformadas, pessoas que entendam agora de avaliação, pessoas que estão transformadas na sua atitude. Fiquei imensamente feliz hoje com o feedback espontâneo que recebi na hora do lanche. Por isso é que gosto do cafezinho. A gente tem que saber onde errou, onde acertou, para corrigir, e esse contato na hora do cafezinho proporciona isso.

Não falamos da ética na avaliação? Então entreguei minha dissertação de Mestrado a meu professor em inglês. Era a primeira vez que eu estava num país estrangeiro estudando inglês. Ele tinha me acompanhado formativamente. Ele me disse: “Deixa aqui. Na semana que vem você volta e vou lhe dar meu feedback.” Na semana seguinte cheguei e vi escrito assim: “Excelente! Como um primeiro rascunho.” Não é lindo isso? Com a letra grande ele escreveu: “Excelente!” Com a letra pequenininha ele escreveu: “Como um primeiro rascunho.” Fiquei vaidosa, feliz, por quê? Porque depois ele apontou sete páginas de coisas em que eu precisava melhorar.

Então, não vamos nos preocupar de fazer uma perfeição, vamos fazer primeiro uma excelente avaliação, como um excelente primeiro rascunho. Vamos melhorar muito na caminhada e as nossas avaliações vão se aperfeiçoando, no caminho. Vocês vão ficar orgulhosos da capacidade de vocês. Eu jamais poderia fazer isso com a Dinah, jamais. Isso é um trabalho nosso. Não tenho competência para fazer o que vocês vão fazer, mas com vocês temos a coragem de fazer.

Ela abrange três dimensões: descrição de uma situação, interpretação da situação e identificação da necessidade.

Apreciação compreensiva e ampla das condições da instituição; aquisição de uma visão geral de todo o campo de atuação de cada instituição. A análise situacional identifica necessidades, oportunidades de crescimento, realizações, avanços e limitações. Não está julgando, está apenas identificando. Identificar não é julgar. Houve alguém que veio me dar um feedback importantíssimo. “Thereza, isso é uma conversa importantíssima, precisamos ter todos aqui. Vou pedir licença ao professor para o que vou dizer, precisamos ter aqui todos, inclusive conselheiros, porque as pessoas que julgam, que têm nas mãos a responsabilidade do juízo precisam vivenciar esses avanços”

Não vamos nos envaidecer porque todos nós temos todas as capacidades. Quando pensamos que somos os maiores, os maiorais, estamos falhando, porque não estamos nos vendo adequadamente.



A Rosa lembrou a história do Rubens Alves, que é um grande contador de histórias para quem gosta de ensinar. Ele conta uma história que fica muito mais bonita com as palavras dele, mas com as minhas vai ser muito mais curta. Os urubus decidiram fazer uma escola, uma escola de canto. Olha que coisa paradoxal: urubu fazendo uma escola de canto. Eles com a sua voz rouquenha se achavam donos do saber e do canto. Lá se foram eles organizando a escola e naquela escola todo mundo queria ser urubu importante, todos queriam ser titulares e cada um que chegava tinha a ambição de pegar rápido a escala e se tornar titular. Era aquela competição incrível lá dentro e aquela turma toda lutando pelo poder. Até me lembrei de uma frase bonita: uns têm o poder, uns amam o poder, outros têm o poder de amar. Eu prefiro a terceira opção.

Enfim, voltando à história: os urubus estavam naquela luta ferrenha quando de repente a escola foi invadida por um grupo de sabiás, canários e pintassilgos que cantavam alegremente. Uma beleza! Os urubus se espantaram. O que está acontecendo aqui? Uma invasão! Não pode acontecer isso. Convocaram uma reunião de Conselho. Vamos nos reunir para estudar essa situação. Os urubus todos se reuniram para decidir que negócio era aquele de pássaros entrando daquele jeito na escola. Chamaram os pintassilgos, os canários e os sabiás para o inquérito.

- Escuta aqui, onde está o diploma de vocês?

- Nós não temos. A gente já nasceu cantando.

- Onde está a licença para ensinar?

- A gente não tem também. A gente não tem, só vamos fazendo, só vamos cantando.

- Isto não é possível. Isto é um desafio. Isto é um desaforo.

O resultado do Conselho foi o seguinte: expulsaram da floresta os passarinhos que cantavam sem alvarás. Moral da história: em terra de urubu beca-do não se ouve canto de sabiá. Muito linda essa história.

Então, não é o título que você tem que vale, é o que você sabe fazer. Saiba fazer, faça bem feito o que você sabe fazer e procure se aperfeiçoar. O título não é o mais importante. Pode ajudar em algumas coisas, mas é a sua capacidade que vai ajudar e para ser avaliador você não precisa ter título de doutor. Diz um estudioso, estudioso em avaliação, Stake: "Todos nós já nascemos avaliadores, mas não necessariamente bons avaliadores." E o Patton diz o seguinte: "Avaliação é coisa importante demais para ficar exclusivamente na mão de avaliadores." Não só avaliadores. Avaliados se tornam avaliadores em colaboração.

O que são dados pertinentes e relevantes trazidos por pessoas e grupos envolvidos em cada caso? É a diversidade de questões levantadas, fontes e técnicas para descobrir informações. Quando se busca informação, tem-se que diversificar as fontes e as técnicas para buscar a informação onde ela estiver. Não é a informação que está no papel, ela está no gesto, no desempenho, na caminhada das pessoas e, às vezes, muito mais importante do que aquilo



que está no papel. Temos que olhar tanto os aspectos quantitativos, quanto os dados qualitativos.

Não se trata de juízo de valor. Não vamos fazer juízo de qualquer unidade. Vamos interpretar o que está acontecendo ali. Vocês vão trazer essa interpretação e vão mostrar onde estão as necessidades. Vamos tratar de integrar essas coisas. É a base para o desenvolvimento das ações, formulação de programa, delineamento de uma sistemática de avaliação. A partir dessa análise situacional, então, num futuro próximo será feita uma sistemática para avaliar cada unidade e o grupo como um todo. A sistemática pode ser mais ou menos a mesma para todos, mas com as alterações necessárias para cada unidade. Há uma coisa que não é padronizada, mas é uma base para termos uma visão universal, senão não se tem a visão universal. Essa visão universal há de ser simples para não complicar e não tirar o lugar daqueles detalhes que são próprios de cada caso. Aponta para melhor concepção de políticas e para mobilizações na conquista de resultados relevantes e de meios para alcançá-los. É para isso que serve. Então, análise situacional conduz a estes resultados.

Para todos os casos é um mapeamento dinâmico de uma situação nas unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas de todo o país. É isso que vai ser feito.

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

É só para reiterar o que eu já havia deixado implícito na primeira fala. Estamos diante de um processo de Educação Corporativa que tem a titularidade dos Tribunais de Contas e esse processo em cada Tribunal de Contas tem *stakeholders* próprios. Não é apenas uma função que está delegada a uma unidade de ensino, mas ela está ligada à organização como um todo. Frequentemente, os Tribunais que têm organizações de ensino específica também têm um setor de RH que interage, contribui com esse processo de ensino.

No caso de Pernambuco, por exemplo, temos uma Escola montada, Escola de Contas, mas também compartilhamos esse processo com outras unidades, como é o caso da questão da educação dos servidores do Tribunal, na formação dos servidores do Tribunal, temos uma estreita relação com o pessoal de RH, da parte de gestão de pessoas que trata especificamente do levantamento de necessidades. O RH estrutura esse levantamento de necessidades com a participação da Escola. A Escola aplica o processo, participa da política e executa. Não é uma tarefa específica de Escola, mas envolve também outras unidades.

No caso da capacitação que se faz para a sociedade, temos uma interação forte com a nossa Ouvidoria, que tem o contato direto com as demandas sociais. Então, também a Ouvidoria é uma parceira do processo de Educação Corporativa. Em síntese, o processo é da titularidade do Tribunal de Contas,



tem atores envolvidos nele que não são exclusivamente especialistas em ensino, mas eles contribuem com insumos ou com interações com essas unidades.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Eu jamais poderia pensar nessa dimensão se você não tivesse falado. A fala de vocês vai acontecer hoje, já agora aqui de manhã e depois do almoço. Esse processo, portanto, requer visão multidisciplinar de conhecimento. Então, temos que ter uma visão mais ampla para poder fazer uma análise situacional e vai ajudar a análise a entrar em todas as partes e não ficar nada de fora. Deve envolver aspectos humanos, sociais, éticos, culturais, técnicos e políticos, numa perspectiva democrática. Todos esses aspectos são considerados. Todavia, não estamos julgando o que está acontecendo, apenas dizendo o que está acontecendo.

A devolução da análise situacional permitirá o melhor uso do conhecimento constituído. Não se pode fazer coisa alguma, como lembrou a Paula, sem devolver esta informação, para que sejam tomadas as medidas em cada unidade e de modo geral.

Não estou falando de reprovação, aprovação. Estamos falando de promoção, ou seja, de melhoria, de aperfeiçoamento de todos nós para ver com sinceridade, honestidade, integridade onde estamos caminhando bem. Foi assim que o professor disse: “Excelente! Como primeiro rascunho.” Melhor dizer isso. Permite novas formas de atuação, inovação, estimulando a criatividade com a identificação das necessidades específicas da Instituição alvo. Cada um tem uma necessidade específica. Não se pode pensar isso se você não tem a visão da Instituição. Termina aqui uma visão do que seja análise situacional. Sintetizada. Vamos passar a um processo. Vamos fazer uma coisa rápida agora, mas com competência.

Alguma dúvida ficou de análise situacional? Seguiremos se não houver algum aparte.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Vários colegas estão perguntando se vamos disponibilizar as transparências. Vamos, não é professora? Vamos disponibilizar, inclusive, as de ontem também. Depois que o evento acabar, organizaremos o material e o colocaremos no nosso site com a ajuda do Robert.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Por via das dúvidas, tendo ou não tendo transparências, lembrem-se das



histórias que eu conto porque elas têm uma finalidade. Todas elas servem para que vocês aproveitem como exemplos.

Agora, vou falar das palavras técnicas. Mérito é qualidade interna deste encontro. Impacto é se valeu a pena este Encontro, o impacto é a relevância. Vamos discutir isso até o fim.

Ninguém vai dizer que estes são parâmetros obrigatórios, mas são tipos de elementos que têm que entrar numa análise situacional. O que precisamos descrever numa análise situacional? Descrever, fazer alguma interpretação na descrição do que está acontecendo ali naquele sentido; uma programação de atividades que estão se realizando. Se essa análise situacional fosse de uma Universidade Federal como foi a do Rio de Janeiro, era outro trabalho. Esses elementos são comuns, mas há coisas que vão divergir de vocês. Estou introduzindo elementos que são, mais ou menos, comuns às análises situacionais. Seja de um hospital, seja de uma instituição educacional, seja de uma organização nacional ou internacional. É preciso olhar tais coisas para entender o objeto. O local e não só o objeto. A sua dinâmica, o seu funcionamento. É isso que vai ser perguntado nessa análise situacional.

Temos que considerar o tipo de unidade, qual é a estrutura, as instalações, a programação de atividades, como é feita; tem Graduação, não tem, vai ter; tem Pós-Graduação, não tem, mas vai ter. Tem-se que dar notícia sobre o que está acontecendo e vocês vão ver que vai ter espaço para mostrar o que vai ter ou o que se espera ter. Falo do corpo docente, do corpo discente, do servidor. A titulação pode influir, mas o mais importante de tudo, e que vai ser considerado mais tarde no julgamento, é quando fizermos mesmo a avaliação da Instituição. Falei dos egressos, do que está acontecendo, o que as pessoas estão conseguindo aprender, qual é o resultado dessa escola. É uma beleza ver o impacto da escola.

Perguntei uma vez a um professor notável, um decano lá de Stanford: "Professor, por que essa Universidade é de ponta?" Não é de pontos; ponta, estou falando de avaliação de ponta e não de pontos. "Por que a diferença? Que fatores fazem o grande sucesso dessa Instituição?" Estou falando exatamente do campo educacional, mas você pode aplicar em outras áreas. Ele disse: "São dois fatores: a qualidade do professor e a qualidade do aluno." "Só?" "Só." "E o resto?" "O resto vai junto." Tudo deve ser feito para segurar a qualidade do docente e a qualidade do discente. Se não for assim, dá tudo errado. Perguntei a um trapezista o que é mais difícil para pular lá de cima do trapézio. "É o pulo?" Ele disse: "Não. Não é o pulo."

Vários trapezistas me deram essa resposta. Inclusive, uma aluna de Pedagogia que era trapezista de circo. Garota, você é trapezista de circo, eu sou trapezista de sala de aula. Eu perguntei: "O que é mais difícil? Qual é a coisa mais preocupante no pulo do trapezista?" Ela disse: "Quem segura a barra!"

É isto que mete medo. Quem é que vai me segurar? A preocupação deles não é pular, pular ele pula, mas quem é que vai me segurar. Vou chamar isso



de rede de sustentação. Está sendo construída nessa Escola, nessa Corporação, uma rede de sustentação. Se você sabe onde vai cair você não tem medo de dar uma caidinha, por isso não tenham medo de dar sua caidinha porque há uma rede que sustenta vocês. Essa que está se criando. Quem é do Rio sabe disso, quem era do nosso tempo, do meu e do da Elza, sabe que quando o escultor estava construindo a imagem do Cristo Redentor ele caminhou pelo braço da imagem. O escultor, um francês, resvalou e caiu na mão da imagem. O quê isso significa? Significa que quando vamos dizer alguma coisa a alguém na avaliação, já no juízo de valor e mesmo na análise situacional, se não for uma coisa agradável de a pessoa ouvir, ponha a mão por baixo e agora diz para ela o que você quiser. Mas, ponha a mão por baixo primeiro, não a deixe cair no abismo. Sabe como é que põe a mão por baixo? Segura a autoestima. "Você é boa, você é fantástica, você é ótima, você é competente. Naquele caso, houve um pequeno desvio, um pequeno resvalão. Vamos corrigir." Não há quem resista a isso. Qualquer pessoa corrige quando você é capaz de falar assim.

Temos que levar em consideração essas coisas, mas vocês podem acrescentar outras. Se alguém quiser alterar ou acrescentar alguma coisa, faça isso agora porque esse material será impresso e devolvido depois do almoço. Tenho mais para dizer, mas se alguma coisa não estiver muito boa pode alterar.

Duração dos cursos. Formação acadêmica, profissional, realizações significativas da unidade, preocupações da unidade, continuidade oferecida, dificuldades, preocupação da unidade continuada oferecida, dificuldades e limitações da unidade, expectativas da unidade.

Alguém tem alguma dúvida?

Participante

Minha pergunta é sobre formação acadêmica profissional. Queria que a senhora falasse um pouco mais sobre isso.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

É muito interessante a sua pergunta sobre formação acadêmica profissional. Por ser muito interessante, pode ser incorporada. Pode ser da equipe que atua na formação e pode ser das pessoas que estão chegando. A primeira coisa que perguntei quando cheguei aqui com a Dinah foi qual era a formação dos alunos, qual era a formação acadêmica profissional dos alunos que vinham para o curso, para eu não ficar falando abobrinhas. São pessoas que já têm uma formação acadêmica profissional. É interessante saber a formação acadêmica profissional daqueles que vêm fazer nosso curso. Certas situações nos surpreendem. Às vezes está fazendo uma capacitação, mas já é supercapacitada em áreas de grande profundidade e relacionadas àquela. Outro dia um aluno



do curso de Mestrado de Avaliação da Fundação Cesgranrio e já tem Doutorado em Cirurgia mostrou que entende de cirurgia, mas não de avaliação do jeito que falamos, avaliação aplicada ao processo de Educação. Essa formação ele não tem e tanto é importante que Pitanguy não gosta de ser chamado de Dr. Pitanguy. Ele gosta de ser chamado professor Pitanguy. Ele acha mais importante dizer professor Pitanguy do que Dr. Pitanguy. Mas, professor não. Ele diz que é doutor em qualquer coisa, menos professor. Nem todos são professores, mas eu disse que educadores todos nós somos de alguma maneira. Alguém tem alguma coisa a acrescentar?

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Não é exatamente uma sugestão sobre o material. Era mais uma lembrança, não sei se seria útil ou não.

Em algum momento tivemos contato com pesquisas que já foram feitas nessa área de Educação Corporativa. Há um trabalho feito pela professora Mariza Éboli e também um levantamento realizado no âmbito do CEDET, que é uma fundação espanhola que trabalha com essa questão das ações formativas de capacitação. Então, não sei se seria interessante se pudéssemos localizar esse material. Talvez fosse bom trazer algum material de trabalho que ajudasse as pessoas a ter ideias. Acho que ler um documento que já está sistematizado facilita para que as pessoas tenham ideias complementares. Se fosse possível facilitar algum material de entrada para os grupos trabalharem, com certeza se inspirariam no objeto desse tipo de análise e poderiam também contribuir para a formatação do instrumento.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Olha, vai aparecer aí um item que trata sobre a pesquisa, o que significa que o material de pesquisa deve ser incorporado sim. Um dos itens é só sobre pesquisa.

Queria falar sobre essa questão da continuidade oferecida porque isso ficou na nossa conversa. Lembrei-me de que quando estivemos no primeiro Encontro, uma coisa que sobressaiu muito no trabalho dos grupos ao final era a preocupação que as pessoas demonstravam. Vivemos uma situação muito especial que é ser escola de uma organização que é política, como é o Tribunal de Contas. Então, muda a gestão, muda o diretor da Escola, mudam as equipes e, muitas vezes, o nosso trabalho fica prejudicado. Então, o item relativo à continuidade oferecida é nesse sentido. Como é que se pode trabalhar? É para nos manifestarmos com relação a isso. Temos que pensar o tempo todo como é que podemos trabalhar para deixar um caminho pavimentado para seguir mesmo que não estejamos mais na instituição.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

É a verdadeira continuidade. Você não estuda numa Escola, você não ensina numa Escola, você faz Escola. Para continuar. Você faz uma Escola que funciona sem você quando você não está mais e, uma coisa mais grave, faz uma Escola apesar de você, porque muitas vezes atrapalhamos. Todavia, temos que mostrar às pessoas a verdadeira fonte para que façam melhor do que nós. Então, sempre mostrar uma fonte. Por isso, disponibilizo tudo aquilo que vocês podem ver.

Então, agora estamos recebendo outras sugestões interessantíssimas e vão surgir outras, porque não esgotamos o assunto. Vocês vão receber cópia desse material.

Participante

Não sei se está naquele primeiro slide, mas um ponto importante também na avaliação situacional é aquilo que a Escola de Contas aqui do Rio tem e a Paula apresentou. A parte documental, a história, o que se fez. Até porque em função da própria continuidade, há os relatórios, existe toda uma estrutura de documentos que mostram o que a Escola está fazendo. Acho esse ponto muito interessante como forma de manter a nossa história. A história a partir de relatos, das avaliações, do feedback, toda a parte documental.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Ninguém vai responder a isto agora. Estamos só vendo os elementos que vão ser parte do dever de casa. As respostas serão dadas em casa no período que vamos estabelecer. Vamos incluir para todos: o registro histórico da sua unidade.

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Eu acho que deveríamos nos libertar do processo de Educação Corporativa. Tenho a experiência pessoal de tentar escrever o que foi o processo no meu Tribunal. Ele começou no RH. Então, não é só a unidade que hoje existe, existe uma história, mas o processo de Educação Corporativa na minha Organização tem uma história.

Queria ver se conseguimos raciocinar e nos libertar um pouco da unidade e pensar no processo de Educação Corporativa e se ele tivesse esse registro de como ocorre. Queria insistir nisso para ficarmos mais atentos ao fato de que estamos dentro de um processo e não de uma unidade. Essa unidade é uma

agente executora de um processo com participação muito importante. Há outros agentes que mesmo assim convivem com esse principal, dando algum tipo de suporte ou informação. Então, pensar no processo é uma coisa que talvez nos dirija de forma mais adequada para ter mais controle da situação.

Na verdade, acho que a ideia da Joseane era que tivéssemos uma manualização. Era outro item separado da história. Manualização de processos. Que se tivesse registro de como esse processo é desenvolvido, como ele começou? Existe um levantamento de necessidades? Quem se encarrega disso hoje em dia? Qual é a unidade que eventualmente faz? Como é que esse processo é desenvolvido? Ou seja, cada fase da atuação, como ela se desenvolve. Seria, enfim, o mapeamento do processo.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Ele falou mapeamento do processo. Alguma coisa, diga-me.

Participante

É porque o Willams tinha dito que a Joseane tinha chamado a questão de manualização. Depois lembramos e corrigimos que mapeamento é que é mais correto.

Participante

Realizações e etapas mais significativas. Realizações mais significativas da unidade. Naquilo já não estaria incluído o histórico? Poderia ter até nesse item só realizações significativas ou realizações da unidade, destaque para "significativa".

Participante

Realizações é tudo aquilo que eu fiz, o que a Escola fez durante três ou cinco anos. O histórico, pelo o que eu entendi, pode ser para documento da própria Escola, as avaliações, a questão do cadastro dos instrutores. Tem que haver, dentro daquela ideia da continuidade, alguém que vai assumir a Escola e que deverá saber como ela se encontra. Se não houver registro de nada, o novo gestor tem que começar do zero. Tem que ter registro. Tem que saber se existe lei ou decreto que regulamenta isso. Por exemplo, a forma como vai ser a avaliação do instrutor, o pagamento. De tudo você tem que ter registro.



Participante

Não querendo ser cansativa, mas concordo plenamente com a proposta do Willams: deixarmos escrito ali, certamente ao retornarmos ao nosso estado vamos lembrar que temos que nos libertar da questão da unidade e ver a questão de forma sistêmica. Essa é a proposta do Willams: ele está sugerindo que substituíssemos “da mais significativa da unidade” por “registro histórico do processo de Educação Corporativa”. Então, talvez se não corrigirmos, poderemos nos confundir ao chegar lá.

Participante

Voltando à discussão da parte histórica. Vamos refletir o seguinte: registro histórico do processo de Educação Corporativa. O que iríamos complementar? É para responder a esse tópico? Os cursos realizados, o que foi desenvolvido na Escola partindo do princípio de que o próximo gestor teria ideia de continuidade? Avaliação, processo de normas, orientações gerais e isto não estaria incluído em realizações significativas da unidade? É o que foi comentado anteriormente. Então, penso que realizações significativas é o registro histórico. Então, vou repetir em dois momentos a mesma coisa. Só como sugestão para o grupo, para não ficar repetitivo, porque cansamos de preencher formulários com dados redundantes.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Quando falamos em “significativa” a ideia não foi só de registrar o que acontece. É alguma coisa que chamou a atenção, que foi marcante. Estamos querendo saber alguma coisa que vocês na unidade, no trabalho, julgam marcante, alguma coisa que faz a diferença. “Significativa” foi nesse sentido, pelo menos essa foi a intenção quando sugerimos este elemento. Então, o significativo é alguma coisa que marcou aquela Instituição. Não sabemos se os outros fizeram ou não, mas que marcou para nós, marcou. Então, aquela marca é que está sendo pedida ali independente de um registro. É aquilo que marcou especialmente aquele registro.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Só para esclarecer. Tivemos a preocupação muito grande de passar isto para a professora Dinah e para a professora Thereza: quando nos referimos a unidade é às unidades de educação corporativa, porque nem todo Tribunal tem Escola.



Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Acho que precisamos estabelecer um glossário. Podemos realmente tomar “unidade” com essa compreensão. Eu preferiria usar a palavra “unidade” como Tribunal de Contas, porque posso diagnosticar o meu Tribunal de Contas sob o olhar da Educação Corporativa. Aí entendo que a unidade seria o Tribunal como um todo. Pessoalmente, preferiria não colocar a palavra “unidade” para não dar essa margem de dúvida porque parece que estamos tratando especificamente daquela unidade que executa a Educação Corporativa. Estamos diagnosticando os Tribunais quanto ao processo Educação Corporativa.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Outra avaliação formativa. Que beleza! É o que se corrige no caminho.

Participante

O que entendi do debate até agora é o seguinte: as pessoas estão preocupadas com o memorial do processo de Educação Corporativa do Tribunal porque cada um tem o seu memorial lá registrado. Este seria um ponto. O outro que a senhora colocou ali é a realização da unidade, um registro das realizações da unidade. Seria isso?

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Sim.

Que beleza! Quero parabenizar vocês pela agitação saudável que vemos aqui. É um grupo com muitas pessoas superinteligentes, com as oito inteligências que Gardner apontou, com as cinco mentes para o futuro. São pessoas altamente gabaritadas, mas inquietas e essa inquietação é excelente, porque o grande impulso para a tarefa que vocês vão fazer é simples, concisa, profunda e útil. Não vamos atropelar o tempo nem pular o almoço.

Tarde Construção do Instrumento da Avaliação: trabalhos em grupo

Thereza Penna Firme



Thereza Penna Firme (UFRJ)

Vai haver trabalho de grupo e nos trabalhos de grupo vocês vão riscar aqueles critérios de avaliação que não estão muito apropriados, acrescentar os que vocês quiserem. Claro, botem os que vocês quiserem e vão fazer a tarefa solicitada que é simples, mas essas alterações podem ser feitas no grupo. Fazemos um encontro de dez minutos, mas isso que está ali tem que ser impresso, multiplicado por todos vocês.

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Pessoalmente acho interessante que voltássemos com alguma definição mais precisa. Só queria fazer a seguinte sugestão é que chamássemos "das unidades" porque seriam unidades envolvidas, porque sabemos que não há só uma unidade envolvida no processo. Pelo menos isso eu queria tentar compactuar com vocês: "das unidades".

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Está bom. Tenho uma pergunta aqui que vou fazer em voz alta para a Rosa. Ela vai responder em voz alta. Havia uma dúvida aqui se nós já imprimiríamos agora mesmo para dar tempo de reproduzir e entregar para todos essas alterações que serão feitas no grupo. Sim! Mas eu digo não esperar para imprimir depois que ainda vierem acréscimos. Muito bem. Está certo. Você já fez a sua consideração em voz alta. Muito bem. Está levado em consideração. E na hora de sintetizar vamos considerar.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Temos que respeitar o horário, vamos nos restringir ao essencial.

Conseguimos compor os elementos, eles estão no papelzinho com vocês em algum lugar, vocês vão encontrar depois. Não precisa ver agora, mas está aí. Esta folha, essa arrumação aí serve para as anotações, claro, mas qual é a tarefa essencial agora? O que vocês vão fazer em grupos? Quem vai falar sobre a composição do grupo, horário e tudo mais será a Dinah e a Rosa vai explicar também. Rosa e Sandra vão explicar detalhes. Vou falar da tarefa.

A tarefa é a seguinte: os elementos estão aí, o que vocês vão fazer é dar uma ordem lógica: como é que vocês arrumariam esses elementos no instrumento? O que é que vem primeiro no instrumento? Vocês não vão fazer a questão, nenhum item, nada disso. Não vão fazer a redação do instrumento, apenas vão colocar esses elementos no seu devido lugar. Vocês têm um questionário para ser respondido com a participação de todas as pessoas. Organizem essas coisas em blocos, coisas que são semelhantes ficam num ponto, outras coisas semelhantes ficam depois para que a pessoa ao responder ao questionário tenha uma certa ordem lógica para que nenhum elemento fique de fora. Nossa tarefa, minha e da Dinah, é depois nos reunirmos, baseando-nos exclusivamente no que vocês fizeram. Vamos tomar a organização de cada grupo, integrar essas organizações e tentar fazer uma só. Aproveitar as ideias de vocês. Não vamos mudar os elementos.

Se alguém quiser acrescentar alguma coisa que encontrou, que escapou, pode colocar. Vamos, então, tentar organizar isso de uma maneira tal que o que nós pensamos aqui vai aparecer num questionário no instrumento que vai ter uma mistura de questões, algumas questões abertas, algumas questões fechadas, com uma escala de valor dizendo "pouco", "mais ou menos", "muito" ou "às vezes", "quase sempre", "sempre", coisas dessa natureza ou de "um" a "cinco". Vamos usar vários elementos, várias maneiras de organizar a parte técnica do questionário, mas o conteúdo do questionário está aí. Vamos elaborar os itens de acordo com esses elementos que estão funcionando como uma espécie de indicadores. É por aí que vamos construir esse questionário de análise situacional. Deverá ser um questionário de duas, três folhas, não é uma coisa imensa. É algo que vai conter essa essência de uma maneira que vocês possam responder nas suas unidades, de uma maneira flexível e, ao mesmo tempo, mais ou menos direcionada. Na volta destes questionários, quando eles forem devolvidos depois de respondidos por vocês, se houver alguma coisa que vocês queiram acrescentar que não foi colocada, podem acrescentar.

O que se quer saber, o que se quer obter é o conhecimento de cada uma das unidades e saber identificar as necessidades, tentar uma descrição e uma interpretação.

Mas, isso quando o material voltar das diferentes instâncias. No mo-

mento, o que nós precisamos de vocês é a ordenação. Cada grupo vai apresentar o que foi que o grupo fez como estrutura final e vai apresentar aqui rapidamente. Então, agora vocês vão receber uma breve instrução de como isso vai acontecer em cada grupo. Esta é a tarefa.

Vocês vão ficar em lugares diferentes. São cinco grupos. Cada grupo deve ter mais ou menos doze pessoas. Quando os debates acabarem, vocês voltam aqui. Cada um numa sala, mas voltam aqui. Possivelmente haverá um grupo que vai ficar aqui. A volta aqui é para se apresentarem rapidamente, em *flip chart*. Cada grupo vai ter de cinco a sete minutos para apresentar, não precisa mais do que isso.

Trabalharemos de tal maneira que amanhã estará pronto o questionário. Vocês o levarão para casa para já começarem a trabalhar com aquela promessa de que devolverão no prazo que a minha equipe vai fixar. A tarefa de vocês é simples.

Não vou responder nada, apenas organizar. Sabem por quê? Porque agora vocês são os avaliadores. Vocês vão organizar a folha que comporá o questionário. Então, não será um questionário feito por mim, por Dinah, será feito por todos nós. Ninguém é tão inteligente quanto todos nós juntos. Isso é que é inteligência coletiva.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Quando se compartilha uma experiência como essa, um dos grandes objetivos é também podermos trocar experiências, valores, trocar vida. Então, quero agradecer a sugestão do nosso colega Delano, mas vou fazer uma divisão diferente. Primeiro, vou convidar alguns colegas para chegarem até aqui para nos ajudarem nessa composição do grupo. Então, vou convidar a Sandra, o Colão, a Dinah, a Márcia. Fechamos em cinco. Vamos nos dividir agora em locais diferentes até porque acabamos de voltar do almoço e a nossa tendência agora é relaxarmos. Então, precisamos nos movimentar para podermos executar nossa tarefa de uma forma melhor e mais rápida. Assim, vamos fazer uma divisão da seguinte maneira: vamos formar cinco grupos.

Formaremos quatro grupos de doze e um grupo de treze pessoas. Colão, o primeiro grupo vai ser seu. Você vai trabalhar na sala 301. Sandra, o segundo grupo vai ser seu, a sua sala é a 302. Eu vou ser a número três, vou trabalhar na sala 402. Márcia, número quatro, sala 403, e a Dinah vai ficar aqui no auditório.

Vamos trabalhar durante quarenta minutos. Vamos resolver a questão e voltaremos aqui ao segundo andar.

INTERVALO PARA A REUNIÃO DOS GRUPOS





Plenária de Consolidação dos Trabalhos

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Enquanto o pessoal está chegando, quero informar que o nosso Presidente mandou um presente para vocês. Este livro foi editado por ocasião de algum aniversário do Tribunal. É um livro de memórias do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. É uma publicação em dois volumes, que está sendo gentilmente distribuída para que vocês levem de lembrança para os Tribunais de vocês, para as suas Bibliotecas.

Gostaria de aproveitar o retorno às nossas atividades, para dizer que estamos muito felizes pela oportunidade de estarmos aqui hoje desenvolvendo esse rico trabalho em conjunto, sob a orientação da professora Thereza e da professora Dinah. Está sendo uma discussão muito rica. Além dessa riqueza toda, estamos tendo o luxo de contar com a presença do Conselheiro Luiz Sérgio Gadelha, para quem peço uma salva de palmas.

Ele foi de uma generosidade imensa. O Conselheiro deixou o Fórum para vir aqui prestigiar o nosso trabalho. Acho que esse trabalho não existiria se não fosse a sua determinação e a sua vontade. Isso é um exemplo para nós.

Como diz o ditado? “Soldado no quartel quer trabalho.” O senhor chegou e já arrumamos uma tarefa para o senhor. Já conversei com o Conselheiro, que a partir de uma observação da nossa colega Marlene sobre os trabalhos que estávamos desenvolvendo mais cedo, quando começamos a tratar da construção do diagnóstico, ela destacou uma questão muito pertinente. Disse ela que seria interessante que avisássemos aos nossos Presidentes que vamos fazer esse trabalho. Como se sabe, as culturas dos tribunais são diversificadas, os Presidentes não podem ter a mesma visão, mesmo porque não conhecem, ninguém pode fazer um juízo de valor e achar que é bom uma coisa que não conhece. Então, seria muito importante, primeiro, que eles conhecessem o trabalho que estamos fazendo, que eles pudessem saber a importância desse trabalho para nós, para o processo de Educação Corporativa, e segundo, que eles nos dessem suporte, o que é fundamental para que esse trabalho possa ser continuado.

Por essa razão, pedimos a gentileza, a partir da sugestão da colega Marlene, que merece também uma salva de palmas, ao Conselheiro que fizesse um favor. Nesse sentido, também conversamos com o colega Willams. Verificamos então a possibilidade de o Conselheiro Gadelha enviar, da mesma forma como nos ajudou no processo de convocação para este Encontro, um ofício dele a todos os Presidentes dos Tribunais, explicando a importância desse trabalho, dessa construção do diagnóstico, do nosso instrumento de avaliação e da importância da adesão dos Tribunais.

Gentilmente o Conselheiro concordou. Vai nos apoiar em mais essa iniciativa, e com isso vamos fazer uma pequena mudança de planos. Ao invés de levarmos para casa debaixo do braço o diagnóstico já pronto, vamos aguardar até a semana que vem para enviarmos o questionário junto com o ofício aos nossos Presidentes. O fato novo veio se somar a uma necessidade da professora Thereza, que está encantada com a riqueza do trabalho. Ela foi a todas as salas e já tinha falado: “Meu Deus, vamos preparar uma coisa de hoje para amanhã sem ter tempo de depurar melhor, de fazer um trabalho bacana!” Temos certeza de que vai sair um trabalho maravilhoso, pelo que já vimos aqui e pelo que conhecemos do trabalho da professora Thereza e da professora Dinah. Com isso, na semana que vem o questionário vai para cada Tribunal devidamente acompanhado do ofício do Conselheiro Gadelha. Como instrumento do Promoex, de trabalho do Promoex, e também vamos enviar para todo mundo por e-mail, porque sabemos que às vezes a correspondência chega aos Tribunais e cai naquela pilha de ofício de papel. Então paralelamente vamos fazer a nossa movimentação.

Participante

Queria sugerir ao Conselheiro, se me permite, que essa nossa experiência fosse levada ao Congresso dos Tribunais de Contas que vai acontecer em novembro, seria muito bom porque todos os Conselheiros receberiam isso da parte de uma pessoa bem respaldada.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Muito bem lembrado. Então, fica combinado que vamos dar prosseguimento ao trabalho, depois a professora Thereza e a professora Dinah vão trabalhar com mais calma nesse instrumento e na semana que vem elas vão trabalhar junto com o Willams e com o Conselheiro na construção do diagnóstico e anexar o ofício para encaminhar de uma vez. Agora vou passar a palavra ao Conselheiro.

Conselheiro Luís Sérgio Gadelha (TCE-CE)

De forma breve, para não quebrar o ritmo dos trabalhos, queria dizer a todos vocês que é uma satisfação enorme o trabalho que realizamos no Promoex. Como já falei na cerimônia de abertura, estamos criando um novo Tribunal de Contas e, a exemplo deste grupo, que faz um trabalho excepcional, temos os outros grupos temáticos trabalhando. É nossa intenção abrir um espaço no Congresso para divulgarmos dados atualizados sobre o Promoex e algumas de nossas atividades. É uma satisfação enorme porque, quando participamos de um Encontro como este, recarregamos as nossas baterias, diante desse entusiasmo, dessa vontade, desse voluntarismo, dessa participação dos técnicos dos Tribunais de Contas, que, sem nenhum favor, constituem a elite em termos técnicos de conhecimentos na administração pública brasileira.

Assim, estamos de parabéns, todos nós, pelo trabalho que estamos realizando. É importante que não esmoreçamos. Vamos todos continuar nos esforçando para colaborar e, enfim, levar esse trabalho cada vez mais para a frente.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Antes de passar a palavra para a professora Thereza, a Laura quer dar um rápido aviso do Tribunal de Contas de Sergipe.

Participante

Boa-tarde a todos. Meu nome é Laura, sou do Tribunal de Contas do Sergipe. É um prazer estar aqui com vocês. Estou aqui para fazer-lhes um convite. Quantos aqui sabem da existência da ABEL, Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas? É mais um instrumento que temos de integração das Escolas, de fortalecimento das Escolas. E Sergipe vai sediar esse encontro da ABEL, agora em outubro, nos dias dezenove, vinte e vinte e um. Então, estou aqui para convidar todos vocês para o evento. Gostaria que vocês agendassem aí porque vamos enviar os ofícios convidando. Aracaju é uma cidade linda, com muito sol. Gostaria de contar com a presença de vocês. Já estamos montando toda a programação. A Dagmar é a representante dos Tribunais na ABEL. O Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa são as anfitriãs lá em Sergipe.

Participante

Só para ressaltar que esse Encontro que a Laura está preparando é um momento histórico. É o primeiro Encontro do Tribunal de Contas, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado. Estarão juntos os dois presidentes. Por-

que sempre aconteceu de o Poder Legislativo tratar do assunto, então este é um momento ímpar. Por isso que gostaríamos de contar com a participação efetiva dos Tribunais de Contas para fortalecer a nossa fila, ou seja, para conquistarmos um espaço maior nessa Associação.

Participante

Como disse hoje pela manhã, o IRB tem o maior interesse e satisfação em estar sempre presente no que diz respeito à parceria junto a todos os grupos temáticos do Promoex, e também participar dos projetos inseridos no contexto do Promoex. De fato, temos um Presidente que, como vocês sabem, é o Presidente do TCE-TO, que é também o Presidente do Instituto Rui Barbosa, o Conselheiro Severiano José Costandrade. Ele estava até há pouco com o Conselheiro Luís Sérgio Gadelha. Infelizmente, ele não pôde vir até aqui, para deixar um abraço para todos vocês porque teve que seguir para Brasília, onde participará de uma reunião. Então, pediu-me que enviasse a todos o seu abraço, as suas desculpas por não se fazer presente nesse momento tão importante. Está dado o recado do nosso Presidente do Instituto Rui Barbosa e Presidente do Tribunal de Contas do Tocantins.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Então, agora sem mais delongas, vou passar a palavra para a professora Thereza e vou deixar para o final um grande momento quando o Joseanne nos dará um aviso.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Atenção de todos ao trabalho que vocês fizeram. Realmente, foi para mim surpreendente ver os grupos trabalhando independentes sem sequer notarem a minha presença. Não tiveram qualquer dúvida, nada me perguntaram. Retirei-me silenciosamente para não atrapalhar a festa. Esse foi um sinal muito bonito de que o grupo se apropriou do processo de análise situacional ou diagnóstica. Era essa nossa intenção. Vocês se apropriaram. Tornaram-se avaliadores da sua própria causa. Estamos aqui como *coaches* ajudando vocês a realizarem essa tarefa e pela delicadeza, pela sutileza, pela profundidade das ideias seria sumamente imprudente arrematar numa noite um trabalho desse calibre.

A avaliação perderia uma daquelas quatro grandes coisas. Lembram quais são? Utilidade, viabilidade, ética e precisão. Talvez as quatro coisas falhassem de uma vez só. Então não se pode fazer uma avaliação desta natureza.



Fomos muito cuidadosas nesse sentido e pedimos esse recurso de uma semana para executar a tarefa que, mesmo que rápido, fosse útil na validação desse produto antes de chegar até vocês. Mesmo assim, na mão de vocês, ele vai sofrer a crítica de vocês quando tiverem que acrescentar alguma coisa que ficou omissa, quando quiserem acrescentar alguma coisa importante ou quando desejarem criticar algum item, algum questionamento que julguem pertinente fazer. Fiquem à vontade para isso, porque a avaliação deve ser avaliada. Todo processo deve passar por uma avaliação contínua. Ainda mais em se tratando do instrumento, que é para fazer um instrumento básico para diagnosticar, para levantar as necessidades mais urgentes de cada grupo, de cada instância, e verificar as expectativas e tudo mais que combinamos. Além disso, ter conhecimento do campo de ação, e a partir daí estaremos com a rede construída e com os contatos estabelecidos.

É permitido errar, não é proibido falhar. Só não podemos cometer os mesmos erros, vamos cometer erros originais. É isso que temos que fazer: corrigir, fazer de novo. Essa é a grande missão. Acho que todo trabalho exige dedicação, compromisso, doação. Como disse Madre Tereza de Calcutá, mas ela disse “doe até doer” e também “ame até machucar e depois ame de novo”. Vamos, com paixão, levar o nosso trabalho adiante.

Agora cada grupo vai se apresentar do modo como atuou, com toda simplicidade e espontaneidade, com rapidez, mas com fidelidade ao que foi feito. Cada grupo se apresenta. Quando verificarmos que o tempo se esgotou, faremos um pequeno sinal para o término.

Cada grupo teve um perfil diferente. Muito bonito isso. Mostra a criatividade de vocês. Mostra a diferença de lideranças, de relatores e de situações. Mas foi democraticamente, foram democraticamente organizados. Então com a palavra o grupo um.

Líder do grupo 1

Boa-tarde a todos.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Não se esqueçam de nos entregar o resultado do trabalho de vocês.

Líder do grupo 1

Vamos apresentar na ordem que imaginamos, na ordem a que chegamos, por meio do consenso no grupo. Incluímos alguns itens que não estavam citados e redefinimos a nomenclatura de outros.



Então começamos com o primeiro tópico, com alguns subitens: o tipo de unidade para identificar. Começamos com a caracterização da Unidade de Educação Corporativa, o tipo de unidade, se é uma Escola, uma unidade, uma seção. A estrutura organizacional. Onde ela se localiza dentro do organograma. A regulamentação, onde estariam incluídas todas as regulamentações da Escola, não só a criação da Escola, mas a regulamentação de algum tipo de curso, gratificação, adicional, enfim, qualquer coisa que tenha a ver com a Educação Corporativa entraria aqui como rol de regulamentações. O grau de autonomia financeira. Esse é um item que incluímos, porque entendemos que é algo importante. Na hora de fazer uma avaliação da Educação Corporativa no Tribunal, também é preciso saber qual é o grau de autonomia financeira que a Educação Corporativa tem dentro do Tribunal.

O segundo ponto seria o memorial, que inicialmente estava como registro histórico. O memorial da Educação Corporativa no Tribunal de Contas. Frisamos que colocamos memorial da Educação Corporativa e não da Unidade, porque a Educação Corporativa pode ter começado com outras atividades ainda iniciais antes de ser estruturada como Unidade mesmo. E as realizações significativas como um subitem desse memorial, como uma finalização do memorial entrar com aquilo que for significativo para a Educação Corporativa.

O terceiro item são as instalações físicas e também de pessoal, de quantidade de pessoas, enfim, organização interna, e com isso até o ponto três fechamos com a caracterização mais formal da Educação Corporativa e da Unidade de Educação Corporativa. Seria o primeiro bloco.

O segundo bloco começaria basicamente com as atividades de ensino, com a descrição do corpo docente, discente e servidor e, como subitem, a formação acadêmica e profissional desses três grupos. Foi assim que entendemos o item. Chegamos a discutir um pouco o que seria formação acadêmica, então entendemos que seria uma descrição de quem são os atores da Educação Corporativa.

Depois o mapeamento de processos. Esse mapeamento de processos são os processos de Educação Corporativa, como a Educação Corporativa funciona. Por exemplo, processo de Pós-Graduação, processo de cadastro de aluno, processo de certificação, enfim, processo de capacitação jurisdicionada.

Participante

Processo é sempre uma atividade dinâmica, ou seja, sempre que houver uma nova atividade vamos ter um mapeamento contínuo dele.

Líder do grupo 1

Assim como as regulamentações: à medida que a unidade vai se aper-



feiçãoando, novas regulamentações saem ou são redefinidas, isso vai alimentando. Mas, no nosso caso, o questionário é para tirar fotografia do que houver no momento.

O item seis seria a programação de atividades ainda dentro do bloco de ensino. Para nós, essas atividades são essencialmente as atividades de ensino, a aprendizagem e a duração dos cursos. Os cursos são qualquer atividade educacional. Podem ser seminários, eventos, cursos de curta, média ou longa duração, assim como de formação.

Encerra o bloco dois, que seria o bloco de ensino.

O bloco de pesquisa e extensão, que entendemos como de atividades tão importantes quanto o ensino. O item sete seria a produção de conhecimento. Inicialmente, estava só como publicação e divulgação, mas ressaltamos que a produção de conhecimento tem que estar ali como algo também para ser explicado pela área de Educação Corporativa, não só listar as publicações, que seria um resultado da produção do conhecimento, mas também dizer como isso é organizado dentro da unidade, de que modo existe o fomento à produção do conhecimento.

As atividades sociais, controle social, comunicação com a sociedade, que entendemos como atividades também de extensão, de gestão do conhecimento.

O item nove começa um outro bloco formado pela pesquisa e avaliação das atividades das unidades. Aqui estariam explicadas todas as atividades avaliativas, níveis de avaliação, atores da avaliação, grupos. Seria um item dedicado só à avaliação da própria unidade.

Por fim, as perspectivas da unidade, constituindo uma avaliação mais global, sistêmica e subjetiva do que é a unidade de Educação Corporativa. Temos as perspectivas, no 10.1, incluindo a preocupação com a continuidade, que foi um destaque dado no roteiro inicial e as dificuldades e limitações da área. Dessa maneira, encerramos o nosso questionário.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Parabéns, grupo um. Foi realmente um trabalho bonito, de fôlego, apresentado em tempo recorde. É isso, belo, excelente primeiro rascunho. Valeu mesmo. Aliás, todos nós estamos no rascunho. Paulo Freire diz: "O mundo não é, está sendo." Então estamos melhorando.

Líder do grupo 2

O grupo começou a discussão tentando buscar categorias para separar aqueles quesitos, aqueles itens em blocos. E aí pensamos: estruturas e processos, políticas e processos. Pensamos então em culturas, políticas e práticas.

Não constituem muita novidade essas três categorias dentro da Educa-



ção. Quando pensamos em um retrato, percebemos que essas três categorias se interligam. Cada item que separamos em culturas, políticas e práticas, vemos que eles estão ligados entre si. Se existe alguma coisa que não tem uma cultura, que não tem uma política ou que não tem uma prática, com certeza está capenga. Mesmo assim, tentamos separar aqueles itens dentro dessas categorias. Não ficamos com a certeza do lugar de cada um, mas foi isso que colocamos em discussão.

A cultura é tudo que está na ordem dos valores da instituição. Então, pensamos que as preocupações que cada unidade tem, as dificuldades, as limitações, as expectativas, os valores que aquela organização tem entraria na ordem das culturas. Desse modo, faríamos as perguntas em relação à ordem dos valores daquela unidade.

Nas políticas, elencamos as orientações daquela instituição, daquela escola, daquele instituto. Como ele se orienta? Como é que ele se planeja? Quais são as diretrizes que ele usa? Então, pensamos o tipo de unidade, se é um instituto, se é uma escola, se é uma sessão, um órgão, se está junto do RH, qual é a natureza jurídica dele, as instalações, a formação acadêmica, o registro histórico como uma forma de política, de orientação para a prática.

Então a programação de atividades estaria orientada a partir daquelas políticas, dentro daquela cultura, daquela organização. A programação, o corpo docente, o corpo discente também envolveriam ações. Aquelas pessoas estariam ali na ponta de lança da escola para praticar uma cultura e uma política da própria instituição. As realizações significativas, o que fizemos, a duração dos cursos, o objetivo do curso. Quanto tempo vai durar? Qual é a finalidade dele? O mapeamento dos processos, como a gente faz? Entendemos que todas essas práticas vão refletir tanto as políticas daquela Instituição, quanto as culturas. Foi assim que pensamos, essa é a nossa contribuição.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Agora, queria que levantassem o braço os integrantes do grupo dois. Aos artistas, meus parabéns. Que beleza! Muito bonito. Parabéns para a líder também.

Líder do grupo 3

Nosso grupo, na verdade, começou debatendo os diversos pontos, mas acabamos nos deparando com uma questão antecedente ao próprio questionário que foi o público-alvo, ou seja, quem vai responder a esse questionário. Ao discutir os vários itens do questionário, verificamos que nem todos têm apropriação de todas as informações necessárias. Em razão disso, nos perguntamos se esse questionário é dirigido ao diretor da escola ou se teria mais de um questionário, porque nem todos têm essas informações todas disponíveis.



Nesse momento, abrimos o leque para discutir os vários conteúdos. Inicialmente, pensamos em fazer a ordenação do que estaria dentro de unidade. O que viria primeiro? Mas o que é tipo de unidade? Qual é o significado da expressão? Eu tinha uma ideia, um colega tinha outra. E outras mais. Apenas a expressão “tipo de unidade” não foi suficiente para dizer o que era aquela unidade, se dizia respeito à sua natureza jurídica, à forma, à autonomia, ao nível de autonomia, se era ou pretendia ser uma Instituição de Ensino Superior, IES, e por aí vai. Então, definimos não a ordem do que estaria, mas acabamos colocando de forma solta aquilo que consideramos relevante estar presente no questionário.

Mergulhamos no trabalho. Primeiro, com relação ao tipo de unidade. Discutimos se a escola tem um reconhecimento interno e externo, ou seja, se realmente são escolas, ou se fazem papel de escola, mas não são institucionalizadas. Outras são reconhecidas somente internamente como centro de treinamento, outras têm conhecimento externo, a sociedade a visualiza como tal.

Uma vez como instituição com reconhecimento interno e externo, ela costuma cobrar taxa? Qual é a fonte de custeio dessa escola? Temos algumas escolas que cobram, outras que não cobram nada, isso é uma informação importante. As que cobram, como cobram? A forma de custeio. Nesse item entra também o histórico de construção dessa escola. Como é que ela chegou a ter esse reconhecimento? Como é que ela se estruturou como forma de custeio e qual é a natureza jurídica dela? Se ela é uma fundação, se ela é uma instituição independente. O nível de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária. Começamos estruturando o questionário, depois decidimos só colocar o que deve conter. A ideia era ter financeiro e o sim ou não para cada um desses itens e mais outros níveis.

Em relação à questão de ser ou não ser uma IES. Hoje, nenhuma Instituição é IES, embora alguns tenham, sejam unidades, universidades corporativas, UCs, e algumas até tenham um determinado curso autorizado pelo MEC ou curso autorizado pela Instituição Estadual de Ensino, mas ela não é necessariamente uma IES, tem um curso autorizado. Então, achamos que isso é interessante o questionário conter, assim como aquelas que pensam ou pretendem crescer a ponto de se transformar em uma IES.

A seguir, passamos para a questão da estrutura. A primeira coisa que vimos na estrutura foi a estrutura não só física, mas organizacional. O que define a estrutura por sermos um órgão público é a estrutura normativa, quais as normas que orientam a construção, se há normas somente internas, se tem lei, qual é o instrumento normativo. O instrumento organizacional, como já foi mostrado pelos outros grupos, e o quadro de pessoal porque não basta você dizer que tem o diretor, o vice-diretor e outros dirigentes, mas quantas pessoas existem em cada setor daqueles. Quantas pessoas realmente fazem essa escola funcionar? Percebemos que há escolas que têm oitenta pessoas, e outras que funcionam com duas pessoas.

Quanto à estrutura física, há escolas que têm estrutura, outras que não têm. Quantas salas tem? Tem laboratório? Quais os tipos de laboratório? Possui biblioteca? Possui gráfica? Que estruturas possuem? Salas de estudo? Todos esses itens compõem a estrutura física. A sede é própria ou não? Sobre esse item, questionamos a sua relevância. Como alguns defenderam a relevância, foi mantido. Em relação à estrutura de TI, a Escola tem um site próprio, um portal, tem sistemas acadêmicos que geram? Quais são os sistemas acadêmicos disponíveis? São coisas simples que podem ser permutadas entre as Escolas.

Consideramos o mapeamento dos processos fluxos, ainda dentro da estrutura e funcionamento da escola, as instalações, para saber se existe, como é que se produz, como é que surge um curso de pós-graduação, um curso de extensão, um outro curso qualquer, o mais simples evento. Alguém disse que existem pessoas que são donas do curso, quer dizer, têm uma escola formal, outras não. Tem todo o mapeamento, requer um determinado setor.

Levantamos como outro grande item a questão do corpo docente. Se o corpo docente é somente constituído de professores técnicos da própria Casa, se são técnicos externos, qual a forma de remuneração desses servidores, se é hora-extra, se é banco de horas, se paga, se paga por dentro, por fora, com respaldo em que instrumento estaria aí dentro, tudo isso foram itens pensados isoladamente e depois inseridos no contexto.

Sobre a formação acadêmica do corpo docente, exploramos primeiro quem vai cuidar disso. Eu acrescentaria também todos os coordenadores. No discente, entraria a questão do servidor do próprio Tribunal de Contas, o jurisdicionado como um todo e a sociedade. Seria exigido um nível mínimo para eles ou não, isso daí não viria ao caso. Interessante é que se ele seria servidor, se ele seria jurisdicionado ou se ele seria sociedade.

Prosseguimos na discussão em relação à programação de atividades. Para realmente conhecermos uma Escola, temos que saber, além de sua estrutura docente, discente e a sua extensão, o que ela faz, a natureza dessas atividades. Aí estariam incluídos cursos, eventos, seminários, congressos, pesquisas. Algumas instituições não têm só a função de ministrar cursos, algumas Escolas desenvolvem processos de pesquisas realmente, de manualização de procedimentos de auditoria, quer dizer, elas produzem pesquisas.

Dentro deste item, diz respeito à duração desses eventos chamados cursos, quais seriam, se seriam cursos de longa duração. Dentro da natureza, fixamos que seria curso de pós-graduação, extensão, se seria treinamento, capacitação.

Com relação aos itens de avaliação, tivemos que discutir muito rapidamente o assunto, por causa da exiguidade do tempo. Vimos que a palavra avaliação denotava muitos sentidos. Cada um teve uma percepção do sentido de avaliação. Entendemos que temos que fazer avaliação sob o aspecto formativo, reacional de impacto, de aprendizagem, de egressos, ou seja, desde a avaliação da própria Instituição à avaliação de como está o resultado, se ele

aprendeu, se ele não aprendeu. Na última avaliação, queremos saber se aquilo que ele aprendeu repercutiu de alguma forma na Instituição, perante o seu chefe, perante aquilo que ele utiliza na prática, ou seja, a avaliação viria desde o momento prévio, pré-avaliativo até a avaliação final. Formativa, reativa, de impacto, de aprendizagem e do egresso.

É preciso saber se as Escolas realmente fazem a avaliação. Por exemplo, a nossa Escola não procura saber qual foi o resultado alcançado. Acho que nenhuma Escola faz isso, mas pode ser que alguma faça. Ouvi notícias de que algumas Escolas fazem a pesquisa junto ao setor para verificar o nível obtido.

Realização significativa. Colocamos como boas práticas. Vi o pessoal colocando dentro do histórico. Achei muito interessante aquele item. Acho que ficou mais adequado que o nosso. Como já estava no final, não pensamos muito nisso. No entanto, acho melhor a ideia de colocar as realizações significativas e as expectativas, como mostra aquela outra estrutura. Achei mais interessante.

Também colocamos como item a questão de saber se a Instituição tem o registro histórico. Se eu perguntar se a Instituições de vocês sabem quais foram os cursos ministrados há dez anos, a maioria dificilmente conseguiria responder. Sobre a questão da publicação, acho que o outro grupo estruturou melhor. Nós invertemos, começamos com publicação e depois colocamos dentro da publicação a gestão do conhecimento, que é a questão do que produziu, para quem produziu, onde publicou, se publicou.

Por último, um item julgamos vital para todas as Escolas. Temos que saber quais são as Escolas que estão sujeitas a algum controle social ou não. Quer dizer, a sociedade tem acesso, tem algum controle, como se dá o controle social. Acredito que nenhuma delas esteja ainda com mecanismos de controle social, que seria colocar na internet, por exemplo, quem fez o curso.

Participante

É que me confundiu quando ele falou que ele não sabe se as Escolas têm algum controle social. Entendemos que o controle social é o da organização. São ações.

Líder do grupo 3

Aqui é o que lhe disse. Já no final, quando o grupo estava fechando o relatório, um colega colocou controle social. E estava tentando interpretar.

Esse controle social eu me equivoquei. Na verdade, o grupo está colocando que seriam atividades sociais para fomentar o controle social. Uma palavra gera muitas interpretações. No último minuto, a colega disse: "controle social". Aí ela colocou a palavrinha. Interpretei como as Escolas terem algum



controle por parte da sociedade, como se a sociedade pudesse saber se a Escola oferece resultado. Substitui-se controle social por ações de fomento as ações de controle social Ou seja, você defende que tenha as ações de apoio e fomento e que tenha também a atividade transparente.

Participante

Queria dar uma contribuição para dizer que, no nosso Tribunal de Contas do Mato Grosso, temos as ações de apoio ao controle social, uma voltada direto para a sociedade e outra de controle que vem ao Tribunal todos os dias de sessões plenárias nas terças e quintas. São universitários e escolas de ensino fundamental e ensino médio. O programa se chama TCE Estudantil. Temos um projeto muito interessante de pesquisa, inclusive de controle social, ações efetivas.

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Queria lembrar a todos a existência da nossa sala virtual onde existe um item chamado boas práticas. Está aberta para quem quiser fazer registro de prática como esta. Acho que é um instrumento no qual se concentram as informações. Divulgamos e fica aberta a todos para mostrarem o que estão fazendo. Já tem alguns registros lá. É um dos últimos itens da página virtual, boas práticas.

Participante

Colegas, eu sou do TCE do Amapá. Quando começamos a efetivar os nossos cursos, um conselheiro entendeu que não podíamos cobrar. Fixamos uma taxa de quarenta reais ou a contribuição em alimentos para uma determinada Instituição. Ele se opôs: “Não, não pode cobrar”. Está bem, então, não pode cobrar. O que nós fizemos? Instituímos campanhas sociais e em cada evento elegemos uma Instituição a ser beneficiada com produtos de que necessita.

Agora vamos realizar um evento cuja contribuição é uma resma de papel A4 e quatro pacotes de leite. É para uma creche. Fazemos a arrecadação das doações e do dinheiro, para aqueles que preferirem, compramos nos armazéns, enviamos para todas as pessoas que participaram do curso uma prestação de contas com fotografia da entrega. Foi uma forma que encontramos de fazer um trabalho social, já que o órgão não pode tirar do seu orçamento. Achei uma ideia muito interessante. O nosso presidente apoiou, apesar de o outro conselheiro mostrar-se contra.



Líder do grupo 4

Boa tarde a todos.

Somos do grupo 4. Aproveito o ensejo da excelência do rascunho, é um rascunho. Na nossa região, o poeta Manuel de Barros, reconhecido como o Poeta do Pantanal, diz que adquirir conhecimento é ascender para o divino, é como se nos lançássemos para o divino. Então, é pensando nisso, na aquisição desses conhecimentos que eu particularmente adquiri hoje, que veio da professora, que também é uma contadora de histórias, e talvez uma poetisa, que na nossa reunião elencamos ou elegemos quatro grandes grupos para poder compreender esse instrumento de avaliação nas unidades que até agora entendemos como Unidade de Educação Corporativa. Temos essa rubrica ainda, mas ela está para ser discutida.

Inicialmente, colocamos a natureza jurídica. Então, em alguns elementos é que nós adicionamos. Intitulamos a parte um como planejamento. Na sequência, colocamos o tipo de unidade, as instalações e acrescentamos equipamentos, porque entendemos que é fundamental colocar esse elemento. Colocamos a formação acadêmica nesse mesmo bloco, intitulado planejamento, formação acadêmica e profissional. Esse primeiro seria da nossa equipe.

Dando prosseguimento, intitulamos a segunda como desenvolvimento, porque compreendemos que essas atividades estão inseridas nessa mesma percepção. Então, seriam as atividades sociais, interface com a sociedade. Nesse momento, deu-se a discussão sobre o controle social. A programação de atividades, ou seja, as ações que acontecem na escola. Poderíamos ampliar um pouco isso. Quanto ao corpo docente e discente e os servidores, utilizamos aquelas mesmas colocações e acrescentamos a duração dos cursos que se referem a essas ações que ocorrem dentro da unidade.

Na terceira colocamos gestão. A nossa colega, que fez a colocação do mapeamento de processo, vai explicar como ela compreende isso.

Participante do grupo 4

Na verdade, o assunto suscitou muitas dúvidas no grupo. Tentei contribuir com a minha visão sobre mapeamento de processo, não porque seja dona da verdade, longe disso, mas queria dizer como compreendo mapeamento de processo na prática do nosso trabalho no cotidiano. A partir das atividades, o mapeamento de processo é para dizer qual é o negócio da sua unidade, que negócio é o seu. Esse negócio tem que ser mapeado, para se definir onde ele começa, onde ele termina, quais os níveis de responsabilidade do Presidente até a última unidade ou ao último setor para que aquela ação ocorra.

No decorrer desse mapeamento, verificamos qual é o negócio daquela unidade, se há uma legislação, um embasamento jurídico, se tem a aprovação

dos Conselheiros em plenário. Há uma resolução? Então, este negócio é da escola, o mapeamento desse processo é da Escola. Ela tem a responsabilidade de coordenar isso, mas tem todos os atores envolvidos, porque ninguém faz nada sozinho, e para cada ator tem um nível de responsabilidade. A Cléo disse que no estado dela ocorre a questão da matriz de responsabilidade que temos para cada atividade que a Escola vai executar, principalmente de curso. Dizemos qual é a responsabilidade da Presidência, da Vice-Presidência e de todos os atores envolvidos para que aquela ação ocorra. Nesse sentido é que entendemos mapeamento de processo e não uma coisa estática ou uma coisa burocrática. É uma coisa viva e cotidiana. Resumindo, mapeamento de processo resume o negócio da unidade. Assim é como entendemos e gostaria de ouvir como os colegas entendem isso.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

É a responsabilização. Isso que em inglês é *accountability*, estamos chamando de responsabilização. Todos prestam contas, todos são responsáveis. Não é apenas prestar contas financeiras. É prestar contas do negócio. É só para ir ajudando e manipulando ou tentando esculpir a forma final.

Participante do grupo 4

As preocupações da Escola aí poderiam ser elencadas e poderíamos ter aberto esse item depois. Julgamos que assim ficaria mais fácil, sintetizado, até para a nossa própria compreensão dos itens e a continuidade oferecida das ações, dificuldades e limitações das unidades que são inúmeras.

Finalizando, nesse item pesquisa e avaliação. Colocamos as fontes bibliográficas, os referenciais teóricos e aí houve uma discussão que é normal porque geralmente a gente fala: “Mas, quando se desenvolve um curso, um determinado curso, já temos o material, temos a ementa, temos os objetivos”. Temos ali também pontuados os referenciais teóricos. Entendemos até que poderia ser mais ampliado. A Escola teria um espelho desses referenciais e isso também ficaria para a pesquisa e as realizações. O termo realizações é muito significativo. Hoje também compreendemos toda essa percepção da resignificação. Sabemos que quando usamos essa rubrica se amplia mais essa nossa percepção. O registro histórico do processo da Educação Corporativa envolve a própria memória.

O ápice seria as publicações e a divulgação dos resultados das ações que acontecem neste espaço que até o presente momento entendemos como espaço de Educação Corporativa das escolas ou nas escolas. É isso que o nosso grupo trouxe de nossas discussões. O tempo foi curto, mas é essa a nossa contribuição para esse trabalho.



Líder do grupo 5

Eu diria que a nossa construção foi um pouco de caos criativo porque não conseguimos de maneira tão profícua como os demais grupos organizar assim para ter uma coisa tão estruturada. Aliás, tenho que pegar aqui um documento porque senão me perco. Está numa linguagem meio cifrada, não vai ser muito fácil, mas vamos tentar explicar.

O processo foi o seguinte: primeiro começamos a criar categorias, definir categorias. Depois de definidas as categorias, visitamos a listinha e fizemos um trabalho com se fosse um trabalho escolar, do tipo: “numere a segunda coluna de acordo com a primeira”.

As categorias, primeiro por elas. Então, Instalações foi uma categoria; Estrutura Organizacional foi outra; Legislação e Regulamentação. A legislação que regulamenta o processo de Educação Corporativa, Memorial da Educação Corporativa, Gestores e Equipes.

Fizemos uma divisão no processo de uma Escola, um processo de Educação em que você teria gestores e equipes envolvidas e teria numa outra maneira com o corpo docente definido. Finanças seria uma outra categoria. Alguém chamou aqui de Custeio.

Achei bem mais próprio porque o sentido está muito claro. O que é finanças? Finanças quer dizer exatamente como as atividades são custeadas, como é que elas são financiadas. Depois, uma sugestão de inclusão de uma categoria chamada Atores Envolvidos, ou seja, antes de começar o diagnóstico em si era preciso saber que unidades estariam envolvidas no processo. Nesse caso, parceiros internos e parceiros externos que participam do processo de Educação Corporativa.

Uma outra categoria: Processos e Atividades. Depois, Planejamento Estratégico. Notei que um grupo também falou em planejamento, existe uma categoria chamada Planejamento Estratégico. Público-Alvo, Controle Social e Publicações.

Essa é a primeira parte das categorizações. Em cada categoria fomos tentando identificar, numerar a segunda coluna com dezesseis itens. A numeração que atribuímos as categorias que criamos se referem a cada um desses itens. Por exemplo, na categoria Instalações temos o item dois, que é Instalações. Na categoria Estrutura Organizacional temos o elemento um que foi colocado: Tipo de unidade e estrutura. Esse aqui é o que chamamos Estrutura Organizacional. Na Legislação temos o item doze, que é Fontes Bibliográficas do Processo. No Memorial temos onze e doze. O item onze é Registro do Processo e o item doze é Fontes Bibliográficas. Está meio confuso, eu sei, mas a compreensão fica mais clara com os papéis em mãos.

Talvez seja o bastante dizer isso. Como categorizamos, que novidades introduzimos? Esses números significam os que estão aqui colocados. Acho

que com isso conseguimos mostrar o que fizemos. Está tudo registrado aqui e talvez seja interessante falar um pouco sobre processo de atividades, porque incluímos programação de atividades que é o item três, duração do curso que é o item cinco, realizações significativas que é o item sete, o item treze, que é mapeamento dos processos, o item quinze que é pesquisa e avaliação. Também é relevante falar sobre a categoria de Planejamento Estratégico. Temos a categoria oito que é Continuidade.

Essa questão do planejamento é muito importante porque ela inclui aí as questões que são cruciais para o andamento do processo. Eu mesmo fico me corrigindo para não falar em unidade, que assegura a qualidade do processo, nove é dificuldades e limitações, dez é expectativas das unidades. Aqui também colocamos projetos porque vocês sabem que projetos são atividades que têm começo, meio e fim, que são pontuais. Por exemplo, implementar a Educação Corporativa é um projeto que você depois transforma em uma rotina. Acho que é isso. Acho que dá para compreender. Especialmente, acho que os consultores não entender melhor do que a minha explicação conseguiu transmitir.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Muito bem, belíssimo. Acho que podemos fechar essa apresentação com ponto e vírgula. Não podemos fechar com ponto final porque isso ainda vai ser trabalhado.

É importante que vocês percebam como cada grupo escolheu o seu estilo, mas como todos tiveram uma coisa em comum: todos procuraram categorias dentro das quais inseriram aquilo que podemos chamar de indicadores. Isso é importante porque os itens só podem ser construídos em função desses indicadores e dessas categorias. Se quisermos fazer uma interpretação, interpretamos a categoria que é uma visão mais concreta e logo entramos nos detalhes. Essa foi a lógica que todos utilizaram. Há liberdade na construção desse modelo, portanto é só uma questão de respeitar os estilos.

Com isto deixamos a apresentação. A Paula explicou muito bem qual é o processo que vamos seguir. É um desafio fazer um com essa riqueza de construções e essa profundidade nos elementos que constituem o questionário. Na verdade não podemos chamar simplesmente de um questionário, é um instrumental de análise situacional. Lembrem-se: o objetivo não é fazer juízo de valor, mas relatar avanços, dificuldades, necessidades e descrições na tentativa de construção de conhecimento de cada grupo, de cada entidade.

Não pode ser uma avaliação só, são diversas avaliações.

Destaco que se falou de fotografia, de raio X. Vejo a análise situacional como uma fotografia mesmo, é uma coisa fotográfica. Depois, avaliação passa a ser mais do que uma fotografia, torna-se um filme: é o movimento. Eu quero chegar à simplicidade e dizer que avaliação é o espelho, é um filme, é uma fo-



tografia. Você não mexe na fotografia tão facilmente, mexe um pouco no filme, mas não tão fácil, mas no espelho você mexe. Põe um espelho diante de você e você tem sempre um modo de ajeitar e de melhorar, o espelho é mais ágil.

Trabalhando com dois outros colegas, percebemos que o instrumento que melhor representa a avaliação é o espelho, porque você sempre tem ele à mão, a qualquer momento. O espelho possibilita uma visão rápida e uma transformação também. Então, usem a fotografia para retratos, o filme para seguir um processo e o espelho continuamente para ir melhorando a cada momento o projeto, o programa e a Instituição. Esses três elementos vão ajudá-los nas suas avaliações. Não se esqueçam que a melhor coisa é seguir estudando avaliação.

Termino então com um conto simples, conto árabe. Encontrei nos escritos de Malba Tahan que um príncipe estava aflito porque de repente havia esquecido todo o conhecimento adquirido nos seminários, nos encontros, nas jornadas, tudo o que ele havia feito. Esqueceu-se das coisas que havia aprendido. Então, aflitíssimo, chamou os sábios da sua corte e perguntou-lhes o que fazer diante daquele esquecimento tão grave. Ele tão jovem e se esqueceu.

Os sábios se retiraram e voltaram com dois cântaros bem grandes e pediram que o príncipe olhasse os dois cântaros. Ele olhou um, olhou o outro e disse: "Eu não posso ver muito, os cântaros estão meio embaçados, deve haver desenhos neles, mas eu não vejo. Devem ser bonitos, mas eu não percebo. Eu não percebo cores, eu nada percebo. Estão embaçados". Os sábios se retiraram. Voltaram um pouco mais tarde com os dois cântaros novamente.

"Compare-os novamente." E ele comparou e disse: "Este continua embaçado, eu não vejo tudo que está desenhado nele, tudo que está marcado, não percebo as cores, não vejo o cântaro direito". "Veja esse outro." "Este está perfeito. Iluminado, bonito, colorido, vibrante, elegante, lindo!" "Então, caro príncipe, o que aconteceu?" "Vocês lavaram este cântaro, o outro não." "Mas como lavamos? Onde está o vestígio da água que o lavou?" "Ah! Isto não se vê. Enxugou. Eu não posso ver." "Assim, caro príncipe, é o conhecimento. O conhecimento enxuga, desaparece, o que fica é a transformação."

Portanto, não faz mal se vocês se esquecerem de tudo isso, o importante é a transformação. É isso que eu espero. Acho que essa é a minha última palavra, sinto saudades de vocês. Mas quero dizer que até que nos encontremos de novo, que Deus segure vocês na palma de Sua mão. Nossa Senhora que nos ajude.

A Marlene me pediu um pequeno aparte antes de passar para a Paula dar a palavra final. Quero agradecer a toda a equipe. Todos. A cada um em particular, todos vocês e toda a equipe da Escola e a todas as pessoas que nos confiaram uma tarefa de tamanha responsabilidade.

Eu e a Dinah vamos passar em oração as noites seguintes até chegarmos à conclusão. Que Deus nos inspire. Sucesso para vocês. Muita saúde e muito sucesso e contem conosco. Através do TCE vocês nos encontram. Sempre trabalhem com o grupo todo. Muito obrigada. Dinah quer dar uma palavra?



Dinah Oliveira Santos (Grifo Consultoria)

Muito obrigada, um abraço e até a próxima.

Participante

Queria pedir permissão a todos os colegas e falar rapidamente. Serei breve. Primeiro, para dizer que a Paula, com toda sua equipe, além de ter demonstrado grande competência profissional, recebeu-nos aqui com imenso carinho, brindando-nos com um referencial teórico excepcional, trazido pela professora que acabou de trabalhar conosco. Paula ainda demonstrou uma competência de articulação política estratégica incrível, trazendo aqui o Conselheiro Gadelha e fazendo com que a nossa solicitação para viabilizar o nosso trabalho no nosso estado fosse encaminhada através do IRB. Então, não poderia deixar de agradecer e dizer: Paula, muito obrigada pelo carinho com que você e sua equipe toda nos receberam e obrigada por mais essa demonstração de companheirismo para com todos nós. Muito obrigada.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Marlene, não estava contando com essa.

Quero agradecer e dizer que você é muito gentil. Nada, nada disso foi feito por mim. Não tenho nenhum mérito nisso. Acho que esse é um trabalho de equipe, não só da nossa equipe interna, a Rosa, o João Paulo, mas de toda a equipe do GEC e do Promox.

Tínhamos preparado uma surpresa para o final. Eu ia convidar o João Paulo para ele apresentar para vocês o projeto que temos, do TCE - Escola Itinerante. Esse é o trabalho dos cursos que realizamos, porque não temos só o trabalho realizado na Escola. Vamos aos municípios, fazemos um trabalho muito interessante. Queria que o João, que está à frente desse trabalho magnífico, pudesse apresentar para vocês, mas tendo em vista o adiantado da hora, vou pedir só mais esses cinco minutos, é muito rápido.

Agradeço demais à Marlene, mas o mérito hoje aqui é do Conselheiro Gadelha. Ele sim é que demonstrou um desapego enorme e um imenso comprometimento com o trabalho que fazemos, assim como todo o grupo que está aqui. Transmito tudo que você muito gentilmente, muito carinhosamente me passou para o Conselheiro Gadelha, dizer a ele da nossa alegria e a toda a nossa equipe da Escola de Contas, desde o pessoal da limpeza, o pessoal da segurança, todo mundo que trabalhou e que contribuiu.

Mas o Encontro ainda não acabou. Amanhã a luta continua. Amanhã de manhã, às 9h, todo mundo lá no Rio. Por favor, aproveitem hoje para preencher logo os questionários, é muito importante fazerem a avaliação, não é



professora? É a avaliação do evento que está dentro da pastinha. Preencham para amanhã não ficar para a última hora. Isso vai ser fundamental para avaliarmos o nosso evento. Passo a palavra para o João.

João Paulo Menezes Lourenço (TCE-RJ)

Boa tarde. Vou falar muito rapidamente. Já estamos no final do dia, cansados.

A Paula pediu que eu falasse de nossa Escola Itinerante e a realidade dos municípios do Rio de Janeiro. São noventa e um sob a nossa jurisdição. Acho que o maior problema é muito parecido com o da maioria dos municípios de vocês, que é a questão orçamentária. Muitas vezes os municípios não têm dinheiro para enviar os servidores ao Rio de Janeiro, pela distância ou pelos custos.

A Escola Itinerante começou efetivamente com esse nome agora, mas ele teve início em 2007. Deslocamos uma equipe para os municípios. Promovemos cursos sobre as maiores dificuldades dos servidores no tratamento dos processos: Licitações, Controle Interno, Prestação de Contas, Contabilidade etc. Então, o que é o diferencial disso? Maximizar o treinamento, ou seja, conseguimos capacitar muito mais gente do que se só fizéssemos aqui no Rio de Janeiro. Este ano vamos capacitar em torno de mil e quinhentas pessoas só nesse Projeto Escola Itinerante. Desde 2007, já capacitamos em torno de sete mil pessoas.

Definimos a ementa dos cursos conforme a demanda e conforme os problemas que identificamos. São em torno de sete cursos que atendem aos servidores municipais.

Os cursos têm uma carga horária média de trinta e duas horas, em quatro dias, de segunda à tarde e terminamos sexta de manhã.

Os cursos são ministrados em polos, ao todo temos cinco polos no estado. Os polos são os municípios que se oferecem para nos receber, com instalações semelhantes às que temos em nossa sede. Essa estrutura que vocês viram aqui é o que nós exigimos deles. Nós fazemos uma visita ao município para conferir as instalações antes de decidir por um ou por outro. As prefeituras normalmente se oferecem para ser sede, elas batalham por isso. É importante o contato com um agente da prefeitura, geralmente é um Secretário de Governo. O Prefeito indica o agente para poder chancelar todo esse projeto.

É importante o apoio do Presidente do Tribunal, que envia os ofícios convidando todas as Prefeituras e todas as Câmaras a participarem dos cursos, a lista deles, as datas. Após a adesão, abrimos as inscrições.

As vagas são limitadas. Gostamos de trabalhar com turmas de trinta a trinta e cinco pessoas, porque o impacto é maior, os resultados são melhores. Na área de pessoal, às vezes é preciso trabalhar com turmas de quarenta, quarenta e cinco pessoas.

Os cursos não são simultâneos. Toda semana é um curso em cada polo. Normalmente há uma avaliação sobre os processos que chegam ao Tribunal. Os problemas recorrentes nos processos originam, normalmente, os temas a serem abordados nos cursos.

Os cursos são gratuitos e as inscrições são feitas pelo portal da Escola. Fazemos a matrícula mediante a autorização das respectivas chefias. Remuneramos os docentes, que são todos servidores da Casa com experiência acadêmica e experiência de campo. Conhecem a realidade dos municípios, o que julgamos importante. A experiência é fundamental para atingirmos os nossos objetivos.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Ainda temos a parceria com os municípios. Temos dois representantes junto à Escola de Contas em cada município do Rio de Janeiro: um é da Prefeitura e o outro é da Câmara. Eles são escolhidos pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara. São indicados anualmente e se tornam o nosso contato, a nossa ponte, os nossos ouvidos, os nossos olhos nos municípios. Eles nos dizem os cursos que os servidores estão querendo ou nos ajudam nas inscrições. Eles têm que validar, autorizar, ratificar os que têm prioridade para participar dos cursos. Isso acontece no caso de não haver vaga para todo mundo. Eles divulgam os nossos trabalhos, todo o nosso contato é feito através desses representantes municipais. Fazemos capacitação anual para os representantes aqui na Escola durante sete semanas, depois inverte, a Escola fica sete semanas morando naquele município. Cada semana paralelamente às atividades daqui.

Thereza Penna Firme (UFRJ)

Não posso deixar de sempre contar uma história, e esta é em agradecimento à Rosa, especialmente à Rosa que foi o primeiro contato com esse evento.

Uma flor se encontrou com a outra e disse:

— Oi Rosa, você está boa?

— Mas eu não sou a Rosa, querida.

— Mas como você não é a Rosa? Você é a Rosa.

— Eu não sou a Rosa. Estou dizendo que não sou.

— Mas, você tem o perfume da Rosa.

— Ah! É porque eu convivi um tempo com a Rosa.

Quero dizer que com a Rosa, com a Sandra e com a Paula esse todo esse jardim florido, lindíssimo é um prazer trabalhar. Não há dúvida de que entre essas rosas há cravos muito bonitos. Muito obrigada a vocês: cravos e rosas. Um beijo.



3º DIA



Apresentação do Coral TCE-RJ no encerramento do II Educorp



**II Encontro
Técnico de
Educação
Corporativa
dos Tribunais
de Contas**

12 DE AGOSTO DE 2011

Relatos de experiências dos Tribunais
Definição de Diretrizes - GEC
Encerramento



MANHÃ
APRESENTAÇÃO DE
EXPERIÊNCIAS DOS
TRIBUNAIS DE CONTAS

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Sejam muito bem-vindos ao terceiro dia do Segundo Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas. Com a participação de todos teremos mais um dia de grande proveito e agradável convívio.

Gostaríamos de pedir que não deixem de preencher o formulário de avaliação que se encontra na pasta entregue no credenciamento com as suas opiniões, com as suas sugestões, que são de grande valia para os organizadores e, por favor, devolvam o formulário na saída.

Neste exato momento vamos dar início aos nossos trabalhos do dia de hoje. Convidamos para compor a mesa:

- Dr^a Paula Alexandra Nazareth, Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
- Exmo. Sr. Conselheiro Cezar Miola, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
- Sr. Willams Brandão de Farias, Coordenador do Grupo de Educação Corporativa do Promoex.
- Sr^a Maria Hilária Barreto e Sr. Pedro Henrique, representantes do Instituto Plácido Castelo – Tribunal de Contas do Ceará.
- Sr. José Luiz Galvão e Sr. Ricardo Dantas, representantes do GEDAP – Tribunal de Contas da Bahia.

Gostaríamos de registrar e agradecer a presença da Professora e Doutora em Educação da Fundação Getulio Vargas e nossa palestrante do primeiro dia, Dr^a Valdeez Fraga, para quem eu peço uma salva de palmas.

Passamos a palavra à Dr^a Paula Alexandra Nazareth, Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Bom-dia a todos. É um prazer muito grande estarmos aqui no último dia de nosso Encontro. Já estamos com saudades de todos. Agradeço demais a presença de vocês. Faço menção especial ao nosso querido professor Lino Martins da Silva, uma referência para todos nós que trabalhamos com a Contabilidade Pública, que está aqui hoje prestigiando o nosso Encontro. Também está conosco o Conselheiro Milesi, do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, nosso parceiro, que já foi palestrante aqui também.

Daremos início à nossa programação apresentando as experiências dos Tribunais de Contas, das Escolas e das Unidades de Educação Corporativa. Seguimos o exemplo do que foi feito no ano passado no Primeiro Encontro Técnico. Lançamos uma chamada de trabalhos, enviada por meio de ofício a todos os Tribunais, solicitando que aqueles que tivessem interesse, que tivessem algum projeto que gostassem de compartilhar, que o encaminhassem para nós.



Infelizmente, o nosso tempo é curto e não poderíamos apresentar todas as experiências.

Antes ainda, com pedido de desculpas, queria também registrar a presença do Conselheiro Olavo, do Piauí, e do Conselheiro Delano, que estão acompanhando nossos trabalhos com muita valentia desde o início. Peço desculpas se eu deixar de mencionar alguém. Considerem-se todos muito importantes.

Gostaria de esclarecer como ocorreu esse processo da chamada dos trabalhos. Lançado o desafio, montamos uma comissão de avaliação interna na nossa Escola de Contas, formada pela Sandra, nossa Assessora Pedagógica, Mestre e Doutora em Educação, pela Rosa Maria Chaise, Coordenadora de Estudos e Pesquisas, também Mestre e Doutora em Educação, e esta que vos fala, para escolhermos os trabalhos que, consoante critérios previamente definidos, achássemos que deveriam ser aqui apresentados. Como a professora Thereza Penna Firme afirmou muito bem aqui ontem, é muito importante termos critérios. Esses critérios foram divulgados por ocasião da chamada dos trabalhos e procuramos avaliar os trabalhos a partir desses critérios, observando o atendimento a eles. É importante lembrar que são critérios objetivos e que avaliamos não as experiências em si, mas o relato que nos foi encaminhado, sem fazer juízo de valor, sem dizer que uma é melhor que a outra.

Tivemos a grata satisfação de receber sete trabalhos, o que nos deu uma alegria muito grande, mas aumentou muito a nossa dificuldade, porque entre esses sete tínhamos que escolher dois trabalhos, uma vez que o terceiro seria o nosso. Estávamos recebendo todos aqui, por isso queríamos apresentar nossa experiência de implantação do curso de Pós-Graduação pela Escola de Contas e Gestão, que é a experiência que estamos realizando de forma autônoma. Levando em conta rigorosamente os critérios definidos, o relato mais bem avaliado foi o do Tribunal de Contas do Ceará. Peço uma salva de palmas para os autores desse trabalho sobre Controle Social. Em segundo lugar ficou o relato dos nossos colegas da Bahia, que também têm uma experiência muito importante na área da Pós-Graduação. Uma salva de palmas para o pessoal da Bahia. Devo confessar aqui em público que aprendemos muito com esse trabalho. Já conhecíamos o projeto que eles apresentaram e assim nos espelhamos nele, usamos o trabalho deles como ponte para uma proposta de resolução da regulamentação do nosso programa de Pós-Graduação, aprovada pelo Conselho Superior da Escola de Contas. Tomamos por base o trabalho do Tribunal do Ceará e o trabalho do TCU.

Registramos também a presença do Adriano Amorim, Diretor do Instituto Serzedello Corrêa, do TCU, outro grande parceiro nosso. Foi palestrante no primeiro dia.

Aconteceu que quando acabamos de fazer a avaliação dos trabalhos, percebemos que, embora as duas Escolas selecionadas tivessem atendido melhor aos critérios indicados, as outras experiências também eram de uma ri-

queza tão grande, nos pareceram tão importantes, abordavam aspectos tão diversos, que ficamos com muita pena de não aproveitar esse espaço de compartilhamento para trocarmos essas magníficas experiências. Debates muito e acabamos decidindo que abriríamos mão do nosso tempo de apresentação, e pedindo que os outros também abrissem mão de parte do tempo que lhes seria reservado, para que todos pudessem apresentar, ainda que de forma breve, suas experiências. Assim, todas as experiências que nos foram enviadas serão aqui apresentadas

A experiência do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, infelizmente, não será apresentada porque é uma experiência de Controle Externo na área da Educação. Trata-se de um trabalho muito interessante. Por isso, já o convidamos para apresentar essa experiência do TCM no próximo evento de nosso projeto "Tardes do Saber".

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Obrigado, Dr^a Paula Nazareth. Gostaria de agradecer a presença do professor Lino Martins, do Mestrado em Contabilidade Pública da UERJ. Convidamos agora, para apresentar o trabalho classificado em primeiro lugar, a Sr^a Hilária Barreto e o Sr. Pedro Henrique Camelo, representantes do Instituto Plácido Castelo, do Tribunal de Contas do Ceará. O tema do trabalho é "Agente de Controle Formando Cidadãos para o Controle Social".



Maria Hilária de Sá Barreto (TCE-CE)

Bom dia a todos, queria manifestar a nossa satisfação, a nossa felicidade de estarmos aqui hoje apresentando uma experiência que está acontecendo com tanto sucesso no nosso Tribunal. Vai ser rápida a apresentação, mas o nosso desejo é que, realmente, possa mostrar um pouco do que estamos realizando.

Até ontem, no nosso trabalho, ficamos com certa dificuldade de entender a parte do controle social. No entanto, acho que hoje, durante essa apresentação, conseguiremos mostrar qual o objetivo da Escola em tratar de controle social. Acredito que o nosso programa vai esclarecer esse fato. O programa foi idealizado pelo Presidente do Instituto, Conselheiro Alexandre Figueiredo, e há dois anos vimos atuando nesse sentido junto às escolas públicas do Estado. Já avançamos nas escolas privadas e no próximo ano vamos esten-

der o programa às escolas do interior do Estado. Preparamos a apresentação com alguns slides para vocês terem noção do que é o nosso programa. O objetivo é instigar o controle social junto aos estudantes. Este é o nosso maior foco porque acreditamos que os estudantes realmente vão ter grande destaque nesse trabalho, em que abrimos para eles a possibilidade de participarem do programa, tornando-se agentes de controle. Esse programa também foi motivado diante de pesquisas que fizemos junto à sociedade cearense. O desconhecimento dos Tribunais (o que fazem? para que servem?) realmente instigou bastante nosso trabalho, que vem se desenvolvendo de uma forma extremamente salutar. As sementes que foram lançadas, realmente os frutos estão sendo bem colhidos. Vou deixar a apresentação para o nosso colega Pedro, que é a pessoa que coordena esse programa, que sai em campo. Durante a palestra, vamos comentar, a cada slide, como se dá a atuação do programa junto às escolas.

Vou passar a palavra ao Pedro. Por uma questão de justiça, vamos atuar juntos na palestra. Antes da apresentação fizemos um ajuste no nosso vídeo institucional. Vamos preferir falar menos e mostrar mais porque, como o tempo é curto, assim julgamos que vocês terão uma noção melhor. Vamos mostrar um vídeo de apenas um minuto. Fizemos um recorte no vídeo institucional do Tribunal, em que nos detivemos na parte que trata do Programa do Agente de Controle.

Vídeo Institucional

O Instituto Plácido Castelo acredita que o estado democrático precisa de instituições sólidas e confiáveis com homens e mulheres conscientes dos seus deveres como cidadãos. Para a formação desses cidadãos, o IPC realiza diversas ações como o Programa Agente de Controle, criado em 2009 pelo Conselheiro Alexandre Figueiredo. O programa possibilita a divulgação do papel dos Tribunais de Contas e em especial do TCE-CE. Durante as visitas em escolas e universidades, os agentes de controle realizam palestras para os alunos. Essas visitas têm como objetivo disseminar no meio estudantil e na população em geral a importância do controle social sobre as finanças públicas, estimulando o acompanhamento e a avaliação dos programas, projetos, atividades e ações governamentais. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará acredita na contribuição de seus programas para os estudantes das escolas e a sociedade, por compreender que o debate democrático entre as Instituições e a comunidade é fundamental para a preparação do cidadão. Esse reconhecimento se reflete no trabalho do Tribunal, que assume diariamente o desafio de investir na qualificação profissional dos servidores. Afinal, quanto melhor eles atuam, mais conquistas o Ceará obtém na busca pelo crescimento com justiça social.



Maria Hilária de Sá Barreto (TCE-CE)

Vou passar a palavra ao Pedro para complementar a apresentação que vai ser bem mais detalhada. Muito obrigada a todos e bom dia.



Pedro Henrique Alves Camelo (TCE-CE)

A introdução do nosso trabalho já teve destaque no vídeo, quando mostrou que foi o Conselheiro Decano Alexandre Figueiredo, que é professor, quem deu essa dimensão junto aos estudantes, criando a oportunidade para discutir questões não só do Controle Ex-

terno, mas da importância de apontar soluções, acompanhar o controle social usando a própria atividade deles como estudantes. Através de uma minuta, ele resolveu nos presentear com esse trabalho. Recebemos a resolução administrativa já apreciada, julgada. Tomamos um susto, porque na realidade os desafios estavam postos ali para nós. Então, eu disse: “Hilária, é de assustar porque, embora sejamos da área da Educação, ter a responsabilidade de disseminar para os estudantes a importância do controle das finanças públicas é muito subjetivo”. Ninguém pode afirmar que vai conseguir isso, mas podemos buscar caminhos que apontem a saída. Esse será o nosso grande desafio.

Pesquisamos quais os tribunais, quais os colegas que já fazem algo semelhante. Em 2008, tive a oportunidade de conhecer o Willams, primeiro por telefone, por e-mail. Depois ele me recebeu. Eu avisei à Hilária que iria conhecer o trabalho deles. Realmente fiquei impressionado, porque já apontava um caminho cujo cenário estávamos traçando. Mas precisávamos personalizar o trabalho, porque conhecer algo que outro tribunal já faz certamente nos inspira, mas se copiarmos, não conseguiremos imprimir a nossa identidade. Não vamos conseguir nos envolver nem conseguir avaliar se o que estamos propondo vai ter de alguma forma efetividade. Resolvemos, então, buscar em Paulo Freire a resposta para aquilo de que deveríamos fugir. Decidimos ir pela perspectiva do diálogo, que é o que Paulo Freire, educador conterrâneo do meu amigo Willams, nosso grande mestre, destaca. Concluí que posso dialogar em igualdade com o jovem, com o estudante e ouvir muito mais do que dizer.

Assim construímos o nosso projeto, submetido à Secretaria de Educação através de assessores da Secretária. Tivemos aval para chegar já no primeiro momento a duzentos e oitenta escolas da rede estadual na capital. Alcançamos alguns bons resultados já nesses dois anos. De início, foram quarenta e oito

apresentações em vinte e sete escolas. Já temos um longo percurso, mas esse trabalho ainda está crescendo. Decidimos deixar o paletó de lado e vestir a camisa para poder saber de que forma vamos conhecer, vamos descobrir o que esses jovens pensam, por exemplo, acerca do que fazemos.

Maria Hilária de Sá Barreto (TCE-CE)

O Presidente do Tribunal de Contas estudou na escola pública onde lançamos o projeto. Isso gerou um momento de muita emoção em alguns alunos dessa escola pública, o Liceu do Ceará, que é um dos colégios mais antigos de Fortaleza. Foi bem emocionante o momento do lançamento. Convidamos o Presidente do Tribunal de Contas, que disse que aquele fora o colégio onde ele tinha estudado. Isso não estava programado, não tínhamos pensado nisso.

Pedro Henrique Alves Camelo (TCE-CE)

A Secretária de Educação formalizou esse programa. Como disse, a nossa motivação decorreu do fato de que a sociedade do estado do Ceará desconhecia totalmente o papel do Tribunal e, quando já tinha ouvido falar em Tribunal, não sabia o que fazia. Um percentual muito pequeno da população cearense conhecia o papel do Tribunal. Então, precisávamos avançar, chegar até a sociedade, não pedir através da mídia que a sociedade fosse ao Tribunal, tínhamos que chegar até ela. Então, indo até os estudantes, certamente estaríamos chegando aos lares, aos bairros, à sociedade. Foi essa a grande motivação.

Com o objetivo traçado, a resolução abre um leque de possibilidades para desenvolvermos, disseminarmos o conhecimento. Os resultados são crescentes.

Quanto ao público-alvo, como a Hilária já descreveu, num primeiro momento pretendemos atingir as escolas, alunos do Ensino Médio tanto da rede estadual como da privada. Já existe solicitação da prefeitura e do estado para isso. Futuramente, pretendemos chegar também às universidades. O programa já está sendo veiculado no canal da Assembleia do Estado, então as pessoas já ligam, já mandam e-mail querendo saber como é que podem receber o programa.

Em relação aos resultados esperados, como aprendemos com Paulo Freire, queremos estabelecer diálogo com os jovens, para que se tornem multiplicadores dessas ideias, do que seria realmente o controle social, de que forma o pai, de que forma o vizinho, de que forma o irmãozinho pequeno pode entender isso e compartilhar. Essa possibilidade é algo que nos anima porque, como é escola pública, já começamos a criar ali o espaço público para compartilhar com eles essa responsabilidade de sermos todos um agente, um

agente realmente de controle e realmente ter esse olhar de agente fiscalizador. Na verdade, o que acontece é que a escola do estado do Ceará evoluiu muito nos últimos anos, tanto no aspecto de capacitação dos professores, quanto no aspecto das instalações, de equipamentos, da merenda escolar. Claro que em relação a salário de professor não podemos apontar melhorias. Mas conseguimos motivar o jovem fazendo uma comparação entre a escola em que o pai, o avô estudaram e a escola pública de hoje. Passamos para eles uma esperança, porque nessa conversa eles fazem uma reflexão. Escutamos e temos que estar sempre trabalhando com base na esperança e nada melhor do que dizer: como é que você se relaciona com a carteira? O papel do Tribunal é vir aqui olhar se está bem cuidada, se os banheiros estão limpos. Explicamos que isso vem do dinheiro destinado à manutenção. Vamos ouvindo e eles vão criticando. Isso é muito importante.

Com respeito à abordagem pedagógica, o diálogo é alvo muito subjetivo, mas fomos encontrar a possibilidade de chegar à escola fugindo um pouco da concepção de palestra. A escola pública do estado do Ceará trabalha com temas transversais, como sexualidade, educação ambiental, cultura de paz e cidadania, junto com os temas curriculares de Ciências, Matemática, Biologia. Decidimos construir um projeto em que pudéssemos chegar, não como um evento, uma palestra, quando eles iriam ficar sentados porque alguém ia pedir para eles ouvirem e depois iríamos embora, apontando o número de estudantes presentes. Então, queríamos chegar nesse momento em que eles têm, uma vez por semana, esse espaço de cidadania. Convidamos esses professores, de Sociologia, de Psicologia, para compartilharem conosco essas ideias. Então, nessa perspectiva, conseguimos montar a nossa abordagem pedagógica para poder chegar e falar, por exemplo, das temáticas que são os temas geradores.

O conteúdo programático tem esses temas geradores, que vou mostrar para vocês. Na realidade a primeira pergunta que fazemos é pedir para levantar a mão quem já tinha ouvido falar em Tribunal de Contas. Depois eles escrevem e os resultados vão se juntando à pesquisa de campo do Tribunal. O Tribunal já trabalha com a política. Na política da qualidade do Tribunal já há indicadores de como estamos chegando à sociedade em eventos de controle social. Com base nesses temas geradores, não podemos de imediato falar em Tribunal de Contas. Primeiro, traçamos uma familiaridade, fazemos a dinâmica que vocês já vão ver numa foto. Nesse programa, contamos com uma equipe da qual sou o coordenador. Faço questão de ir na frente, embora tenha outras atribuições. Temos estagiários de Pedagogia, temos a equipe técnica que leva todo o equipamento. Montamos uma série de slides com os temas geradores que vão facilitar a discussão. Nem sempre utilizamos tudo porque quem manda é exatamente o clima que sentimos na hora da relação com eles, mas temos esses temas para inserir. Para chegar a falar de Tribunal, primeiro mostramos o contexto de prioridades para eles. Por exemplo, o ENEM no estado do Ceará já



contempla as Universidades Públicas, 100%, não existe mais vestibular para a Universidade Federal nem Estadual no estado do Ceará. Então, eles já têm um foco na escola pública para chegar à Universidade através do ENEM. Dessa forma, trabalhamos esses temas já trazendo para eles a possibilidade de os assuntos tratados contribuírem para a formação que eles estão buscando.

Sobre a metodologia empregada, temos alguns resultados. Fazemos uma pequena pesquisa com eles e deixamos um campo para que eles façam algumas críticas, denúncias, reivindicações. Os estudantes costumam pedir uma merenda melhor para eles. Isso levamos para o nosso portal para que os gestores vejam.

A conclusão é dinâmica. Estamos sempre modificando o modo de trabalhar, estamos sempre construindo aonde queremos chegar, para que a qualidade melhore, para estabelecermos uma aproximação melhor do nosso trabalho com a sociedade. Para tirar dúvidas, entregamos uma cartilha aos estudantes. Essa cartilha é interessante porque vamos à escola deles e a cartilha é um convite, conta uma história, eles chegando à nossa Instituição.

Fazemos um agendamento prévio por meio de um cartaz. Vestimos a camisa com eles, sofremos com eles. Eles recebem lápis temáticos. O último ponto interessante desse programa, algo que já veio através de resolução, é o concurso de redação. Voltamos à escola e apresentamos a possibilidade de eles participarem. Já estamos na segunda versão. Vejam uma foto dos que foram premiados no ano passado com dinheiro: primeiro, segundo e terceiro lugares, com valores de R\$2.500,00, R\$1.500,00, R\$1.000,00, respectivamente. O tema do segundo concurso de redação é sobre o gibi. Já solicitamos o direito de poder reproduzir na nossa linguagem. Muito obrigado.

José Luiz Galvão Pinto Bonfim (TCE-BA)

Bom dia, colegas. Bom dia, Conselheiros, Professores, Professor Lino, que me ajudou a passar no concurso. Li seu livro. Obrigado.



Eu e o Ricardo somos representantes do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo. Inserida na estrutura do Centro, funciona a Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional - GEDAP, que é responsável pelo Programa de Incentivo à Educação Superior. Vou falar um pouquinho desse programa. Ele tem por objetivo estimular e apoiar a elevação do perfil profissional dos servidores para atender à complexidade e diversidade das atividades

desenvolvidas no Tribunal. Como ele surgiu? Antes de existir esse programa no Tribunal, havia o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de estimular a conclusão do ensino de 1º e 2º grau de alguns servidores nossos. Lembro que o colega Adriano, do TCU, referiu-se à existência ainda nos nossos quadros de pessoas que não haviam concluído a formação de 1º e 2º grau. Então, o EJA fez com que essas pessoas, através de um convênio com a Secretaria de Educação do estado, conseguissem chegar à conclusão de 1º e 2º grau. Esses que findaram o 2º grau se orgulharam e se perguntaram: “E agora? Quero ter a oportunidade de cursar o nível superior”. Esse foi o primeiro motivo, a primeira provocação. Depois, na implantação e na consolidação do nosso sistema de avaliação e desempenho, veio junto o instrumento de plano de ação individual. Então, começamos a perceber que nesses planos de ação individuais que chegavam lá, nessa seleção, nessa análise que fazíamos, independentemente dos cargos, tanto de nível médio quanto de nível superior, da área Administrativa ou da área de Controle Externo, já existia ali uma pontuação e uma demanda de Graduação e de Pós-Graduação. Não somos uma escola, ainda somos um centro. Como poderíamos atender a essa demanda?

O encaminhamento de uma solução foi pensada e formulada na gestão do Conselheiro Antônio Loreto, em 2005. Na época, estava à frente da Superintendência o nosso colega, professor Inaldo, que também deu muita força a esse programa. Então pudemos, a partir de um ato administrativo, a partir de uma formulação nascida no CEST, que é esse Centro de Estudos, implantar o programa. Consiste ele na concessão anual de dez bolsas de estudos, sendo cinco para cursos de Pós-Graduação *lato e stricto sensu* e cinco para cursos de Graduação. O Tribunal custeia 70% do valor das mensalidades e isso vai sendo renovado semestralmente a partir das atualizações dos valores. Os critérios de concessão: o rendimento acadêmico tem que ser igual ou superior a sete e a frequência superior a 75% da carga horária das disciplinas. As condições de acesso ao programa: servidores ativos do quadro permanente com, no mínimo, três anos de serviço, ou seja, após cumprido o estágio probatório, já podem se candidatar. No caso de candidatos a bolsas de Graduação, ou seja, aqueles que já têm nível superior, não podem se candidatar a uma segunda Graduação. Não podem também já terem realizado cursos de especialização e mestrado financiados pelo TCU, ou já terem participado de ações do Tribunal. O ingresso dependerá ainda de que tenham obtido, no mínimo, 75% da pontuação na avaliação e desempenho individual no semestre anterior. Essa nossa avaliação, na verdade, hoje a regra já não é mais no semestre, considera-se no ano anterior, uma vez que a nossa avaliação anteriormente era semestral e agora passou a ser anual. Também devem ter previsto no seu plano de ação atividades de capacitação. O que quisemos com isso? Quisemos fortalecer o instrumento do plano de ação na sistemática de avaliação de desempenho. Por que

quisemos dar o valor a esse instrumento? O que acontece? No momento da avaliação do desempenho, a nossa sistemática atualmente já está toda informatizada. Assim, a comissão de avaliação não fecha a avaliação do servidor se ele não preencher o plano de ação. E o que pretendemos com isso? Quisemos estabelecer um link com o programa, ou seja, uma das principais fontes para o acesso ao programa é o registro no plano de ação. Isso constitui uma forma de a GEDAP ter uma demanda mais real em relação ao que temos de ações e demandas de capacitação. Os servidores devem apresentar projetos e pesquisas adequados aos interesses do Tribunal de Contas, no caso de candidatos a bolsistas de cursos de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*. Já temos, inclusive, trabalhos editados pelo selo editorial do Tribunal de Contas.

Já falamos que, no caso dos cursos de Graduação, matriculados nos cursos noturnos, também não podem se inscrever para uma outra graduação. Vou adiante mostrar numa tabelinha que traz os quantitativos que revelam o interesse pelo programa ao longo dos anos.

Em relação aos cursos, os servidores poderão se inscrever em cursos de Graduação autorizados pelo MEC há pelo menos dois anos e em cursos de Pós-Graduação *lato sensu* oferecidos por instituições com autorização de funcionamento há, pelo menos, cinco anos. É uma garantia de condição para pleitear o curso. Os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e o Mestrado devem ter obtido, no mínimo, nota três na última avaliação realizada pela CAPES. Os cursos devem ser em áreas do conhecimento diretamente relacionadas com as atividades “finalísticas” do TCE e referentes às atividades desenvolvidas pelo servidor, prioritariamente ligados a Administração, Auditoria, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Sociologia, Engenharia e Informática. Aí está o quadro de evolução com os números dos cursos [referência ao slide]. Temos constatado que, do ano de instalação do programa até hoje, os cursos de graduação têm tido um interesse menor. O interesse pela Pós-Graduação continua bem significativo. Por que isso acontece? Temos aí dois fatores. Um é a exigência de o curso ser noturno. Nesse momento não se optou por abrir a possibilidade do regime de compensação de horário. Trabalhamos no Tribunal em dois turnos e exigimos a matrícula em curso noturno. Aquela demanda potencial que existia, aquela demanda latente vista nos primeiros ciclos de avaliação, já foi atendida. Depois disso, alguns até começaram o curso, mas largaram no meio do caminho.

No caso das bolsas de Pós-Graduação e Mestrado, temos tido um resultado melhor. Se o servidor tem a primeira graduação e não pode ingressar na segunda, o que acontece? Temos no Tribunal três cargos do Grupo Ocupacional de Controle Externo: o Agente, o Analista e o Auditor. Boa parte de todos esses ocupantes já tem nível superior. Aquele outro grupo, que seria um grupo dos cargos de nível médio, que teria a oportu-

nidade de a partir do programa se graduar não conseguiu conciliar suas atividades com o curso noturno. Então, estamos revendo isso. Paula, estamos tentando rever isso para aproveitar essa demanda, a fim de incentivar essas pessoas a continuar buscando a graduação. Também no sentido de abrir a possibilidade de uma segunda graduação. O último concurso nosso foi feito há dezessete anos. Então, temos essa política de movimentação e de busca de profissionais no mercado, uma vez que no setor público é difícil. Existe a queixa do Controle Externo de que há carência de algumas qualificações profissionais, de algumas formações nos grupos de Controle Externo. Então, a nossa tentativa também é alterar essa condição, fazer com que o Tribunal possa abrir a possibilidade da segunda graduação. E quais seriam essas segundas graduações? Seriam aquelas que atendessem ao plano estratégico do nosso Tribunal de Contas. Há áreas prioritárias que estariam ligadas a esse programa de Ensino Superior, de incentivo ao Ensino Superior.

Após a análise dos dados desses cinco anos, concluímos que o programa vem atingindo seus objetivos de estimular a elevação do perfil educacional dos servidores do TCE-Bahia e disciplinar a concessão de apoio financeiro para fins de cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Queria apenas falar de uma coisa que esqueci: a troca de experiência. Para quem ficou interessado no programa, existe uma questão que tem atrapalhado um pouco, que é a questão da manutenção da regularidade das entidades de ensino. Temos tido alguns problemas. No momento da assinatura do contrato, a entidade está completamente regular. No entanto, no decorrer do curso, de repente, essa faculdade não tem mais a regularidade, ou então, muda a razão social, agrupa-se a outro. São problemas para os quais estamos buscando ajustes, promovendo adequações no formato para melhorar o programa.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer ao Estado do Rio de Janeiro, à cidade do Rio de Janeiro, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, à Escola de Contas do Rio de Janeiro e ao Grupo de Educação Corporativa do Rio de Janeiro por ter nos recebido tão bem. Fiquei muito feliz. Estou recém-chegado ao Grupo de Educação Corporativa. Estou apenas há cinco meses no Grupo, mas me senti em casa, eu me senti muito à vontade aqui. Obrigada.

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Chamo agora o representante da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Jurvena, do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, para apresentar o trabalho “Múltiplos Olhares, Perspectivas Para Construção do Controle Externo do Século XXI.”





Evandro Teixeira Homercher (TCE-RS)

Bom dia a todos. Primeiramente, vou fazer o inverso do colega da Bahia e agradecer à Paula e à Rosa pela gentil recepção a todos nós, à nossa Escola e, acredito, a todos que aqui estiveram. Foi excelente o trabalho de vocês, e, com certeza, a Paula também tem uma dívida conosco de

ir ao nosso Tribunal para falar sobre Receita Pública. Então, faço essa cobrança em público, fica mais difícil de ela fugir. Da mesma forma, a Rosa num outro sentido e a Sandra também fizeram um belíssimo comercial e já solicitei também que participem e nos auxiliem. Então, são compromissos públicos.

Fiquei agora numa situação muito complicada. Seria mais apropriado que meu Presidente, Conselheiro Cezar Miola, que aqui se encontra, fizesse essa apresentação. Mas vamos tentar responder por que isto não está acontecendo. Foi o Conselheiro Cezar Miola quem deu impulso à Escola. Nosso colega diretor e eu na vice-direção da Escola fomos levar ao Conselheiro um projeto um pouco diverso. Quando chegamos, recordo-me de que era um fim de tarde, o Conselheiro, gentilmente, abriu a agenda e disse: “Bom, o que vocês têm aqui para apresentar? O que vocês estão trazendo?” Então, levamos um projeto que no início se chamava “Perspectivas Diversas” e após uma conversa muito democrática com todos os nossos colegas da Escola chegamos ao nome “Múltiplos Olhares”. O objetivo do projeto “Múltiplos Olhares” é, na realidade, trazer para o seio do Tribunal atores sociais nos diversos segmentos da sociedade. Do âmbito acadêmico, jornalístico, de organizações sociais, que vêm para dentro do Tribunal falar sobre o Tribunal. Abrimos as portas do Tribunal para que eles adentrassem e falassem da forma mais livre e independente sobre a sua concepção da ação do Tribunal de Contas. Claro, o público do “Múltiplos Olhares” é o público interno. Isso serve também para a formulação de estratégias do Tribunal. Ouvimos, no primeiro dia, o Conselheiro Manuel Castro, do TCE da Bahia, falar sobre comunicação, que é um grande problema dos Tribunais. Parece que haverá um evento sobre essa temática aqui, nos dias 23 e 24 de outubro. Qualquer estratégia de comunicação pressupõe também saber o que eu vou comunicar, com quem vou me comunicar, a forma pela qual vou me comunicar e o objetivo. Agradeço pessoalmente ao Conselheiro não apenas porque ele foi nosso incentivador. As pessoas vão ao Tribunal, jornalistas que são críticos em relação à ação do Tribunal de Contas, livres para falar o que pensam do Tribunal de Contas. Por quê? Lembrei-me ontem, quando nos falávamos em Niterói sobre a questão do espelho e nas conversas que tivemos na Escola, de que muitas vezes agimos nas percepções do que nós pensamos

que a sociedade pensa sobre o Tribunal. Analisamos da nossa ótica, como se estivéssemos em frente a um espelho, ou seja, falamos para nós mesmos o que os outros acham sobre nós. É isso que o “Múltiplos Olhares” objetivou. Não! Vamos ouvir o que as pessoas pensam sobre nós. Então, o público-alvo são servidores do Tribunal, Conselheiros do Tribunal. O Conselheiro Miola se dispôs a participar, desde a época em que estava na Vice-presidência. Acho que agora na presidência vai ser um pouquinho mais complexo, pela agenda mais apertada. É natural. Mas ele participou de todos os encontros, fez abertura, apresentação. Assim como os demais conselheiros, auditores-substitutos de conselheiros. É também uma questão de desmistificar que somente o corpo técnico tem que ouvir. Não, todos participaram, envolveram-se numa mesma essência, num mesmo espírito.

São intervenções breves, trinta minutos para cada expositor e depois há uma conversa natural. É aberta à plateia. No primeiro evento do “Múltiplos Olhares” trouxemos o professor Jarbas Lima, que foi Deputado Federal, Procurador de Justiça, Diretor da Pontifícia Universidade Católica. Estou trazendo somente testemunhos dessas pessoas que estiveram lá e ele nos disse: “O “Múltiplos Olhares” é o projeto com que todo cidadão sonha para as suas instituições, franco, aberto, informal, sem mesa oficial e isso é uma característica”. Não há uma mesa oficial, existem duas cadeiras, o condutor fica no meio. É uma conversa informal, não existe formalidade. Se houver algum tipo de formalidade, perde-se o espírito de uma interação mais livre e independente. Franco, aberto, informal, sem mesa oficial, toalhas rendadas e flores coloridas. Olho no olho. Aqui é diferente. O “Múltiplos Olhares” foge da formalidade. Ele não é um encontro técnico. É um encontro de debate, de mais ouvir do que falar. Não levem a mal, por favor. É assim, olho no olho, e só são capazes de tal propósito pessoas que confiam e acreditam no que fazem. Para mostrar a multiplicidade, Cláudia Laitano, uma jornalista do Zero Hora, do Rio Grande do Sul, mais afeta à área de cultura, não à área de Política, Economia e Controle Externo, disse: “Ouvir pessoas de áreas diferentes funciona como um termômetro para o TCE”. Iniciativas como essas me dão esperanças, pois mostram um funcionalismo público que quer melhorar e busca na iniciativa privada conceitos como renovação, inovação, metas. Instalou-se uma visão do TCE que eu não tinha”. Jorge Furtado é um cineasta, que filma muito aqui no Rio de Janeiro. Para mostrar como o evento não é focado numa ou noutra área, ele diz que a gente só ouve falar sobre o TCE quando sai notícia ruim e acaba não conhecendo grande parte do trabalho. É muito importante para nós da cultura conhecer esse trabalho e também é importante que se conheçam as áreas fiscalizadas. Ele nos trouxe muitas questões interessantes sobre a LIC, a Lei de Introdução à Cultura, e até nos favoreceu em algumas questões possíveis de fiscalização. Juremir Machado é um escritor, jornalista, em diversas passagens, muito crítico em relação ao Tribunal. O interessante é que ele estava numa discussão com outro pensador e fez a maior defesa do serviço público. Esperávamos o contrário, mas ele trouxe

uma percepção, cobrou algumas atitudes. Com isenção acadêmica, ele disse o seguinte: “Os Tribunais de Contas, o Ministério Público e a imprensa precisam ser o Wikileaks do Brasil”. Era aquele momento lá da divulgação dos papéis através da Wikileaks.

Marco Antonio de Azevedo é um exemplo do “Múltiplos Olhares”. Ele é um filósofo, Doutor em Filosofia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNIENSINOS. É também médico pediatra atuante no Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre. Ele é “Múltiplos Olhares” mesmo. Não consigo imaginar uma pessoa sair de uma cirurgia, de um atendimento e ir lá falar de Heidegger e outros, mas ele faz isso. É uma pessoa com diversos escritos sendo apresentados em painéis na Europa, hoje. Disse ele que o momento é justamente de reflexão e a cada momento que se repete vamos acrescentando experiências e, quem sabe, iluminando soluções. Acho que é uma bela síntese. Ele foi bastante crítico também em algumas questões.

Luiz Antônio Araújo foi anteriormente Editor de Políticas do Zero Hora, junto com a colunista Rosane de Oliveira, jornalista muito atuante nas cobranças. Ela reconhece as atitudes do Tribunal, mas também cobra muito as nossas atitudes. O Luiz Antônio trabalhava com ela e hoje está no Caderno Cultura do Zero Hora. Ele disse uma das frases que nos deixou com mais vontade de continuar o projeto: “Não conheço outra instituição que dê um espaço como esse, aberto a profissionais de outras esferas, para opinar sobre a sua própria atividade.” Não há uma pauta. Quando fazemos o convite é simplesmente o convite à pessoa. Não existe uma pauta para ela. É Tribunal de Contas e Administração Pública. Nós não pautamos o que ele deve falar ou como ele deve falar. Essa foi a maior surpresa de todas essas participações. “Sobre o que eu vou falar?” Sobre o que quiser falar a respeito do Tribunal de Contas. Pretendemos fazer modificações no projeto. Talvez adotemos outra linha para aumentar as formas de conexão. Para dar vez aos outros colegas, agradeço o companheirismo de todos e a oportunidade que me foi concedida. Muito obrigado.

Coffee break

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Vamos prosseguir com a nossa programação. Vamos recompor a nossa mesa.

- Dr^a Paula Alexandra Nazareth, Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
- Exmo. Sr. Conselheiro Luís Sérgio Gadelha Vieira do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e Coordenador da ATRICON / IRB junto ao Promoex.
- Dr. Sérgio Cavalieri Filho, Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.



- Sr. Willams Brandão de Farias, Coordenador do Grupo de Educação Corporativa do Promoex.

- Sr. Lino Martins da Silva, Professor do Curso de Mestrado em Contabilidade Pública da UERJ.

Informamos que o certificado de participação no Encontro vai ser entregue no final do nosso evento ali no hall.

Em prosseguimento, convidamos agora a Adriana e a Juliana, representantes da Escola de Contas Conselheiro Alcides Dutra de Lima, do Tribunal de Contas do estado do Acre, que apresentarão o trabalho "Pós-Graduação *lato sensu* e MBA em Gestão Pública com ênfase em Controle Externo".

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Registramos a presença do nosso professor Lino Martins da Silva. Ele é nosso convidado ilustre, mas solicitou não vir para a mesa. Preferiu ficar sentado ali na plateia. Professor Lino, obrigada.



Juliana da Silva de Abreu Moreira (TCE-AC)

Agradeço a possibilidade de estar aqui nesse Encontro. É o primeiro Encontro da Educação Corporativa de que participamos, apesar de já estarmos trabalhando com Educação desde 2009. É um prazer muito grande estar aqui compartilhando com vocês a nossa experiência. Estamos vindo lá do Acre para registrar que 100% da Escola de Contas está presente aqui nesse Encontro. O nosso Presidente atual é o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro e o Diretor de nossa Escola é o Conselheiro Antônio Jorge Malheiro. O corpo técnico da Escola somos eu (Juliana) e Adriana. Somos analistas e estamos lotadas na Escola de Contas. Realizamos vários trabalhos de Educação junto aos jurisdicionados e ao próprio corpo técnico do Tribunal, porém uma das maiores experiências que tivemos, iniciada em 2009, foi esse MBA, que é uma Pós- Graduação *lato sensu*, estendida a todas as regionais do estado do Acre.

Qual a motivação que levou a esse projeto? Diante das análises feitas no material recebido – trabalhos técnicos e prestações de contas oriundos dos municípios –, identificamos algumas falhas, provavelmente em razão da falta de conhecimento dos jurisdicionados em relação ao que estavam fazendo. Assim, percebemos que eles necessitavam de um acompanhamento mais próximo, de uma formação e de uma capacitação. O Conselheiro Polanco, na época, em 2009, Diretor da Escola de Contas, teve a ideia de levar a todos os jurisdicio-

nados, tanto municipais como estaduais, uma capacitação na área de Gestão Pública. Então foi ele quem deu início a esse projeto, que no estado é pioneiro, foi ele quem idealizou essa Pós-Graduação. No entanto, nosso público-alvo eram os servidores, principalmente os do Tribunal de Contas. Os municípios, que era onde a gente encontrava a maior defasagem de conhecimento na área específica, e também os outros órgãos estaduais como o próprio Governo, a Assembleia Legislativa, o Judiciário, representavam uma demanda pequena. Cortamos as prefeituras e a demanda cresceu. Houve uma procura muito grande por vagas nesse curso.

Houve uma abrangência grande desse curso em todo o estado, incluindo pessoas com diversos níveis de conhecimento. Até então, eles eram oferecidos apenas a funcionários públicos com nível superior. No entanto, como curso de extensão abarcou também quase a totalidade das pessoas que queriam participar, tanto é que houve servidores apenas com o nível médio que fizeram esse curso e estão sendo certificados como curso de extensão. Esse curso foi possível em face de parcerias estabelecidas com as instituições do estado, uma vez que, como o corpo técnico da Escola é muito pequeno, não tínhamos como atender aos vinte e dois municípios do estado. O nosso estado é pequeno em relação a outros, temos só vinte e dois municípios, dos quais dezoito participaram. Atendemos também aos órgãos federais como a Universidade Federal do Acre, o Ministério Público, a Controladoria-Geral da União, a Receita Federal, ou seja, esse curso de Pós-Graduação se expandiu por todo o estado.

Qual era o nosso objetivo? Anotamos ali [referência ao slide projetado] nivelar, mas não era bem essa a palavra, o melhor seria disseminar esse conhecimento por onde achávamos necessário que as pessoas obtivessem esse conhecimento. Mesmo que não obtivessem a titulação de Pós-Graduação, mas que eles tivessem acesso a esse conhecimento, por isso abriu-se também para pessoas de nível médio. Temos o conteúdo programático, com uma carga horária de quatrocentos e noventa e oito horas. Ele teve início em agosto de 2009, finalizou em junho de 2010 por conta de alguns fatores que vocês verão mais adiante.

A metodologia utilizada foi a da educação a distância. As aulas aconteciam lá em Curitiba e eram transmitidas ao vivo para todos os municípios do estado simultaneamente. Era o sistema de teleaulas, telepresenciais. Como resultado, tivemos inscritos nesse curso cinco mil cento e quinze alunos, realmente uma quantidade de pessoas muito grande para apenas um curso. Do total de inscritos, a maior parte foi oriunda dos dezoito municípios. Havia turmas do estado, do âmbito do Executivo, e turmas do TCE, turmas menores distribuídas dentro do Tribunal de Contas. Como era um curso que podia ser feito como extensão, o número de desistências foi muito pouco. Contabilizamos apenas cinquenta pessoas que não quiseram nem receber a titulação de curso de extensão. Não quiseram mais fazer, pararam. Tivemos três mil duzentos e vinte e cinco pessoas que vão receber o certificado de participação nesse curso como de extensão e como Pós-

-Graduação MBA, mil quinhentos e quarenta pessoas vão ser diplomadas.

O nível de frequência foi bom. Tínhamos um sistema em que podíamos acompanhar a frequência do aluno lançada a cada aula. Quanto à avaliação, os participantes tinham que obter, no mínimo, nota sete para serem aprovados no curso, mas as avaliações foram ótimas, alcançando quase sempre resultados entre nove e dez. Foi de 90% o índice geral de resultados positivos da avaliação. O índice de aproveitamento para quem fez o curso como Pós-Graduação foi de 90% porque poucos que se inscreveram como Pós-Graduação deixaram de fazer o trabalho de conclusão. Desse modo, tivemos cerca de 30% de cinco mil pessoas que vão ser graduadas, vão ser certificadas como Pós-Graduação.

Aprendemos muito com esse projeto. Como era um projeto-piloto e a Escola tem um corpo técnico muito pequeno, o que nos fortaleceu foram as parcerias que montamos com as instituições estaduais, federais e municipais. Essas instituições ofereceram um local para a execução das aulas, entraram com a contrapartida do recurso. Parte desses recursos foi paga pelo Tribunal e parte foi paga pelas instituições. Coube ao aluno matriculado no curso pagar apenas um valor simbólico pela conclusão do trabalho. Como ponto positivo desse projeto que podemos assinalar está a abrangência aos municípios e à comunidade. Ele abrangeu a maioria dos municípios. Apenas quatro ficaram de fora por conta das dificuldades de acesso e por conta da transmissão das teleaulas. São municípios longínquos a que só se chega de barco ou de avião, o acesso é muito difícil. Eles começaram, mas não conseguiram concluir. Foi expressivo o número de pessoas que tiveram acesso a esse conteúdo como curso de extensão. Mesmo quem fez como curso de extensão, o importante para nós foi eles terem recebido esse conteúdo, esse conhecimento. O nosso objetivo maior era fazer com que esse conhecimento chegasse até eles.

A aceitação do projeto foi muito boa, principalmente pelas prefeituras que são pequenas, com recursos ínfimos e com dificuldades de infraestrutura. A demanda de solicitação de nova oferta desse curso é muito grande, muita gente liga perguntando se ele vai ser oferecido outra vez, se esse projeto vai ter continuidade. A metodologia de teleaulas que empregamos mostrou-se satisfatória. Consegue-se acompanhar a educação a distância, obrigando o participante a se esforçar para obter o grau sete na avaliação. Vimos que essa é uma metodologia que realmente dá certo, pela facilidade de chegar até a pessoas que não têm como se deslocar do seu município para fazer um curso fora, ele é atendido na sua própria localidade. Todavia, como tudo, o projeto tem seus pontos negativos. Por exemplo, a conexão da internet em alguns municípios é muito ruim. O nosso estado faz fronteira com o Peru e a Bolívia, há um município em que a internet vem do Peru. Então, ficava difícil receber o nosso sinal vindo de Curitiba. Esse município teve bastantes dificuldades. Existem municípios que, em determinadas épocas do ano, só se tem acesso de avião fretado, sendo que a pista nem sempre é acessível. A viagem de barco é muito demorada. Outros municípios são terras indígenas, necessitando de muita política para se ter aces-

so a eles. Outra dificuldade é o sistema em si que foi oferecido, porque ele tinha capacidade prevista para cento e cinquenta, duzentas pessoas. Assim, ele foi supersaturado com essas cinco mil e poucas pessoas acessando o sistema ao mesmo tempo. Acabou ocorrendo pane no sistema e a estrutura operacional de pessoas também foi uma dificuldade que encontramos. A estrutura de pessoas, apenas duas para dar conta de cinco mil e poucas pessoas, ficou muito difícil. Saímos do Tribunal às nove, dez horas da noite, trabalhamos até nos finais de semana para dar conta. No mais o projeto para nós foi uma experiência muito boa, e em cima desses pontos pretendemos melhorar. Já existe uma proposta de nova oferta do curso no mesmo sistema de teleaulas. Obrigada a todos.



Adriana Alzenir Alves Mendes (TCE-AC)

Queria aproveitar a oportunidade para fazer um agradecimento especial, na pessoa da Paula, à Escola de Contas do TCE-RJ, que nos proporcionou este evento que para nós foi brilhante, magnífico. A sua equipe é primorosa. Gostaria de destacar o nome da Sandra, da Regina, da

Flávia, o Presidente, os Conselheiros aqui presentes, reiterando que o evento foi sensacional. Muito obrigada e foi muito bom também rever os colegas.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Queria agradecer, antes de mais nada, a presença do nosso Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, professor Sérgio Cavalieri Filho, o que muito nos honra. Agradecer também a presença do nosso Conselheiro Luís Sérgio Gadelha, que tem sido incansável, acompanhando os nossos trabalhos e nos prestigiando. Ele é o Coordenador Nacional do Promoex, representante do IRB, da ATRICON. Uma salva de palmas para o nosso Conselheiro, que está nos apoiando nessa iniciativa. Agradecer ao nosso querido Willams Brandão, que todo mundo já conhece muito bem, o nosso Coordenador do Grupo de Educação Corporativa. É o grupo temático do Promoex que promove esse evento com apoio do Instituto Rui Barbosa e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Queria agradecer demais a presença dos nossos companheiros de mesa e também de todos que estão aqui. Registrar a presença do Subprocurador do nosso Tribunal de Contas, nosso colega William Maciel. Agradecer a presença do Conselheiro Sebastião Taveira, do TCE da Paraíba, o professor Lino, de quem já falamos e de todos que estão aqui. Agradecemos muito os elogios que vimos recebendo, mas esse trabalho é de toda

a equipe da Escola e do Tribunal de Contas. Esse trabalho só é possível porque nós trabalhamos em parceria, em rede. Também está aqui a nossa professora Valdez Fraga, que ontem nos brindou com uma palestra maravilhosa.

Queria registrar que, já que a nossa mesa é nova, o que está sendo apresentado hoje são experiências exitosas em Educação Corporativa realizadas em diversos Tribunais de Contas. Fizemos um concurso, uma chamada de trabalhos, e recebemos várias contribuições. Tínhamos espaço para apresentação de apenas duas experiências, as vencedoras, não por um julgamento de valor, mas em função de critérios objetivos que instituímos. Foi montada uma comissão para avaliação dos trabalhos enviados. Esses critérios incluíam inovação, abrangência, estabelecimento de parcerias, recursos visuais, integração de mídias, formato pedagógico, sustentabilidade e continuidade, participação, organização. Levando em conta esses critérios, a experiência vencedora foi a do TCE do Ceará que tratou do Controle Social, já apresentada mais cedo. O segundo lugar ficou com o TCE da Bahia que já nos brindou também com a sua apresentação sobre a experiência de Pós-Graduação. No entanto, diante da riqueza das demais experiências, abrimos o tempo para que cada Escola pudesse apresentar, concisamente, a sua experiência. Acabamos de assistir a essa experiência que nos emocionou bastante, realizada pela maravilhosa equipe do Acre. Ficamos muito impressionados. É uma equipe quantitativamente pequena, mas que faz um grande trabalho. Estão de parabéns as colegas. Como duas pessoas conseguiram fazer um trabalho dessa abrangência e não iríamos ter a oportunidade de conhecer essa experiência? Então, foi ótimo abrimos esse espaço para que todos possam se apresentar.

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Vamos convidar agora a representante da Escola de Contas e Capacitação Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas de Minas Gerais para apresentar o trabalho “Encontro Técnico do Tribunal de Contas de Minas Gerais e os Municípios”.



Marília Souza Diniz Alvez (TCE-MG)

Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui hoje apresentando esse trabalho do nosso Tribunal, principalmente à Paula, por nos ter concedido esse tempo.

Gostaria de falar um pouco sobre esse programa. Na verdade, é um programa

parecido com os desenvolvidos por vários outros Tribunais, principalmente o de vocês. A diferença é que temos oitocentos e cinquenta e três municípios. Em razão disso, temos que dar um formato um pouco mais arrojado ao programa. Ele começou, na verdade, no ano passado, instituído pela Resolução nº 3 de 2010, ainda na Presidência do Conselheiro Wanderley Ávila. O Conselheiro Carlos Antonio Andrada, quando assumiu a presidência, percebeu a importância de investir nas ações de capacitação para disseminar o conhecimento. Resolveu continuar num formato um pouco diferenciado do programa, mas ainda dando continuidade. No ano passado, trabalhamos com licitações e contratos. Conseguimos dividir o estado de Minas Gerais em oito regiões. Os municípios inscreviam-se na região a que estavam vinculados com no mínimo dois representantes por município, sendo uma vaga para a Prefeitura e outra para a Câmara.

Fazemos um trabalho prévio: uma equipe técnica seleciona o tema, define o público-alvo e o número de vagas. Preparamos os instrutores, inclusive com curso de oratória. Todos os instrutores são do Tribunal, os professores, os palestrantes. Elaboramos todo o material didático. Como parte do material didático, fazemos uma revista especial também. No ano passado, foi a Lei 8.666/93 comentada com a jurisprudência do Tribunal. A deste ano trata da "Gestão responsável em final de mandato".

Cuidamos também de toda a logística. Visitamos as cidades para verificar se elas realmente têm a estrutura necessária para um evento dessa magnitude e depois formalizamos um convênio com as cidades para justificar os gastos com o evento.

As inscrições são todas controladas pelo CNPJ, são vinculadas e o sistema fecha. O Presidente faz questão de comparecer a todos os eventos. Ele faz a abertura, faz uma palestra institucional, abre um tempo para as pessoas tirarem dúvidas, depois concede uma coletiva com todas as pessoas que tiverem interesse de fazer alguma pergunta. Ele é muito aberto, muito técnico e um bom professor. Depois desse momento institucional, começam as palestras. Este ano tivemos a grande oportunidade de contar com a parceria do TCU e da CGU. Então, em todos os eventos vai um representante de cada um desses órgãos: um fala sobre controle interno e outro fala sobre convênios. Abre-se um tempo para responder às perguntas. Todos fazem questão de participar.

Na avaliação do módulo do ano passado, consideramos dois mil cento e treze capacitados, somente jurisdicionados, embora várias outras pessoas tenham participado também do evento. Como o programa é o TCE e os jurisdicionados, resolvemos tabular somente os jurisdicionados. No ano passado, conseguimos que representantes de quinhentos e quarenta e cinco municípios estivessem presentes aos eventos.

O evento deste ano ainda está em curso. Na semana passada eu estava em Pouso Alegre, na próxima estarei em Ubá. Se vocês quiserem acessar o site do Tribunal, a revista do evento já está disponibilizada. Ela já traz o início com

uma entrevista da professora Selene Peres Nunes, que esteve na abertura do evento em Belo Horizonte. Depois temos uma coletânea de artigos doutrinários e uma coletânea de jurisprudência do Tribunal sobre a matéria.

A escolha do tema “Gestão responsável em final de mandato” se deu justamente porque o ano que vem será um ano eleitoral e gostaríamos que as pessoas já começassem a pensar naqueles problemas que vão ter e agir preventivamente em relação a isso. Estamos aproveitando também esse formato reduzido do ano passado para apresentar o SICOM. O SICOM foi o Sistema de Prestação de Contas Municipais e representa uma mudança de paradigma do Tribunal. Não poderíamos, de forma alguma, ter essa mudança de paradigma se não contássemos com a ajuda do Tribunal de Contas de Goiás. Foram eles que conseguiram trazer esse sistema para nós. Fizemos algumas adaptações para Minas e agora vamos ter uma série de capacitações em setembro. Vão ser mais de dez dias de curso com representantes dos oitocentos e cinquenta e três municípios inscritos treinando nos laboratórios de Informática do Tribunal em como manusear esse sistema, como vai funcionar a importação de dados do sistema para a prestação de contas que eles têm lá para transportar para o nosso sistema. Então, são basicamente essas as informações. Se houver alguma dúvida, algum interesse no programa, estamos disponíveis.

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Convidamos agora a Escola de Contas Públicas, do Tribunal de Contas de São Paulo, que apresentará o trabalho “Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas”.



Silvana de Rose (TCE-SP)

Muito bom dia a todos. Inicialmente quero, na pessoa do Dr Luís Gadelha, agradecer a toda esta recepção, parabenizar os responsáveis por esse evento e, em especial, agradecer ao Conselheiro Jonas Lopes, porque quem está neste meio sabe que conseguir que o Conselheiro nos apoie é um grande voto de confiança. Sediar o evento, emprestar

a Casa para todos nós e nós viemos, com todo o entusiasmo, na certeza de que a união de nossas escolas tem sido uma experiência gratificante. Todos estão buscando a aproximação, especialmente com os jurisdicionados, estamos melhorando a nossa capacitação para termos toda a informação de que precisamos. Vim trazer um exemplo do trabalho da nossa Escola de Contas e vou, em

alguns momentos, plagiar vários colegas como no caso do Acre. Eles estão com todo o pessoal aqui e nós aqui com duas colegas, cuja parceria aproveito para agradecer. Rosângela do Carmo Lidi, estamos aqui com um terço da Escola. Sabemos que isso realmente ainda é um grupo temático que tem que crescer bastante e para isso esperamos unir forças com vocês.

○ que trouxemos aqui é um exemplo do programa de especialização, uma Pós-Graduação *lato sensu* que estamos realizando.

Nosso curso, de Gestão de Políticas Públicas, é uma parceria do Tribunal de Contas com a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – USP –, com a participação da FUSP, que é a Fundação de apoio àquela Universidade. Por meio da Fundação é que foram celebrados os contratos para a realização dessa Pós-Graduação. Há uma equipe envolvida, constituída de vinte professores, doutores, mestres e especialistas da Universidade de São Paulo, que dispensam comentários quanto ao domínio do conhecimento em suas respectivas áreas de atuação.

Como esse contrato foi possível? Com o Tribunal acreditando no projeto. Cabe um crédito ao Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, que aprovou a ideia e reservou os recursos necessários no final de 2008. A luta é árdua. Demorou mais de um ano para que conseguíssemos materializar o projeto. Foi na presidência do Conselheiro Fúlvio Julião Biazzi que o curso teve início, já no segundo semestre de 2010. Eram sessenta servidores e no momento estamos com cinquenta e nove. O pagamento destes cinquenta e nove servidores custeia outros colegas, cerca de 50%. O curso acabou ficando bem barato por ser ministrado pela Universidade de São Paulo, num total de quatrocentas horas. A mensalidade está em R\$ 330,00 por aluno. São quinze mensalidades.

A meta essencial do programa era capacitar o corpo técnico do Tribunal. Nosso trabalho sempre foi muito regular, em cumprimento às regras constitucionais, mas a essência desse programa era criar massa crítica em nossos servidores para que pudéssemos dar efetivamente o salto para a nossa auditoria e fiscalização dos resultados das gestões. Por isso, precisávamos conhecer gestão em políticas públicas, conhecer de fato políticas públicas para que viéssemos a melhorar nossas análises de resultados e saber aonde as administrações efetivamente precisam chegar. Nesse sentido, a grade foi cuidadosamente elaborada, para atingirmos nossos objetivos.

○ nosso propósito é permitir aos estudantes um amplo entendimento das atividades da administração pública, instrumentalizá-los para o melhor desenvolvimento das suas atividades, estimular que estabeleçam e potencializem as interações com seus pares, os diversos públicos envolvidos com o Tribunal, e trazer aos funcionários da Casa o debate acadêmico e político em torno de questões centrais relativas à atuação do tribunal.

○ curso tem a carga horária de quatrocentas horas/aula. Temos cinquenta e nove participantes, o que julgamos um dado bastante positivo. Eram sessenta servidores inscritos e apenas um, por motivo de força maior, precisou

desistir. Estamos no terceiro e último semestre do curso. É oportuno ressaltar o perfil desses alunos. Dos cinquenta e nove, 76% são agentes da fiscalização financeira. Essa é a nomenclatura adotada para o pessoal que atua diretamente na fiscalização de campo. Eles são os primeiros fotógrafos, os que estão mais próximos dos jurisdicionados e agora vão estar cada vez mais qualificados para avaliar as políticas públicas. Temos 23% de assessores técnicos e ainda os auxiliares da fiscalização financeira. A média de idade dos participantes é de quarenta e três anos.

O formato do curso são aulas presenciais, ministradas na nossa Escola de Contas, às segundas e quartas-feiras após o expediente. Também usamos o Moodle, nosso ambiente de ensino a distância para manter todo o acervo das aulas.

Embora a realização do curso tivesse sido aprovada no final de 2008, só em 2010 conseguimos efetivá-lo. Agradecemos ao empenho da Rosângela, que foi a pessoa encarregada de, no prazo de quarenta e cinco dias, dar conta do edital, do processo seletivo, das entrevistas, matrículas, contratos e instrumentos particulares. Só depois de cumpridas todas essas etapas foi possível colocar o curso em funcionamento.

O conteúdo das disciplinas será disponibilizado para que todos tomem conhecimento. Foram cento e oito horas já realizadas no segundo semestre de 2010 e cento e quarenta e oito horas no primeiro semestre de 2011. Agora estamos no terceiro semestre e último. No início demos grande destaque os anteprojetos dos temas do trabalho de conclusão que vai ser apresentado por cada um dos participantes. Isso nos dá grande esperança para que possamos replicar um outro modelo. Estamos em dívida com os nossos colegas das unidades regionais porque o Tribunal de Contas está realizando esse curso de forma presencial na sede. Temos dezoito unidades regionais espalhadas pelo estado e, por conta de não afetarmos o expediente, assim regrou o edital, não podia fazer compensação de horas. Temos o compromisso de lutar pela repetição do curso de uma outra maneira, semipresencial. Nosso objetivo é abranger o pessoal das regionais. Esperamos que os trabalhos de conclusão de curso venham a ser produzidos e compartilhados com todos os colegas. Os temas são muito importantes. Vou destacar alguns: gestão de políticas públicas como ferramentas de realização do princípio de eficiência e o papel do Tribunal; auditoria operacional; reformas gerenciais aplicadas aos municípios desenvolvendo a governança nas administrações municipais para o exercício pleno da autonomia constitucional; evasão de receita na saúde e o papel do Tribunal de Contas; gastos do Estado com pacientes de planos de saúde; a transparência como ferramenta da sociedade para fiscalizar o Estado; relatório gerencial, instrumento para auxiliar na gestão pública; repasses públicos ao terceiro setor; modelo de maturidade em tecnologia da informação aplicado aos órgãos públicos; enfim, é um grande conjunto de trabalhos que esperamos venham a colaborar bastante para a consecução de nosso objetivo que

é a auditoria de resultados e a transparência, a fim de que possam ser criados mecanismos cada vez mais efetivos para o controle social.

Ainda posso mencionar aqui outros temas: políticas públicas de governo eletrônico; gestão de serviços públicos pelo terceiro setor; novos desafios de fiscalização; enfim, a lista é muito grande porque são sessenta trabalhos. Os trabalhos de conclusão são realmente a maior relevância do projeto com vistas à avaliação positiva dos próprios alunos, e para que tenhamos outras versões do curso.

Queria aproveitar os últimos minutos para dizer que esse é um projeto de Pós-Graduação destacado. Desde 2006, temos uma resolução que proporciona concessão de bolsas. É um programa de auxílio-bolsa de estudos para cursos de Graduação, Pós-Graduação e também para cursos de curta duração. Não sei como ocorre em outros Tribunais, mas no nosso temos uma presidência a cada ano, o que dificulta um pouco o trabalho da Escola de Contas. Quando o novo Presidente vai reconhecer o nosso trabalho já está quase no meio do ano. O Presidente de um ano fixa as vagas para o ano seguinte, no ano seguinte temos o processo seletivo para os cursos de graduação, pós e curta duração. Para cursos de Graduação já começam a sobrar vagas. Para esse caso, temos na resolução a possibilidade de remanejamento de vagas, são dispositivos que nos ajudam. São Paulo é uma megalópole, é muita gente. São três mil e quinhentos órgãos para fiscalizar, então tem que haver regras para investir e segurar o profissional capacitado no órgão. Temos a questão do tempo de permanência. O funcionário precisa permanecer, depois de terminado o curso, um certo tempo no órgão para não ser obrigado a restituir o valor que o Tribunal investiu nele, no caso de o programa de bolsa custear 100% do curso. Existe um limite, não dá para custear todos. Coloco à disposição a página da nossa Escola de Contas: www.tce.sp.gov.br/ecp, que mostra o nosso programa de auxílio-bolsa e a nossa Pós-Graduação. Quero registrar para as colegas do Acre e do Piauí que o Conselheiro-Representante Ronald e o Conselheiro Kennedy estiveram recentemente na nossa Escola e conversaram com os professores da USP. Esperamos que isso possa dar frutos nesses estados e em outros também. Ficamos à disposição para essas informações.

Finalmente, agradeço pela paciência e pela oportunidade de estar aqui apresentando o nosso trabalho, que nada tem de melhor ou diferente, mas é um prazer poder partilhar com vocês. Quero dizer, ainda, que no intervalo conversamos com o Willams, que é nosso Coordenador do Grupo de Educação Corporativa, a quem fizemos um pedido especial. Gostaríamos de rever a data desse evento porque há nove anos realizamos nesse período uma Semana Jurídica e, por isso, só consigo estar presente no último dia. Então, se fosse possível rever eu ia agradecer bastante. Muito obrigada e um bom dia para todos.

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Convoco para nossa mesa o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Olavo Rabelo de Carvalho Filho. Passo agora palavra à Dr^a Paula Alexandra, Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para a apresentação do trabalho dos companheiros aqui do Rio.

Paula Alexandra Nazareth (TCE-RJ)

Dissemos no início de nossa jornada de hoje que iríamos nos alongar para que fosse dada a oportunidade de apresentação dos demais trabalhos. Ouvimos hoje aqui experiências bastante ricas, importantíssimas, que mereciam ser compartilhadas. Só que quando falamos com os responsáveis das Escolas que abrimos mão do nosso tempo, os colegas nos pediram que não o fizéssemos e não deixássemos de também apresentar nossa experiência, que é uma experiência de implantação do nosso curso de Pós-Graduação.

Por isso, vou convidar os nossos coordenadores para procedermos à apresentação. Antes, no entanto, queria fazer um agradecimento. Já venho agradecendo à nossa equipe, que apresentei ontem na Escola lá em Niterói. Hoje tenho aqui a lacy, que é a Coordenadora da nossa Biblioteca do Tribunal. Além da lacy, compõem a equipe da Biblioteca o Marcelo, o Francisco, a Lurdinha, o Luiz. Todos eles nos ajudam muito, nos dão força, fazem parte também da estrutura da Escola. Agradeço a todos e também agradeço, fundamentalmente, à Presidência do Tribunal na pessoa do nosso Conselheiro Jonas Lopes. Sem o seu apoio, o seu incentivo, esse evento não estaria acontecendo. Foi fundamental, assim como o apoio do Instituto Rui Barbosa, que é co-patrocinador do evento, o Grupo de Educação Corporativa, a Célia Abend, que é a nossa Coordenadora de Comunicação Social, e toda sua equipe. Estão ali o Marco Antônio, a Vera, o Jorge. Um carinho muito especial para a Inês, que é a nossa programadora visual, que fez esse cartaz lindo, maravilhoso. Ela é designer, é nossa parceira, merece uma salva de palmas. Quero agradecer também à Vera Rangel, Chefe da Secretaria da Presidência, que está nos ajudando, nos dando muita força, e toda a equipe, a Lúcia, a Ana Caetano, a Raquel, a Moira, todo o pessoal da Secretaria da Presidência e a Ana Helena, a Chefe de Gabinete do Presidente, que também nos ajudou com tudo, com os ofícios, com os convites, que nos deu muita força. Agradeço aos colegas das outras escolas, que estão aqui nos prestigiando.

Agora então vou chamar a Rosa Maria Chaise, que é a nossa Coordenadora de Estudos e Pesquisas, e o Sergio Bahiense Colão, que é o nosso Coordenador Acadêmico, para que venham falar rapidamente sobre o nosso programa de implantação do curso de Pós-Graduação. Depois vamos ter os debates.



Rosa Maria Chaise (TCE-RJ)

Queria conversar com vocês sobre a importância que a Pós-Graduação tem para a Escola de Contas e Gestão, o papel que ela desempenha na geração e disseminação do conhecimento.

O curso de Pós-Graduação tem como objetivo fazer o aluno pensar e pensar bem. Isso não significa pensar muito, mas a qualidade desse pensar, tornar-se um sujeito crítico, autor da sua própria história, e que ele possa tomar decisões, que ele possa resolver os problemas de forma a gerar melhores resultados. Assim, pretendemos desenvolver no aluno a capacidade de criar um conhecimento autônomo. Por que autônomo? Porque ele revela a singularidade do universo de cada um; um conhecimento criativo, porque ele precisa buscar novas soluções, ele precisa olhar e trazer uma nova prática, e ele precisa ser reconstrutivo. Vou reproduzir as palavras do professor Pedro Demo: “o conhecimento é transitório, é provisório, ele se reconstrói, se reconstitui o tempo todo”. Precisamos ajudar os nossos colegas, os nossos alunos, a se prepararem para o imprevisível, o inesperado e isso só é possível se eles tiverem a capacidade de pensar rapidamente, de trazer uma nova postura. Então estamos, na Pós-Graduação, trazendo uma qualidade do pensar, uma qualidade que vai gerar um conhecimento, que vai nos tornar o que nós desejamos, uma Escola de referência na Administração Pública.

A respeito do histórico do nosso curso de Pós-Graduação, peço que os colegas interessados entrem em contato com o Coordenador Acadêmico, que vai poder passar para vocês informações legais, jurídicas. Mas esse curso não aconteceu da noite para o dia. A Escola de Contas e Gestão, desde que foi criada, incentivou maciçamente a formação do seu corpo docente. Inicialmente fizemos um convênio com a FGV. Aprendemos muito, formamos duas turmas de especialização em Gestão Pública no curso “CIPAD”, e uma turma de Mestrado em Administração Pública. Em convênio com a PUC, fizemos uma turma de especialização em Auditoria de Obras Públicas e Direito Fiscal. Como veem, a Pós-Graduação foi um processo de amadurecimento, pelo qual alguns de vocês também devem estar passando. A Pós-Graduação hoje para nós, sem dúvida nenhuma, é o nosso grande desafio. Não vou dizer que é a nossa menina dos olhos porque é uma menina que já é adolescente, mas ela nos envolve de uma tal forma que todo o nosso direcionamento é na busca de um conhecimento que possa nos trazer melhores resultados. Somos uma Escola, é a nossa coluna vertebral, o nosso projeto político-pedagógico. Isso significa dizer quem somos, como fazemos e por que fazemos, o que se revela na qualidade de ensino dos nossos professores. O nosso professor, usando



as palavras da professora Valderez, da professora Sylvia Vergara, da professora Thereza Penna Firme, ontem, é um *steakholder*, é um elo fundamental na nossa cadeia produtiva da aprendizagem. Então ele, professor, exige de nós um olhar atento e permanente, e um trabalho focalizado.

Queria dizer ainda, para vocês, que temos um acompanhamento pedagógico que é feito para esse corpo de professores da Pós-Graduação, que também nos ensina através da sua experiência com o aluno e com a experiência do colega. Estamos claramente num processo de aprendizagem. Nós nos reunimos com esses professores mensalmente, quando discutimos a experiência que ele teve em sala de aula, a metodologia de trabalho que ele usou e, por que não dizer, os medos de enfrentamento a esse desafio pelo qual eles também passam. Esse suporte pedagógico, a cada dia que passa, nos dá a certeza do fortalecimento de uma equipe, porque, como a professora Sylvia Vergara falou, não somos um grupo de professores de Pós-Graduação; hoje, somos uma equipe que trabalha com a Pós-Graduação.

Quero passar agora a palavra para o meu colega Colão, que vai detalhar um pouco mais para vocês o nosso curso de Pós-Graduação.



Sergio Bahiense Colão (TCE-RJ)

Boa tarde colegas, boa-tarde Srs. Conselheiros, Sr. Procurador, Paula Nazareth. A Escola de Contas e Gestão começou como um centro de capacitação garantido pelo Instituto Serzedello Corrêa. Nessa época eram ministrados apenas cursos de capacitação. Eram cursos de formação através de convênios. Em

um determinado momento, houve a necessidade de se aumentar os cursos de capacitação e de formação. E com isso o Instituto Serzedello Corrêa se transformou na Escola de Contas e Gestão. Ela passou a ser uma unidade orçamentária autônoma, com CNPJ próprio, lotação própria e receita própria, podendo custear os cursos.

Em outro momento verificou-se também que esses cursos de formação realizados através de convênio nem sempre atendiam as nossas necessidades. Os cursos de formação eram especializações. Foi, então, desenvolvido um projeto visando credenciar a Escola, para que ela pudesse administrar os seus cursos de Pós-Graduação. Para isso foram cumpridos inicialmente alguns requisitos do MEC. Precisava-se ter um número "x" de mestres e doutores no corpo docente, equivalente a 50% do total de professores. Os outros teriam que ser especialistas. O curso teria que ter no mínimo trezentos e sessenta horas, um local próprio, na época do credenciamento, onde seriam ministrados os cursos. Com base nisso, foram feitos investimentos maciços, como a Rosa falou

e a Escola formou com a Fundação Getúlio Vargas, trinta mestres, depois foram formados três mestres pela UNESA e cento e vinte e cinco especialistas. Desses cento e vinte e cinco especialistas, setenta são oriundos de cursos de especialização formados pela Fundação Getúlio Vargas.

Depois desse instrumental todo montado, ou seja, dos mestres formados e do local preparado, passamos à elaboração do projeto político-pedagógico. Fomos credenciados no MEC para ministrar dois cursos de especialização. Um curso de especialização em Gestão Pública e Controle Externo e outro de especialização em Gestão Pública Municipal. O curso de Gestão Pública e Controle Externo é voltado exclusivamente para os servidores da Casa. Como ele é voltado somente para os servidores da Casa, a ênfase recai sobre Gerenciamento e Auditoria e Controle Externo. O de Gestão Pública Municipal é voltado para os servidores jurisdicionados da área municipal, exclusivamente municipal. A ênfase desse curso é Gestão Pública e Controle Interno. É interessante entender que o processo de seleção, com base em edital amplamente divulgado, se realizou por meio de provas, inclusive de Português, e entrevista. A seleção para o curso de Gestão Pública Municipal foi feita por áreas. O estado do Rio de Janeiro foi dividido em cinco áreas, com um certo número de vagas para cada uma. O curso de Gestão Pública e Controle Externo conta hoje com dezessete colegas nossos inscritos. Ele começou em setembro do ano passado e a previsão é de acabar em outubro deste ano. O curso de Gestão Pública Municipal começou em dezembro do ano passado e vai acabar em dezembro deste ano. Tivemos mais de inscritos e preenchidas trinta e cinco vagas. Os cursos de Pós-Graduação são estruturados em quatro módulos distintos, contendo cada um deles dezessete disciplinas. O importante disso que estou comentando é que o módulo I é o módulo genérico, que tem como finalidade nivelar conhecimentos, tanto dos nossos colegas quanto dos servidores públicos municipais. Constatamos uma disparidade muito grande de conhecimentos, então o objetivo do primeiro módulo com quatro disciplinas é migrar esse conhecimento, preparando para os outros módulos. O módulo final também é comum, relativo à Metodologia da Pesquisa e do Ensino. Também uma característica decidida foi que a metodologia de pesquisa fosse dividida ao longo do curso, porque nas pós-graduações, de um modo geral, a matéria é deixada para o final, o que é um equívoco, uma vez que o aluno tem que começar a entender o que tem que pesquisar desde o início do curso. Por isso, as aulas de Metodologia da Pesquisa e do Ensino foram distribuídas ao longo do curso, com um arremate no final.

O nosso curso tem quatrocentas e oito horas/aula. Uma outra questão abordada aqui a todo instante foi o horário do curso. O nosso curso foi ministrado de quinze em quinze dias e a ideia é que o aluno entre com um dia dele, o sábado, e o Tribunal, em contrapartida, entra com a sexta-feira. Entendemos que é uma maneira também de tornar mais humano o curso, além de ser mais produtivo.

Como a Rosa já falou, também tivemos reuniões mensais com o corpo

docente, para discussão de assuntos administrativos e acadêmicos. Os assuntos administrativos são sempre os mesmos: entrega de material, assinatura de pauta, pontualidade, presença. Com relação aos assuntos acadêmicos, dois se destacam. Primeiro, o trabalho de conclusão do curso. Com base nisso, criamos o chamado Estatuto da Orientação. Esse Estatuto da Orientação é importante porque muitos têm medos e um dos medos era orientar. Então definimos ali quais seriam as regras, entre as quais se destaca que cada orientador só pode ter três orientandos, que haveria uma defesa oral e que a figura do orientador não seria obrigatória, mas que o trabalho seria revisto pela Coordenadoria Acadêmica e pela Assessoria Pedagógica. A seguir, graças à experiência empírica dos nossos colegas docentes, chegou-se à conclusão acerca da inclusão de duas disciplinas, de Tópicos Especiais, uma espécie de disciplina coringa, em que se procuraria atualizar o curso. Em Tópicos Especiais há uma diferença de orientação, que é para remunerar o orientador.

O último tópico diz respeito a determinados critérios. Basicamente seguimos a linha do TCE da Bahia, mas nós só tratamos de Pós-Graduação. A principal diferença do que foi apresentado, com relação a eles, é o seguinte: o valor é 70%, mas nós reembolsamos; se for insuficiente, tem previsão de 30% da contrapartida, ou seja, é 100%, se ele comprovar que não pode arcar com os custos, e tem um termo de compromisso. Nele, o servidor se obriga a participar de atividades acadêmicas pelo tempo do curso, ou seja, se o curso for de um ano, durante um ano ele tem que dar aula na Escola de Contas. Obrigado.



DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES - GEC

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Ouviremos agora o Coordenador do Grupo de Educação Corporativa do Promoex, o Sr. Willams Brandão de Farias, para a definição das diretrizes do Grupo de Educação Corporativa Promoex.

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Devido ao adiantado da hora, vamos trabalhar apenas na questão da definição de alguns informes, sem necessidade de grandes complementações.

O primeiro informe é relativo à questão da composição das nove células. Queria ver se a gente conseguia exibi-las [referência a slides]. Tínhamos como tarefa definir o líder e o suplente para cada célula. Para adiantar, vou fazer a leitura dos titulares de cada uma dessas células. No caso da célula do Centro-Oeste, a liderança ficou com a Serley, do TCE do Mato Grosso do Sul. A célula dois ficou sob a liderança da Dagmar. Os Tribunais que a compõem são o TCE-MT, TCE-MS, TCE-GO, TCM-GO e TC-DF. Na célula dois, que é o Nordeste, TCE-MA, TCE-PI, TCE-CE e TCM-CE. A liderança ficou com TCM do Ceará, com Sandra Valéria, que, na verdade, permaneceu. A célula três, que envolve TCE-RN, TCE-PB e TCE-PE, a liderança ficou com a Janete, do TCE-PE. A célula quatro envolve Alagoas, Sergipe e Bahia, ficou com a liderança de Sergipe, Laura. A célula cinco, do Norte, compreendendo Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima, ficou sob a liderança de Rondônia, permanecendo, na verdade, com Davi. A célula seis, que envolve Pará (lá tem dois, TCE e TCM) Amapá e Tocantins, a liderança ficou com Tocantins, permanecendo, no caso, com a Dagmar. O Sudeste envolve o TCE-SP, TCM-SP, TCE-MG, TCE-ES, são seis Tribunais nessa célula. Não temos uma definição final com relação à liderança e à suplência nessa célula, mas tínhamos estabelecido em princípio que permaneceria a Paula como a líder dessa célula. A surpresa deveria ser ainda negociada, vamos ter uma negociação posterior. No caso do Sul, célula que envolve TCE-RS, Santa Catarina e Paraná, a liderança ficou com a Joseane. E a célula nove, que é a célula *hors-concours*, ou seja, ela não disputa com ninguém, ficou com o próprio Adriano que não está mais presente aqui, mas a liderança é do Adriano, do TCU. Esclareço que os nove líderes que relacionei passam a ter assento no GEC a partir do ano que vem. A eleição é aqui e agora, mas a posse efetiva vai se dar depois, ou seja, permanecem as lideranças atuais nessas células e a mudança formal se dará a partir de janeiro do ano que vem. Vamos ter um longo período de transição até a posse.

Esse era o informe que eu queria dar sobre a questão da nova representação. Uma outra questão é a questão da nova coordenação. Por razões diversas, não tenho condições de continuar assumindo a função. Precisamos de renovação. Assim, queria neste momento consultar a plateia, perguntando se

há alguém com interesse e disponibilidade para assumir a tarefa, ou se alguém lançaria a candidatura de algum colega.

Podemos entender que é aclamação? Então parabeno a nova Coordenadora, a partir de 2012, Joseane. Essa seria a segunda questão, a questão de definir os líderes e a coordenação.

Outra questão, já antecipada pela Marília, do TCE de Minas Gerais, diz respeito a quem vai sediar o próximo evento. Queria, por justiça do processo, pedir licença à Paula para conceder três minutos para cada um dos postulantes a sediar o evento: Marília, Cléo, Delano. Peço a ajuda na cronometragem dos três minutos para cada um deles.

Delano Carneiro da Cunha Câmara (TCE-PI)

O Conselheiro está aqui dizendo que realmente competir com Minas e com o Paraná é muito difícil. Não sei se a regra permite a possibilidade de ficar amarrado já a 2013. Por que no Piauí? O Piauí é sempre um excelente anfitrião. Quem já foi ao Piauí conhece como é.

O segundo ponto é que estamos inaugurando a nossa nova estrutura da Escola de Contas. Temos uma série de experiências que nunca colocamos em eventos. São experiências não só para mostrar em slides ou fotos, mas ao vivo. Queremos mostrar a vocês que também temos nosso programa de Pós-Graduação, o programa do aluno da Universidade dentro do Tribunal. Queremos mostrar toda essa experiência.

Uma outra razão é que estamos no Nordeste e tradicionalmente os eventos são levados para o Sul. Então estaria mais próximo dos nordestinos, mais próximo do Ceará, mais próximo do Maranhão, mais próximo de toda a região Norte, do Amazonas. Morei dez anos em Manaus e constatei que aquela região normalmente tem uma dificuldade muito grande, sair lá do extremo norte para descer para o extremo sul. Estamos mais no centro. Na época do evento, em agosto, temos lá um calorzinho que não é aquele calor do mês de dezembro, mas também não é aquele frio extremo, então temos condições climáticas, boa rede hoteleira e tudo mais. Muito obrigado.

Marília Souza Diniz Alvez (TCE-MG)

É difícil continuar competindo, mas sei que vocês todos entendem que preciso tentar. Foi uma missão de que o nosso Presidente me incumbiu: vir aqui, pedir e sair com a candidatura. Não vamos falar que o nosso diferencial vai ser também uma sede nova. Sim, vamos ter a sede nova agora, estamos em obras, mas já percebi que meus concorrentes também terão uma sede nova. Então, por enquanto, estamos empatados.

Mas Minas seria o meio termo entre os dois e, pensando filosoficamen-

te, a virtude está entre o excesso e a falta. Se formos para lá vamos ter um calor, uma praia maravilhosa e indo para baixo também, mas em Minas teremos o meio termo. Acho que vamos conseguir o equilíbrio. Vamos recepcionar todos vocês muito bem, no mês que vocês quiserem. Todos serão muito bem-vindos. Somos muito receptivos, vamos montar uma estrutura completa para vocês, prometo que faço a programação de todos os turnos. Faremos passeios turísticos e, principalmente, vamos ter um enfoque excelente nos trabalhos, com vários resultados produtivos. Entendo perfeitamente a Cléo, o envolvimento dela nesse trabalho de muitos anos, mas justamente por isso acho que deve ser em Minas, onde ela já teve tantas oportunidades de se envolver. Muito obrigada.

Cleonice Gomes de Lima (TCE-PR)

É complicado, mas vou apresentar algumas razões pelas quais queremos sediar o próximo evento. Em 2005 comecei a estruturar a criação da Escola no Tribunal de Contas, concretizada em 2008. Foi uma luta muito grande para conseguirmos isso, porque na época não havia essa visão da Educação. Em 2008 criamos a Escola e temos trabalhado bastante para que ela seja efetiva. Temos conseguido uma média de capacitação de dez mil pessoas/ano, com uma equipe bastante reduzida. Temos nos esforçado bastante para que isso aconteça. Recebemos do presidente um apoio diferenciado para o fortalecimento da Escola, inclusive na criação de estúdios. No ano que vem, não vamos inaugurar sede, não estamos ainda neste ponto, não conquistamos tanto assim, mas com certeza no ano que vem, para mim, no momento Coordenadora até 2012, seria a coroação desse trabalho que temos buscado desde então. Em 2013 não posso me comprometer, até o final de 2012 com certeza. Acredito que todos os Tribunais vão recepcioná-los muito bem, como fomos recebidos aqui. Em outro lugar não seria diferente. Como não iria recepcionar bem meus colegas? Curitiba faz frio sim, é a capital mais fria, mas existem maneiras muito boas de curtir o frio. Garanto que vocês serão bem felizes.

NESSE MOMENTO ACONTECEU A ELEIÇÃO DA CIDADE QUE SEDIARIA A III EDUCORP, EM 2012. A ELEIÇÃO FOI FEITA ATRAVÉS DE VOTAÇÃO PELO LEVANTAMENTO DAS MÃOS DOS PARTICIPANTES. O RESULTADO DA VOTAÇÃO FOI: 8 PIAUÍ, 12 MINAS E 23 PARANÁ.

Willams Brandão de Farias (TCE-PE)

Então, parablenzo quem vai coordenar os trabalhos e quem vai sediar o próximo evento. Quería anunciar também que Santa Catarina vai promover, no ano que vem, o Bibliocontas, que é uma atividade relacionada às bibliotecas. Muitas escolas administram bibliotecas, possuem bibliotecas na sua estrutura,



então haverá um encontro denominado Bibliocontas. Além disso, também teremos o encerramento do curso de Design Instrucional. O encontro presencial de encerramento será realizado em Santa Catarina, em Florianópolis, possivelmente na última semana de novembro ou primeira de dezembro. Agradeço a todos a participação e vamos dar andamento ao processo.

Mestre de Cerimônias – Mário Belizário

Muito obrigado, Willams Brandão. Já estamos chegando ao final. Gostaríamos de ouvir agora a palavra do Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Cavalieri Filho.





ENCERRAMENTO



Sérgio Cavalieri Filho

Procurador Geral do TCE-RJ

Presidente, integrantes da mesa. Devo dizer da minha surpresa e da minha admiração. Os que estão aqui, do estado do Rio de Janeiro, sabem que estou comprometido com a magistratura e com o ensino há aproximadamente quarenta anos. Há quarenta anos, ingressei na carreira do magistério, e também na carreira da magistratura. Nesse período tive a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento, não só do ensino no Brasil, o ensino de Pós-Graduação e Graduação, como também o desenvolvimento da magistratura. Tive a honra de durante quatro anos ser o Diretor-Geral da Escola da Magistratura, a EMERJ, e também fui Presidente do Tribunal. Mas estou impressionado com o que observei aqui nesse encerramento.

O Presidente Jonas sabe que a Escola de Contas foi fundada no final de 2005, quando eu era o Presidente do Tribunal de Justiça e o Conselheiro Graciosa era o Presidente do Tribunal de Contas. Acompanhei o início da Escola e vejo que agora, Presidente, ela teve um desenvolvimento fantástico no sentido não só da Graduação e da Pós-Graduação, mas também no sentido de incentivar e preparar externamente. Vejo que isso está acontecendo em todo o Brasil, presidente, é o despertar da consciência, da importância dos Tribunais de Contas.

Vejo que os Tribunais de Contas, e agora posso dizer, porque estou fora da magistratura, aposentado, e com o honroso convite do meu presidente estou aqui, na Procuradoria-Geral, observo que as Escolas de Contas estão prestando e vão prestar um serviço à sociedade maior ainda do que as Escolas de magistratura porque estas estão voltadas quase que para dentro, para o treinamento dos magistrados. As escolas de contas, além desse treinamento interno do corpo instrutivo, estão prestando um serviço externo extraordinário para os municípios. Os conselheiros sabem melhor do que eu que a grande dificuldade dos municípios para se ajustarem à administração pública é conhecimento. Ocorrem, às vezes, erros graves que não são de desonestidade, não são de fraudes, são de falta de conhecimento técnico. A administração pública é muito difícil. Quem passou pela administração pública sabe o que é isso, dá até uma presunção de que o administrador público é desonesto. E como aplicar isso tudo? É um trabalho fantástico. Presidente, vi o Acre com cinco mil alunos. Coisa fantástica. Nossa Escola já tem Pós-Graduação autônoma.

Felicito vocês. Tenham a certeza de que esse é o início de um grande trabalho que será feito em prol da nossa administração pública porque realmente o início está lá na base, no município. Preparando o município teremos uma administração pública mais transparente, mais honesta, e teremos menos trabalho também para os conselheiros. Parabéns, Paula.

Luiz Sérgio Gadelha Vieira

Conselheiro do TCE-CE

Minha saudação a todos e às autoridades presentes, ao Presidente, Conselheiro Jonas Lopes; ao Procurador-Geral Sérgio Cavalieri; à Dra. Paula Nazareth, Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão, à Dra. Rosa e toda a equipe da Escola de Contas, ao Conselheiro Olavo Rabello, do TCE-PI, valeroso companheiro, sempre presente nos encontros do Promoex. Saúdo, por igual, a todos os professores presentes, na pessoa do professor Lino, da UERJ, que foi orientador e professor de meu filho, Luiz Mário, no curso de Mestrado. Saúdo o Willams Brandão, coordenador do GEC, e a nova coordenadora eleita Joseane Corrêa, do TCE-SC.

Aproveito este momento, Presidente Jonas, para mais uma vez agradecer a Vossa Excelência e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro pelo patrocínio deste evento. Posso afirmar que este Encontro está sendo um marco na história do Promoex, por ter reunido os diretores, os representantes de praticamente todas as Escolas dos Tribunais de Contas brasileiros. É um Encontro muito exitoso, que possibilitou um amplo debate. Foram traçadas as diretrizes, a continuidade do programa, o planejamento, a escolha da futura Coordenadora do Grupo, a partir de 2012, que é a Dra. Joseane Corrêa, diretora da Escola de Contas do TCE-SC. Foi escolhido, por votação, o local do próximo Encontro, o TCE do Paraná, representado por sua Diretora, a nossa estimada Dra. Cléo.

Encontros como este envolvem muitas providências e atividades. Além da participação do pessoal da Escola de Contas, toda a parte de relações públicas, as equipes de apoio, o cerimonial, tudo funcionando com perfeição. Além dos agradecimentos, meus parabéns a todos os que fazem o TCE-RJ e o Promoex. Em nome do IRB, do qual sou Vice-Presidente, o Conselheiro Presidente Severiano Costandrade me pediu que agradecesse, e estou certo de que posso fazê-lo, ainda, em nome da ATRICON, pela Coordenação do Promoex.

Queria também, rapidamente, aproveitar para informar a todos que o Instituto Rui Barbosa, nos próximos trinta dias, deverá inaugurar o seu novo portal. Ele está bem moderno, atualizado. Considero que vai haver um grande avanço, uma vez que o novo portal terá um ambiente de colaboração para as Escolas de Contas, uma sala de reunião e um fórum de discussão. Trata-se de um espaço novo que se abre para a comunicação de todas as Escolas de Contas, assim como dos próprios Tribunais de Contas. O Sandro Petrelli, assessor de imprensa do IRB e do Promoex, esteve conosco durante todo o Encontro, mas, como necessitou viajar, pediu-me que passasse essa informação.

Agradeço a presença de todos; agradeçam a seus presidentes e superiores, que possibilitaram as suas vindas, que têm incentivado o trabalho de vocês. Presidente Jonas: tenho encontrado da parte de todos os Tribunais de Contas,



de seus presidentes e conselheiros, um apoio indescritível ao Promoex. Isso me facilita, sobretudo, o trabalho de coordenação.

Uma boa viagem de regresso a todos e vamos em frente com este trabalho para o fortalecimento das Escolas de Contas e Gestão dos Tribunais de Contas. Muito obrigado Presidente Jonas, muito obrigado a todos.



Olavo Rebelo de Carvalho Filho Conselheiro do TCE-PI

Bom dia. Gostaria de cumprimentar a mesa no nome do colega Jonas Lopes, Presidente deste grandioso Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e cumprimentar todos vocês.

Poderia até ter deixado de falar, mas gostaria de dizer uma coisa que ontem muitos disseram, mas eu há pouco olhava para a professora Valdez Fraga, que veio acompanhar os trabalhos hoje, e não poderia deixar de me referir a ela e às outras três senhoras que aqui estiveram neste Encontro. A equipe da Escola de Contas do Rio de Janeiro foi perfeita na organização. Para mim não foi surpresa, porque já estive lá em Niterói, onde fui muito bem acolhido. No entanto, além de tudo, de todos os acertos, há esse principal, a escolha dessas quatro mulheres maravilhosas que ministraram as palestras aqui: a Dr^a. Sylvia Vergara, a professora Valdez Fraga, a professora Thereza Penna Firme e a Desembargadora Leila Maria Mariano. Todas proferiram magníficas palestras. Gostaria também de parabenizar, evidentemente, as instituições e entidades que apoiaram este evento, o IRB, o Promoex, e esta equipe também, repetindo aqui a palavra, “maravilhosa”, do GEC, tão bem conduzida pelo nosso colega Willams. Enfim, não poderia deixar de falar porque poderiam pensar que eu era da corrente dos “mutistas”. Fiquei o Encontro todo só a observar. Na realidade, estou migrando da área da Corregedoria para a Escola de Contas onde espero permanecer. Sou formado em Administração de Empresas, mas hoje fiquei observando o trabalho dos grupos e, como disse o nosso Procurador, realmente é um trabalho de excelência. Eu sabia que essas pessoas que fazem essas Escolas são muito boas, mas achava que eram menos, foi bem melhor do que eu esperava. Queria aproveitar essa oportunidade, exatamente por serem vocês as pessoas que formam, que capacitam pessoas, para convocá-los a se engajarem também em outro ponto que os Tribunais de Contas estão a merecer nesse momento por que passa o país. Todo mundo está capacitado, com Doutorado, Mestrado, mas quando chega ao plenário temos um dissenso, temos um atraso. Evidentemente que não estou me referindo a Tribunais do tipo do Rio de Janeiro, que é muito avançado, e outros mais. No entanto, temos que fazer o movimento e acho que ninguém melhor do que vocês para dar

início. Isso em conjunto com outros setores de moralização dos Tribunais, porque não adianta só preparar, fazer o trabalho, fazer a fiscalização com excelência e quando se chega ao plenário, o que é que vemos em alguns Tribunais? Nós vemos é que a corrupção está aumentando em nosso país. Então, peço o engajamento de vocês, que deem também esta orientação lá na sala de aula, temos que introduzir um viés político nisso.

Para encerrar, porque já estou me alongando, quero agradecer o empenho que o Conselheiro Jonas Lopes está tendo aqui, com esse Tribunal, que está, pelo que senti, retomando e trilhando por esses caminhos do saber. Bom dia a todos vocês.

Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior

Presidente do TCE-RJ

Muito boa tarde a todos. Meu querido Conselheiro Gadelha, Coordenador da ATRICON, do IRB junto ao Promoex, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará; querido Conselheiro Olavo Rebello; meu querido amigo Desembargador Sérgio Cavalieri Filho; minha querida Diretora-Geral da nossa Escola de Contas e Gestão, Paula Nazareth; Willams Brandão de Farias, Coordenador do Grupo de Educação Corporativa do Promoex.

Está ocorrendo, paralelamente a este, um outro evento de grande importância, em que eu tive a honra de, ontem, em nome do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, presidir uma mesa de palestras, da qual participaram o eminente Ministro Benjamin Zymler, Presidente do TCU, e o eminente Desembargador Jessé Torres. Isto me impossibilitou de estar aqui todo o tempo. Some-se a isso a administração do Tribunal, porque as coisas não param e somos solicitados a cada instante.

Disse no início do evento que a grande revolução se dá através da Educação, e reafirmei também meu compromisso de que um dos meus maiores objetivos era dotar a nossa Escola de Contas e Gestão de todos os meios necessários para que pudesse se engrandecer cada vez mais. Acho que nesses sete meses tenho buscado incessantemente esse objetivo. A nossa Escola desenvolve um trabalho muito interessante que é o nosso TCE-Escola Itinerante. Dividimos o estado do Rio de Janeiro em regiões e, durante o ano, vamos ao encontro dos nossos jurisdicionados ministrando cursos.

Nós, conselheiros, temos percebido, no simples manuseio dos processos, a diferença resultante dessa capacitação. Os processos estão vindo mais bem instruídos. Isso inibe muito também, meu caro Conselheiro Olavo, a corrupção. Quando o funcionário trabalha certo, elabora certo, o freio à corrupção vai aumentando cada vez mais.



Ontem e hoje, tive a prova viva de que a capacitação é o melhor remédio para quem quer atingir objetivos maiores na vida. O presidente da mesa de palestra tem que falar sobre o currículo dos palestrantes. Fui ler o currículo do Ministro Zymler e percebi que eu ficaria ali um bom tempo, em uma leitura certamente extensa. Ao analisá-lo mais detidamente, resolvi ler apenas o último item do currículo de sua Excelência. E dizia lá, após ele ter percorrido vários caminhos, inclusive dentro da Corte, que sua Excelência chegou, através de um concurso de provas e títulos, a Ministro do Tribunal de Contas da União, sendo hoje Presidente daquela Corte. Hoje, ao receber com satisfação o ex-Presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, o Conselheiro Cezar Miola, tive a mesma constatação. Sua Excelência foi dos quadros do Tribunal, concursado, depois fez concurso para o Ministério Público Especial, e hoje ocupa vaga no Conselho reservada ao Ministério Público Especial, sendo seu Presidente. É a prova viva de que a capacitação, o estudo, é que nos leva aos melhores caminhos.

Queria muito, em nome do meu Tribunal, agradecer a todos vocês a presença, o privilégio de poder sediar este Encontro. Agradeço muito, estou muito feliz. Como disse o Conselheiro Gadelha, o TCE-RJ está se reinserindo no contexto do sistema, no contexto das Escolas. Diria, enfim, que vamos retomar os nossos trilhos, e vocês foram a nossa porta de entrada, ou de reentrada, nesse circuito. Verificamos que não há nada melhor do que estar entre vocês, não só pelo convívio, mas pelo aprendizado.

Costumo dizer o seguinte: “Eu sou Tribunal de Contas Futebol Clube, então tenho que estar no meio de vocês”. Do fundo do coração, em nome dos Conselheiros do TCE-RJ, em nome do nosso corpo técnico, em nome da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas, muito obrigado a vocês.





Presidente do TCE-RJ Conselheiro
Jonas Lopes de Carvalho Junior e
Conselheiro Luiz Gadelha Vieira, do
TCE-CE (ao centro) e representantes
das Unidades de Educação
Corporativa dos Tribunais de Contas





**II Encontro
Técnico de
Educação
Corporativa
dos Tribunais
de Contas**



ANEXOS

ANEXO I

Lista de Presença dos Representantes dos Tribunais de Contas

TC-DF

Nina Maria da Silva Neves Gadelha
Renata Carvalho Varanda

TCE-AC

Juliana da Silva A. Moreira
Adriana Alzenir Alves Mendes

TCE-AL

Célia Maria Laurindo Pereira

TCE-AM

Patrícia Remígio Cordeiro
Lelita Botelho de Oliveira

TCE-AP

Dacicleide Souza Cunha
Elita Figueiredo de Brito
Terezinha de Jesus Brito Botelho

TCE-BA

José Luis G. Pinto Bonfim
Ricardo Dantas de Almeida

TCE-CE

Maria Hilária de Sá Barreto
Pedro Henrique Alves Camelo

TCE-MA

William Jobim Farias
Cons. Melquizedeque Nava Neto
Nina Teresa Castro Jansen Ferreira

TCE-MG

Gustavo Costa Nassif
Marília Souza Diniz Alves

TCE-MS

Serley Silva
Jorge Oliveira Martins
Alexandra Larrea Ximenes

TCE-MT

Marlene de Oliveira Silva
Joacy Dias de Arruda

TCE-PA

Mariúcia de Fátima S D de Lacerda
Maria de Fátima Coelho

TCE-PB

Sebastião Taveira Neto
Cons. Antônio Nominando Diniz Filho

TCE-PE

Janete M Moura Rocha
Willams Brandão de Farias

TCE-PI

Delano Carneiro da Cunha Câmara
Olavo Rebelo de Carvalho Filho

TCE-PR

Cleonice Gomes de Lima

TCE-RJ

Paula Alexandra Nazareth
Rosa Maria Chaise
Sandra Cordeiro de Melo
Sergio Bahiense Colão
João Paulo Menezes Lourenço

TCE-RN

André Gustavo Almeida e Silva
Francisco Xavier Siqueira

TCE-RO

Davi Dantas da Silva
Cons. Wilber Carlos dos Santos Coimbra
Evanice dos Santos

TCE-RR

Soraya Fernanda C. Mora Matos

TCE-RS

Evandro Teixeira Homercher

TCE-SC

Joseane Aparecida Corrêa
Iamara Cristina Grossi Oliveira
Cons. Adircélio de M. Ferreira Júnior
Sabrina Nunes Locken

TCE-SE

Laura Kummer Hora Falcão
Sônia Maria C Trindade de Almeida

TCE-SP

Silvana de Rose
Cecília Domingos de A Quadros
Rosângela do Carmo Niide

TCE-TO

Dagmar Albertina Gemelli
Roseli do Rocio Ribeiro
Elizete da Silva Feitosa

TCM-BA

Luiz Humberto Castro de Freitas
João Augusto Dantas

TCM-CE

Sandra Valéria de M. Santos

TCM-GO

Sebastiana Tânia de T. Moreira
Ruth da Silva Arruda Vilar

TCM-SP

Rosano Pierre Maieto

TCU

Adriano Cesar F. Amorim

IRB

Márcia Isabel Barbosa Soares

ESMPU

Aline Rodrigues Silva
Renata Souza Mendes

ANEXO II

Material Gráfico do Evento

Banners para site da ECG e TCE-RJ



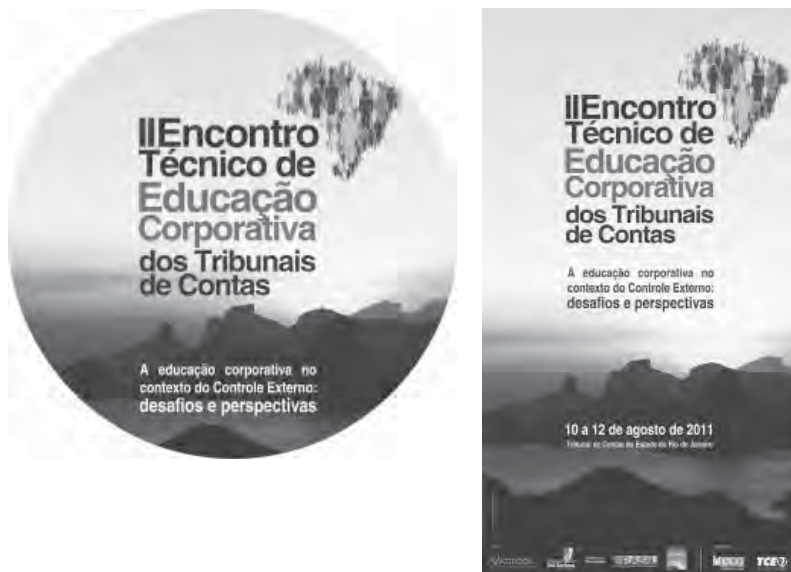
Identificação de participante



Convite



Plotter e banner do evento



Encarte de pastas



Cartaz do evento



Certificado do evento



Programa digital

SEMINÁRIO

A educação corporativa e as Escolas de Governo

10 de agosto de 2011

Local: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
- Auditório do Espaço Cultural Humberto Braga
Praça da República, 54/56 - Centro - Rio de Janeiro

Programação no site www.ecg.tce.rj.gov.br
Informações pelos telefones (21) 2729-9547 / 2729-9548

9h Credenciamento

10h Abertura

Conselheiro Joriso Lopes de Carvalho (Presidente do TCE-RJ)

Conselheiro Luiz Sérgio Gasalva Vieira (Coordenador da TRICOR-RRS) (Presidente PROMOEX)

Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar (Presidente do Tribunal de Contas do Tocantins - TCE/TO - Ex do Instituto FULVETRAJ - IFF)

Conselheiro Theres Maranhelo (Presidente TCE-RJ)

Helôisa Garcia Pinho (Diretora Nacional PROMOEX)

10h30 A Educação Corporativa e as Escolas de Governo

Educação Corporativa e Gestão de Conhecimento
Sylvia Vergara (FGV/RJ)

O Papel das Escolas de Governo na Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP
Paulo Sérgio de Carvalho (ENAP)

O Papel das Escolas de Magistratura na formação e no aperfeiçoamento dos Magistrados
Desembargadora Leila Maria Mariano (CMERJ)

12h Debate

13h Intervalo para almoço

14h30 A Educação Corporativa e os Tribunais de Contas

Educação Corporativa: em busca da efetividade social e relevância do humano
Valderez Fraga (FGV/RJ)

A Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União
Adriano Femia Amolin (TC/DF)

A Experiência do Grupo de Educação Corporativa - GEC-PROMOEX - Williams Brandão (TCE-PE/SEC-PROMOEX)

16h Debate

17h Encerramento

Programa





Programa impresso

II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas

A educação corporativa no contexto do Controle Externo: desafios e perspectivas

10 a 12 de agosto de 2011

Fórum Governista do Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Fórum Governista do Estado do Rio de Janeiro

1º DIA
10 DE AGOSTO (QUARTA-FEIRA)
AUDITÓRIO DOS TCEs-RJ (RJ)

9h Credenciamento

10h Abertura
 Cleonilton Luiz Sérgio Oliveira Neto
 Presidente do TCE do Estado do Rio de Janeiro

10h30 A Educação Corporativa e as Escolas de Governo
 Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento
 Silvana Pereira de Souza

12h Almoço

13h Início para o curso

14h30 A Educação Corporativa e os Tribunais de Contas
 Educação Corporativa: um desafio para o Brasil
 Mariana Fogaça Pinheiro

16h Almoço

17h Encerramento

2º DIA
11 DE AGOSTO (QUINTA-FEIRA)
AUDITÓRIO DOS TCEs-RJ (RJ)

9h Círculo
 A importância da Avaliação Institucional nos Tribunais de Educação Corporativa dos Estados de Contas

10h Construção do Instrumento de Avaliação: apresentação da metodologia
 Theresia Paula Frazão Brito e Cleonilton

12h30 Almoço

14h Construção do Instrumento de Avaliação: Nubélia em grupo
 Theresia Paula Frazão Brito e Cleonilton

15h30 Apresentação da Construção dos trabalhos realizados pelos grupos
 Nubélia

17h Encerramento

3º DIA
12 DE AGOSTO (SEXTA-FEIRA)
AUDITÓRIO DOS TCEs-RJ (RJ)

9h Apresentação de Experiências nos Tribunais de Contas

11h Definição de trabalhos (Grupos de Educação Corporativa - GEC/PROMOC)

12h Início e retorno dos trabalhos realizados no 3º Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas

12h30 Apresentação do Curso do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

13h Encerramento

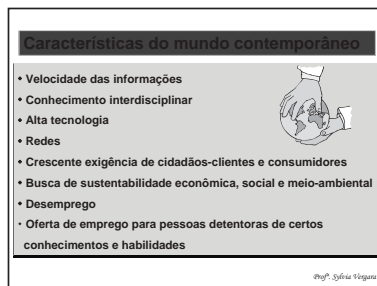
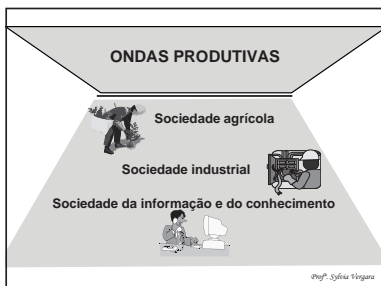
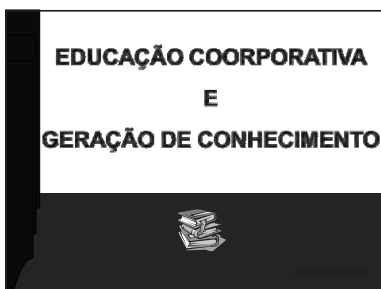
Crachá



ANEXO III

Apresentações de Power Point


Sylvia Vergara



Profª Sylvia Vergara (cont.) _____


Há necessidade de educação formal continuada mesmo para adultos que já dominam grande bagagem de conhecimento.

Peter Drucker



Profª Sylvia Vergara

Sociedade do Conhecimento




Da administração de recursos humanos para a gestão de pessoas

Do treinamento e desenvolvimento para a educação corporativa

Profª Sylvia Vergara

EDUCAÇÃO CORPORATIVA


- ↪ Vê educação como um processo permanente
- ↪ Vê a necessidade de alinhar desenvolvimento das pessoas e propósitos organizacionais
- ↪ Tem caráter estratégico
- ↪ Pode incluir *stakeholders*



Profª Sylvia Vergara

Organizações precisam de pessoas capazes de


- ◆ Tomar decisões e agir em processos descentralizados
- ◆ Resolver problemas
- ◆ Criar
- ◆ Trabalhar em equipe
- ◆ Compreender como as organizações operam
- ◆ Unir teoria e prática de forma rápida e contínua



Profª Sylvia Vergara

Organizações precisam de pessoas capazes de

- ◆ Reverter a obsolescência da informação
- ◆ Gerar conhecimento
- ◆ Desenvolver novas competências
- ◆ Usar tecnologias para conectar-se



Profª Sylvia Vergara

Cada pessoa deve, permanentemente:

- buscar autoconhecer-se e autodesevolver-se
- ser competente

Cada organização deve, permanentemente:

- incentivar e facilitar a educação continuada
- gerar e disseminar conhecimento

Profª Sylvia Vergara



Paulo Sérgio de Carvalho

II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos
Tribunais de Contas
Rio de Janeiro - 10 de agosto de 2011

O papel das Escolas de Governo na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP

Paulo Sergio de Carvalho
Escola Nacional de Administração Pública



Roteiro

- A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP)
 - O que é
 - Principais desafios
- Escolas de Governo
 - Papel
 - Caracterização
- As redes de escolas de governo
- Papel e contribuições da ENAP



A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNPD

- Dec. nº 5.707/06 “institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”
- Regulamentado pela Portaria nº 208/06, do MPOG.
- Principais objetivos/finalidades:
 - Política de desenvolvimento permanente do servidor público que valoriza as diversas formas de aprendizagem;
 - Melhoria da eficiência e da eficácia do serviço público;
 - Adequação das competências requeridas aos objetivos das instituições;
 - divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e
 - racionalização e efetividade dos gastos com capacitação



A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNPD

- Estratégias de implementação
 - gestão por competência como referência da política
 - priorização de capacitação das áreas de RH e de DAS
 - reconhecimento do papel das escolas de governo
 - criação de Comitê Gestor da Política que acompanha e orienta as ações de capacitação
 - incentivo às iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições e ampla divulgação das oportunidades



Desafios à consolidação da PNPD

- Engajamento dos Dirigentes na implementação da PNPD
- Desenvolvimento e disseminação de metodologias inovadoras de capacitação => exemplo: casos, TIC
- Estruturação e qualificação das áreas responsáveis por gestão de pessoas
- Capacitação dos dirigentes, gestores e chefias
- Oferta ampla de capacitação geral dos servidores – sistema de capacitação => Rede de Capacitação
- Sistema de comunicação e divulgação
- Monitoramento e avaliação das ações da PNPD



As Escolas de Governo

- Previstas no Art. 39 da Constituição Federal (1988) – nos âmbitos federal e estadual
- As dimensões do país:
 - 5,5 milhões Km²
 - União + 26 Estados + DF + 5.564 Municípios
 - 190 milhões habitantes
 - 10 milhões de servidores nas 3 esferas de Governo
- A resposta ao desafio da formação exige a articulação das 3 esferas de governo por meio de Redes de Capacitação






Paulo Sérgio de Carvalho (cont.)

As Escolas de Governo no Dec. 5707




Art. 3º - Diretrizes da PNDP - Inciso XIII :
 Priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Art. 4º - Escolas de Governo:
 Para os fins deste Decreto, são consideradas escolas de governo as instituições destinadas, precipuamente, à formação e ao desenvolvimento de servidores públicos, incluídas na estrutura da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.




A ENAP e as Redes

- Rede Nacional de Escolas de Governo (2003)
- Programa de Parcerias (1996)
- Sistema de Escolas da União (2006)
- Redes Internacionais
 - Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS
 - Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD
 - Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes – RINAPE
 - Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas – EIAPP
 - Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas – IBERGOP
 - Instituto Internacional de Ciências Administrativas – IIAS
 - Instituto Mercosul de Formação – IMEF
 - [Proposta da criação da Rede de Escolas de Governo de UNASUL]




Rede Nacional de Escolas de Governo

- Criada em 2003, visa aumentar a eficácia das instituições que trabalham com a formação e o aperfeiçoamento de servidores públicos, por meio do compartilhamento de experiências e conhecimentos entre seus membros.
- Compartilha conhecimentos e experiências sobre iniciativas inovadoras das escolas de governo, incentivando trabalhos em parceria.
- Visão de que para melhorar a implementação de políticas públicas em nível nacional é estratégica a articulação das escolas de governo da federação.




Rede Nacional de Escolas de Governo

- Potenciais da Rede
 - Formulação, difusão e participação na implementação da política de capacitação
 - Racionalização e otimização de recursos
 - Ações integradas
 - Ampliar a inteligência coletiva
 - Curiosidade por novos conhecimentos
 - Capacidade para resolver problemas
 - Compartilhar conhecimentos
 - Ampliar nossas capacidades




Rede Nacional de Escolas de Governo

- As instituições participam por livre adesão.
- Encontros anuais: intercâmbios e atualização
- Em agosto/2011 há 185 instituições ligadas à Rede, sendo:
 - Federais = 46 / Estaduais = 96 / Municipais = 43
- A maioria das instituições é vinculada ao Poder Executivo, mas há também várias do Legislativo e do Judiciário.

As Escolas de Contas na Rede

- Há 15 escolas cadastradas na Rede Nacional
- Destas, 12 participaram nos Encontros Nacionais dos últimos 3 anos
- Há 153 cursos cadastrados por 8 Escolas de Contas no Mapa da Oferta
- 7 das Escolas de Contas ainda não cadastraram seus cursos no Mapa


Paulo Sérgio de Carvalho (cont.)

Programa de Parcerias

- **Programa de Parcerias criado em 1996**
 - Viabilizado por Acordos de Cooperação Técnica ENAP/Parceira
 - Realiza cursos de desenvolvimento gerencial presenciais
 - Compromisso de atender servidores federais descentralizados (50%) e servidores das demais esferas (50%)
 - Compartilhamento de responsabilidades entre ENAP e Parceira
 - Atualizações de colaboradores em atividades presenciais anuais na ENAP
- **Em agosto de 2011:**
 - 14 escolas (9 com acordos firmados e 5 com processos de assinatura dos termos de parceria em tramitação)



Sistema de Escolas da União

- **Previsto no Decreto de criação da PNDP**
 - Dec. 5707/2006 (“Sistema de Escolas da União” coordenado pela ENAP)
 - Capacitação de DAS (Cargos de Direção e Assessoramento Superior) – Dec. 5.497/2005
 - Mesas-Redondas de Pesquisa-Ação – Gestão por Competências + Diversidade
 - As escolas possuem trajetórias, áreas de atuação e acúmulos muito diferenciados



Escolas Federais

Escola	Órgão	Criação
Academia Nacional de Polícia - ANP	MI	1960
Escola de Advocacia Geral da União - EAGU	AGU	2000
Escola de Administração Fazendária - ESAF	MF	1973
Escola Nacional de Administração Pública / ENAP	MPOG	1986
Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE / IBGE	MPOG	1953
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP	MS	1954
Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ	MEC	1949
Instituto Rio Branco - IRBr	MRE	1945
Escola de Inteligência - ESINT / ABIN	MI	1971
Centro de Altos Estudos da PGFN	MF	2003
Escola da Previdência Social	MPS	2006



A ENAP

Missão:

- Desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas

Visão de futuro:

- Ser referência na formação e no desenvolvimento de agentes públicos de alto desempenho e indutora de inovação na gestão pública para obter resultados para a sociedade



ENAP: “escola das escolas”

- Prospecção de metodologias e tecnologias
 - cooperação internacional + nacional (escolas governo/academia)
- Pesquisa aplicada
- Disseminação: cessão de cursos, site, publicações
- Formação de formadores
- **Mapa da Oferta de Capacitação.**



Sistema Mapa da Oferta: objetivos

- O Sistema Mapa tem por objetivo **coletar dados da oferta de eventos de capacitação** em escolas de governo, nos níveis municipal, estadual e federal, visando produzir e **disponibilizar informações** gerenciais por meio de um sistema virtual informatizado.
- Construído e coordenado pela ENAP, com o apoio da verba de fomento da PNDP, em parceria com as Escolas de Governo.



Paulo Sérgio de Carvalho (cont.) _____

Sistema Mapa da Oferta: público-alvo

- **Todos** que trabalham com capacitação de servidores públicos: **Rede Nacional de Escolas de Governo** e **Gestores públicos** que atuam nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).
- O Sistema Mapa pode ser utilizado pelas escolas como ferramenta de troca e compartilhamento de informações sobre cursos e para formação de parcerias



Sistema Mapa da Oferta: alguns números

- **85** Escolas inseriram informações de sua oferta;
- **3985** cursos, que tratam de **43** assuntos diferentes (áreas temáticas);
- A principal assunto é Administração/Gestão Pública, que repõe por 1722 dos 3985 cursos cadastrados;
- A maior parte dos cursos são **presenciais**, existem 288 cursos na modalidade de EAD,
- São **675** usuários com acesso ao Sistema, sendo **139** gestores públicos



Obrigado!

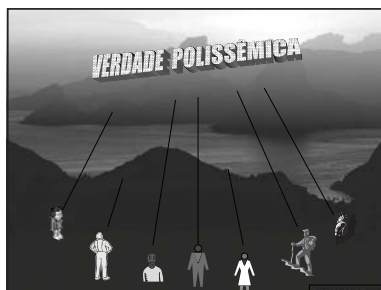
Paulo Sergio de Carvalho
presidencia@enap.gov.br
 Escola Nacional de Administração Pública
<http://www.enap.gov.br>
 Agosto/2011



Valderez Fraga

EDUCAÇÃO CORPORATIVA:

em busca de efetividade e relevância o humano



II ENCONTRO Técnico de Educação Corporativa dos TRIBUNAIS DE CONTAS

É um encontro de formação, pesquisa e aprendizagem. Aquilo que se busca por si mesmo.

Um horizonte incerto.
Nunca se alcança inteiramente.
Nunca se deixa de buscar.



EDUCAÇÃO CORPORATIVA: em busca de efetividade

- O social
- Relevância o humano - em cada pessoa em sua singularidade

No caso das ESCOLAS DE CONTAS:

O objetivo é o que *Martim Francisco Ribeiro de Andrada* - irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva - chamou de:

“nobreza do servir público”

Fiscalizar, capacitar, orientar.

O OUTRO AUTO CONHECIMENTO



<http://www.christianjung.com.br/>

Valderez Fraga (cont.)



Para a conquista da EDUCAÇÃO CORPORATIVA

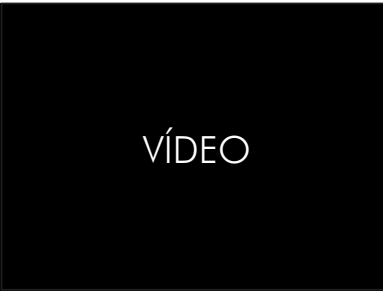
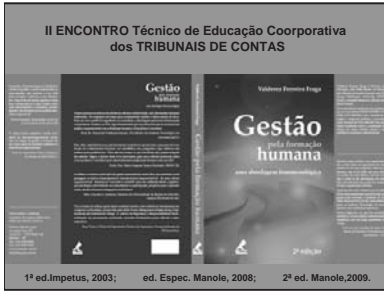
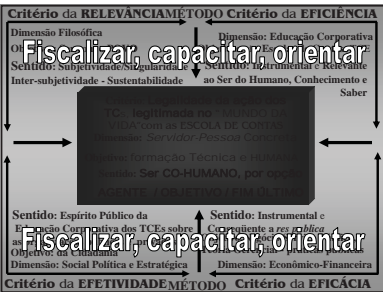
Tocqueville
 “...a ciência da associação.”
 Nunca está pronta, é um conquistar-se permanente

Pedro Demo
 Superar a “Pobreza política.”
 Política como uma fonte ética de soluções de problemas organizacionais e sociais. **Poder de associação.**

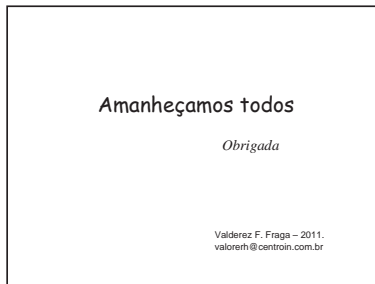
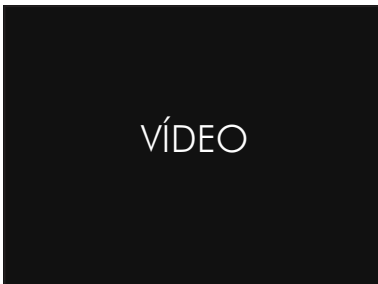
John Dewey
 “Os homens existem e operam em associação.”
 Interpretação de Humanidade, não de mera Espécie.

FUNDAMENTOS FENOMENOLÓGICOS

- Para ser humano, não basta nascer na espécie humana, é preciso optar pela **co-humanidade, na prática.**
- O ser humano não é mero Recurso** (GFH.2009,p.1#1).
- É agente consciente responsável pela ação que pratica, nas organizações humanas de trabalho e na vida** (GFH.2009,p.5 #2).
- Esse é o princípio de uma Gestão **pré-ocupada** com a Formação Humana.
- Fenomenologia é engajamento Ético
- Comprometimento: **Educação Corporativa** antes como auto educação para compartilhamento, no sentido de DAR e SER exemplo ético.



Valderez Fraga (cont.) _____



Referimo-nos ao poder que passa a existir quando as pessoas se reúnem e *'agem em concerto'*, e que desaparece assim que elas se separam.

Porém, a força que as mantém unidas não é o espaço da aparência no qual se reúnem, nem o poder que conserva a existência desse espaço *é a força da promessa, do contrato mútuo*

(Arendt, 2003,p. 256).

ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 10ª ed.



Adriano César Amorim _____

TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

A Educação Corporativa no TCU

Adriano Cesar Ferreira Amorim
Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa

Educação Corporativa

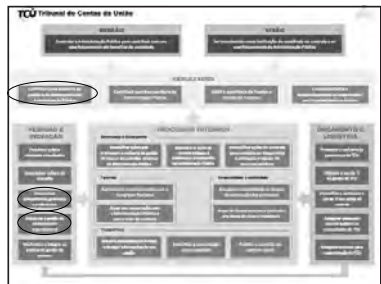
Processo institucional que tem como finalidade básica fomentar a **instalação e o desenvolvimento das competências profissionais e humanas, atuais e futuras**, consideradas críticas para a viabilização das **estratégias de negócios**, de uma forma **sistemática e contínua**.

TCU

O Corporativo da Educação

O que torna a educação de fato **corporativa** é a sua íntima ligação com a **estratégia** da organização

TCU



O Instituto Serzedello Corrêa

- Responsável pelas ações de educação corporativa no âmbito do TCU
- Promove a capacitação e o desenvolvimento profissional de servidores públicos

TCU

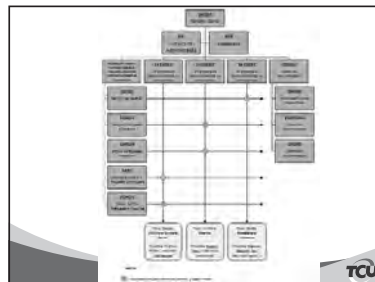
O Instituto Serzedello Corrêa

- Criação**
 - Lei Complementar do TCU (act. 86, de 13) nº 1.443, de 16/7/1992
- Implantação**
 - Resolução TCU nº 19, de 9/11/2004
- Finalidade**
 - Promover, realizar e administrar o sistema de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores públicos do TCU
- Estrutura**
 - 32 servidores
 - 44 funcionários
 - 42 contratados

TCU



Adriano César Amorim (cont.)



O Instituto Serzedello Corrêa

Números de 2010

Eventos	Presenciais	A Distância
Público Interno	7413 vagas	970 vagas
Público Externo	4892 vagas	21380 vagas

40 h/servidor/ano

- Programas Educacionais
- Desenvolvimento de Competências Técnicas
 - Desenvolvimento de Liderança e Gestão Sustentável
 - Capacitação de Servidores Públicos
 - Incentivo à Educação Continuada
 - Pós-graduação e pesquisa
 - Reinserção Profissional
 - Formação de Futuros Servidores

- Programa de Desenvolvimento de Competências Técnicas
- Abrange o desenvolvimento de competências necessárias à execução técnica das atividades do Tribunal
 - Subdivide-se em:
 - Programa de Desenvolvimento de Competências Técnicas em Controle Externo
 - Programa de Desenvolvimento de Competências Técnicas em Técnica Administrativa
 - Programa de Aprimoramento Profissional em Auditoria (Proaudi)



Adriano César Amorim (cont.)

Proaudi

• Objetivo: viabilizar o incremento quantitativo e qualitativo do esforço fiscalizatório do Tribunal, qualificando as equipes para desenvolver auditorias e outras ações de controle em conformidade com as NAT e com os demais padrões e requisitos técnicos estabelecidos em normas específicas do Controle Externo.

TCU

Proaudi

Integração do Controle	• 56 h • Presencial • 60 participantes
Supervisão de Auditorias	• 40 h • presencial • 75 participantes
Coordenação de Auditorias	• 14 h • presencial • 148 participantes
Auditoria Operacional III	• 77 h • a distância • 445 participantes

TCU

Programa de Desenvolvimento de Liderança e Gestão Sustentável

• Objetivo: desenvolver as competências de liderança e gestão para atingir o sincronismo organizacional, desenvolver equipes e melhorar o desempenho.

• O PDLGS é estruturado de acordo com as competências de liderança e gestão definidas pelo TCU:

- Liderança por Princípios;
- Orientação Estratégica;
- Gestão por Resultados;
- Desenvolvimento da Equipe;
- Inovação.

TCU

Programa de Incentivo à Educação Continuada

Bolsa de Idiomas

Licença Capacitação

Participação em evento externo

Redução da Jornada de Trabalho:

- duas horas por dia para cursar pós-graduação *stricto sensu* ou de
- uma hora por dia para cursar pós-graduação *lato sensu* ou estágio supervisionado de graduação.

TCU

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa

Pós-graduação lato sensu do TCU

- Certificação própria do ISC ou de terceiros

Bolsa de estudos

- Custeio parcial de cursos de pós-graduação realizados por outras instituições educacionais reconhecidas, em regime presencial ou a distância.

Afastamento Integral

- Condicionado a prévio processo seletivo e a adequação às linhas de pesquisa definidas pelo TCU.

TCU

Programa de Reinserção Profissional

Capacitação de servidores afetados por mudanças ocupacionais ou com desempenho insuficiente crônico, visando sua reinserção profissional e uma melhor qualidade de vida no trabalho, por meio de:

- Incentivos à conclusão dos Ensino Fundamental, Médio e Superior;
- Inclusão Digital;
- Preparação para Aposentadoria e Voluntariado no TCU.

Programa de Formação de Futuros Servidores

Este Programa tem por objetivo a integração inicial no ambiente de trabalho e desenvolvimento básico de competências necessárias à atuação profissional dos futuros servidores do TCU.

TCU



Adriano César Amorim (cont.) _____

Programa de Capacitação de Servidores Públicos


Público-alvo: servidores públicos civis e militares dos três poderes da União, nas três esferas de governo

Modalidade: a distância

Cursos ofertados:

- Licitações e Contratos Administrativos (LCA)
- Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
- Prestação de Contas de Convênios (PCC)
- Planejamento e Orçamento Público (POP)

21.380 servidores matriculados em 2010




Nossos desafios atuais

Proaudi II

Planos de Desenvolvimento das Unidades

Cadastro de instrutores/tutores

Melhoria da gestão das ações educacionais



TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Instituto Serzedello Corrêa

Muito Obrigado!

Adriano Cesar Ferreira Amorim
Diretor-Geral
Fone: (61) 3316.5802
e-mail: adrianoci@tcu.gov.br



Willams Brandão de Farias _____

A Experiência do Grupo de Educação Cooperativa

Willams Brandão de Farias

COMO SURTIU?

O então Grupo de Escolas de Contas (GEC) foi criado em março de 2009, como um dos resultados do III Encontro Técnico IRB/Promoex, promovido pelo TCE-TO, em Palmas, com a participação de 55 servidores de 27 dos 34 Tribunais de Contas do Brasil.

A ideia era constituir uma Rede das Escolas de Contas por intermédio da implementação de projetos comuns de capacitação, estímulo de parcerias, compartilhamento de soluções de capacitação e de conhecimento, redução de assimetrias de capacitação entre os Tribunais de Contas, almejando ganhos de escala nessas atividades.

Foco original: educação a distância (alguns já faziam e relataram experiência – TCU, TCE-TO, TCE-PR, TCE-RS e TCM-CE).

1ª Formação:

- Ricardo Martins Pereira (TCE-PE) – Coordenador;
- Maria Luiza Nascimento (TCE-TO) – Sub-Coordenadora;
- José Espindola (TCE-MS);
- Cléo de Lima (TCE-PR);
- Davi Dantas da Silva (TCE-RO);
- Renata M. S. Van Damme (TCE-MG);
- Sandra Valérias de Moraes Santos (TCEM-CE);
- Luciano Carlos Batista (TCU); e
- Paulo Roberto Riccioni Gonçalves (TCE-SC)

O QUE JÁ SE CONSTRUIU?

Nos dois primeiros anos de existência, o foco do grupo foi promover ações organizativas para consolidar os laços de integração entre os Tribunais de Contas no campo da educação corporativa.



Willams Brandão de Farias (cont.) _____

Em 2009, essas ações compreenderam:

- a) Implantação da lista de contatos do grupo;
- b) Definição do conteúdo básico das home-pages das Escolas de Contas;
- c) Criação de links no Portal dos Tribunais para as páginas das Escolas de Contas;
- d) Estruturação do Programa de Capacitação em Educação Corporativa; e
- e) Implantação da Sala Virtual de Educação Corporativa dos Tribunais de Conta, no ambiente do TCU/ISC, para comunicação entre os participantes.

Em 2010, algumas sementes brotaram e outras foram lançadas. Nesse ano a capacidade operacional necessária à implantação de ações compartilhadas, seu objetivo último, foi fortalecida com as seguintes iniciativas:

- a) Consolidação da Sala Virtual (hoje reúne 59 participantes), com a promoção de discussões sobre o Plano de Ação Educação Corporativa;
- b) Realização de duas oficinas (NBR ISO 10015 e Elaboração de Projetos de Educação a Distância), a segunda oferecida pelo ISC/TCU;
- c) Elaboração do plano de trabalho para o desenvolvimento do Programa de Formação em Educação a Distância;
- d) Realização do 1º Encontro de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas (TCE-MS, 67 servidores de 28 Tribunais); Oficina NBR 10015 e experiências práticas em EC.

Integração promovida pelo GEC potencializou a participação das unidades de educação corporativa dos Tribunais de Contas nas atividades da Rede de Escolas de Governo (Enap), como:

- a) Encontros Nacionais (VII e VIII);
- b) Treinamento para uso do Sistema Mapa; e
- c) III Encontro Nacional de Educação a Distância.

Créditos especiais:

- Adriana (TCE-MS), pelo 1º Educorp; e
- Dione (TCU), pelo conjunto da obra.

O GEC HOJE:

Composição atual:

- Adriano Cesar Ferreira Amorim (TCU);
- Cleonice Gomes de Lima (TCE-PR);
- Dagmar Albertina Gemelli (TCE-TO);
- Davi Dantas da Silva (TCE-RO);
- Joseane Aparecida Corrêa (TCE-SC);
- Laura Lidia Kummer Hora Falcão (TCE-SE);
- Márcia Izabel Barbosa Soares (IRB);
- Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth (TCE-RJ);
- Sandra Valéria de Moraes Santos (TCM-CE);
- Sebastiana Tânia de Toledo Moreira (TCM-GO);
- Willams Brandão de Farias (TCE-PE) – Coordenador.

PRINCIPAIS AÇÕES EM ANDAMENTO:

Para concretizar o objetivo do GEC de “promover a integração e a troca de experiências entre as unidades de educação corporativa dos Tribunais de Contas visando ao desenvolvimento de ações compartilhadas” – acham-se em andamento as seguintes ações:

- a) Programa de Formação em educação a distância (4 cursos virtuais, 1 oficina presencial, projetos-piloto regionais);
- b) Elaboração do Projeto da Rede de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas (instrumento de sustentabilidade pós Promoex);
- c) Diagnóstico do processo de EC nos Tribunais de Contas



Willams Brandão de Farias (cont.) _____

Do ponto de vista da gestão do grupo, acha-se em implantação um novo modelo de representação dos Tribunais de Contas nas discussões e atividades desenvolvidas sob a coordenação do GEC, concretizado pela estruturação de 9 (nove) células regionais, assim distribuídas:

- Centro-Oeste → Célula 1: Mato Grosso (TCE-MT), Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Goiás (TCE-GO) e Distrito Federal (TC-DF);
- Nordeste:
 - Célula 2: Maranhão (TCE-MA), Piauí (TCE-PI) e Ceará (TCE-CE, TCM-CE);
 - Célula 3: Rio Grande do Norte (TCE-RN), Paraíba (TCE-PB) e Pernambuco (TCE-PE); e
 - Célula 4: Alagoas (TCE-AL), Sergipe (TCE-SE), Bahia (TCE-BA, TCM-BA);
- Norte:
 - Célula 5: Rondônia (TCE-RO), Acre (TCE-AC), Amazonas (TCE-AM); e
 - Célula 6: Pará (TCE-PA, TCM-PA), Amapá (TCE-AP) e Tocantins (TCE-TO)
- Sudeste → Célula 7: São Paulo (TCE-SP, TCM-SP), Minas Gerais (TCE-MG), Espírito Santo (TCE-ES) e Rio de Janeiro (TCE-RJ e TCM-RJ);
- Sul → Célula 8: Rio Grande do Sul (TCE-RS), Santa Catarina (TCE-SC) e Paraná (TCE-PR); e

E O FUTURO?

Espera-se que o processo de escolha das lideranças, no formato democrático e participativo em curso, represente um passo decisivo para o fortalecimento do grupo e o consequente alcance dos objetivos traçados desde sua fundação.

No entanto, apenas seremos efetivos se conseguirmos colaborar para a superação do grande desafio das unidades de educação corporativa dos TCs:

Serem reconhecidas pelo desenvolvimento de produtos e serviços úteis para os Tribunais de Contas!

ANEXO IV

Experiências dos Tribunais de Contas

Programa Agente de Controle Formando Cidadãos para o Controle Social: a experiência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Maria Hilária de Sá Barreto

Pedro Henrique Alves Camelo

Resumo

O Programa Agente de Controle é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), desempenhado pelo Instituto Plácido Castelo (IPC), que visa fortalecer a interação entre o Tribunal e a sociedade, bem como realçar a relevância da participação do jovem cidadão no controle social. O programa também cria a oportunidade para a divulgação do papel dos Tribunais de Contas e em especial do TCE-CE. Assim, o programa busca contribuir com o aprimoramento das atividades de fiscalização da aplicação dos recursos públicos estaduais

Para seu desenvolvimento o programa conta com o trabalho dos agentes de controle na realização de palestras para alunos de escolas públicas e privadas visitadas. Esses agentes são geralmente servidores do TCE-CE, lotados nas áreas de fiscalização ou no próprio IPC, desempenhando trabalho voluntário. O programa conta ainda com o suporte de estagiários especialmente selecionados para as atividades desenvolvidas nessas instituições.

As bases metodológicas do programa foram traçadas entendendo que a educação, enquanto eixo norteador do desenvolvimento humano, é capaz de formar valores e favorecer caminhos para novas formas de perceber, pensar e agir no mundo. Assim sendo, compreendemos que no processo de ensino e aprendizagem dos saberes escolares, a escola tem valorosa participação ao incorporar no seu fazer pedagógico aspectos relacionados à dimensão cotidiana da criança e do jovem nas suas relações com a família e com a comunidade. Daí a importância da parceria estabelecida pelo TCE-CE com as escolas e outras instituições de ensino para a implementação do programa.



Introdução

O Programa Agente de Controle, idealizado pelo Diretor-Presidente do Instituto, Conselheiro Alexandre Figueiredo, por considerar importante a necessidade de interação entre o TCE-CE e a comunidade, tem como objetivo principal fortalecer as atividades de fiscalização da aplicação dos recursos públicos estaduais, bem como ressaltar a relevância da participação do jovem cidadão no controle social. Nesse contexto é importante destacar que a participação da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal.

O programa foi lançado oficialmente pelo IPC e o Tribunal de Contas do Estado do Ceará no dia 18 de setembro de 2009, no auditório do Colégio Estadual Liceu do Ceará.

Na primeira etapa do programa, as palestras estão acontecendo em escolas da rede estadual e privada, para estudantes dos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. Até maio de 2011 já foram visitadas vinte e sete escolas, com um total de quarenta e oito apresentações. A quantidade de alunos beneficiados até o primeiro semestre de 2011 foi de dois mil e quinhentos, chegando a uma estimativa total de cinco mil alunos na primeira etapa do programa até 2012.

Motivação

Podemos verificar certo desconhecimento do papel do controle externo da administração pública por parte da população. Não há conhecimento do que fazem os Tribunais de Contas (TCs) e para que eles existem. Além disso, grande parte das pessoas desconhece as formas como a sociedade pode interagir com os TCs, contribuindo com o controle externo sobre os gastos públicos.

Objetivo geral

Disseminar, no meio estudantil e da população em geral, a importância do controle social sobre as finanças públicas, mediante o estímulo ao acompanhamento e avaliação dos programas, projetos, atividades e ações governamentais (Art. 1º. Resolução do TCE-CE nº 007/2008).

Público-alvo

Na primeira etapa do programa, as atividades estão sendo desempenhadas para alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas, cobrindo a região metropolitana de Fortaleza. No momento seguinte, serão contempladas escolas públicas estaduais localizadas no interior do Estado, Instituições de Ensino Superior (IES) e conselhos escolares e de saúde.

Resultados esperados

- Contribuir com a prática de ações voltadas para a importância do controle social;
- Divulgar o papel dos Tribunais de Contas, e em especial do TCE-CE, através de suas ações de controle externo sobre a administração pública.

Abordagem pedagógica

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a escola que pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade precisa tratar de questões que interferem na vida diária dos alunos, como a sexualida-



de, a educação ambiental e a cidadania. Esse argumento foi importante nos diálogos entre a equipe do IPC e representantes da Secretaria de Educação do Estado do Ceará e da Superintendência das Escolas de Fortaleza (SEFOR), que se mostraram receptivos em sensibilizar e recomendar às direções das escolas e colégios de nosso estado, para receberem o Programa Agente de Controle, como importante contribuição no contexto das discussões da temática cidadania, uma vez que esta já vem sendo inserida como tema transversal nas disciplinas do ensino médio da rede pública do Ceará.

Conteúdo programático

A coordenação pedagógica do IPC desenvolveu um conteúdo programático específico para ser aplicado nas apresentações realizadas nas escolas. Constam desse programa os seguintes temas geradores: o Estado e o seu funcionamento; Constituição Federal; Funcionamento da Administração Pública; Origem e destinação dos recursos públicos; Participação e atuação da sociedade sobre políticas públicas; Importância do controle externo que é exercido pelos Tribunais de Contas; Canais de expressão do cidadão junto ao TCE-CE e o Instituto Plácido Castelo.

Metodologia adotada

Como já foi mencionado, a metodologia adotada no Programa Agente de Controle contempla a realização de apresentações feitas por profissionais do TCE-CE para os alunos das escolas selecionadas. Nas palestras é dada ênfase à interação instrutor/alunos, tendo como apoio o desenvolvimento de uma dinâmica, a apresentação de um vídeo gibi animado e slides. Estes recursos contêm os tópicos principais e gravuras relacionadas com as temáticas, de forma a contribuir com o entendimento do assunto proposto. Após a palestra, são feitas perguntas à plateia, visando verificar o entendimento dos participantes sobre os temas expostos.

Como última etapa é aplicada uma rápida avaliação e a entrega das cartilhas do programa intituladas “TCE-CE em: Formando Cidadãos”, entregues de lápis temático e sorteios de brindes (camisas do programa, canetas e blocos de anotações).

Adicionalmente o Tribunal de Contas e o IPC lançaram o Concurso Nacional de Redações (Prêmio Ministro Plácido Castelo) para alunos do ensino médio das escolas públicas e particulares. A versão 2009/2010 premiou três estudantes de escolas públicas do Ceará com os seguintes valores: 1º lugar – R\$2.500,00, 2º lugar – R\$1.500,00 e o 3º lugar – R\$1.000,00.

A versão do Concurso de Redações de 2011 está em vigência com a temática “As Políticas Públicas e a participação do Cidadão”, e vem sendo divulgada juntamente com as visitas do Programa Agente de Controle, com objetivo de premiar os três primeiros colocados com os mesmos valores acima destacados.

Equipe

Até o presente momento, o Programa Agente de Controle conta com uma equipe composta basicamente de pessoas do próprio IPC, mas já está

prevista a participação de outros servidores do TCE-CE, a partir de 2011, com a continuação e ampliação de sua abrangência. A equipe conta a seguinte estrutura abaixo:

Coordenador pedagógico;

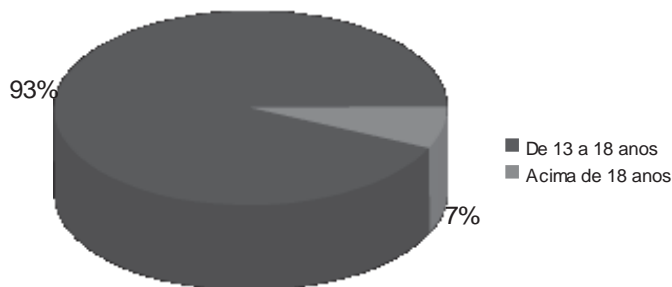
Apresentadores convidados: Técnicos, Analistas de Controle Externo, Gestores e Assessores do TCE-CE;

Equipe de apoio, composta atualmente de: Estagiários de Pedagogia e auxiliares de suporte técnico e administrativo.

Resultados das avaliações do Programa Agente de Controle

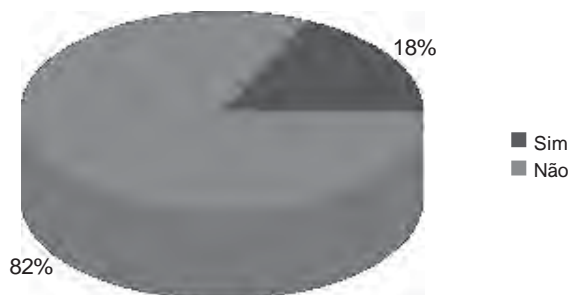
Constantes nos relatórios de gestão do Tribunal de Contas e do Instituto Plácido Castelo – Segundo semestre de 2009 ao primeiro semestre de 2011.

Durante o período de setembro 2009 a maio de 2011 foram aplicadas dois mil e quinhentos avaliações para os participantes das apresentações do programa. Deste total, dois mil trezentos e vinte e três alunos responderam as avaliações, conforme as faixas etárias abaixo:

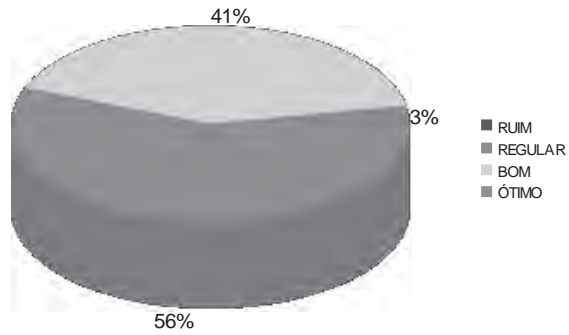


Na tabela abaixo, estão apresentados os resultados percentuais relativos às questões apresentadas aos participantes em questionários aplicados após as palestras,

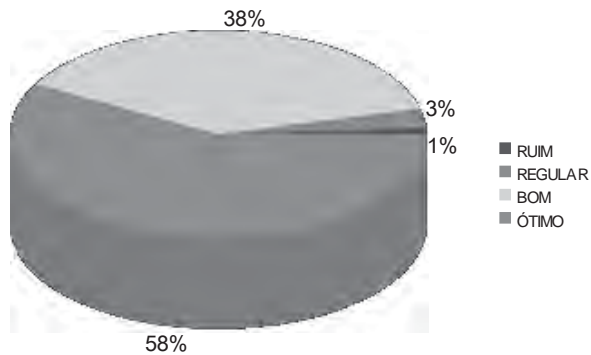
Você já conhecia o Tribunal de Contas do Estado do Ceará?



O que você achou dos assuntos abordados na palestra?



O que você achou da qualidade da apresentação?



Você acha importante para a sua vida ser um agente de controle dos gastos públicos?



Conclusão

O Instituto Escola de Contas e Capacitação Ministro Plácido Castelo acredita na relevante contribuição do Programa Agente de Controle em divulgar o papel dos Tribunais de Contas para os estudantes, as escolas e a sociedade do estado do Ceará, por compreender que somente através do debate democrático entre as instituições e a comunidade é que o cidadão pode ser preparado para viver o seu tempo, convivendo com as contradições, injustiças, acertos, conquistas e sobretudo as esperanças, principalmente quando essas esperanças são depositadas em nossas crianças e nossos jovens.

Materiais de Divulgação e de Apoio do Programa Agente de Controle



Logomarca



Cartilha



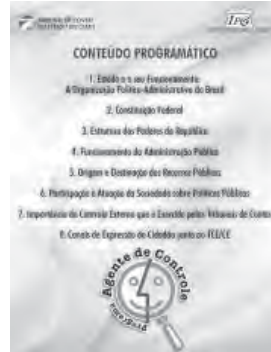
Banner com Lema do Programa



Veículo utilizado pelo Programa



Cartaz com aviso sobre as palestras



Banner com conteúdo programático



Camiseta do Agente de Controle



Brinde (Lápis)

Página do Programa no site do IPC: www.ipc.tce.ce.gov.br

twitter: @agentecontrole

Múltiplos Olhares: perspectivas para a construção do controle externo no século XXI (TCE-RS)

Contexto e Objetivos

Desde sua edição, os princípios do art. 37 de nossa Constituição Federal ganharam força, somando-se a um pressuposto advindo da sociedade brasileira. Juntamente com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, surge na consciência de cada cidadão o princípio da transparência, cujo fundamento é a ideia de democracia. Sendo assim, ao cidadão é garantida a possibilidade de acompanhamento da atuação do governante, para, a partir daí, fiscalizar e controlar suas ações.

Neste contexto, o princípio da transparência se intensificou nos últimos tempos, transbordando as fronteiras do Poder Executivo. Hoje, exige-se que todo e qualquer ato administrativo de qualquer instituição pública tenha total visibilidade e que qualquer cidadão tenha acesso a informações de interesse público.

Com base nisso, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul deseja uma maior proximidade com a sociedade riograndense e, para isso, abre suas portas com o intuito de compreender como esta sociedade vê o seu trabalho, bem como da administração pública em geral.

Assim, baseado nos pressupostos de interação, transparência e superação do pensamento simplificador e conduzido sob a forma de um diálogo, a Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Jurueña, do TCE-RS, deu início ao Programa Múltiplos Olhares, cuja finalidade é oferecer uma nova forma de conexão do TCE com a sociedade. Seu objetivo é levar o Tribunal a repensar suas estratégias institucionais de ação, tendo em vista que o processo de transparência não acontece quando nos mostramos, apenas. Acontece quando o outro também nos vê, e se efetiva somente quando reconhecemos este processo.

O programa constitui-se no convite, por parte da Escola do Tribunal de Contas, a pessoas que, dentro da sua profissão, possuam influência cultural, social ou de opinião. Estes profissionais apresentam seus pontos de vista a respeito do Tribunal de Contas, bem como da Administração Pública de um modo geral. A ideia é proporcionar um espaço de reflexão com membros da casa, numa troca de experiência e conhecimento. A dinâmica do evento pressupõe uma ruptura com o modelo convencional de interação no âmbito do TCE. Assim, os convidados e os servidores compartilham suas opiniões, por meio de questionamentos.

Como proposta para o aprimoramento do Programa, no segundo semestre do ano de 2011, a Escola buscará enviar aos servidores da casa os principais pontos debatidos durante o encontro por e-mail. A ideia é disseminar o conhecimento buscando atingir os servidores que não participaram do evento, assim como os lotados nos Serviços Regionais de Auditoria, localizados nos municípios do interior do estado. Ao fim do ano, será produzida uma mini-revista cujo propósito é recapitular os temas que foram tratados e repensar as ideias levantadas em cada edição do evento.

Público Alvo e Formato

- Conselheiros e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
- Intervenções de, aproximadamente, trinta minutos por expositor, seguida de debates com a audiência.

Edições Realizadas

- 1º Edição – 8 de Outubro de 2010
Ruy Carlos Ostermann – Jornalista do Jornal Zero Hora
Jarbas Lima – Advogado
- 2º Edição – 10 de Dezembro de 2010
Jorge Furtado – Cineasta
Cláudia Laitano – Jornalista do Jornal Zero Hora
- 3º Edição – 17 de março de 2011
Juremir Machado – Jornalista do Correio do Povo
Fernando Schuler – Cientista político
- 4º Edição – 10 de maio de 2011
Luiz Antônio Araújo – Jornalista do Jornal Zero Hora
Marco Antonio Azevedo – Médico e filósofo

Depoimentos dos Expositores

Jarbas Lima: “Múltiplos Olhares é o projeto que todo cidadão sonha para suas instituições. Franco, aberto, informal. Sem mesa oficial, toalhas rendadas e flores coloridas. Olho no olho. Só é capaz de tal propósito quem confia e acredita no que faz.”

Cláudia Laitano: “Ouvir pessoas de áreas diferentes funciona como um termômetro para o TCE. Iniciativas como essas me dão esperanças, pois mostram um funcionalismo público que quer melhorar e que busca na iniciativa privada conceitos como renovação, inovação, metas. Instalou-se uma visão do TCE que eu não tinha.”

Jorge Furtado: “A gente só ouve falar (sobre o TCE) quando sai notícia ruim e acaba não conhecendo grande parte do trabalho. É muito importante pra nós da cultura conhecer esse trabalho, e também é importante que se conheça as áreas fiscalizadas.”

Juremir Machado: “Os Tribunais de Contas, o Ministério Público e a Imprensa precisam ser o WikiLeaks do Brasil.”

Marco Antonio de Oliveira Azevedo: “O momento é justamente de reflexão. E a cada momento que ele se repete, a gente vai acrescentando coisas e, quem sabe, iluminando soluções.”

Luiz Antônio Araújo: “Não conheço outra instituição que tenha um espaço como esse, aberto a profissionais de outras esferas para opinar sobre a sua própria atividade.”

Múltiplos Olhares: 1ª Edição



Jarbas Lima



Rui Castro Osterman

Múltiplos Olhares: 2ª Edição



Cláudia Laitano



Jorge Furtado

Múltiplos Olhares: 3ª Edição



Fernando Schuler



Juremir Machado

Múltiplos Olhares: 4ª Edição



Luiz Antônio Araújo



Marco Antônio Azevedo

Cartazes de Divulgação

Múltiplos Olhares
Perspectivas para a construção do Controle Externo do Século XXI

Expositores:
Ray Carlos Ostermann
Jarbas de Melo Lima

Horas: 10h30
Local: Auditório Theodoro de Freitas - TCE-MS

Público-Alvo: Servidores do TCE-MS

ESGC

Múltiplos Olhares
Perspectivas para a construção do Controle Externo do Século XXI

Expositores:
Jorge Petrálio
Cibele Lattes

Horas: 10h30
Local: Auditório Theodoro de Freitas - TCE-MS

Público-Alvo: Servidores do TCE-MS

ESGC

MÚLTIPLOS OLHARES
Perspectivas para a construção do Controle Externo do Século XXI

Expositores:
Jovany Trindade
Fernando Schler

Horas: 10h30
Local: Auditório Theodoro de Freitas - TCE-MS

Público-Alvo: Servidores do TCE-MS

ESGC

MÚLTIPLOS OLHARES
Perspectivas para a construção do Controle Externo do Século XXI

Expositores:
Luciano de Oliveira

Horas: 10h30
Local: Auditório Theodoro de Freitas - TCE-MS

Público-Alvo: Servidores do TCE-MS

ESGC

MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo (TCE-AC)

Rio Branco/Acre, 07 de Julho de 2011

Juliana da Silva de Abreu
Adriana Alzenir Alves Mendes

PROJETO: Pós-Graduação *Lato Sensu*

MOTIVAÇÃO

Diante das limitações encontradas na administração pública do Estado do Acre para enfrentar os desafios contemporâneos advindos de uma demanda crescente de serviços públicos, e a necessidade de proporcionar mecanismos de planejamento, elaboração, execução, monitoramento e controle das políticas públicas contidos nos orçamentos, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, foi o idealizador do projeto - pioneiro - que teve como objetivo igualar o conhecimento entre todas as entidades públicas estaduais e municipais através de um curso de Pós-Graduação.

PÚBLICO-ALVO

Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre e do Tribunal de Contas da União, da Assembleia Legislativa, do Judiciário e do Executivo estadual, bem como das Prefeituras, das Câmaras Municipais e os membros da comunidade.

ABRANGÊNCIA

O projeto abrangeu um público bem diversificado em todas as áreas e níveis de conhecimento.

Para a execução do projeto o TCE-AC contou com as parcerias firmadas entre:

- Ministério Público do Estado do Acre;

- Tribunal de Justiça do Estado do Acre;
- Universidade Federal do Acre – UFAC;
- Governo do Estado;
- Assembleia Legislativa do Acre – ALEAC;
- Procuradoria Geral do Estado do Acre – PGE; e
- Prefeituras Municipais do Acre.

OBJETIVO

Nivelar os conhecimentos dos servidores estaduais e municipais do estado do Acre através de um conjunto adequado de ferramentas de gestão pautadas nos princípios da equidade, da transparência e da responsabilização para o aprimoramento do processo de planejamento, execução, monitoramento e controle das políticas e programas governamentais incorporados no processo orçamentário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- Sistema de Gestão Pública	9- Gestão de Bens Públicos
2- Meio Ambiente	10- Recursos Humanos na Administração Pública
3- Controle Interno na Administração Pública	11- Previdência Pública
4- Auditoria Governamental	12- O Papel do Servidor Público
5- Direito Administrativo	13- Tribunais de Contas
6- Direito Constitucional	14- Obras Públicas
7- Planejamento Governamental	15- O Legislador e suas Funções
8- Contabilidade Pública	Carga horária: 498 horas

O curso foi realizado utilizando a metodologia da educação a distância, compostos por aulas telepresenciais, transmitidas ao vivo via satélite, duas vezes por semana.

O aluno assistiu aos encontros em telão ou televisões nas salas de aula e pôde interagir, por meio de telefone, de e-mail ou de fax, com os professores.

O curso iniciou-se em agosto de 2009 e finalizou em junho de 2011.

Dia 27 de setembro de 2011 acontecerá a cerimônia de certificação dos pós-graduados no Plenário do TCE-AC.

INDICADORES



APRENDIZADO

Pontos positivos:

- Abrangência aos municípios e comunidade;
- Grande número de pessoas que tiveram acesso aos conteúdos como curso de extensão;
- Aceitação pela maioria das prefeituras;
- Demanda de solicitação de reoferta do curso; e
- Metodologia: teleaulas – educação a distância

Pontos negativos:

- Conexão de internet de baixa qualidade em alguns municípios, o que dificultou a realização de provas on-line;
- Dificuldade no acompanhamento das turmas nos municípios por conta da distância e forma de acesso aos municípios;
- A plataforma da instituição de ensino não comportou a demanda – duplicidade de inscrições;
- Dificuldade de acesso aos históricos dos alunos e duplicidade de disciplinas.
- Estrutura operacional deficitária de pessoal e de tecnologias para atender o grande número de alunos.

Implementação de Boas Práticas

O TCE-AC através da Escola de Contas Conselheiro Alcides Dutra de Lima, implementou atividades de boas práticas com realização de vinte eventos educacionais no ano de 2010, que capacitou cinco mil quatrocentos e dezoito pessoas.

I PALESTRA E OFICINAS: Foram realizados dez eventos como palestras e oficinas para público interno e externo.

Um Dia de Sensibilização das Novas Práticas da Contabilidade Pública
Instrutores: Paulo Henrique Feijó (STN/BSB) e Carlos Alberto de Miranda Medeiros (TCE-PE);

Oficina de Ouvidoria para o Programa de Capacitação Permanente
Mediadora: Marília Bezerra de Santana Macedo (IDM)

Realização: Tribunal de Contas do Estado do Acre e Instituto de Desenvolvimento de Educação Profissional Dom Moacyr (IMD);

Desafios da Sustentabilidade: Desenvolvimento Microrregional

Palestrante: Eufnan Ferreira do Amaral (Secretário de Estado do Meio Ambiente);

A Nova Contabilidade Pública

Palestrante: João Eudes Bezerra Filho (TCE-PE);

Demonstração do Novo Sistema de Contabilidade Integrado (Betha Sistemas)

Palestrante: José Romilso da Silva;

Demonstração Sistema de Contabilidade INTEC

Palestrante: Jorge Oliveira;

Apresentação dos Resultados do IDEB – 2009

Palestrante: Maria Corrêa da Silva; (Secretaria Estadual de Educação)

A Breve História da Luta Acreana

Palestrante: Marcus Vinicius Neves - historiador e arqueólogo;

A Participação de Euclides da Cunha na História do Acre

Desembargador Arquilau de Castro Melo;

Fator Humano: A Base da Organização

João Américo Pacheco – Consultor em Gestão Empresarial;

II. CURSO DE CURTA DURAÇÃO: foram realizados nove cursos de curta duração para os públicos interno e externo

Gestão Financeira e Orçamentária (64 hs)

Instrutores: Ronaldo Cardoso Garcia Filho e Miguel Soares Leon (Presidência da República);

Ms Project (20hs)

Professor: Wilton de Oliveira Moreira (SEPLANDS/AC);

Metodologia do Ensino (51 hs)



Instrutor: Mark Clark Assen de Carvalho (UFAC);
Gestão de Competências e Avaliação de Desempenho (24 hs)
Instrutora: Aleksandra Pereira dos Santos (BSB);
Parceiros: PGE, PMRB, TRT 14ª Região, SGA e TCE-AC;
A Nova Contabilidade Pública e o Controle Externo (40hs)
Instrutor: João Eudes Bezerra Filho (TCE-PE);
A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público (28hs)
Instrutor: João Eudes Bezerra Filho (TCE-PE);
Paeceiros PGE, SGA, SEFAZ, TJ, ALEAC, ACREPREVIDÊNCIA,
Participantes: CGE, FESPAC, FIEAC, PMAC, PMRB, PMX
Orçamento Público (28 hs)
Instrutora: Maria Valdiza Ferreira Muniz (TCE-AC);
Treinamento: Betha Sapo e Planejamento (32 hs)
Instrutor: Elton Marcelo Francisco (Empresa Betha);

Contabilidade Básica (18 hs)
Instrutores: Adalzemir da Silva Braga (TCE-AC)
Gerson da Silva Januário (TCE-AC)

III CURSO DE LONGA DURAÇÃO: Pós-Graduação *latu senso* MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo na modalidade tele presencial - início em agosto de 2009 e a cerimônia de certificação em setembro de 2011.

Composição da Escola de Contas Conselheiro Alcides Dutra de Lima
Conselheiro Presidente do TCE-AC
Ronald Polanco Ribeiro
Diretor da Escola de Contas TCE-AC
Conselheiro Antonio Jorge Malheiro
Corpo técnico da Escola:
Juliana Da Silva de Abreu
Adriana Alzenir Alves Mendes

Programa Tribunal com os Jurisdicionados (TCE-MG)

Prezado Sr. Gustavo Costa Nassif

Diretor da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo

Atendendo solicitação de V.Sa. expressa no ofício circular n. 047/2011 encaminhado Relatório contendo Resumo Executivo do nosso Projeto “Tribunal com os Jurisdicionados”, cuja primeira edição, em 2010, trabalhou o tema Licitações Públicas e se transformou numa exitosa ação pedagógica deste Tribunal de Contas.

Em face da enorme extensão territorial do Estado de Minas Gerais, este Tribunal de Contas, por meio de sua Escola de Contas se viu na contingência de desenvolver ações de capacitação que pudessem suprir o enorme déficit de conhecimento específico na área das Finanças Públicas, detectado no meio dos servidores públicos dos nossos oitocentos e cinquenta e três Municípios.

Assim, inicialmente criamos o marco regulatório para as atividades, por intermédio da Resolução TCMG-03/2010 que assim define o Programa: “Art. 1º. Fica instituído o Programa “Tribunal com os Jurisdicionados”, com o objetivo de, por meio do desenvolvimento de ações de capacitação, contribuir para a efetividade da gestão de recursos públicos estaduais e municipais”.

A organização de eventos pedagógicos é essencial para divulgar e promover o aprofundamento dos debates acerca da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Tendo em vista a grande dimensão do Estado, é de grande relevância levar cursos sobre temas proeminentes até as regiões de atuação do TCE-MG, em parceria com as Associações de Municípios.

Nesse sentido, a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 3º, V da Resolução 03/96 deste Tribunal, inseriu no seu Plano de Trabalho de 2010 a realização de cursos regionais sobre temas centrais da jurisprudência do TCE-MG.

Referidos cursos foram promovidos em parceria com a Comissão de Jurisprudência e Súmula, que auxiliará na coordenação técnica e disponibilizará membros como instrutores, os quais serão responsáveis pela elaboração de material didático relativo ao tratamento dos temas na jurisprudência do Tribunal.

Coube à Escola de Contas, na qualidade de promotora do referido Programa, elaborar o projeto pedagógico das ações de capacitação, selecionar os instrutores, além de providenciar, junto aos demais setores do Tribunal,

todas as ações necessárias ao cumprimento da missão. A Supervisão Geral dos trabalhos coube à Diretora da Escola de Contas, e a Coordenação Técnico-Pedagógica ficou a cargo da Coordenadora e deste assessor, integrantes da equipe de assessores da Escola de Contas.

Assim, o projeto pedagógico foi desenvolvido a partir do levantamento das necessidades de treinamento, com a contribuição da Diretoria de Controle Externo, concluindo-se pelo atendimento, nesta primeira oportunidade, das demandas de capacitação nas áreas de licitação, especificamente dispensa e inexigibilidade, além de contratação e controle da execução de obras e serviços de engenharia.

Para viabilizar a operacionalização dos encontros, com o ano letivo em curso, optou-se por um formato enxuto, mas objetivo, de sorte que cada área demandada pudesse ter quatro horas de exposição pelos instrutores. Contemplou-se, ainda, uma abertura institucional, com a presença do Presidente, do Prefeito anfitrião, além de uma palestra intitulada “O TCE-MG com o jurisdicionado e para a sociedade: visão institucional e inovações”.

Para a realização dos eventos foram celebrados convênios com os Municípios-sedes das Macrorregiões, em conformidade com o art. 3º, parágrafo único da Resolução 03/96. A divisão regional e as cidades-polos ficaram assim definidas:



DATAS	CIDADES	COORDENADOR
1º Evento: 15/04/2010	Uberaba	Carlos Alberto Borges
2º Evento: 29/04/2010	Montes Claros	Marconi Castro Braga
3º Evento: 06/05/2010	Curvelo	Carlos Alberto Borges
4º Evento: 13/05/2010	Governador Valadares	Isaura de Pinho Oliveira
5º Evento: 17/05/2010	Poços de Caldas	Márcio Ferreira Kelles
6º Evento: 27/05/2010	Lavras	Isaura de Pinho Oliveira
7º Evento: 10/06/2010	Juiz de Fora	Márcio Ferreira Kelles
8º Evento: 17/06/2010	Belo Horizonte	Marconi Castro Braga

O público-alvo preferencial para os encontros técnicos foram os servidores das áreas de licitação e de engenharia. Entretanto, além deles, muitos outros setores desejaram participar, como forma de obtenção de conhecimento complementar. Assim, tivemos a presença de controladores internos, contadores, assessores jurídicos, tesoureiros, além de secretários municipais e vereadores.

Todos fizeram suas inscrições pelo site do TCE-MG, www.tce.mg.gov.br, tendo sido criado um vínculo entre o CNPJ do município participante e a cidade anfitriã, de sorte que os servidores municipais só puderam participar do encontro na sua regional.

Nos oito encontros realizados foram capacitados dois mil cento e treze servidores públicos, representando um universo de quinhentos e quarenta e cinco municípios, ou 63,8% do total, com média de duzentos e sessenta e quatro servidores por etapa, tendo atingido plenamente o objetivo visado.

A preparação dos instrutores foi uma das etapas mais importantes de todo o projeto e esses foram convidados em razão do ótimo desempenho em suas respectivas áreas de trabalho. Tiveram acompanhamento para o desenvolvimento do material didático e para o curso de oratória básica.

Todo o material didático das equipes de engenharia, licitação e comissão de súmula foi desenvolvido especialmente para atender ao projeto de capacitação. Preparado pelos próprios instrutores, retratou de forma bastante didática todos os princípios legais atinentes às áreas em questão, a doutrina mais aclamada e a jurisprudência acerca do tema, tanto do TCE-MG quanto do TCU.

Esse material foi impresso e organizado em pastas, juntamente com crachás de identificação dos participantes, fichas de avaliação, além da cartilha intitulada “Guia de orientação aos gestores municipais”.

Todos os instrutores receberam orientação pedagógica para o desenvolvimento do material didático, bem como técnicas para falar em público, em curso de oratória básica ministrado pelo membro da equipe de assessores da Escola de Contas, Márcio Kelles.

Os instrutores foram acompanhados durante as diversas etapas de desenvolvimento dos trabalhos, bem como apresentações no auditório do TCE-MG, para ensaios quanto à expressão corporal, colocação da voz, pronúncia de palavras, ritmo, ênfase, pausa, vocabulário, gesticulação, aparência, recursos disponíveis, como lidar com plateia hostil, controle da emoção e a representação institucional.

Um dos instrumentos mais efetivos para avaliação do desempenho dos instrutores foram as avaliações, que foram distribuídas a cada um dos participantes, que as devolviam ao término dos trabalhos em cada cidade-sede.

O trabalho foi francamente favorável, revelando-se excelente mecanismo para o preenchimento de uma carência de capacitação que há muito demandava uma resposta institucional. De forma estratificada, é possível aferir que os desempenhos geral e individual tiveram avaliação ótimo/muito bom por

mais de 90% dos participantes. Também receberam avaliação ótima/muito bom a organização, a qualidade do material didático distribuído, a adequação da carga horária e a troca de experiências entre os palestrantes e os participantes do curso.

Um dos elementos mais importantes do Programa “Tribunal com os Jurisdicionados” é a capacitação continuada dos agentes públicos municipais e estaduais, de sorte a não haver solução de continuidade na disseminação do conhecimento necessária ao diuturno da administração pública.

Essa visão didática agrega mais-valia aos elementos tangíveis da nossa prestação de serviços, uma vez que valoriza e qualifica os serviços prestados no âmbito da gestão pública. Essa verdade também é aferível no âmbito da capacitação continuada de nossos próprios instrutores, que necessitam de aprimoramento permanente para que estejam à altura da representação do TCE-MG.

O Projeto “Encontro Técnico nas Macrorregiões do Estado de Minas Gerais” foi exitoso sob todos os aspectos que se possa examinar. O número de servidores treinados atendeu à expectativa, com número expressivo de participantes, além de ter atendido uma antiga demanda de um público específico, ou seja, aqueles que trabalham diretamente nas áreas de licitação e obras e serviços de engenharia.

A representação municipal também foi significativa, com participação de 63,8% dos Municípios mineiros. Advirta-se que muitos agentes públicos entraram em contato posteriormente aos eventos manifestando interesse em participar, mas informando da impossibilidade, naquele instante, de enviar representantes.

As avaliações e as sugestões para novas ações de treinamento revelam uma enorme aceitação e receptividade para com o programa de capacitação dos jurisdicionados que, além de seu caráter continuado, revelou a formação de uma nova geração de instrutores que estão sendo treinados para continuarem a contribuir para a efetividade no treinamento dos técnicos de cada um dos oitocentos e cinquenta e três Municípios do estado de Minas Gerais.

Em razão do permissivo legal da Resolução nº 03/2010 muitos outros projetos pedagógicos serão desencadeados com o objetivo de suprir o passivo por capacitação entre nossos jurisdicionados, razão pela qual esta ação pioneira não teve a pretensão de esgotar a oferta de conhecimento que pretendemos manter. Foi só o início de uma longa jornada.

Com a apresentação do presente Projeto esperamos poder contribuir de forma decisiva no sentido de que os Tribunais de Contas, por intermédio de suas Escolas de Contas e, com o efetivo apoio do Grupo Temático de Educação Corporativa do Promoex, possam proporcionar ao sistema de controle externo um grau de conhecimento e compreensão das finanças públicas mais próximo dos legítimos requerimentos da cidadania.

Finalmente, informamos que por tratar-se de programa de capacitação, marcado por sua natureza de continuidade, no presente exercício estamos trabalhando o tema “Regras de Final de Mandato”, cuja programação e execução pode ser acompanhada em nosso site www.tce.mg.gov.br .

Demais documentos integrantes do Projeto e avaliações integrais de todas as oito etapas de realização poderão ser enviados, oportunamente, com o propósito de melhor esclarecer a abrangência do mesmo.

Atenciosamente,

Márcio Ferreira Kelles
Coordenador Técnico do Projeto

Programa de Pós-Graduação *lato sensu* Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas (TCE-SP)

Resumo executivo (11.07.2011)

O Programa de Pós-Graduação – Curso de Gestão de Políticas Públicas - é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em parceria com a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), com a participação da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), por meio de contrato celebrado entre as partes em 9 de agosto de 2010. A produção técnica dos materiais ficou a cargo de cerca de vinte professores doutores da Universidade de São Paulo e professores mestres e especialistas de reconhecido domínio do conhecimento em suas áreas de atuação.

Parte dos recursos financeiros veio do orçamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e parte é originário dos próprios alunos, via contrato individual celebrado com a FUSP, à razão de 50% para cada um.

A meta essencial do Programa de Pós-Graduação é capacitar o corpo técnico do TCE-SP a qualificar o controle dos órgãos públicos, uma vez que tradicionalmente o Tribunal vem realizando o controle contábil e financeiro do aparato estatal, conforme determinam as constituições brasileira e paulista. O objetivo do curso é permitir aos participantes um amplo entendimento das atividades da administração pública, instrumentalizando-os para o melhor desenvolvimento de suas responsabilidades, e permitindo que desta forma estabeleçam e potencializem as interações com seus pares e com os diversos públicos envolvidos com o Tribunal.

Objetiva-se também trazer aos funcionários do TCE-SP o debate acadêmico e político em torno de questões centrais relativas à atuação do Tribunal, como por exemplo: controle externo do Estado, indicadores de qualidade em políticas públicas, estudos comparativos sobre políticas públicas, entre outros, visando alavancar o novo caráter que vêm assumindo as cortes de contas brasileiras – a aferição da efetividade das políticas públicas, ou seja, uma ação mais qualitativa, com a medição, por meio de indicadores específicos, das reais consequências das ações do Estado na sociedade brasileira.

Este compromisso endossa os objetivos estratégicos traçados pelo Tribunal: formar e informar o público-alvo e fortalecer a capacidade de orientação

e pedagogia do TCE-SP, objetivos estes que integram o Mapa Estratégico atual, para uma visão de futuro, fixada para 2015, que é “Fiscalizar, orientar e divulgar, em tempo real, o uso dos recursos públicos, priorizando a auditoria de resultados e a aferição da satisfação social, consolidando uma imagem positiva perante a sociedade”.

O Curso, com quatrocentas horas-aula, teve início em 16 de agosto de 2010. As aulas são presenciais, às segundas e quartas feiras, das 17h30 às 21h30, ministradas nas dependências da Escola de Contas Públicas – ECP para cinquenta e nove servidores¹ do TCE-SP. Também utilizamos o moodle² para manter o acervo dos materiais de aula.

Precedendo a realização do curso³, tivemos, em 2010, as seguintes atividades:

Divulgação do Curso e do Processo Seletivo	Até a data de inscrição
Inscrições	1º a 06.07
Processo Seletivo	07 a 27.07
Entrevistas Pessoais	31.07
Conclusão e comunicação aos selecionados	Até 09.08
Matrículas	12.08
Início das aulas	16.08

1 - Agentes da Fiscalização Financeira (76%); Assessores Técnicos (23%) Auxiliar da Fiscalização Financeira (1%). Média das idades (43 anos).

2 - Ambiente de Ensino a distância utilizado pela ECP.

3 - Edital ECP nº 01, de 24.06.2010.



○ cronograma está assim compreendido:

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo							
Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas							
Calendário do 2º Semestre de 2010 referente ao 1º Semestre do Curso							
	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom
Agosto	26	27	28	29	30	31	1
	2	3	4	5	6	7	8
	9	10	11	12	13	14	15
	16	17	18	19	20	21	22
	23	24	25	26	27	28	29
Setembro	30	31	1	2	3	4	5
	6	7	8	9	10	11	12
	13	14	15	16	17	18	19
	20	21	22	23	24	25	26
	27	28	29	30	1	2	3
Outubro	4	5	6	7	8	9	10
	11	12	13	14	15	16	17
	18	19	20	21	22	1	2
	25	26	27	28	29	30	31
	Novembro	1	2	3	4	5	6
8		9	10	11	12	13	14
15		16	17	18	19	20	21
22		23	24	25	26	27	28
29		30	1	2	3	4	5
Dezembro	6	7	8	9	10	11	12
	13	14	15	16	17	18	19
	20	21	22	23	24	25	26
	27	28	29	30	31	1	2
	Legenda						
Recesso e/ou Feriado							
Disciplina	C/H	Responsável/Professor					
Aula Inaugural do Curso	2	Prof. Boueri / Alvarez / José Renato / Fernando					
Sistema Político Brasileiro	8	Prof. Humberto Dantas					
Estado, Burocracia e Políticas Públicas	16	Prof. Cecília Olivieri; Prof. Wagner Iglesias					
Teorias da Democracia	12	Prof. Wagner Pralon Mancuso					
Formação Social e Econ. do Brasil Contemporâneo	12	Prof. José Renato de Campos Araujo					
Direito Constitucional e Desafios da Gestão de Pol. P	8	Prof. Marcelo A. Nerling					
Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo	8	Prof. Fernando de Souza Coelho					
Formulação, Implem. e Avaliação de Políticas Públicas	8	Prof. Fernando de Souza Coelho					
Métodos Quantitativos em Políticas Públicas	16	Prof. Rogério Mugnaini					
Aval. da Qualidade dos Serv. Públicos e Atendimento	8	Prof. José Carlos Vaz					
Palestra de Encerramento	2	Prof. Marta Assumpção					
Avaliações	8	Prof. Fernando/Monitor					
Total	108	Horário: 17h30 às 21h30					



EACH







Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo							
Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas							
Calendário do 1º Semestre de 2011 referente ao 2º Semestre do Curso							
	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom
Fevereiro	24	25	26	27	28	29	30
	31	1	2	3	4	5	6
	7	8	9	10	11	12	13
	14	15	16	17	18	19	20
	21	22	23	24	25	26	27
Março	28	1	2	3	4	5	6
	7	8	9	10	11	12	13
	14	15	16	17	18	19	20
	21	22	23	24	25	26	27
	28	29	30	31	1	2	3
Abril	4	5	6	7	8	9	10
	11	12	13	14	15	16	17
	18	19	20	21	22	23	24
	25	26	27	28	29	30	1
	2	3	4	5	6	7	8
Mai	9	10	11	12	13	14	15
	16	17	18	19	20	21	22
	23	24	25	26	27	28	29
	30	31	1	2	3	4	5
	6	7	8	9	10	11	12
Jun ho	13	14	15	16	17	18	19
	20	21	22	23	24	25	26
	27	28	29	30	31	1	2

Legenda	
Recesso e/ou Feriado	

Disciplina	C/H	Responsável/Professor
Aula Inaugural do Curso	4	Prof. Rubens Beçak (e coordenadores)
Problemas Contemporâneos no Direito Administrativo	8	Prof. Marcelo Nerling
Governança nas Organizações Públicas	12	Prof. Eduardo L. Caldas
Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas	12	Prof. Fernando S. Coelho
Administração Financeira e Orçamentária	12	Prof. Jaime Crozatti
Inovações no Direito Financeiro	8	Prof. Marcelo Nerling
Economia e Políticas Públicas	12	Prof. Flávia Mori
Políticas Públicas, Desenvolvimento e Sustentabilidade	8	Prof. Eduardo L. Caldas
Indicadores de Políticas Públicas	12	Prof. Cristiane Kerches
Governo Eletrônica e Adm. da Tecnologia de Informação	8	Prof. José Carlos Vaz
Ética na Gestão Pública	8	Prof. Wagner Iglecias
Controle e Avaliação de Pol. Sociais: Educação e Saúde	8	Profª. Cristiane Kerches/Flávia Mori
Análise, Gestão e Redesenho de Processos no Setor Público	8	Prof. José Carlos Vaz
Metodologia de Pesquisa (aplicada ao TCC, módulo 1 de 2)	12	Prof. José Renato C. Araujo
Finanças Públicas e Responsabilidade Fiscal	8	Prof. Ursula D. Peres
Avaliação 1º bimestre (Entrega de Trabalho, com Seminário de TCC)	4	Coordenador/Monitor

Tota	144	Horário: 17h30 às 21h30 * Tema: A Lógica Política do Controle Interno
-------------	------------	--



O sucesso do curso se mostra por vários indicadores:

1) A turma começou com sessenta alunos e cinquenta e nove permanecem discentes;

2) A relevância dos anteprojetos de Trabalho de Conclusão de Curso, tais como:

2.1. Gestão de políticas públicas como ferramenta de realização do princípio da eficiência e o papel do TCE: a auditoria operacional;

2.2. A efetividade dos repasses de recursos públicos ao terceiro setor: a gestão da escola, acompanhamento e avaliação de resultado;

2.3. Partidos políticos e pareceres de contas municipais;

2.4. Reforma gerencial aplicada aos municípios: desenvolvendo a governança nas administrações municipais para o exercício pleno da autonomia constitucional;

2.5. A importância do controle social como ferramenta de monitoramento, fiscalização popular e controle dos repasses de recursos públicos pela administração pública;

2.6. O controle judicial das decisões dos Tribunais de Contas;

2.7. Relatório gerencial: um instrumento para auxiliar na gestão pública;

2.8. Integração entre as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) com as peças de planejamento da saúde;

2.9. Aumento da qualidade e produtividade dos órgãos públicos com ênfase e análise no TCE-SP;

2.10. A delegação de políticas públicas;

2.11. Estudo dos aspectos qualitativos das despesas públicas do setor da saúde realizadas no âmbito de convênios e contratos de gestão e a proposição de rol de dez indicadores para avaliação dessas despesas pelo controle externo;

2.12. Estabelecimento de uma proposta para controle e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde e educação;

2.13. O controle prévio de editais de licitação pelos Tribunais de Contas;

2.14. Atuação da auditoria para auxiliar a conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente.

3) A avaliação positiva do curso pelos próprios alunos, que abaixo exemplificamos:

A aluna Meire Rose Silveira Santos de Almeida Lima ressaltou a qualidade dos conteúdos ministrados, a pertinência em relação às atividades de trabalho diário, a visão global sobre a máquina estatal que o curso propicia, além da necessidade de o Tribunal explorar a visão da cidadania, sob a perspectiva da atuação do servidor público e a qualidade dos serviços por ele prestados. Ela declara: “Eu gosto muito do curso e acho que deve ser ministrado a todos os colegas, pois confere uma visão moderna da Administração Pública”.

Importante, por fim, registrar que o curso ainda está em execução e que uma avaliação mais profunda de seus resultados e impactos será realizada após o seu término.



Programa de Pós-Graduação: a experiência da ECG/TCE-RJ

1- JUSTIFICATIVA

A Escola de Contas e Gestão (ECG) foi criada com a missão de promover ensino e pesquisa na área de gestão pública, voltados para o desenvolvimento e a difusão de conhecimento, modelos e metodologias comprometidas com inovação, transparência, responsabilização, melhoria de desempenho e do controle governamental, em consonância com as expectativas e necessidades da sociedade.

A ECG ampliou e aprofundou o seu trabalho de capacitação passando a investir, também, em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, inicialmente com a Fundação Getúlio Vargas e *lato sensu* com a Fundação Getúlio Vargas e a Pontifícia Universidade Católica.

Ao compartilhar a experiência dessas renomadas universidades, a ECG desenvolveu, em parceria, uma proposta de elaboração e acompanhamento de cursos de especialização na área da Administração Pública. A Escola ainda acumulou expertise ao realizar cursos regulares e itinerantes de capacitação, objetivando, principalmente, servidores dos órgãos e entidades fiscalizados pelo TCE-RJ; desenvolver pesquisas, publicar artigos acadêmicos e editar a Revista Síntese, o que permitiu o seu credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação, em 2007, para desenvolver e ofertar dois cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (Resolução CEE nº 1, de 8 de junho de 2007). A nova competência foi ratificada, ainda, pelo Decreto Estadual nº 40.367, de 27 de novembro de 2007, que inseriu a ECG no sistema estadual de ensino.

2- OBJETIVO

O objetivo principal da Pós-Graduação é proporcionar aos servidores uma visão ampla e integrada da administração pública brasileira, no contexto das transformações econômicas, sociais e políticas do país e do cenário mundial.

Como objetivos secundários, podemos citar:

- A aquisição de conhecimentos e instrumentos de gestão e controle que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública, no atendimento às necessidades dos cidadãos;
- A reflexão e o debate sobre a ética pública, democracia e responsabilidade do Estado perante a sociedade;
- O desenvolvimento de capacidades que favoreçam tomadas de decisão em um contexto democrático;
- Criação de novos conhecimentos teóricos para o aumento da capacidade de governo.

3- PÚBLICO-ALVO

A ECG oferece dois cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, um é uma especialização em gestão pública e controle externo, que é voltado para servidores do TCE- RJ com formação superior do quadro permanente, requisitados ou ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

A primeira turma, composta por dezessete alunos foi iniciada em setembro de 2010 e está prevista para terminar em outubro de 2011.

A outra Pós-Graduação é uma especialização em gestão pública municipal - para o público externo, específico para os servidores dos órgãos municipais jurisdicionados do TCE-RJ com ensino superior e, dos quadros permanentes dos órgãos e entidades jurisdicionados municipais.

A primeira turma foi iniciada em dezembro de 2010 e está prevista para terminar em dezembro de 2011. Composta por trinta e cinco alunos dos seguintes municípios do estado do Rio de Janeiro: Armação dos Búzios; Carapebus; Cardoso Moreira; Casimiro de Abreu; Duque de Caxias; Iguaba Grande; Itaboraí; Macaé; Macuco; Magé; Mangaratiba; Nilópolis; Niterói; Nova Friburgo; Paraíba do Sul; Petrópolis; Porto Real; Quatis; Queimados; Resende; Rio Bonito; Rio das Ostras; São Gonçalo; São José de Ubá e São Pedro da Aldeia.

Como forma de garantir o acesso a servidores de municípios de todas as regiões do estado, o curso teve suas vagas distribuídas de acordo com as regiões de governo e municípios do Anuário do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), conforme a seguir:

- Grupo 1 - Região Metropolitana: dez vagas
- Grupo 2 - Região Noroeste Fluminense: três vagas
- Grupo 3 - Região Norte Fluminense: cinco vagas
- Grupo 4 - Região Serrana: três vagas
- Grupo 5 - Região das Baixadas Litorâneas: cinco vagas
- Grupo 6 - Região do Médio Paraíba: cinco vagas
- Grupo 7 - Região Centro-Sul Fluminense: duas vagas
- Grupo 8 - Região da Costa Verde: duas vagas

4- ESTRUTURA CURRICULAR

Cada um dos cursos tem carga horária de quatrocentos e oito horas divididas em três semestres e é ministrado por um corpo docente constituído por técnicos do Tribunal de Contas e especialistas convidados, de reconhecida capacidade técnico - profissional.

O programa da Pós-Graduação está estruturado em três semestres, com carga horária total de quatrocentos e oito horas, composto por dezessete disciplinas, distribuídas em quatro módulos, com aulas realizadas quinzenalmente, na sede da ECG em Niterói, RJ.

5-PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo para os dois cursos foi realizado da seguinte forma:

1º fase - análise de documentos:

- Ficha de inscrição preenchida pelo candidato;
- Curriculum vitae atualizado no modelo fornecido pela ECG;
- Carta de indicação do órgão ao qual está vinculado, (visando identificar seu grau de comprometimento com o curso e sua disponibilidade de tempo para realizar os estudos).

2º fase - avaliação obtida em:

- Entrevista
- Prova de Língua Portuguesa e Redação

Foi constituída banca examinadora para conduzir o processo seletivo, cuidando da análise documental, avaliação intelectual e comportamental.

6- METODOLOGIA

A metodologia adotada caracteriza-se por técnicas participativas de ensino, incluindo estudos e discussões de casos, representações de papéis, simulações e dinâmicas de grupos, ensino mediante exposições conceituais, alternadas com estudos de casos, exercícios práticos e uso intensivo de recursos audiovisuais.

A fim de conciliar a apresentação de aspectos teóricos com a aplicação prática dos conceitos abordados, o curso desenvolve-se por meio de aulas expositivas com a utilização de recursos audiovisuais.

O programa será desenvolvido com distribuição de material didático pertinente a cada disciplina, que poderá incluir: apostila, textos, artigos de revistas e jornais, etc., e recursos didáticos e de apoio audiovisual, tais como: data-show, retroprojeter, DVD, flip-chart, entre outros.

7- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Especialização em Gestão Pública e Controle Externo

DISCIPLINAS	C.H.
CONTEXTUAL	
1. Fundamentos de Direito Público	16h
• Economia do Setor Público	16h
3. Orçamento Público	16h
4. Políticas Públicas	16h
5. Lei de Responsabilidade Fiscal	16h

ORGANIZACIONAL	
6. Gestão Estratégica	24h
7. Gestão de Pessoas	24h
8. Gestão Pública na Era digital: Governo Eletrônico	24h
9. Desenvolvimento de Equipes	24h
10. Ética	24h
CONTROLE EXTERNO	
11. Auditoria de Desempenho / Operacional	32h
12. Auditoria e Controle da Receita	32h
13. Auditoria e Controle de Pessoal	32h
14. Auditoria de Licitações e Contratos Administrativos	32h
15. Auditoria de Contas	32h
METODOLOGIAS	
16. Metodologia da Pesquisa	24h
17. Metodologia de Ensino	24h
Carga Horária Total	408h

- Especialização em Gestão Pública Municipal

DISCIPLINAS	C.H.
CONTEXTUAL	
1. Fundamentos de Direito Público	16h
2. Economia do Setor Público	16h
3. Orçamento Público	16h
4. Políticas Públicas	16h
5. Lei de Responsabilidade Fiscal	16h
ORGANIZACIONAL / GERENCIAL	
6. Gestão Estratégica	24h
7. Gestão de Pessoas	24h
8. Gestão Pública na Era digital: Governo Eletrônico	24h
9. Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	24h
10. Ética	24h
CONTROLE INTERNO E GESTÃO	
11. Licitações e Contratos Administrativos	32h
12. Instrumentos de Gestão Fiscal e Desenvolvimento Econômico Local	32h
13. Administração de Pessoal	32h
14. Controle Interno	32h
15. Prestação de Contas	32h
METODOLOGIAS	
16. Metodologia da Pesquisa	24h
17. Metodologia de Ensino	24h
Carga Horária Total	408h

8- RESULTADOS ESPERADOS

Ao introduzir cursos de natureza formativa/acadêmica, a ECG sedimenta a sua missão de escola corporativa de formação de quadros para a administração pública, buscando conjugar o esforço de criação e disseminação de um conhecimento próprio sobre o setor público. A Escola aposta na ideia de que a sua missão transformadora só será consolidada pela criação de espaços mais amplos para a reflexão e geração de novos saberes e práticas inovadoras na gestão pública.

Para tanto, a Escola desenvolveu cursos de especialização em gestão pública com uma orientação multidisciplinar capaz de possibilitar a compreensão da complexidade governamental e com um formato pedagógico que estimule a permanente interação entre fundamentos, instrumentos e práticas. Em sua essência, os cursos partem de uma concepção de administração que transcende a gestão governamental processualista e o espaço temporal de um governo, privilegiando o conceito de administração política do Estado e o compromisso ético com a *res publica*.

Essa perspectiva da Escola de Contas e Gestão de estar preocupada, não só com a capacitação específica, direciona o conhecimento oferecido para o desenvolvimento nos alunos de uma postura crítica e reflexiva, tornando-os agentes de transformação no contexto das suas atribuições.

A educação corporativa no contexto do controle externo: desafios e perspectivas

Relatório final do II Educorp

O evento teve início no dia 10 de agosto no auditório do TCE-RJ, com a mesa de abertura composta pelas seguintes autoridades: Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior, Presidente do TCE-RJ; Conselheiro Luis Sérgio Gadelha Vieira, do TCM-CE, Coordenador da ATRICON/IRB; Conselheiro Manuel Figueiredo Castro, do TCE-BA e Vice-Presidente do IRB, representando o Conselheiro Severiano Constandrade de Aguiar, Presidente do TCE-TO e do IRB; Conselheiro Thiers Montebello, Presidente do TCM-RJ e Vice-Presidente da ATRICON, representando também o Conselheiro Salomão Ribas Junior, Presidente da ATRICON; Conselheiro José Gomes Graciosa e Conselheiro Julio Lambertson Rabello, do TCE-RJ; Heloísa Garcia Pinto, Diretora Nacional do Promoex/Ministério do Planejamento; Carlos Santiso, Chefe da Divisão de Modernização do Estado do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Francisco Javier Urra, do BID, Especialista Setorial pelo Promoex no Brasil; Paula Alexandra Nazareth, do TCE-RJ, Diretora-Geral da ECG; e Desembargadora Leia Maria Mariano, Diretora Geral da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ.

Feita a abertura oficial, o evento prosseguiu com a programação de palestras do painel “A Educação Corporativa e as Escolas de Governo”.

A primeira palestra, Educação Corporativa e Geração de Conhecimento, foi ministrada pela professora Sylvia Vergara da FGV/RJ, que fez um breve retrospecto sobre a evolução das diferentes visões de mundo: a Mecanicista ou Taylorista, que tem como metáfora a máquina e é baseada em processos isolados; a Sistêmica, análoga ao organismo humano e que tem como pressuposto um conjunto de processos articulados com objetivo comum e, por fim, a visão Complexa, comparada à metáfora do tecido, onde o significado de complexo é aquilo que é tecido junto.

O conhecimento exige um novo olhar sobre o que já existe e é interdisciplinar. A geração do conhecimento depende cada vez mais das redes e das parcerias estabelecidas. Na sociedade do conhecimento, as pessoas são consideradas como elementos essenciais do processo e não meramente recursos.

Atividades de treinamento e desenvolvimento isoladas passam a se integrar no processo permanente de educação corporativa. O profissional da área educacional deve provocar a reflexão e ensinar a pensar, pois as organizações precisam de pessoas que criem novos conhecimentos, desenvolvam novas competências, revertam a obsolescência da informação, tomem decisões e encontrem novas soluções.

A segunda palestra, O Papel das Escolas de Magistratura na Formação e no Aperfeiçoamento dos Magistrados, foi proferida pela Desembargadora Leila Maria Mariano, da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, que destacou o grande desafio desta instituição diante da complexidade do contexto atual.

A Desembargadora discutiu o perfil do juiz contemporâneo e o papel fundamental da Escola de Magistratura na formação e no desenvolvimento do magistrado, já que o concurso público exige do candidato apenas o conhecimento teórico e nenhuma experiência prática. A Escola precisa discutir assuntos organizacionais e propor soluções. Nesse sentido, o curso de formação e desenvolvimento de magistrados é composto de dois momentos, teórico e prático, e tem como objetivo desenvolver uma postura interdisciplinar com conhecimentos humanísticos, filosóficos, sociológicos e econômicos.

O Papel das Escolas de Governo na Implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP, palestra apresentada por Paulo Sergio de Carvalho, Presidente da ENAP, destacou a gestão por competências e o reconhecimento das Escolas de Governo, instituição prevista no art. 39 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), nos âmbitos federal e estadual.

A rede das escolas (http://www2.enap.gov.br/rede_escolas/) permite ações integradas, construção coletiva, racionalização e otimização de recursos. Dessa forma, foi criado o Mapeamento da Oferta de Capacitações nas Escolas de Governo – Sistema MAPA. O Sistema MAPA tem por objetivo coletar dados da oferta de eventos de capacitação em escolas de governo, em nível municipal, estadual e federal, visando a produzir e disponibilizar informações gerenciais informatizadas. Dentre os principais desafios para a consolidação da PNDP o palestrante destacou o alto nível de complexidade, ou seja, os diferentes níveis de conhecimento e estrutura organizacional entre as escolas, o engajamento dos dirigentes e a capacitação gerencial.

Na parte da tarde, a programação de palestras prosseguiu com o painel “A Educação Corporativa e os Tribunais de Contas”.

A primeira palestrante, professora Valdeez Fraga, da FGV/RJ apresentou o tema Educação Corporativa: em busca da efetividade social e relevância do humano, discutindo o significado do termo “verdade polissêmica” – o direito de cada um de ser diferente, ter suas próprias ideias e ainda assim contribuir para a verdade. Salientou o aspecto social das relações, a construção coletiva e a singularidade de cada pessoa. Ressaltou também a nobreza do servir público, a importância da orientação ética e do autoconhecimento.

Na sequência, Adriano Ferreira Amorim, Diretor do Instituto Serzedello Correa - ISC/TCU, falou sobre a Educação Corporativa no Tribunal de Contas da União. Discorreu sobre o conceito de Educação Corporativa, que é um processo institucional sistemático e contínuo para o desenvolvimento de competências humanas e profissionais e ainda apresentou a estrutura do ISC e os seus principais programas, entre eles: Programa de Desenvolvimento de Competências Técnicas; Programa de Desenvolvimento de Competências de Liderança e Gestão; Programa de Capacitação dos Servidores Públicos; Programa de Auditorias e o Programa de Reinserção Profissional.

A última apresentação foi feita por Willams Brandão de Farias, do TCE-PE e Coordenador do Grupo Temático de Educação Corporativa do Promoex, que abordou A Experiência do Grupo de Educação Corporativa – GEC/Promoex. O palestrante compartilhou o histórico do grupo, seus principais objetivos e atividades, destacando que o grupo foi criado em março de 2009 no Encontro Técnico do Promoex, realizado em Tocantins e que tem como objetivos criar uma rede de Educação Corporativa dos TCs, projetos comuns de capacitação, compartilhamento de informações, parcerias e redução das assimetrias existentes. O foco original foi a área de Educação a Distância, expandindo-se posteriormente. A integração promovida pelo GEC potencializa a participação das Escolas de Contas nas atividades da rede de Escolas de Governo, promovida pela ENAP.

Atualmente, o grupo tem desenvolvido ações compartilhadas, como a troca de experiências entre as unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, um programa de formação em Educação a Distância, elaboração do projeto da Rede de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, diagnóstico do processo de Educação Corporativa nos Tribunais, novo modelo de representação dos Tribunais no grupo e escolha das lideranças no formato democrático.

A programação do dia 11 de agosto aconteceu na sede da Escola de Contas e Gestão, em Niterói, iniciando-se com a visita guiada pelo prédio da Escola, pela equipe de coordenadores.

Em seguida, no auditório da ECG, a professora Thereza Penna Firme, da UFRJ e CESGRANRIO, apresentou o tema A Importância da Avaliação Institucional nas Unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas.

Na palestra, a professora tratou dos avanços da sistemática de avaliação no século XXI e destacou a relevância da inteligência e da criação coletiva. Discorreu sobre a evolução do conceito de avaliação. Na primeira geração, a avaliação era vista apenas como instrumento de mensuração; na segunda, passou a ter o foco na descrição; na terceira voltou-se para a questão do julgamento, e na quarta foi baseada na negociação dos critérios.

As duas grandes dimensões do processo avaliativo são o mérito (qualidade interna) e a relevância (resultado de impacto). Também foram apresentadas as mudanças de paradigmas em termos de avaliação, ou seja, evento x processo; medo x coragem; boletim de notas x registro de anotações; imposição

x negociação; autoritarismo x participação; secreta x transparente; arbitrária x negociação; classificatória x promocional. O sistema de avaliação possui as seguintes metas: deve ser útil em guiar decisões; prático na condução; ético com as pessoas e a organização; e tecnicamente confiável.

A professora discutiu o conceito de *Standards* ou Padrões de Avaliação. São princípios que emergiram do consenso de profissionais de avaliação e representantes de grupos interessados. Os principais padrões são: utilidade, viabilidade, simplicidade, realidade, ética e precisão. Para se avaliar é preciso ter bom senso, cuidar do bem estar dos envolvidos, ter sensibilidade e boa técnica. Foram ressaltados os princípios do avaliador, ou seja, integridade, indagação sistemática, competência, respeito pelas pessoas, responsabilidade pelo bem estar das pessoas, entre outros.

Em seguida, iniciou-se a apresentação da metodologia para construção do instrumento de avaliação das Unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas. Explicou-se o conceito de análise situacional, que é um diagnóstico, etapa inicial e essencial para possibilitar os encaminhamentos necessários para o plano geral de um trabalho de avaliação. A análise situacional envolve três dimensões: descrição, interpretação e identificação das necessidades. Dentre as vantagens da análise situacional bem elaborada foram citadas: ter uma visão mais abrangente; identificar pontos fortes e fracos; considerar fatos percebidos por grupos e pessoas em cada caso; constituir base para o desenvolvimento das ações, formulação de programas, delineamento de uma sistemática de avaliação; fazer um mapeamento dinâmico; ter uma visão multidisciplinar do conhecimento; envolver aspectos humanos, sociais, éticos, culturais, técnicos e políticos numa perspectiva democrática.

Na parte da tarde, a proposta foi realizar a construção coletiva do instrumento. Assim, os participantes foram divididos em cinco grupos onde deveriam criar categorias, acrescentar ou retirar itens da relação apresentada para a confecção conjunta de um instrumento avaliativo que contivesse: Tipo de unidade, Estrutura, Instalações, Programa de atividades, Duração dos cursos, Formação acadêmica profissional, Corpo docente, discente, servidores, Registro histórico do processo de Educação Corporativa, Mapeamento de processos/Manuais, Regulamentação, Principais realizações da Unidade, Continuidade oferecida, Dificuldades e limitações, Expectativas, Publicação/divulgação, Pesquisa/avaliação e Controle social.

No final do dia foi realizada plenária de consolidação dos trabalhos dos grupos temáticos.

Todo o material produzido pelos grupos foi entregue à professora Thereza Penna Firme, que a partir da construção coletiva realizada pelos grupos elaborará o documento final de análise situacional, que será encaminhado às unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, para a realização da análise situacional destas unidades.

No terceiro e último dia do evento, 12 de agosto, no Auditório do TCE,

no Rio de Janeiro, os trabalhos foram retomados, com a apresentação de experiências bem sucedidas das Unidades de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, submetidas à Comissão de Avaliação da ECG, de acordo com o chamamento de trabalhos anteriormente realizado.

A Comissão, atendendo aos critérios de inovação, abrangência, parcerias, formato pedagógico e organização, entre outros, selecionou como os mais exitosos os seguintes relatos:

1) Programa Agente de Controle: formando cidadãos para o controle social – TCE-CE. Público-alvo: alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas;

2) Programa de Ensino Superior: Graduação e Pós-Graduação – TCE-BA. Público-alvo: servidores do Tribunal de Contas.

A Comissão de Avaliação, considerando a excelente qualidade de todos os trabalhos submetidos, decidiu ainda assegurar um breve tempo a cada um dos Tribunais que submeteram trabalhos, para apresentar as demais experiências:

- Pós-Graduação *Lato Sensu*: MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo, pela Escola de Contas Cons. Alcides Dutra de Lima – TCE-AC;

- Encontro Técnico do TCE-MG e os Municípios, pela Escola de Contas e Capacitação Pedro Aleixo – TCE-MG;

- Múltiplos Olhares: Perspectivas para a Construção do Controle Externo do Século XXI, pela Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena – TCE-RS;

- Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* - Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas, pela Escola de Contas Públicas – TCE-SP;

- Implantação do curso de Pós-Graduação, pela Escola de Contas e Gestão – TCE-RJ.

Dando prosseguimento à programação proposta, o Coordenador do Grupo de Educação Corporativa do Promoex – GEC, Willams Brandão de Farias, falou sobre a mudança de representação do grupo, tendo sido escolhida, por aclamação, a nova coordenadora do Grupo de Educação Corporativa, Joseane Corrêa, Diretora Executiva do Icon – TCE-SC, que deverá assumir em 2012. Também foi escolhido pelos presentes, por votação, o Tribunal de Contas do Paraná para sediar o próximo Encontro Técnico de Educação Corporativa a ser realizado em 2012.

O evento foi encerrado pelo Conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior – Presidente do TCE-RJ e pela apresentação do Coral do TCE-RJ.







